

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUCSP
Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica

A CONSTRUÇÃO DA VIOLÊNCIA URBANA
NA REVISTA *VEJA*

INGRID VALÉRIA LISBOA

PUCSP
São Paulo – 2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUCSP
Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica

A CONSTRUÇÃO DA VIOLÊNCIA URBANA
NA REVISTA *VEJA*

INGRID VALÉRIA LISBOA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação e Semiótica, área de concentração Signo e Significação nas Mídias, sob a orientação do Prof. Dr. José Luiz Aidar Prado.

PUCSP
São Paulo – 2007

FOLHA DE APROVAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

A Rubens Antonio Alves, ouvinte atento e paciente,
fiel companheiro de todas as horas.

RESUMO

Esta dissertação analisa discursivamente como a revista semanal *Veja* constrói a temática da violência urbana. São considerados atos de violência urbana brigas, acidentes de trânsito, roubos, furtos e seqüestros, seguidos ou não de mortes. Foram estudadas as reportagens de capa que se inscrevem nesta temática, seja por discorrer sobre crimes que tiveram grande visibilidade midiática como seqüestros e assassinatos, seja por relacionar a violência urbana a temas sócio-econômicos como a pobreza e a segurança pública, no período de 1968 a dezembro de 2005. Utilizando a semiótica discursiva, a pesquisa analisou como *Veja* constrói os temas e as figuras da violência e da criminalidade urbanas; delineou, sob a perspectiva do enunciador da revista, quais são as causas e as soluções para o problema da violência urbana (fatores históricos e sociais); investigou os contratos de comunicação estabelecidos entre a revista e seus leitores; do ponto de vista narrativo, delineou quais são os sujeitos e seus objetos de valor, e como estes sujeitos são modalizados; e traçou o percurso passional dos sujeitos da narrativa, que paixões os movem: seus medos, atitudes, temores e crenças no tocante à questão da violência.

Palavras-chave: violência urbana, revista *Veja*, mídia semanal.

ABSTRACT

This dissertation analysis how the weekly magazine *Veja* builds the urban violence thematic. Fights, traffic accidents, robberies, thefts and kidnapping are considered acts of urban violence, probably followed by death. Studies were carried out on cover stories that fit in this thematic, some because of the interest on crimes that had big media coverage such as kidnappings and murders, some because it relates urban violence to social-economical themes such as poverty and public security, during the period of 1968 to December 2005. Using the semiotics theory (Denis Bertrand, José Luiz Fiorin, Eric Landowski, Ana Claudia de Oliveira e Diana Luz Pessoa de Barros), research analyzed how *Veja* builds the theme and the figures of urban violence and criminality; outlined, under the magazine enunciator's perspective, which are the causes and solutions for the urban violence problem (historical and social factors); investigated the communication contracts established between the magazine and its readers; from the narrative point of view, outlined who the subjects and their objects of value are, and how these subjects are modalized; and marked out the passional path of the narrative subjects, what passions move them: their fears, attitudes, threats and believes related to the question of violence.

Key words: urban violence, *Veja* magazine, weekly media.

SUMÁRIO

Introdução	1
A revista <i>Veja</i>	3
<i>Corpus</i> e quadro teórico de referência	10
Definições e características da classe média brasileira	14
Parte 1 – A violência em questão	21
1.1. Historicidade e cotidianidade da violência	24
1.2. Contornos de uma sociedade do risco	30
1.3. A construção da identidade na sociedade do risco	35
1.4. Miséria gera violência?	40
1.5. Seletividade e vulnerabilidade social	43
1.6. Planejamento urbano e violência	53
1.7. Mídia e violência	57
Parte 2 – A violência urbana na revista <i>Veja</i>	62
2.1. Apresentação do <i>corpus</i>	63
2.2. O plano da expressão das capas de <i>Veja</i>	72
2.3. Análises das capas e reportagens	78
2.3.1. Grupo 1 – Ameaça às metrópoles	78
2.3.2. Grupo 2 – A violência ameaça a classe média	117
2.3.3. Grupo 3 – Classe média: vítima da violência	141
2.3.4. Grupo 4 – Pobreza e criminalidade lado a lado	166
2.3.5. Grupo 5 – Os crimes da classe média	187
3. Conclusão	199
4. Bibliografia	208
Anexo 1 – Estatísticas sobre violência urbana	214

Introdução

Esta dissertação analisa como a revista semanal *Veja* constrói a temática da violência urbana. Foram estudadas as reportagens de capa que se inscrevem atualmente nesta temática, seja por discorrer sobre crimes que tiveram grande visibilidade midiática, como seqüestros e assassinatos, seja por relacionar a violência urbana a temas sócio-econômicos como a pobreza e a segurança pública, no período de 1968 a 2005.

A pesquisa analisou discursivamente como a revista constrói os temas e as figuras da violência e da criminalidade urbanas; delineou, sob a perspectiva do enunciador da semanal, quais são as causas e as soluções para o problema da violência urbana (fatores históricos e sociais); investigou o contrato de comunicação estabelecido entre *Veja* e seus leitores; do ponto de vista narrativo, delineou quais são os sujeitos e seus objetos de valor, e como estes sujeitos são modalizados; bem como o percurso passional destes sujeitos, que paixões os movem: seus medos, atitudes, temores e crenças no tocante à questão da violência.

A escolha do tema violência urbana deve-se a sua relevância enquanto problema que suscita discussões desde o âmbito político-social até o educacional, tanto em países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento. Conforme anota Hermes Ferraz (1994), a preocupação é global, faz parte do calendário político de todas as nações, “desde aquelas onde a violência já tomou conta de suas cidades, açambarcando grande parte das decisões políticas, das técnicas, e também dos investimentos, até aquelas nações cujas cidades ainda não estão sofrendo desse terrível sinistro” (p. 9).

Especialmente nos centros urbanos brasileiros, o tema tem merecido a atenção não somente de organizações não-governamentais ou das instituições públicas responsáveis pelo controle da violência, mas também dos meios de comunicação e da população como um todo. O medo de ser assaltado ou de sofrer um seqüestro relâmpago aflige pessoas de todas as classes e de todos os bairros. Jovens, idosos e crianças temem a violência e a mídia a discute como assunto corrente. No entanto, a crescente preocupação das pessoas com a violência urbana e o sentimento de insegurança que pauta as discussões sobre o seu suposto aumento nem sempre repousam sobre experiências diretas. No mais das vezes, teme-se um seqüestro relâmpago ou um assalto por conta do que já se leu ou assistiu nos jornais e revistas, ou do que se ouviu de pessoas que já sofreram os crimes. Dessa forma, entendemos como relevante analisar como a revista semanal de maior circulação no Brasil constrói a violência urbana, dada

a importância dos critérios de escolha dos assuntos a serem tratados e da forma de abordagem.

É fato, segundo as estatísticas coletadas no Anexo 1, que a violência e a criminalidade cresceram especialmente nas três últimas décadas. Argumentamos, porém, que mesmo tendo aumentado a partir de meados da década de 1970, e durante os anos 1980 e 1990, a criminalidade violenta não evoluiu para os patamares estratosféricos alardeados pela mídia semanal, conforme indicado nas capas e reportagens analisadas, de onde se depreende, em linhas gerais, que as grandes cidades brasileiras são vítimas de um caos urbano, de um crescimento vertiginoso da violência que motivou mudanças radicais de comportamento e de estados de alma especialmente na classe média. Afirmamos, noutro sentido, que a visibilidade que *Veja* dá ao fenômeno da violência não corresponde a sua existência factual, mesmo consideradas as estatísticas e a questão das configurações específicas de risco e perigo na modernidade (ver item *Contornos de uma sociedade do risco*).

As capas de *Veja* nas edições nº 340 e nº 1093 (abaixo), por exemplo, alardeiam uma violência desmedida e fomentam medo e ansiedade. Na primeira capa, a personagem que figurativiza a vítima emite um grito de socorro, diante do que seria “um dos assaltos mais violentos que ocorrem a cada 40 minutos nas grandes cidades brasileiras”. Na segunda, o enunciador anuncia o risco de ser seqüestrado como um motivador de medo. Ou seja, ainda que não vitimizados por assalto ou seqüestro, os leitores identificam-se com o risco apresentado.



Ed. 340 – 12_março_1975



Ed. 1093 – 23_agosto_1989

A visibilidade midiática, longe de esvaecer o clima de tensão causado pela própria existência histórica da violência, especialmente em tempos de modernidade tardia, parece consolidá-lo. Ora, ainda que em trajetória de crescimento em diversos dos períodos históricos (vide Anexo 1), não se trata de evolução desmedida, para patamares tão elevados que se mostrem incontroláveis pelas autoridades responsáveis. Em resumo, nossa argumentação vai no sentido de afirmar que o aumento da violência e da criminalidade é certamente um fato, a despeito de sua própria historicidade (assunto discutido na Parte 1), mas a visibilidade que a mídia semanal dá ao fenômeno – e mesmo a passionalização construída – não corresponde a estes dados, superando-os.

Tal afirmação não pretende ignorar ou deslindar a existência de comportamentos de autodefesa e da crescente e perene sensação de medo e pânico nos indivíduos. A nosso ver, as alterações de hábitos e comportamentos das sociedades, real ou potencialmente atingidas pela violência urbana, relacionam-se mais às reações de adaptação ao risco e ao perigo na modernidade (conforme discutiremos na Parte 1).

Neste sentido, cabe questionar: é a mídia um mecanismo reflexivo que, alimentado pela sensação de insegurança e perigo, fomenta mais insegurança e medo em seus textos? Ou, nos termos de Ulrich Beck (1998), encara os perigos e riscos como oportunidade de mercado e se beneficia deles, produzindo definições de risco num mundo em que cresce o significado social e político do saber, e conseqüentemente, o poder dos meios que configuram e difundem os riscos da modernidade?

A revista *Veja*

A importância da escolha de *Veja* como objeto de estudo justifica-se pelo fato de o discurso da revista não figurar como um entre outros da oferta mercadológica da mídia semanal, tampouco da imprensa como um todo. Acreditamos que *Veja* não é uma revista entre outras disponíveis nas bancas de jornal às quais os leitores escolhem por mero acaso ou porque a matéria de capa lhes pareça interessante, mas que se compra e se lê *Veja* exatamente por ela ser relevante como formadora de opinião no Brasil. Nas palavras de Maria Celeste Mira (2003), trata-se da “maior e mais polêmica revista brasileira”, que “se tornou uma revista de amplitude nacional exatamente por sua atuação política” (p. 75/80). A autora, ao discorrer sobre o posicionamento ideológico de *Veja*, afirma que de fato se trata de uma revista de opinião, bastante polêmica, e

considera que, ao selecionar, organizar e enunciar as notícias de uma maneira que aparece como “objetivista” e “impessoal” (segundo rezam as regras de jornalismo dispostas em inúmeros livros e manuais de redação), *Veja* apresenta ao leitor uma cobertura aparentemente neutra dos fatos noticiosos. Não se trata, porém, de um veículo neutro, destituído de posicionamento social e político, mas politicamente posicionado.

É interessante notar o que diz a própria revista a este respeito. No material publicitário disposto no site www.veja.com.br em junho de 2006 afirma-se que os “números comprovam a afinada relação existente entre a *Veja* e seus leitores”: “59% declaram que *a revista contribui para a formação de opinião*” e “87% dos assinantes têm na revista um *elemento de integração social*”, pois “seus assuntos são discutidos com outras pessoas”¹ (grifos nossos). Pode-se afirmar, de fato, que a cobertura dada por *Veja* aos fatos noticiosos é partilhada pelos leitores, que seu discurso pauta parte das discussões mantidas por estes. *Veja* se coloca como uma instância de diálogo que catalisa e coloca em confronto discursos correntes na sociedade. Afirma que os cerca de 7.950.000 leitores que tem no Brasil², os quais acessam semanalmente a “maior e mais qualificada cobertura do Brasil”, podem ficar bem informados e confiar plenamente nas informações oferecidas, pois a relação que *Veja* tem com eles é de “total confiança”. Desde o editorial, que se diz “baseado em independência, confiabilidade e compromisso com o leitor” até as matérias jornalísticas, pode-se contar, segundo a própria revista, com uma “linguagem clara e atraente, gostosa de ser lida”.

Atualmente, circulam no Brasil quase 1,1 milhão de exemplares de *Veja* a cada semana, dos quais 83% destinados a assinantes³. Do total de revistas em circulação, 661 mil (58%) são vendidos na região Sudeste, que concentra boa parte da renda do país⁴. O perfil do leitor⁵ mostra que 26% dos leitores são da classe A, 41% da B e 23% da C, ou seja, 64% dos leitores de *Veja* são indivíduos de classe média⁶. Segundo a publicação *A Revista no Brasil* (2000), da Editora Abril, *Veja* adentrou o ano 2000 como a quarta maior revista semanal de notícias do mundo ao atingir picos de 1,7 milhão de

¹ Dados provenientes da Pesquisa de Relacionamento com Revistas, elaborada pela empresa Research International. Segundo o site de *Veja* trata-se de um projeto exclusivo realizado pela Editora Abril e um dos maiores institutos de pesquisa do mundo. Os dados mostram que pelo menos mais 3 pessoas têm acesso a cada exemplar.

² Fonte: Projeção Brasil. Editora Abril. Base Marplan e IVC (Instituto Verificador de Circulação) - 2005

³ Fonte: IVC – janeiro de 2006.

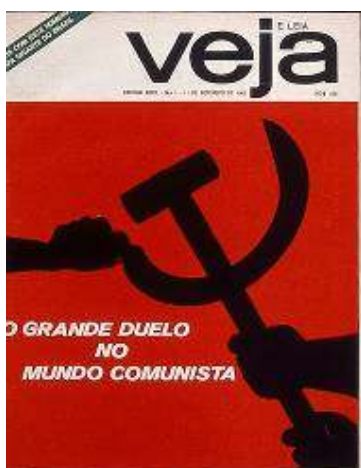
⁴ Os dados do site de *Veja* são de fevereiro de 2004, relativos a pesquisa do IVC.

⁵ Fonte: Dados do XLVI Estudos Marplan Consolidado 2003.

⁶ A terminologia *classe média* será definida no final desta Introdução.

exemplares semanais, ficando atrás apenas de gigantes do mercado editorial mundial como *Time*, *Newsweek* e *US. News* (p. 62).

Nem sempre, porém, *Veja* foi um sucesso editorial. Lançada num momento histórico conturbado tanto no Brasil quanto no resto do mundo – setembro de 1968, ainda período de linha dura do governo militar – nos moldes da norte-americana *Time*, a revista se propunha a ser grandiosa e atingir leitores em todo o Brasil, com uma cobertura diferenciada e mundializada dos fatos noticiosos. A primeira *Carta ao Leitor* escrita por Victor Civita remetia ao clima de integração nacional que segundo M.C. Mira (2003) imperava na época, o da “idéia de um Brasil que precisava integrar suas partes mais atrasadas às mais avançadas, por uma questão de segurança, na visão dos militares”, e “pela necessidade de modernização”, no entendimento dos empresários (p. 78). Seguem a capa e trecho do editorial da primeira edição:



“Onde quer que você esteja, na vastidão do território brasileiro, estará lendo estas linhas praticamente ao mesmo tempo em que todos os demais brasileiros do país. (...) O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação a fim de escolher novos rumos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa estar, enfim, bem informado. E este é o objetivo de *Veja*”.

O objetivo de *Veja* e de Civita, porém, demorou a ser alcançado. Conforme comenta Marília Scalzo (2004), a revista “lutou com dificuldade, durante sete anos, contra os prejuízos e contra a censura do governo militar, até acertar sua fórmula” (p. 31). Do ponto de vista financeiro, a semanal deu prejuízo à Editora Abril durante os cinco primeiros anos. Quando começou a ser editada, a previsão era de que fosse um sucesso desde o início, vendendo cerca de 700 mil exemplares semanais, todos em banca. A campanha publicitária de lançamento custou um milhão de dólares. O ex-editor de *Veja* Raimundo Pereira conta⁷ que a Editora Abril custeou uma rede nacional

⁷ Edição especial de setembro de 1972, no 4º aniversário de *Veja* – “Uma história de *Veja*. Reflexões de um dia de aniversário”.

com quase todas as emissoras do país para veicular, durante 12 minutos, em horário nobre, imagens da produção de *Veja*, juntamente com declarações de personalidades que iam do cantor Agnaldo Rayol ao presidente do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas - ONU.

A editora montou ainda um inédito esquema de distribuição. Uma grande frota de ônibus, caminhões, aviões e trens foi mobilizada para que *Veja* chegasse às bancas em praticamente todos os municípios brasileiros na segunda-feira. Desde então vigora um esquema logístico responsável por fazer uma edição fechada na manhã de sábado chegar ainda neste dia, ou no domingo, nas grandes cidades do país. No entanto, todo este investimento redundou em pouco resultado financeiro imediato.

Dados levantados por Mira (2003) mostram que as vendas foram despencando dos 650 mil exemplares da primeira edição para cerca de vinte mil unidades nos primeiros anos, “situação dramática para uma revista da Editora Abril” (p. 80). Dos vinte primeiros números, por exemplo, foram vendidos somente 16 mil semanais, a ponto de o departamento de publicidade oferecer um anúncio gratuito na contracapa da revista, por falta de clientes no dia do fechamento. Numa das tentativas de alavancar as vendas, foram editados oito fascículos sobre a viagem do homem à Lua, os quais aumentaram a circulação, atingindo a marca de 228 mil exemplares na última edição. No entanto, assim que a série foi completada as vendas despencaram novamente. Segundo Mira, o principal motivo para o fracasso inicial de *Veja* foi

“a decepção dos leitores, que esperavam uma revista diferente. O próprio nome fazia supor que ela seria semelhante a *Look* [semanal norte-americana]. (...) A campanha de lançamento dera a entender que a Abril estaria lançando a sua *Manchete*, ou seja, uma revista semanal ilustrada, quando o que se pretendia lançar era uma revista semanal de informação, semelhante a *Time* e *Newsweek*. (...) *Veja* se apresentou como uma revista calcada no texto e sem preocupações visuais. Os leitores não gostaram” (idem, p. 82/85).

De fato, além de não prezar pelos aspectos visuais – fotografia e diagramação – o formato de *Veja* era praticamente metade do tamanho de *Manchete*. Na verdade, a proposta de lançar uma semanal ilustrada ao estilo *Manchete*, e não de informação, foi cogitada pela Editora Abril. No entanto, Roberto Civita convenceu-se de que a revista ilustrada não sobreviveria muito tempo. De certa forma, a decisão foi acertada, pois

todas as semanais ilustradas norte-americanas (*Look*, *Life*, *Saturday Evening Post*) pararam de circular no início dos anos 1970.

No entanto, para sobreviver, *Veja* teve de se adaptar e fazer alterações graduais, embora não tenha abandonado o modelo *Time*. M.C. Mira conta que *Veja* enfrentou uma “difícil adaptação do modelo *Time* à tradição jornalística brasileira e aos hábitos de leitura do público”, pois “mais do que as que lhe antecederam, a revista *Veja* constitui um bom exemplo das tensões entre o global e o nacional” (idem, p. 80).

Do ponto de vista editorial, Mário Sérgio Conti (1999) afirma que a diagramação inicial “era confusa, e as reportagens, prolixas. Lentamente, Mino Carta [diretor de redação] melhorou-a. Chamou Millôr Fernandes para fazer duas páginas de humor. Publicou resenhas de filmes e livros. Colocou na abertura da revista uma entrevista com perguntas e respostas” (p. 369), de forma a melhorar a visualidade e os aspectos editoriais da publicação. O diretor de redação, Mino Carta, afirmou⁸ anos depois sobre a primeira edição de *Veja*:

“Quando esse número começou a sair das máquinas e quando eu comecei a ver o primeiro caderno, fui tomado de uma profunda sensação de pânico. Porque aí ficou claro que estava tudo errado. (...) E devo também confessar que naveguei na mais total escuridão por muito tempo.”

M.C. Mira (2003) conta que o desapontamento dos leitores com a primeira edição de *Veja* ficou patente numa pesquisa encomendada pela Abril com empresários e universitários do Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo a autora, o principal problema apontado era a falta de hábito de leitura de revistas de informação, havendo necessidade de induzi-lo. Por outro lado, havia problemas de diagramação e visualidade. Afirma Mira que gradativamente

“*Veja* irá aprimorando seu projeto gráfico e ampliando o uso de fotografia e de cores. Não poderia ter sucesso, mesmo sem concorrer diretamente com a televisão, se não trouxesse imagens dos fatos relatados. Mesmo entre os universitários, segmento em que a revista era mais bem aceita, reclamava-se da falta de ilustração.” (p. 85)

⁸ Na edição especial de setembro de 1972 – “*Uma história de Veja. Reflexões de um dia de aniversário*”.

Além destas mudanças, gradualmente foram feitas alterações editoriais, especialmente na linguagem e no esquema de trabalho e funções dos jornalistas. Porém, em seu quarto ano de circulação, quando *Veja* consegue “várias entrevistas sobre a demorada sucessão de Costa e Silva com fontes consideradas inatingíveis”, passa a ter um papel político diferenciado, de maior intimidade com os meandros do poder (M.C. Mira, *idem*, p. 77). Após o episódio, a sub-editoria de política se transformou em editoria e ampliou-se a cobertura de economia e negócios. Segundo Sérgio Pompeu de Souza, então diretor da sucursal de Brasília, “o fortalecimento desses dois setores deu à revista imediatamente o ‘caráter nacional’ que ela antes perseguia de uma forma tão trabalhosa quanto ineficiente”⁹. No entanto, a grande medida para alavancar a tiragem de *Veja* foi a venda de assinaturas, fazendo com que a circulação comesse a crescer consistentemente a partir de 1971. Especialmente a partir de 1973, a tiragem cresce sem parar por conta também das alterações editoriais e gráficas. Porém, somente em 1974 *Veja* começa a dar lucro.

Do ponto de vista político, M.S. Conti (1999) conta que três meses depois do lançamento de *Veja*, ocorrido em setembro de 1968, o então presidente Costa e Silva editou o Ato Institucional nº 5, fechou o Congresso e, no mesmo dia (13/12/1968), enviou um coronel à redação da semanal, encarregado de fazer a censura prévia. Durante os oito anos de censura, dois exemplares de *Veja* foram proibidos de circular.

Foi durante o período em que tentava driblar a censura e publicava reportagens críticas em relação à ditadura que o diretor de redação Mino Carta, cuja autonomia editorial estava prevista contratualmente, saiu de *Veja* no início de 1976. Isso porque, inicialmente, a revista se colocava contra as arbitrariedades do período militar sem que os Civita interferissem (poderiam discutir cada edição somente após a publicação). No entanto, em 1974, Victor Civita, interessado em tomar um empréstimo de cinquenta milhões de dólares junto à Caixa Econômica Federal para expansão do Grupo Abril, não conseguia efetivá-lo porque dependia da aprovação dos militares. Estes, incomodados com a cobertura crítica ao governo federal conduzida por Mino Carta, barravam as liberações, a despeito do cumprimento dos trâmites legais, conforme conta o então diretor de redação (2000, p. 172).

Quatro ministros do presidente Ernesto Geisel pediram a Roberto Civita que demitisse Mino Carta. O ministro da Justiça, Armando Falcão, chegou a sugerir o nome

⁹ Trecho da edição especial de setembro de 1972 “Uma história de Veja...” Ob. cit.

do substituto, Sérgio Pompeu de Souza, então diretor da sucursal de Brasília (Conti, 1999, p. 372). O posicionamento do governo frente às solicitações financeiras da Abril fez com que os donos recuassem quanto à linha crítica na área política e passassem a pressionar Mino Carta, que não abriu mão de sua independência editorial.

Mino Carta (2000) conta que em junho de 1975 tomou a iniciativa de sugerir a Victor Civita seu afastamento da redação. Atuaria como colaborador, sem o nome no expediente, até a efetivação da transição para a nova diretoria, e solicitava recolocação como chefe dos correspondentes europeus, em Roma. A sugestão foi recusada. Em novembro de 1975, Mino renovou a proposta por conta do acirramento da situação, devido a reportagens contrárias às atitudes do general-presidente Ernesto Geisel. Mino estava convicto de que seu tempo em *Veja* havia chegado ao fim.

Na ocasião, Roberto Civita sugeriu que Mino tirasse os três meses de férias que já haviam vencido. Mino concordou, mas impeliu os patrões a assinarem um documento que os proibía de mudar a linha editorial da revista na sua ausência, bem como demitir qualquer jornalista ou colaborador por razões político-ideológicas (idem, p. 182-186). Em janeiro de 1976, ainda durante o período de férias, Victor Civita o procurou e pediu que demitisse o colunista Plínio Marcos. Mino Carta não concordou, tendo sido demitido e proibido de entrar no edifício da revista. Meses depois, a censura a *Veja* acabou e o empréstimo à Abril foi liberado (idem, ibidem).

O jornalista Raimundo Pereira, colaborador de *Veja* durante os primeiros anos, assim se coloca sobre a mudança no posicionamento político-ideológico da revista:

“*Veja*, a grande revista, desempenha um papel político ruim. Seu saldo essencial tem sido o de apoiar a política do governo. Salvo um período de resistência aos aspectos mais nocivos do regime, quando era editada por Mino Carta, ela tem sido uma revista a serviço de grupos palacianos.”¹⁰

No mesmo sentido, M.C. Mira afirma que *Veja* foi, “ao longo dos anos, a porta-voz da linha econômica e política da editora Abril”, pois é a única revista diretamente ligada ao atual presidente, Roberto Civita. “Por isso, seu papel ideológico nesses campos é crucial. (...) Grosso modo, os próprios criadores da revista vêem nela uma publicação que, no início, foi mais combativa em relação ao regime militar” (idem, p.

¹⁰ Trecho da edição especial de setembro de 1972 “*Uma história de Veja...*” Ob. cit.

79), passando a partir de meados da década de 1970 a uma posição mais conservadora, após pressão do governo.

Apesar de todos os percalços, *Veja* atingiu o posto de magazine mais lida e mais vendida no Brasil. Segundo Marília Scalzo (2004), fora do país as semanais são bastante vendidas, mas não figuram no topo da lista, espaço geralmente das revistas de televisão. Outras semanais de informação vieram antes e depois de *Veja: Visão* em 1952, *IstoÉ* em 1976, *Afinal*, que circulou somente de 1984 a 1989, *Época*, em 1998, e *Carta Capital*, editada desde 1993 (que inicialmente era mensal, depois quinzenal, passando a semanal em 2001). Nenhuma, porém, foi capaz de, ideológica ou financeiramente, alcançar o posto de *Veja*. Os objetivos elencados por Victor Civita na *Carta ao Leitor* da primeira edição permanecem, apesar das alterações efetuadas ao longo das décadas, conforme pode-se verificar no trecho do conteúdo editorial em que Roberto Civita apresenta a missão de *Veja*¹¹:

“Nossa missão: ser a maior e mais respeitada revista do Brasil. Ser a principal publicação brasileira em todos os sentidos. Não apenas em circulação, faturamento publicitário, assinantes, qualidade, competência jornalística, mas também em sua insistência na necessidade de consertar, reformular, repensar e reformar o Brasil. Essa é a missão da revista. Ela existe para que os leitores entendam melhor o mundo em que vivemos.”

Corpus e quadro teórico de referência

Conforme disposto acima, propomos como *corpus* o estudo das capas e reportagens de capa que discorram sobre crimes inseridos no contexto da violência urbana ou relacionem a temática a outros temas sócio-econômicos no período de 1968 (início da veiculação de *Veja*) a dezembro de 2005. Como critério geral, não serão analisadas matérias que não figuraram na capa. A opção de estudar a revista desde o início de suas edições trará a possibilidade de analisar as significações construídas ao longo do tempo e assim examinar diacronicamente as estratégias discursivas e os contratos de comunicação propostos aos leitores.

¹¹ O conteúdo editorial de *Veja* foi obtido no site www.veja.com.br.

O quadro teórico de referência aponta, na discussão sobre a temática da violência urbana, a abordagem de estudiosos do âmbito social como Alba Zaluar, Hermes Ferraz, Ives Michaud, Paulo Sérgio Pinheiro, Edmundo Campos, Sérgio Adorno, Nancy Cardia, Régis de Moraes; pesquisadores que relacionam a violência à mídia impressa, como Maria Victoria Benevides e Cecília Coimbra; e autores que discutiram a violência em períodos passados, como Hannah Arendt, Jean Claude Chesnais e Georges Sorel.

Do ponto de vista da análise textual utilizaremos a semiótica discursiva, conforme abordada nas obras de Denis Bertrand, José Luiz Fiorin, Eric Landowski, Ana Claudia de Oliveira e Diana Luz Pessoa de Barros. Conforme afirma D. Bertrand (2003), enquanto teoria da significação, o objeto da semiótica é o sentido, mais especificamente o “‘parecer do sentido’, que se apreende por meio das formas da linguagem e, mais concretamente, dos discursos que o manifestam, tornando-o comunicável e partilhável” (p. 11). A revista semanal de informações, objeto sincrético, inscreve-se no tipo de texto que pode ser analisado pela semiótica discursiva, a fim de estudar suas estruturas significantes, as quais modelam um discurso social específico.

Seguem abaixo os conceitos semióticos que serão utilizados.

- No plano da expressão, partimos do entendimento de Ana C. de Oliveira (2004) de que os “*formantes plásticos* são unidades do plano da expressão que, quanto à sua identificação, podem corresponder a uma ou mais unidades do plano do conteúdo” (p. 120). Sendo assim, nos apoiaremos nas categorias da expressão a fim de determinar a função dos formantes na cadeia signifiante e, assim, operar as homologações com o plano do conteúdo.
 - ✓ na dimensão eidética serão analisadas as categorias vertical/horizontal e perpendicular/ diagonal da disposição das figuras e dos textos verbais, para chegarmos à simetria entre estes componentes;
 - ✓ na dimensão cromática, serão analisadas as composições das cores e suas polarizações em termos de claro vs escuro, luminoso vs sombrio;
 - ✓ na dimensão matérica, será abordada a fisicalidade da revista, como o tamanho e a qualidade do papel;

- ✓ na dimensão topológica, será analisada de que maneira a distribuição dos componentes identificados acima se dá e, com isso, faz depreender determinados efeitos de sentido.
- No plano do conteúdo nos apoiaremos nos conceitos de:
 - ✓ tematização/ figurativização, os quais nos parecem ser essenciais para o estudo das formas pelas quais a revista utiliza figuras do mundo natural/sensível para atribuir significações ao tema tratado na matéria;
 - ✓ operações enunciativas de embreagem/ debreagem, por permitirem a análise de como o enunciador se coloca e se retira do discurso enunciado, assim como a maneira pela qual o enunciador se relaciona com o enunciatário, determinando o tipo de interação ocorrida entre eles;
 - ✓ modalizações ou modalidades, definidas segundo Diana L. P. de Barros (2003, p. 88) como “a determinação que modifica a relação do sujeito com os valores (modalização do ser) ou que qualifica a relação do sujeito com o seu fazer (modalização do fazer)” dentro da narrativa textual. Ou, como define sumariamente Bertrand (2003, p. 313), trata-se de “um enunciado que modifica outro enunciado”. As modalidades fundamentais da semiótica – dever, querer, saber e poder –, que podem combinar-se entre si (“querer saber”) ou ainda modalizarem-se a si próprias (“querer querer”), serão aplicadas neste trabalho para compreensão dos valores dos sujeitos das narrativas, da identidade modal destes;
 - ✓ o percurso passional ou patêmico dos sujeitos da narrativa, as paixões que do ponto de vista da semiótica são entendidas como “efeitos de sentido de qualificações modais que, na narrativa, modificam a relação do sujeito com os valores” (Barros, 2002, p. 88). Um estado de *querer-ser*, por exemplo, pode produzir efeito de sentido de ambição do sujeito. O estudo do percurso passional se coloca relevante para este estudo pois, conforme afirma Diana L. P. de Barros, “numa narrativa, o sujeito segue um percurso, ou

seja, ocupa diferentes posições passionais, saltando de estados de tensão e de disforia para estados de relaxamento e de euforia, e vice-versa” (idem, p. 47);

- ✓ contrato de leitura entre os sujeitos da enunciação, o qual, firmado explicita ou implicitamente, segundo D. Bertrand é o mecanismo que “promove, assume e garante o universo de valores de referência” que circula textualmente (2003, p. 41);
- ✓ as axiologias do nível fundamental do percurso gerativo do sentido, que nos darão os valores inscritos no texto. Aqui, especialmente as categorias tímicas de euforia/disforia, as quais circunscrevem os valores considerados positivos e negativos, poderão elucidar de que forma *Veja* se posiciona frente à temática da violência urbana. Conforme anota J. L. Fiorin (2000), “euforia e disforia não são valores determinados pelo sistema axiológico do leitor, mas estão inscritos no texto” (p. 20);
- ✓ o conceito de isotopia, que nos parece relevante para o estudo pois se trata do mecanismo que garante coerência ao texto e orienta a leitura pelo enunciatório. Nestes termos J. L. Fiorin define a isotopia: “a reiteração, a redundância, a repetição, a recorrência de traços semânticos ao longo do discurso. (...) Para o leitor, a isotopia oferece um plano de leitura, determina um modo de ler o texto” (idem, p. 81). Tais reiterações e redundâncias, sejam temáticas ou figurativas, nos levarão às marcas textuais recorrentes, às constantes discursivas que não somente dão coerência ao texto e/ou orientam sua leitura, mas permitem a apreensão das significações textuais;
- ✓ E o conceito de simulacro, que será utilizado nesta dissertação segundo definição do Dicionário de Semiótica de A. J. Greimas e J. Courtés, acepção 1:

“De maneira algo metafórica, se emprega o termo simulacro em semiótica narrativa e discursiva, para designar o tipo de figuras do componente modal e temático, com ajuda das quais os actantes da enunciação se deixam apreender mutuamente, uma vez projetados no marco do discurso enunciado. Deste ponto de

vista, essas figuras podem ser consideradas representativas das competências respectivas que se atribuem reciprocamente os actantes da comunicação. Por isso intervém necessariamente de antemão a todo programa de manipulação intersubjetiva, a construção de tais simulacros na dimensão cognitiva” (p. 232).

Pode-se, então, pela definição de Greimas e Courtés, afirmar que o conceito de simulacro está na base da concepção de identidade de todo destinador, considerando-se, evidentemente, que estes traços semânticos dos quais os sujeitos da enunciação se investem podem ser colocados em discurso de formas diversas, ditadas pelas normas sociais vigentes, grupo social, lugar e época em que a comunicação ora se dá.

Definições e características da classe média brasileira

Neste item, procederemos à definição conceitual e ao delineamento das características da parcela da população inserida na terminologia *classe média*. Acreditamos que a discussão seja necessária por conta de a classe média ser o principal público leitor de *Veja*, bem como pela relação próxima que a semanal afirma manter com estes leitores. Bernardo Kucinski (1998), ao discorrer sobre o papel das revistas semanais as relaciona a esta parcela populacional afirmando que

“Essas revistas têm exercido um papel fundamentalmente ideológico, captando, reprocessando e realimentando os temores das classes médias. São muito ligadas a seu público, que nesse caso não é formado pelos próprios protagonistas das notícias e sim por uma classe média em constante processo de mutação, ora se enriquecendo, ora se empobrecendo, conforme o andar das crises econômicas”. (p. 33)

Para as definições, será utilizado o primeiro volume do *Atlas da Estratificação Social no Brasil*, de M. Pochmann e outros (2006). Optamos pela utilização deste trabalho por ele trazer, do ponto de vista econômico, um mapeamento histórico da classe média brasileira, necessário para a compreensão do perfil desta parcela da

população nas décadas de 1970 e 1980, bem como de suas características na atualidade. Pochmann utiliza a seguinte definição como referência conceitual da classe média:

“O conjunto demográfico que, embora com relativamente pouca propriedade, destaca-se por posições altas e intermediárias tanto na estrutura sócio-ocupacional como na distribuição pessoal da renda e riqueza. Por consequência, a classe média termina sendo reconhecida como portadora de autoridade e *status* social reconhecidos, bem como avantajado padrão de consumo.” (p. 16)

O conjunto da classe média se subdivide em classe média alta (executivos, gerentes, administradores e similares), média classe média (postos de trabalho centrais da burocracia privada e pública, ocupações técnico-científicas, entre outros) e baixa classe média (professores, vendedores, lojistas etc). Incluem-se na denominação geral da classe média os rentistas financeiros, pessoas vinculadas à previdência social, proprietários ou arrendatários de imóveis e os portadores de renda via herança.

Em relação às características históricas desta parcela da população, M. Pochmann afirma que a “dimensão e a manifestação da classe média se tornaram mais evidentes a partir do desenvolvimento capitalista” (idem, p. 20), pois, antes deste, havia um pequeno segmento demográfico vinculado aos níveis de renda intermediários. Com a expansão do modo capitalista de produção, pôde-se efetivar a constituição de uma camada social intermediária. No Brasil, afirma Pochmann que a classe média “foi um corpo ausente durante o Brasil colonial” (idem, p. 27), especialmente por conta das características do sistema econômico da época e da escravidão, de forma que somente nos períodos da Independência e da República desenvolveram-se as condições econômicas potenciais para o aparecimento de grupos sociais novos e distintos dos anteriores. Ainda assim, o autor salienta que as bases econômicas para o desenvolvimento da classe média surgem somente a partir de 1930, por conta do crescimento dos empregos assalariados de novos tipos e de mais alto rendimento, vinculados aos projetos de urbanização e industrialização das cidades.

Nesta fase de constituição de uma classe média urbana, especialmente devida ao chamado milagre brasileiro (1968-1973), emergiram postos de trabalho assalariado de nível superior, tais como os associados à administração e gerência de empresas, burocratas públicos e privados, bem como professores, médicos e advogados. Estes empregados de maior qualificação recebiam salários bem maiores em relação aos

funcionários de baixo valor agregado, o que permitiu a conformação de uma classe média urbana no Brasil (Pochmann, 2006, p. 27-31). A partir de 1980, porém, começou a contenção do avanço deste emprego assalariado por conta do abandono, pelo governo, do projeto de industrialização nacional, ao que os empregos tradicionais de classe média tiveram suas configurações alteradas. Conforme anota Pochmann,

“Com a desestruturação do mercado de trabalho, uma parcela das ocupações anteriormente assalariadas foi sendo transformada em postos de trabalho não-assalariados. Destaca-se entre elas o aumento das ocupações de classe média na forma de mão-de-obra autônoma para a empresa, como consultores, trabalhadores independentes, especialistas organizados em cooperativas e empresas sem empregados (somente pessoa jurídica).” (p. 32)

A partir da década de 1990, intensifica-se o desassalariamento de postos de trabalho de classe média, a substituição do antigo emprego assalariado por contratos de trabalho autônomos ou contratos de empresa jurídica sem funcionários (só o proprietário, atuando como prestador de serviços), e a diminuição dos empregos de salários intermediários na administração pública, devido ao enxugamento do aparelho estatal.

Este crescimento dos micro e pequenos empreendimentos sinaliza para o aumento de uma classe média detentora de uma parte reduzida dos meios de produção. Nesse período, emergem as ocupações vinculadas à existência destas micro e pequenas empresas e as atividades de autônomos. Esta crise do trabalho assalariado de classe média prejudica enormemente, segundo Pochmann, as possibilidades de mobilidade e ascensão social para este segmento populacional, com reflexos no padrão de consumo e estilo de vida.

Em relação à dimensão atual e a concentração demográfica dos indivíduos de classe média, dados coletados por Pochmann¹² mostram que 15,4 milhões, ou 31,7% do total de famílias existentes no Brasil, fazem parte desta parcela da população, totalizando 57,8 milhões de brasileiros. A renda familiar média, atualizada em novembro de 2005, vai de R\$ 1.556 a R\$ 17.351. Em 2000, 33,8% das famílias deste segmento concentrava-se no estado de São Paulo, 11,9% no Rio de Janeiro, 9,8% em Minas Gerais, 7,7% no Rio Grande do Sul e 6,3% no Paraná, totalizando 57,2% das

¹² Fonte: Censo Demográfico 2000 do IBGE.

famílias de classe média na região Sudeste e 18,3% na região Sul do país. Ou seja, 3 de cada 4 famílias de classe média vivem nas regiões Sul ou Sudeste, por influência direta do processo de desenvolvimento econômico concentrador em termos espaciais e sociais existente no Brasil. Na distribuição por município, observa-se que 11,2% da classe média brasileira vive na capital paulista. No total, $\frac{1}{4}$ das famílias desta faixa social situa-se em apenas 6 cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba e Porto Alegre.

Para mapear as características dos indivíduos de classe média, Pochmann utilizou dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE relativos ao perfil dos chefes de família. Foram consideradas as variáveis demográficas, educacionais e ocupacionais. Os dados mostram que 81,4% dos chefes de família são homens, 54,6% têm entre 30 e 49 anos, 63,8% são casados, e 90% vivem em áreas urbanas. A média de filhos chega a 2,3 nas regiões Sul e Sudeste e de 2,4 a 3 filhos nas demais regiões do país. Tem-se 68,2% da cor branca e 25,3% parda, de forma que somente 4,9% da classe média brasileira é composta de negros.

Em relação ao nível educacional, os dados apontam que os chefes de família de classe média têm escolaridade bastante superior à média nacional, com preferência para as instituições privadas. Dos que estavam estudando em 2000, 48% cursavam cursos superiores de graduação ou pós-graduação, contra 24,9% dos chefes de família da população em geral. No total, os chefes de família deste segmento têm 40% mais escolaridade que os da população brasileira como um todo. Na área ocupacional, as estatísticas mostram que os chefes de classe média possuem jornada de trabalho de 48,3 horas semanais, seu rendimento médio atinge a média de 9,9 salários mínimos mensais, 34,1% possuem carteira assinada, 15,1% são assalariados sem registro em carteira, 24,2% são autônomos com alto nível de escolaridade e especialização técnico-profissional, 6,1% são empregadores e 19,2% são aposentados. Portanto, os chefes de família de classe média ocupados exercem atividades com remuneração e especialização acima da média da população brasileira.

Além destas características, ressalta Pochmann que a classe média brasileira possui uma outra, também relevante para a formação da identidade, comportamento intergrupo e busca por diferenciação social: seu padrão de consumo. Segundo o autor,

“A classe média termina estabelecendo por ideal o reino da realização profissional, do desempenho destacado na estrutura de poder e da vida cercada pela comodidade do

padrão de consumo de maior renda possível. Nesse sentido, a classe média caracteriza-se por se tornar uma massa consumidora avantajada de bens e serviços. De certa forma, o consumo assume um ‘valor suplementar’ de relacionamento e de aparência, capaz de possibilitar identificação com elevado status social, dentro do projeto mais amplo de prosperidade fundado na ascensão e mobilidade intergeracional.” (2006, p. 89)

A despeito de a classe média brasileira representar cerca de 31% da população nacional, seu consumo atinge 50% de todo o mercado consumidor do Brasil, segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE (POF), de 2003. Segundo os dados coletados por Pochmann, a classe média concentra seus gastos familiares em educação, recreação e cultura, transporte, aumento do ativo e assistência à saúde, ao contrário das famílias pobres, que focam as despesas em alimentação, habitação, vestuário, fumo, higiene e cuidados pessoais. O item alimentação responde por 16,5% dos gastos da classe média, metade do que as famílias pobres gastam, 31%. Além disso, os pobres concentram suas compras em produtos alimentares básicos, ao passo que o outro segmento dá preferência aos produtos mais elaborados, preparados e industrializados.

Também no item habitação – que inclui aluguel, serviços, manutenção do lar, artigos de limpeza, eletrodomésticos, mobiliário e consertos – os pobres gastam mais (36,9%) do que a classe média (29,4%). O mesmo ocorre no item vestuário, que responde por 5,5% dos gastos das famílias pobres e 4,9% das de classe média, com exceção do subitem jóias, mais consumidas pelos indivíduos de maior renda. No item transporte – que abarca os subitens transporte urbano, combustível, manutenção de veículo próprio, aquisição de veículo e viagens – o consumo maior também é das famílias pobres, que concentram seus gastos no transporte urbano, ao passo que as famílias de classe média gastam mais em combustível, manutenção e aquisição de veículo, e viagens.

No item higiene e cuidados pessoais, os gastos dos pobres também são maiores: 2,4% da renda total, contra 1,9% da classe média. No que concerne às despesas com assistência à saúde, com exceção do subitem remédios, mais consumido pelas famílias pobres, as de classe média têm consumo mais elevado. Esta parcela tende a despender mais recursos com plano de saúde (1,7% contra 0,3% dos pobres) e tratamento dentário (0,6% contra 0,2%), especialmente por conta da precária prestação de serviços públicos na área da saúde.

No item educação, os gastos da classe média são quatro vezes maiores que os das famílias pobres, atingindo 3,7% e 0,9%, respectivamente. Chamam a atenção os itens curso superior e cursos regulares, que somados demandam 2,3% das despesas da classe média, contra 0,2% das famílias mais carentes. Em relação aos livros didáticos e artigos escolares, a classe média gasta duas vezes mais.

No item recreação e cultura, a classe média direciona 2,2% de sua renda e as famílias carentes 1%. Quando observado o subitem periódicos, livros e revistas, os números são ainda maiores: a classe média destina quatro vezes mais dinheiro para este tipo de despesa. Segundo Pochmann, num país de leitores pouco assíduos como o Brasil, este subitem denota uma forma de manutenção da desigualdade social, pois

“o acesso à informação de melhor qualidade, à cultura, ao pensamento crítico e ao debate nacional tende a passar ao largo do cotidiano da população que não ascendeu a melhores níveis de renda. Naturalmente, isso tem reflexos que vão além do treinamento técnico da mão-de-obra em escolas formais. Alcança inclusive a política e os rumos do país, já que parte significativa da população está excluída deste debate e, por isso, das decisões nacionais.” (idem, p. 92)

No item fumo (1,1% contra 0,6%) os gastos dos pobres superam os da classe média, bem como em serviços pessoais (cabeleireiro, manicure, consertos de artigos pessoais), que demandam 0,7% e 0,9%, respectivamente. Já no item outras despesas correntes os gastos dos mais bem aquinhoados superam os das famílias carentes, especialmente devido aos melhores níveis de renda. Nos subitens impostos (3,7% contra 1,5%), contribuições trabalhistas (3% ante 0,8%), serviços bancários (0,8% e 0,1%), pensões, mesadas e doações (1,4% contra 0,8%) e previdência privada (0% e 0,2%) estas discrepâncias são evidentes. No mesmo sentido, o item aumento do ativo mostra a maior alocação de recursos financeiros provenientes das famílias de classe média em aquisição de imóveis (1,6% contra 0,6% dos pobres) e reforma destes (2,1% ante 1,6%).

A fim de ressaltar a relevância da classe média tanto no século XX quanto na atualidade, quer seja por seu padrão de consumo e características sócio-econômicas, quer seja por sua participação nas decisões políticas do país, M. Pochmann finaliza afirmando que

“Sua importância não se assenta apenas em números que apontam para uma participação significativa no total da população urbana, emprego ou consumo do país. Na verdade, seu valor vem do vínculo com o intenso período de industrialização e urbanização nacional, compreendido entre 1930 e 1980. Nesses, a grosso modo, 50 anos, a classe média foi compondo a base social de apoio ideológico e forneceu braços e mentes para a industrialização e o crescimento econômico. Foi ela que aos poucos passou a deter parte das decisões, tanto no Estado como no setor privado, e a utilizar a educação e o conhecimento técnico em favor do planejamento micro e macro-econômico. (...) Em outras palavras, a continuidade do processo de industrialização e crescimento econômico era condição necessária para sua existência e crescimento enquanto grupo social.” (p. 101)

Parte 1

A violência em questão

Palavra de difícil definição, *violência* permite usos e significados diversos, tendo sido teorizada relativamente a temas como guerra, política, terrorismo, polícia, narcotráfico e família. Muitos conceitos de violência foram propostos para designar diversos tipos de práticas e hábitos, de forma que, de acordo com a cultura e o período histórico, variados comportamentos sociais puderam – e podem – ser caracterizados como violentos. A violência contra a mulher, por exemplo, foi aceita e praticada durante certo período de tempo. Atualmente, ainda que sua prática persista, há delegacias especializadas em criminalizar os familiares que a cometem. Não existe, portanto, uma percepção única e inequívoca do que seja a violência, dada a multiplicidade de atos violentos cujas significações podem ser analisadas à luz de normas, condições sociais e contextos culturais os mais diversos.

Para Hannah Arendt (1985), que estudou o tema no âmbito político, a violência implica um caráter instrumental, trata-se de um instrumento capaz de aumentar a força humana a fim de se atingir um objetivo.

“A violência distingue-se [do poder, da força e da autoridade] por seu caráter instrumental. Do ponto de vista fenomenológico, ela está próxima do vigor, uma vez que os instrumentos da violência, como todos os demais, são concebidos e usados para o propósito da multiplicação do vigor natural até que, no último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo.” (p. 25)

Georges Sorel (1993) defende o uso político da violência e acredita haver “um pouco de tolice na admiração que nossos contemporâneos têm pela suavidade”, mas em suas *Reflexões sobre a violência* propõe como ato violento nada além de greves gerais dos trabalhadores industriais. Sorel afirma que a violência somente pode prejudicar o progresso econômico ou “mesmo ser perigosa para a moralidade, quando ultrapassa um certo limite”, fora do qual é perfeitamente útil.

Já Jean Claude Chesnais (1981) apresenta formas de violência registradas em diferentes épocas e sociedades. O autor classifica a violência em dois grandes grupos: a privada, subdividida em criminal e não criminal, e a coletiva, “dos cidadãos contra o poder; a violência do poder contra os cidadãos e a violência da guerra” (p. 32-34), ambas definidas no âmbito da violência física. Outro tipo de violência seria a econômica, que se refere especificamente aos prejuízos causados ao patrimônio ou à

propriedade alheia, especialmente os resultantes de atos de delinquência, vandalismo e criminalidade.

Para A. Nogueira (apud H. Ferraz, 1994, p. 17), a violência “pode ser conceituada como ato de força exercido contra as pessoas e as coisas, na intenção de violentá-las ou delas se apossar”. No mesmo sentido, H.D. Graham e T. R. Gurr (apud Y. Michaud, 1989, p. 10) afirmam que “a violência se define, no sentido estrito, como um comportamento que visa causar ferimentos às pessoas ou prejuízos aos bens”. Já Y. Michaud, num âmbito que abarca tanto violência física quanto simbólica, afirma haver “violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maçica ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais” (idem, p. 11).

Etimologicamente, a palavra violência vem do latim *violentia*, que significa violência, caráter violento ou bravio, força. Já o verbo *violare* quer dizer tratar com violência, profanar, transgredir. Tais termos remetem a *vis*, que significa força, vigor, potência, emprego do força física (Y. Michaud, idem, p. 8), e, no Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, define-se violência como “qualidade de violento, ato violento”; definindo-se a palavra *violento* como “que age com ímpeto, agitado, tumultuoso, em que se faz uso da força bruta, contrário ao direito e à justiça”.

Considerando todas as definições de *violência* (especialmente a de Y. Michaud, mais abrangente) e tomando a palavra *urbano* como aquilo relativo à cidade, consideraremos como atos de violência urbana, para os limites desta pesquisa: ofensas, brigas, discussões agressivas verbais, acidentes e brigas de trânsito, roubos, furtos e seqüestros (com ou sem conseqüências fatais) e assassinatos (figura 1). Mas interessam também a esta investigação capas de *Veja* que relacionem a violência urbana com questões sociais (figura 2, que correlaciona violência a pobreza); e ainda as capas que confrontem a temática à vida nas grandes metrópoles, pois como se observa na figura 3, cidades como São Paulo e Rio de Janeiro são apresentadas como locais eivados de insegurança. Acreditamos que a análise desta segunda categoria de capas nos permitirá adensar na compreensão de como a mídia semanal constrói a violência e a criminalidade urbanas, dada a complexidade do fenômeno, especialmente na contemporaneidade.

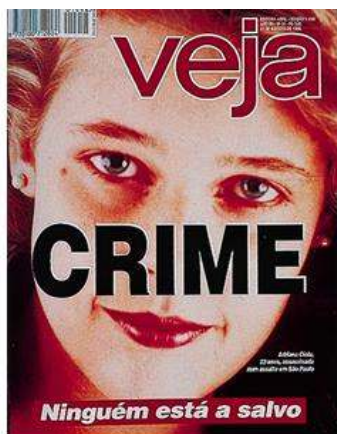


Figura 1 - Ed. 1458_21_ago_1996



Figura 2 – Ed. 1184_29_maio_1991



Figura 3 – Ed. 1652_07_jun_2000

Na figura 1, o enunciador discorre sobre o assassinato da estudante Adriana Ciola durante assalto num bar da cidade de São Paulo em agosto de 1996, crime de violência física ocorrido na classe média. Na figura 2, *Veja* apresenta dois meninos de rua e os insere na problemática da violência de forma dicotômica ao afirmar serem “filhos da miséria e do crime”, relacionando diretamente a marginalidade social à violência. Na figura 3, o enunciador alardeia sua preocupação com a falta de segurança nas grandes cidades ao mostrar a imagem de uma família urbana tradicional (pai, mãe e filhos) se protegendo da violência vestida com armaduras de guerra e gritando “Socorro!”. Nem todas as capas, conforme visto, discorrem sobre crimes violentos ou agressões físicas. No entanto, nos parecem relevantes para o delineamento da forma pela qual a revista constrói a temática.

1.1. Historicidade e cotidianidade da violência

É fato que a violência urbana está presente na vida de qualquer cidadão que viva em grandes metrópoles ou em cidades interioranas. É fato também que estão sujeitos a atos de violência tanto moradores da periferia quanto os dos bairros mais abastados. No entanto, as discussões correntes no âmbito da opinião pública costumam girar em torno de um progressivo aumento da criminalidade nas grandes cidades nos últimos anos como se, no passado, a criminalidade e a violência urbana não existissem, ou ocorressem segundo índices muito mais baixos. Crimes como o seqüestro relâmpago e os padrões coletivos de organização criminosa certamente se inscrevem no contexto da

contemporaneidade, mas a criminalidade sempre existiu, conforme anota Edmundo Campos (1988), a respeito das novas modalidades criminosas.

“Até a primeira metade da década de 1960, o assalto a banco era uma modalidade de crime virtualmente desconhecida no Brasil, bem como os seqüestros para obtenção de resgate. (...) O ‘pungista’, que agia com base numa habilidade de prestidigitador aprendida com os grandes ‘mestres’ do ofício, cedeu lugar ao assaltante violento de rua. (...) Mesmo o homicídio, que há duas ou três décadas era, predominantemente, um crime de natureza passional, tornou-se nos dias de hoje uma atividade organizada de conflito entre quadrilhas.” (p. 145)

Ainda que os índices da violência urbana não devam de forma alguma ser subestimados (estatísticas são tratadas no Anexo 1), segundo Yves Michaud (1989) o discurso da opinião pública sobre sua progressão desmedida não se fundamenta estatisticamente, ou seja, não encontra abrigo se analisado o volume efetivo – ainda que crescente – da criminalidade, mas se relaciona com as normas a partir das quais são concebidos os atos criminosos.

“Ao contrário das sociedades do passado, as nossas estão habituadas a uma segurança cada vez maior, que não depende só dos números da criminalidade, mas também e até mais da organização dos seguros e da previdência social, da homogeneidade de um espaço de livre circulação, da regulação de múltiplos aspectos da vida através do Estado. Sob o pano de fundo de uma segurança crescente, os comportamentos criminosos são percebidos com uma ansiedade desproporcional ao seu volume real.” (p. 33)

Além disso, concorrem para a obsessão das sociedades contemporâneas com risco e segurança a própria configuração da vida e o perfil do risco na modernidade, assunto que será discutido no próximo item.

Do ponto de vista histórico, Y. Michaud afirma que “a violência é a marca registrada de períodos inteiros do passado”. Abaixo, dispomos citações tanto de Y. Michaud quanto de G. Sorel e M. A. Rosa, de fatos violentos que ciclicamente se repetiam nos séculos passados, a fim meramente de exemplificar a historicidade da criminalidade urbana. Isso porque há precariedade de dados estatísticos que assinalem tal historicidade.

- Em Anvers, durante a segunda metade do século XIV, os registros de crimes mostram a frequência de brigas e de rixas violentas e mortais. Os roubos eram tão temidos quanto as violências físicas. (Y. Michaud, 1989, p.33);
- Em Genebra, em 1562, de 197 delitos e crimes, havia 20% de roubos, 20% de crimes passionais, 11% de infrações profissionais e 11% de brigas. (idem, p.33)
- Em Paris, em junho de 1488, de cem pessoas mortas numa semana, 50% deveu-se a violência física, 13% a roubos e 12% a dívidas; (idem, p. 34);
- Em Paris, na segunda metade do século XVII, descreve o escritor A. Farge no livro *Vivre dans le rue à Paris au XVIII^e siècle*: “a violência da rua espanta nossas sensibilidades modernas. Os relatórios dos médicos e dos cirurgiões de Châtelet encarregados de examinar os ferimentos e de prescrever os cuidados necessários nos informam sobre a gravidade dos ataques. Para atacar, vale tudo: utensílios cortantes, garrafas, banquinhos de madeira, podadeiras, caçarolas e caldeirões, garfos de assadeiras” (idem, p 34);
- Na França, “os costumes dos *compagnonnages* (peões de fábrica) durante muito tempo se destacaram por sua brutalidade; antes de 1840, havia invariavelmente tumultos, às vezes sangrentos, entre grupos de ritos diferentes; Martin-Saint Leon apresenta em seu livro sobre *compagnonnages* extratos de canções realmente bárbaras; as recepções eram cheias de provas muito duras; os jovens eram tratados como verdadeiros párias” (G. Sorel, ob cit. p. 162)
- “Os crimes da Santa Inquisição são conhecidos de todos. Nunca repetiam o mesmo martírio para que o condenado não sucumbisse e, também, para exercício da ‘criatividade’ sádica dos torturadores. O flagelo deveria durar o maior tempo possível para que toda a execução” fosse concluída (M.A. Rosa, 2002, p.162)

Também Simon Schwartzman (1980) ratifica a historicidade da violência urbana ao afirmar que este “não é, como sabemos, um fenômeno novo. A história das sociedades humanas tem sido uma história de violência crescente, e isto vale também para o Brasil, apesar do mito do ‘homem cordial’” (p. 365). Ruben George Oliven

(1980) acrescenta que embora a violência tenha sido um recurso constantemente utilizado durante o desenvolvimento da sociedade brasileira desde seus primórdios, persiste uma negação sistemática, de âmbito ideológico, pois ao contrário do que ocorre em outros países historicamente marcados pela violência,

“no Brasil haveria uma índole pacífica supostamente herdada do português, que teria sabido tão gostosamente promover uma suave mistura de raças, criando aqui nos trópicos uma sociedade harmônica.” (p. 371)

Mas de fato a história do Brasil, como de outros países, mostra que a violência esteve regularmente incorporada ao cotidiano dos indivíduos. Segundo Sérgio Adorno e Nancy Cardia (1999), a utilização, aceitação e legitimação da violência como forma de resolver conflitos sociais ou no desfecho de tensões nas relações intersubjetivas, referia-se ao modo de vida do

“Brasil tradicional, ainda dependente de práticas herdadas do passado colonial, em que predominava um padrão de vida associativa, cujas bases materiais se assentavam no parentesco, no escravismo e nos interesses ditados pela grande propriedade rural e cujas expressões culturais se materializavam na intensidade dos vínculos emocionais, no alto grau de intimidade e de proximidades pessoais e na perspectiva de sua continuidade no tempo e no espaço.” (p. 67)

Afirmam os autores que no Brasil colonial a transgressão de normas – legais ou tácitas – era punida com a violência, inclusive física, a qual, legitimada, funcionava como forma de se recompor “laços e elos rompidos na rede de relações sociais” (idem, p. 67). No último quarto do século XIX, com a emergência da sociedade capitalista e a instauração da República, havia a expectativa de que o alardeado crescimento econômico, o desenvolvimento social, as novas tecnologias e especialmente as novas formas de governo regidas por legislações supostamente justas (já que discutidas antes de sua promulgação), seriam instituições qualificadas para coibirem as diversas formas de violência no Brasil, de forma que

“as pendências pessoais bem como os conflitos sociais seriam carregados para os tribunais e seriam julgados segundo critérios fundados em leis universais, válidas para todos os cidadãos, independentemente de clivagens econômicas, sociais ou culturais. A

institucionalização de um poder único, reconhecido e legitimado, enfeixando todos os sistemas possíveis e paralelos de poder, haveria de tornar a violência um fenômeno anacrônico na vida social brasileira.” (Adorno & Cardia, *idem*, p. 67)

No entanto, a despeito das expectativas do propagado “progresso”, a violência, em suas diversas manifestações – seja de ordem física ou simbólica – continuou a fazer parte do cotidiano dos brasileiros, inclusive como forma de reação e tentativa de resolução de conflitos advindos de diferenças sociais, de poder (inclusive político, via repressão durante a ditadura militar), de propriedade, gênero e classe social. E ao longo do processo de democratização do País, ganhou *status* de questão pública, de *problema nacional*, sendo discutida como assunto corrente pelos governos e passando a fazer parte do noticiário da imprensa.

Conforme anota R.G.Oliven (1980), o mito da “índole pacífica” do brasileiro conseguiu se perpetuar apesar das evidentes manifestações de violência ocorridas durante décadas, começando seu processo de desgaste somente a partir de 1964, “quando a repressão política também atingiu a classe média através da tortura pelos órgãos de segurança” (p. 371) e, na seqüência, pelo início do processo de abertura econômica e de transição democrática do País (1979-1989). Com o modelo econômico em crise, o aumento da inflação e do desemprego, a crise política (não somente a decorrente da flagrante violação de direitos durante a repressão, mas devida a problemas institucionais) e a carência de fundamento do discurso federal da “segurança nacional” até então alardeado, foi preciso, segundo o autor, a criação de um novo “bode expiatório” com que se preocupar. Daí advém a caracterização da violência como problema nacional, como questão a ser debatida e discutida como assunto corrente e socialmente relevante. E, ademais, como assunto de risco nas sociedades.

“Chama a atenção o fato de que quando começa a ‘abertura’, o mito da índole pacífica do brasileiro é relegado a um segundo plano no discurso oficial e a ‘violência urbana’ é alçada à posição de ‘problema nacional’, aparentemente por terem as classes média e alta sido também atingidas por ela.” (*idem*, p. 372)

A este entendimento, S. Adorno e N. Cardia aduzem o fato de que, no decurso do processo de democratização do País, agravaram-se as situações de violência em suas diversas formas, inclusive a causada pelos agentes públicos destinados a contê-la.

“Por um lado, persistiram as graves violações de direitos humanos praticadas por agentes do Estado na implementação do controle social. As mortes extrajudiciais praticadas pela Polícia Militar, em geral sob a rubrica de ‘estrito cumprimento do dever’ ou ‘resistência a voz de prisão’ mantiveram-se ao longo dos anos 80 como estratégia institucional ‘normal’ de controle da criminalidade. (...) Por outro lado, verificou-se uma verdadeira explosão de litigiosidade no seio da sociedade civil, em particular nos bairros onde habitam majoritariamente classes trabalhadoras de baixa renda, resultando em desfechos fatais.” (idem, p. 68-69)

A partir destas informações, há que se considerar o fato de que a violência institucional praticada pelo Estado brasileiro deve ser considerada quando se trata de discutir o aumento – ou não – da violência no Brasil a partir de 1964. Pois existe a possibilidade de que se, num primeiro momento – de acumulação de capital e modernização conservadora do País –, o regime político em vigor tenha minimizado e relativizado os efeitos sociais da política econômica praticada e do arbítrio político (=violência dos órgãos de segurança), após a abertura político-econômica a criminalidade violenta passou a ser apresentada com grande visibilidade como questão endêmica às cidades brasileiras, especialmente às em fase de modernização e industrialização. Aqui, cabem algumas perguntas: Por que a violência passou a ser considerada como problema justamente naquele momento histórico? Por que este tema específico foi alçado à categoria de questão relevante, digna de discussões cotidianas e políticas, de abordagem enfática pela mídia (como veremos mais à frente)? Por que não discutir o aumento dos crimes do colarinho branco ou a crescente quantidade de crianças vitimizadas pela miséria nos estados nordestinos, por exemplo?

Por que certos temas se constituem, em determinados momentos históricos ou contextos sociais específicos, mais relevantes do que outros? Teria o Estado brasileiro e, na esteira, os meios de comunicação “fabricado” o discurso da violência como forma de minimizar e relativizar a importância da violência praticada pelo próprio Estado? No item *Mídia e violência*, estas questões serão relacionadas à teoria da *agenda setting*.

1.2. Contornos de uma sociedade do risco

Segundo Anthony Giddens (1991), a *modernidade radicalizada* do final do século XX é um fenômeno de dois lados: trouxe novas oportunidades e modos de vida, mas também novos riscos e perigos. Com o desenvolvimento das instituições sociais modernas e sua propagação no âmbito mundial as sociedades passaram a contar com maiores oportunidades para uma vivência segura e feliz, como em nenhum outro período histórico se havia conseguido. Os modos de vida advindos da modernidade tiraram os indivíduos de uma maneira sem precedentes de todos os tipos tradicionais de ordens sociais. Segundo o autor, as “transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes”; pois tanto em termos de extensão quanto “intencionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana” (p. 14), criando modos de vida ainda não vistos ou vislumbrados na história das sociedades.

Porém, a modernidade tem ao mesmo tempo um “lado sombrio” bastante evidente na atualidade, que relaciona de uma nova forma segurança, risco e perigo. Ao contrário do que se esperava, a emergência da modernidade e do progresso não trouxe consigo uma ordem social mais segura. Afirma A.Giddens que “o mundo em que vivemos hoje é um mundo carregado e perigoso” (p. 17-19), não mais sujeito aos perigos e riscos de ontem, mas a outros, novos e não menos atemorizantes. Ulrich Beck (1998) classifica o destino das sociedades modernas – as sociedades do risco – como “destino de perigo” (p. 47), já que com o desenvolvimento da civilização surge uma nova frente de perigos, produzidos sistematicamente pelos processos avançados de modernização. Desponta uma época em que os riscos são um traço característico e inevitável nas sociedades.

“Na modernidade desenvolvida, que havia surgido para eliminar as limitações derivadas do nascimento e permitir que os seres humanos obtivessem mediante sua própria decisão e sua própria atuação um lugar no tecido social, aparece um novo *destino de perigo*, do qual não há como escapar. [...] Este destino tampouco se encontra sob o signo da *miséria* [como nas situações de divisão de classe do século XX], mas sob o signo do *medo*, e não é precisamente uma ‘reliquia tradicional’, mas um *produto* da

modernidade, em seu estado *máximo* de desenvolvimento.” (idem, p. 12, grifos do autor)

Neste sentido, A.Giddens (1991) afirma haver, na modernidade radicalizada, um novo ambiente de risco para as sociedades, se comparado ao enfrentado pelas culturas pré-modernas. O ambiente de risco das sociedades precedentes envolvia primordialmente ameaças e perigos emanados da natureza (doenças, alterações climáticas e desastres naturais) e a violência humana vinha por parte de exércitos pilhadores, “senhores de guerra locais”, bandidos e salteadores. Nas sociedades modernas os riscos e perigos emanam da “reflexividade” da modernidade, e as ameaças de violência humana se dão a partir da industrialização da guerra e da iminência de uma destruição parcial ou em massa da humanidade (p.104). Porém Giddens salienta que, apesar do perfil de risco ser diferente em relação à violência humana e suas conseqüências, a insegurança das sociedades tradicionais não era menor do que a sentida na atualidade, bem como os mecanismos de proteção, então ao alcance de parcela diminuta das populações, pois nas culturas pré-modernas:

“poucos grupos da população podiam sentir-se seguros por longos períodos da violência ou ameaça de violência por parte de exércitos invasores, bandoleiros, senhores de guerra locais, salteadores, ladrões ou piratas. [...] Os meios urbanos modernos são freqüentemente considerados perigosos devido ao risco de um ataque ou assalto. Mas não apenas é este nível de violência caracteristicamente menor se comparado com muitos cenários pré-modernos; tais meios são apenas bolsões relativamente pequenos dentro de áreas territoriais maiores, nas quais a segurança contra a violência física é imensamente maior do que jamais foi possível em regiões de tamanho comparável no mundo tradicional.” (idem, p. 109)

As sociedades enfrentam hoje ameaças e perigos específicos da vida social moderna, de modo que tanto riscos de alta conseqüência – como ataques nucleares e desastres ecológicos – quanto os menores, mas também ameaçadores da vida ou do patrimônio – como assaltos, homicídios e seqüestros – configuram-se geradores de ansiedades e angústias nos indivíduos, afetando direta e significativamente as atividades

e os comportamentos cotidianos e, em suma, a integridade da segurança ontológica¹³ dos indivíduos, que cotidianamente têm de viver no mundo fluido, globalizado, incerto e imprevisível da modernidade, além de dirigir o “carro de Jagrená”, teorizado por Giddens como

“uma máquina em movimento de enorme potência que, coletivamente como seres humanos, podemos guiar até certo ponto mas que também ameaça escapar de nosso controle e poderia se espatifar. [...] A viagem não é de modo algum inteiramente desagradável ou sem recompensas; ela pode com frequência ser estimulante e dotada de esperançosa antecipação. Mas, até onde durarem as instituições da modernidade, nunca seremos capazes de controlar completamente nem o caminho nem o ritmo da viagem.” (1991, p. 140)

Aduz Giddens que ao dirigir o carro de Jagrená, ou ao viver em condições de modernidade, os indivíduos nunca serão capazes de se sentir inteiramente seguros dadas as características tortuosas do terreno pelo qual o carro tem de trafegar, repleto de riscos e perigos, e no qual “sentimentos de segurança ontológica e ansiedade existencial podem coexistir em ambivalência” (idem, p. 140), ainda que haja procura constante de proteção e segurança. Configura-se, assim, a sociedade do risco de U. Beck, que cotidianamente convive com perigos e riscos produzidos pela própria modernidade. Mas se são a insegurança, os riscos e perigos inerentes à modernidade, o que deve o indivíduo fazer? Pode a sociedade aplacar ou mitigar as inseguranças, temores e ansiedades dos indivíduos?

Em tempos de modernidade radicalizada (ou modernidade líquida), afirma Z. Bauman (2003) que a sociedade, então imaginada como pai rigoroso e poderoso, mas cuidadoso e protetor, diluiu-se, esvaiu-se, perdeu muito de sua aparência “paternal” especialmente no que tange ao provimento dos bens materiais e simbólicos necessários para se enfrentarem adversidades como a insegurança da vida moderna. Ao não satisfazer a necessidade e o desejo dos indivíduos de terem um “lar seguro”, a sociedade mostra que “não cumpriu suas promessas; negou abertamente as mais vitais delas” (p.

¹³ A segurança ontológica é teorizada por Giddens (1991) como “a crença que a maior parte dos indivíduos têm na continuidade de sua auto-identidade e na constância dos ambientes de ação social e material circundantes”, que tem a ver “com o ‘ser’ ou, nos termos da fenomenologia, o ‘ser-no-mundo’” (p. 95).

101). Mais do que não trazer segurança, promete mais insegurança e transfere ao indivíduo a responsabilidade de buscar a solução para seus problemas e temores.

“Entre as totalidades imaginárias a que as pessoas acreditavam pertencer e aonde acreditavam poder procurar (e eventualmente encontrar) abrigo, um vazio boceja no lugar outrora ocupado pela ‘sociedade’.” (idem, p. 102)

Especificamente sobre o papel do Estado na garantia da segurança e bem-estar dos cidadãos, Z. Bauman (2001) afirma ter havido, de fato,

“a renúncia, adiamento ou abandono, pelo Estado, de todas as suas principais responsabilidades em seu papel como maior provedor (talvez mesmo monopolístico) de certeza, segurança e garantias, seguido de sua recusa em endossar as aspirações de certeza, segurança e garantia de seus cidadãos.” (p. 211)

Ou seja, esperar que os governos chamem para si a tarefa de proteger efetivamente o cidadão e mitigar suas inseguranças existenciais não parece surtir efeito. Ao contrário, Bauman acredita que assim como outros aspectos da vida humana num mundo inexoravelmente individualizado e privatizado, a segurança passou a ser uma empreitada individual. A defesa do lugar, do espaço inseguro, passa a ser, portanto, tarefa do cidadão, de um pequeno grupo, ou de uma comunidade, e não mais do Estado.

“Como muitas outras iniciativas dos poderes públicos, o sonho da pureza foi, na era da modernidade líquida, desregulamentado e privatizado; agir sobre esse sonho foi deixado para a iniciativa privada – local, de grupos. A proteção da segurança pessoal é agora uma questão de cada um, e as autoridades e a polícia local estão à mão para ajudar com conselhos, enquanto as imobiliárias assumem de bom grado o problema daqueles que são capazes de pagar por seus serviços.” (2001, p. 207)

Para U. Beck (1998), entre as novas formas de consenso e de organização produzidas pela sociedade do risco estão projetos como as “comunidades de ameaça”, organizadas em torno da “utopia da segurança” (p. 53/55) e que objetivam proteger seus membros das ameaças e perigos inerentes à modernidade. Se nas sociedades de classe a palavra de ordem era “Tenho fome!”, ao contrário,

“O movimento que se põe em marcha com a sociedade do risco se expressa na frase ‘Tenho medo!’. Em lugar da *comunidade da miséria* aparece a *comunidade do medo*. Neste sentido, a sociedade do risco marca uma época social na qual a *solidariedade* surge por *medo* e se converte em uma força política.” (idem, p. 56)

Segundo Z. Bauman (2003), ainda que os indivíduos sonhem com tal comunidade, na qual estejam – ou se sintam – totalmente seguros de perigos e ameaças, a *comunidade realmente existente* à disposição em tempos de modernidade líquida exige uma rigorosa contrapartida em troca da segurança que oferece. Exige a liberdade, total ou parcial. Este é o preço do privilégio de viver numa comunidade prometidamente segura como condomínios fechados e prédios ultra-seguros dos bairros abastados das cidades brasileiras, cujo pagamento se dá em nova moeda circulante – a liberdade. Neste tipo de comunidade, segurança e liberdade configuram-se como valores paradoxais e continuamente em tensão, ainda que amplamente desejados e valorizados pelos que se protegem das inseguranças da vida urbana. Pois, ora,

“Você quer segurança? Abra mão de sua liberdade, ou pelo menos de boa parte dela. Você quer poder confiar? Não confie em ninguém de fora da comunidade. Não fale com estranhos. (...) Você quer essa sensação de aconchego? Ponha alarmes em sua porta e câmeras de tevê no acesso. Você quer proteção? Não acolha estranhos.” (p. 10)

Mas pode uma nova entidade, a comunidade, fornecer um ambiente efetivamente seguro e acolhedor, um colo paterno e protetor para os indivíduos? Seria este ambiente seguro a solução para os temores naturalizados e institucionalizados da vida moderna? O que parece ocorrer é que, mesmo estando em comunidade, os indivíduos ainda sentem-se inseguros (ou de fato estejam), num processo contínuo de realimentação em que no lugar de aplacada, a insegurança aumenta. Canalizada e mediada pela ansiedade descomunal nos cuidados com proteção e segurança, a vida em comunidade – e a inerente perda de liberdade – parece o remédio, mas se mostra o placebo. Por sua configuração existencial específica ela realimenta, e não mitiga, a insegurança e a liberdade. Contrariamente, acredita Z. Bauman (2001) que, apesar de no processo de busca de equilíbrio entre liberdade e segurança o comunitarismo ter ficado sempre ao lado desta última e aceitado que os dois valores estão em oposição, existe a possibilidade de se aliar segurança e liberdade.

“Uma possibilidade que os comunitários não admitem é que a ampliação e o enraizamento da liberdade humana podem aumentar a segurança, que a liberdade e a segurança podem crescer juntas, e menos ainda que cada uma só pode crescer em conjunto com a outra. A imagem da comunidade é a de uma ilha de tranqüilidade caseira e agradável num mar de turbulência e hostilidade. Ela tenta e seduz, levando os admiradores a impedir-se de examiná-la muito de perto, pois a eventualidade de comandar as ondas e domar os mares já foi retirada da agenda como uma proposição tanto suspeita quanto irrealista.” (p. 208)

1.3. A construção da identidade na sociedade do risco

O conceito de identidade está sujeito a interpretações/teorizações que vão da filosofia à psicologia. Neste trabalho, não intentamos discuti-lo em profundidade ou debatê-lo sob as diversas abordagens que o teorizam. Ao contrário, utilizaremos o conceito para estudar de que forma circulam os valores identitários do grupo de referência de leitores que o discurso de *Veja* apresenta, para que analisemos os critérios de diferença e semelhança que aproximam e/ou afastam este grupo de seu Outro e de que lugar de fala este discurso é construído. Conforme ressalta Z. Bauman (2005), identidade é um conceito enormemente discutido e contestado. Porém, sempre que se citar ou discutir sobre ele, sabe-se que lá estará havendo “uma batalha”, pois “o campo de batalha é o lar natural da identidade. Ela só vem à luz no tumulto da batalha, dorme e silencia no momento em que desaparecem os ruídos da refrega” (p. 84). Sendo a mídia semanal (e a mídia como um todo) um campo de batalha discursivo, para onde convergem e onde se criam e circulam discursos sociais específicos, importa-nos relacionar o conceito de identidade às significações construídas por *Veja* sobre a temática da violência, dadas as relações que se estabelecem.

Conforme disposto no item anterior, a emergência da modernidade tardia não trouxe uma ordem social existencialmente mais segura para os indivíduos. Segundo A. Giddens (2002), atualmente as sociedades desenvolvidas vivem sob o signo do risco. Não no sentido de que a vida nas sociedades modernas seja mais perigosa do que nas sociedades tradicionais. O fato é que, como visto, o conceito de risco participa essencialmente da forma pela qual os indivíduos organizam o mundo social e, na

esteira, pela maneira como constróem suas próprias identidades, o seu ser na sociedade. E, assim como em relação aos riscos e perigos inerentes à modernidade, também o conceito de identidade – incluído seu processo de formação –, apresenta-se como um projeto reflexivo. Afirma o autor que em ambientes modernos, o eu é comumente alterado, explorado e redefinido, é “parte de um processo reflexivo de conectar mudança pessoal e social” (p. 37). Ou seja, não mais sob a forma de ritos de passagem, como eram marcadas as mudanças identitárias e as transições na vida dos indivíduos das sociedades tradicionais, mas ininterrupta e reflexivamente. Há de fato uma interconexão entre eu e sociedade, típica dos ambientes globalizados, de forma que

“As transformações na auto-identidade e a globalização, como quero propor, são dois pólos da dialética do local e do global nas condições da alta modernidade. Em outras palavras, mudanças em aspectos íntimos da vida pessoal estão diretamente ligadas ao estabelecimento de conexões sociais de grande amplitude. (...) O nível de distanciamento tempo-espaco produzido pela alta modernidade é tão amplo que, pela primeira vez na história humana, ‘eu’ e ‘sociedade’ estão inter-relacionados num meio global.” (idem, p. 36)

Este processo de construção reflexiva do eu é, porém, inerentemente gerador de inseguranças e ansiedades para as quais há somente um recurso a lançar mão: a confiança básica. Segundo Giddens (2002), a confiança básica é um mecanismo sem o qual as pessoas não teriam como inocular as ansiedades existenciais que as acometem em tempos de alta modernidade,

“é um dispositivo de triagem em relação a riscos e perigos que cercam a ação e a interação. É o principal suporte emocional de uma carapaça defensiva ou *casulo protetor* que todos os indivíduos normais carregam como meio de prosseguir com os assuntos cotidianos.” (p. 43)

É esta proteção contra ameaças e perigos futuros que permite às pessoas manterem coragem e esperança frente às circunstâncias debilitantes da vida moderna, uma barreira protetora que, apesar de poder ser rompida temporária ou permanentemente a qualquer momento, cria um “sentido de invulnerabilidade” nos indivíduos, o qual bloqueia as possibilidades negativas em favor das positivas, derivadas da confiança básica. O *casulo protetor* permite ao indivíduo construir

reflexivamente sua identidade, vivenciar a sensação de saber quem ele é, o que faz, como é sua vida, “uma sensação física e psíquica de estar à vontade nas circunstâncias rotineiras da vida cotidiana” (idem, p. 120).

Sob esse ponto de vista, cabe perguntar quem seria o Outro ameaçador do estilo de vida e da segurança da classe média – grupo de referência discursivo para o qual se dirige *Veja* – e se esse Outro causaria a destruição dessa sensação. Isso porque, no processo de rotinização da vida diária, articula-se um mecanismo que Giddens (2002) identifica como “segregação da experiência”, o qual se refere a “processos de ocultação que separam as rotinas da vida ordinária dos seguintes fenômenos: loucura; criminalidade; doença e morte; sexualidade; e natureza”. Giddens argumenta que a segurança ontológica – ou confiança básica – que a modernidade tardia adquiriu relativamente à constância das rotinas diárias, “depende de uma exclusão institucional em relação à vida social de questões existenciais fundamentais que apresentam dilemas morais centrais para os homens.” (p. 145). Ou seja, os indivíduos utilizam-se dos sistemas especializados próprios das instituições modernas para se verem afastados de tais fenômenos, os quais adentram suas vidas somente quando se constituem em episódios ou momentos de caráter relevante, porém não rotineiro – como assaltos e seqüestros, tratando-se especificamente da criminalidade. Ocorre que inexistem ambientes modernos totalmente seguros. E mesmo antes da modernidade, estes locais nunca existiram.

Mas, afinal, quem é o Outro ameaçador da segurança e estabilidade da classe média? Para a definição do Outro do qual esta parcela da população se distingue, se diferencia – e portanto teme –, partiremos da conceituação de Eric Landowski (2002) de que o sujeito *nós*, para constituir-se semioticamente, necessita de um *ele*, um *outro* do qual este *nós* se diferencie, mas a partir do qual se defina, pois,

“com efeito, o que dá forma à minha própria identidade não é só a maneira pela qual, reflexivamente, eu me defino (ou tento me definir) em relação à imagem que outrem me envia de mim mesmo; é também pela maneira pela qual, transitivamente, objetivo a *alteridade do outro* atribuindo um conteúdo específico à diferença que me separa dele” (p. 4)

A definição de uma identidade passa, portanto, pela construção de uma alteridade, de forma que as revistas semanais, ao construírem os valores identitários do

grupo de referência, ao mesmo tempo estruturam os valores de um Outro grupo do qual este se diferencia. No tocante à violência urbana poderíamos questionar: que valores marcam as diferenças entre esta classe média ameaçada pela violência e este Outro, o ameaçador, o criminoso? De que lugar discursivo é construída a violência urbana nas páginas de *Veja*?

Segundo E. Landowski (2002), há quatro formas de articulação das dessemelhanças entre o grupo de referência e seu Outro: assimilação, exclusão, segregação e admissão¹⁴. Destas, acreditamos que, relativamente às atitudes pelas quais a classe média articula suas diferenças em relação ao Outro criminoso e ameaçador, a abordagem seja a da exclusão. Vejamos algumas capas que ilustram este posicionamento.



Nas capas, observa-se que as significações construídas por *Veja* são de que o Outro ameaçador da segurança do grupo de referência discursivo é o pobre, o filho da “miséria e do crime”, o morador da periferia, espaço social que invade o colorido da classe média, local de segurança e harmonia, ambiente do Mesmo.

Para Landowski, a articulação das diferenças pela exclusão não é difícil de ser compreendida se analisados os pressupostos (mais precisamente, os preconceitos) que circundam e circunscrevem o conjunto sociocultural de figuras e de espaços do Outro. Segundo o autor, trata-se basicamente de uma “imagem” de um Nós supervalorizado que deve “ser preservado custe o que custar, em sua integridade”, em sua “pureza original” (idem, p. 9), criada concomitantemente à figura de um Eles subvalorizado,

¹⁴ Para aprofundamento das quatro formas de articulação, ver Eric Landowski, 2002.

heterogêneo, carente de originalidade e autenticidade. Este Outro diferente e impuro, se origem ou história, é colocado

“face a uma identidade de referência concebida como perfeitamente homogênea e colocada como devendo ficar imutável, [de forma que] a alteridade só pode ser pensada como uma diferença, vinda de *alhures*, e que assume, por natureza, a forma de uma *ameaça*.” (idem, p. 10)

É importante ressaltar que as diversidades que diferenciam e separam o grupo de referência de seu Outro são construídas e naturalizadas. A necessidade de separação do grupo de referência de seu dessemelhante, visto como ameaça à estabilidade e ao equilíbrio interno, não é, segundo Landowski (2002), nem uma disfunção social nem uma heterogeneidade preestabelecida pela natureza. Ao contrário, as significações que demarcam e diferenciam, em nosso caso de estudo, a classe média e seu Outro são socialmente construídas. E, acrescentamos, posteriormente internalizadas, naturalizadas e reproduzidas, num lema de “sempre foi assim”.

“Na realidade, as diferenças *pertinentes*, aquelas sobre cuja base se cristalizam os verdadeiros sentimentos identitários, nunca são inteiramente traçadas por antecipação: elas só existem na medida em que os sujeitos as constroem e sob a forma que lhes dão. Antes disso, entre as identidades em formação, há apenas puras diferenças *posicionais*, quase indeterminadas quanto aos conteúdos das unidades que elas opõem.” (idem, p. 12)

Relativamente a esta construção social de dessemelhanças, lugares e figuras do Outro, Landowski postula a existência de um “vazio semântico”, por meio do qual é possível determinar “o espaço original, de caráter virtual”, onde se articula o princípio das diferenças que sustentam os discursos e as representações aplicadas e reproduzidas socialmente. Por este mecanismo, as diferenças *posicionais* transformam-se, no plano empírico, em oposições *substanciais*, já que investidas semanticamente pelo grupo de referência.

“O sujeito coletivo que ocupa a posição do grupo de referência – instância semiótica evidentemente difusa e anônima – fixa o inventário dos traços diferenciais que, de preferência a outros possíveis, servirão para construir, diversificar, estabilizar o sistema

das ‘figuras do Outro’ que estará, temporária ou duradouramente, em vigor no espaço sociocultural considerado.” (p. 13)

Ao final, configura-se todo um conjunto bastante diversificado de “figuras do Outro”, que vão das tipificações do estrangeiro e do nordestino à do marginal, do árabe, do pobre, do vagabundo. Tais tipificações são reforçadas e reproduzidas, temporalmente, por diversos organismos sociais, dentro os quais a mídia e, dentro desta, a semanal.

1.4. Miséria gera violência?

“Muito embora o problema da violência não possa ser explicado em sua totalidade pela miséria, parece-me que existe uma relação estreita entre miséria e violência, uma vez que a extensão da pobreza e da miséria é resultante de um processo de modernização que combina altos índices econômicos com elevados índices de marginalização de indivíduos da atividade produtiva organizada.” (Renato P. Saul, 1999, p. 121)

Como se lê acima, o argumento de que a pobreza, o desemprego e as crises econômicas associam-se direta e causalmente com os níveis de violência está vivamente presente no discurso acadêmico especializado. Conforme veremos, este discurso, simplista e reducionista, aparece naturalizado em diversos âmbitos da esfera social, nos discursos cotidianos, nos políticos, nos da mídia.

O *Jornal do Brasil* de 3 de dezembro de 1982 publicou trechos do relatório aprovado na Comissão Parlamentar de Inquérito (instalada em abril de 1980) que investigou as causas da violência urbana no Brasil. Do relatório constam diversas sugestões, as quais podem ser lidas como o entendimento dos elaboradores (juristas, cientistas sociais e outros especialistas) sobre as causas da violência no País:

“[deve haver] esforço conjunto dos poderes públicos e da comunidade em geral para combater o analfabetismo e outras carências sociais, além da obtenção de maior justiça social; contenção do êxodo rural e das migrações internas, através da reformulação da estrutura agrária, para fixar o homem no campo; medidas destinadas a resolver a problemática do menor, especialmente da criança abandonada; reformulação dos

sistemas penal e penitenciário e unificação das polícias militar e civil, além dos cumprimentos dos códigos de ética.” (citado por M. V. Benevides, 1983, p. 40)

Do relatório depreende-se o discurso tradicional que impera no Brasil quando o assunto são as causas da violência criminoso. Nele está implícito um raciocínio linear, de causa e efeito, segundo o qual a criminalidade vincula-se inexoravelmente à marginalidade social.

Em pesquisa sobre a construção do mito das classes perigosas pela mídia impressa e pelos discursos sobre segurança pública, Cecília Coimbra (1999) mostrou que a vinculação entre pobreza e violência no Brasil é histórica. Calca-se em teorias “científicas” que se naturalizaram no País ao longo dos séculos. Estas teorias vão desde as racistas, passando pela Eugenia, pela Antropologia Criminal (que defende a possibilidade de distinguir os criminosos por meio de características anatômicas) e pela Antropometria (medição de ossos, crânios e cérebros para, comparativamente, provar a inferioridade de negros, mulheres e índios), até o Movimento Higienista que chegou ao Brasil no início do século XX, baseado nas teorias racistas, no darwinismo social e na eugenia.

Pregando o aperfeiçoamento da raça branca (num país mestiço como o Brasil), o Movimento Higienista pretendia, em nome do “saneamento moral”, evitar a “degenerescência das sociedades modernas” (idem, p. 87/88). Ocorre que, como salienta C.Coimbra, esta degradação moral é associada às baixas condições sociais do indivíduo e seu “contágio” para as classes mais favorecidas economicamente é visto como inevitável, caso não se tomem providências para evitá-lo. Com base neste entendimento, construiu-se uma série de significações sobre a pobreza e tomaram-se medidas para acabar com ela.

“Aos ‘pobres dignos’, aqueles que trabalham, mantêm a ‘família unida’ e ‘observam os costumes religiosos’ é necessário que lhes sejam consolidados os valores morais, pois pertencem a uma classe ‘mais vulnerável aos vícios e às doenças’. Seus filhos devem ser afastados dos ‘ambientes viciosos’, como as ruas. (..) Os pobres considerados ‘viciosos’, por sua vez, por não pertencerem ao mundo do trabalho - uma das mais nobres virtudes enaltecidas pelo capitalismo - e viverem no ócio, são portadores de delinquência, são libertinos, maus pais e vadios. Representam um ‘perigo social’ que deve ser erradicado.” (idem, p. 91)

Sob a justificativa da necessidade de erradicar esta pobreza supostamente perigosa e afeita ao crime e à violência, legitimaram-se ao longo do tempo medidas coercitivas especialmente contra o “pobre vicioso”, mas também contra o “pobre digno”, já que teriam a mesma “natureza” criminosa. Os projetos arquitetônicos da época, por exemplo, previam a construção de “bairros higiênicos”, segundo explica C.Coimbra: “espaços urbanos que teriam o poder de disciplinar política, higiênica e moralmente as ‘classes perigosas’ e a pobreza que, por sua natureza, é interpretada como um iminente perigo social” (p. 95). (A correlação entre o planejamento urbano e a violência será estudada adiante)

Segundo E. Campos (1980), a tese da associação entre criminalidade violenta e pobreza é “metodologicamente frágil, politicamente reacionária e sociologicamente perversa” (p. 378). A explicação para a violência criminosa requer um complexo conjunto de fatos, nos quais a miséria não parece ser determinante. Dessa forma, tomar a variável econômica como preponderante da propensão à violência é ignorar um conjunto de situações que desencadeiam uma série de efeitos, os quais, entrecruzados e/ou relacionados, levam à criminalidade violenta. Acreditar que uma população de indivíduos excluídos socialmente realiza um cálculo subjetivo segundo o qual o crime compense é raciocínio de causalidade simples, que ignora a complexa história tanto da pobreza quando da violência no Brasil. A marginalidade social é, antes, uma forma de violação (violenta) dos direitos do próprio indivíduo a ter educação, emprego, lazer, saúde, transporte, moradia e condições de vida humanas.

Fossem todos os pobres, ou ao menos uma boa parcela destes, bandidos ou afeitos à violência motivada ou desmotivada (num lema de “matar por matar”), os índices de criminalidade estariam realmente nas alturas, e não apenas teriam aumentado, conforme mostram as estatísticas dispostas no Anexo 1. Aqui, cabe a colocação de Manoel Francisco Espíndola, “prefeito” da favela de Vila Prudente, na capital paulista, na *Folha de São Paulo* de 3 de fevereiro de 1983:

“Nestas novecentas favelas [da cidade] de São Paulo, existem mais de um milhão de pessoas. Se fossem todos bandidos, marginais, como costumam dizer por aí, já teríamos tomado o poder há muito tempo.” (citado por M.V. Benevides, 1983, p. 43)

1.5. Seletividade e vulnerabilidade social

A despeito de a criminalidade se manifestar em todos os estratos sociais, pois não somente os menos favorecidos socialmente, mas também as parcelas mais abastadas da população cometem crimes, contravenções e fraudes de naturezas diversas (crimes contra a ordem tributária, contra o sistema financeiro nacional e delitos de trânsito, por exemplo), a criminalização parece ser distribuída desigual e seletivamente entre os indivíduos. Segundo Edson Passetti (2004), a seletividade do sistema penal considera a impossibilidade de todos os infratores serem punidos e reconhece não haver necessidade de castigar todo tipo de infração cometida. Ou seja, o sistema penal está estruturalmente preparado para criminalizar apenas uma minoria de pessoas, dada a incapacidade estrutural para processar e julgar, por meio das agências policial e judicial, todos os crimes cometidos. Caso o sistema penal concretizasse seu poder criminalizante, ou seja, se todos os furtos, roubos, infrações de trânsito, subornos, falsidades ideológicas, ameaças e contravenções fossem concretamente criminalizados, possivelmente haveria uma maior quantidade de cidadãos sendo punidos.

Dessa forma, ao funcionar de maneira seletiva, afirma Passetti que “o alvo preferencial da seletividade recai sobre o pobre que rouba, furta, estupra, mata”, e não sobre o indivíduo que burlou as regras da Receita Federal ou subornou o fiscal da Previdência Social. A clientela preferencial do sistema penal acaba por constituir-se, portanto, de indivíduos pobres, e não porque tenham uma maior tendência a delinquir, mas precisamente porque têm maiores chances de serem criminalizados e caracterizados como delinquentes, bandidos, ladrões. Afirma E.Passetti que

“a seletividade do sistema penal dimensiona os privilégios, segrega os demais como perigosos, e os associa aos mais pobres. (...) Nesse círculo viciado – seria estranho se não fosse real – os setores pauperizados são os que mais pedem por segurança, ali naquele lugarzinho de confinamento chamado periferia, onde se acostumam com a miséria, se assustam com violências, produzem policiais e *criminosos*, e expressam a dignidade de ser pobre, correto, limpo e escolarizado.” (idem, p. 27)

Sendo a seletividade a política do sistema penal, a prevenção geral da criminalidade, realizada pelas autoridades policiais, também funciona de maneira seletiva. Dessa forma, etnias, classes ou grupos sociais específicos são classificados

como “intoleráveis” ou subversivos, ficando mais propensos à atuação dos mecanismos de repressão do crime. E, acrescentamos, às construções de significações taxativas e preconceituosas sobre a naturalizada relação entre pobreza e criminalidade violenta. Segundo E. Passetti,

“O medo que [os setores conservadores da sociedade] sentem dos que consideram inferiores somente pode ser superado pela atuação incessante da máquina repressiva do Estado. (...) Entre os chamados inferiores, por sua vez, este instante explicita um transbordamento de repressão para além do âmbito policial e faz reaparecer a figura do miserável e do *criminoso*, o monstro que habita cada um e que precisa ser exterminado por mimetizar e explicitar horrores e desejos dos demais.” (idem, p. 23)

O conceito de seletividade acaba por harmonizar-se, portanto, com o discurso naturalizado de que os níveis de violência associam-se direta e causalmente com a marginalidade social. Assim, são altas as probabilidades de que, tanto em suas atividades cotidianas, como nos discursos leigo e especializado (e inclusive na mídia), o pobre venha a ser criminalizado *a priori*, simplesmente por sua condição sócio-econômica, a qual muitas vezes tem poucas possibilidades de mudar dada a grave situação de vulnerabilidade social pela qual passa não somente o Brasil, mas toda a América Latina. Conforme afirma Miriam Abramovay (2002), em seu estudo sobre juventude, violência e vulnerabilidade na AL,

“A situação de vulnerabilidade aliada às turbulentas condições sócio-econômicas de muitos países latino-americanos ocasiona uma grande tensão entre os jovens, que agravam diretamente os processos de integração social e, em algumas situações, fomentam o aumento da violência e da criminalidade.” (p. 14)

Abramovay teoriza a vulnerabilidade social como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos simbólicos e materiais dos indivíduos ou grupos sociais e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, culturais e econômicas provenientes do mercado, da sociedade e do Estado, de forma que este resultado se traduz em fragilidades e desvantagens para o desempenho e a mobilidade social dos indivíduos.

A abordagem da autora inclui três elementos para o delineamento das situações de vulnerabilidade social de comunidades, famílias ou indivíduos: a) a posse dos recursos materiais ou simbólicos que lhes permitam desenvolver-se em sociedade; b) as estruturas de oportunidade dadas pelo mercado, o Estado e a sociedade, as quais se vinculam a níveis de bem-estar aos quais os indivíduos podem ascender em certo tempo e local; c) as estratégias de uso dos recursos materiais e simbólicos, de forma a bem enfrentar as mudanças estruturais de um determinado contexto social.

Havendo a insuficiência ou inadequação destes elementos, configura-se a situação de vulnerabilidade que afetava, segundo a Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), 35% dos domicílios da América Latina no final dos anos 1990. Abramovay salienta que a carência destes elementos, além de prejudicar a mobilidade dos atores sociais para novas e melhores oportunidades de vida, pode causar também sua mobilidade descendente. Acrescenta a autora que,

“A violência, tendo os jovens como vítimas ou agentes, está intimamente vinculada à condição de vulnerabilidade social destes indivíduos. Atualmente, estes atores sofrem um risco de exclusão social sem precedentes devido a um conjunto de desequilíbrios provenientes do mercado, Estado e sociedade que tendem a concentrar pobreza entre os membros deste grupo e distanciá-los do ‘curso central’ do sistema social.” (idem, p. 33)

Dessa forma, ao ter negado seu acesso às oportunidades básicas que lhes permitam desenvolver-se como seres humanos, aumentando sua capacidade de formação, uso e reprodução dos recursos materiais e simbólicos, os indivíduos tornam-se excluídos da parcela da sociedade na qual estas oportunidades existem, transformam-se no Outro criminoso e ameaçador, cuja presença inspira medo e pânico, por conta de sua vinculação naturalizada com a violência e a criminalidade. E, especialmente a parcela juvenil destas populações marginalizadas, estando à margem da participação democrática que colabore para a construção de identidades sociais fortalecidas, é muitas vezes atraída para o mundo do crime e da violência.

No entanto, ainda que parte destes jovens – e também dos adultos – transforme-se em ladrões, seqüestradores, traficantes de drogas ou outra espécie de criminoso, na composição total dos marginalizados sociais esta parcela é menor do que afirma o discurso naturalizado sobre a relação pobreza-violência. Ou seja, não intentamos aventar a hipótese de que não haja criminosos entre os marginalizados sociais – pois é

fato que existem –, mas que a pobreza não se vincula inerentemente à violência e à criminalidade. Neste sentido, afirma Abramovay:

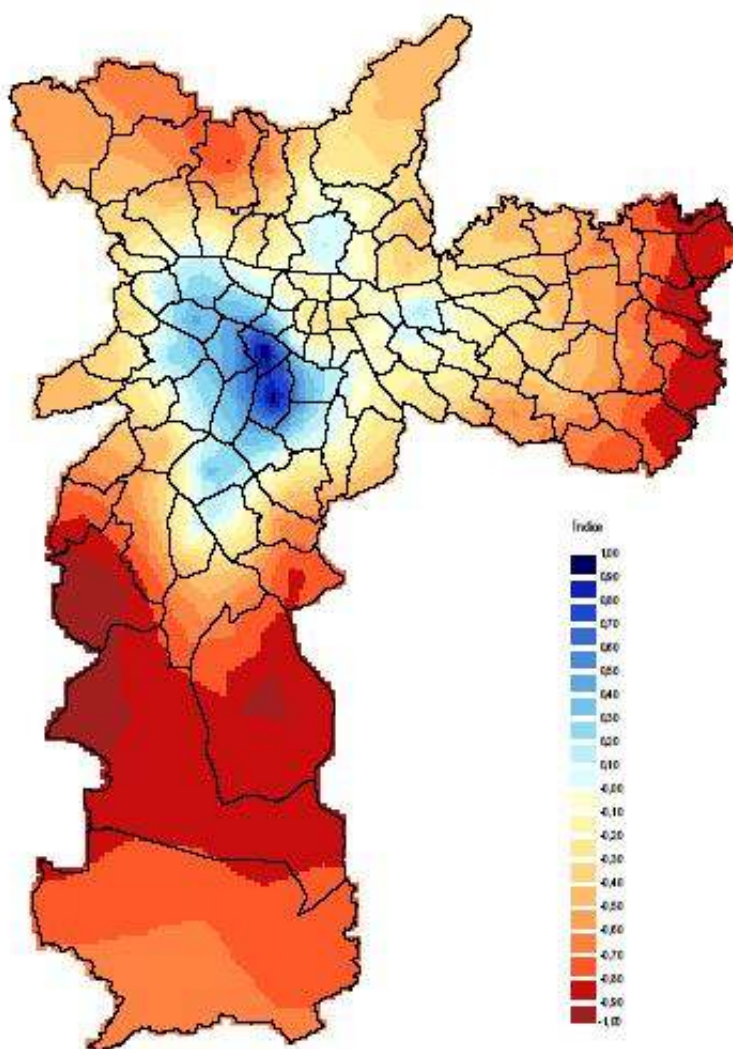
“Por meio da análise da vulnerabilidade se sustenta que a violência, ainda que esteja associada à pobreza, não é sua consequência direta, mas sim a forma como as desigualdades sociais, e a negação do direito ao acesso a bens e equipamentos de entretenimento, esporte e cultura operam nas especificidades de cada grupo social, desencadeando comportamentos violentos.” (idem, p. 57)

Estas situações de vulnerabilidade social, quer levem à entrada dos indivíduos na vida criminosa ou não, se apresentam como um elemento importante da configuração das populações das metrópoles brasileiras. O *Mapa da Exclusão Social da Cidade de São Paulo* de 2002¹⁵, que utiliza quase 50 variáveis que medem as dimensões autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade, afere os bairros em condições de marginalidade social da capital paulista.

A metodologia utiliza linguagens quantitativas, qualitativas e de geoprocessamento na produção dos índices intermediários territoriais intra-urbanos que hierarquizam as regiões do município. O índice vai de 1 para os distritos em que há condições de total inclusão social até -1 para os em condições de exclusão intensa. No mapa abaixo, cromática e gradativamente vai-se do azul escuro 1 até o vermelho escuro -1.

¹⁵ Elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Seguridade e Assistência Social (Nepsas) da PUC/SP, A divisão de Processamento de Imagens do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e o Instituto Polis. A base de dados do Mapa da Exclusão Social inclui o Censo 2000 do IBGE, Pesquisa Emprego e Desemprego da Fundação Seade, Pesquisa Origem/Destino do Metrô/SP, Pesquisa FIPE 2000 sobre população de rua e o cadastro do Embraesp sobre lançamentos imobiliários.

Mapa da Exclusão Social da Cidade de São Paulo – 2002



No mapa nota-se nas áreas em tons de azul os distritos detentores dos melhores índices de inclusão social: Pinheiros, Alto de Pinheiros, Itaim Bibi, Moema, Santo Amaro, Jardim Paulista, Lapa, Consolação, Morumbi, Vila Mariana, Saúde e Perdizes. Nos tons de vermelho, localizados na extrema zona leste e oeste do município estão os 20 distritos mais excluídos socialmente (e onde se localizam a maior parte das favelas): Anhangüera, Marsilac, Parelheiros, Grajaú, Jardim Ângela, Pedreira, Capão Redondo, Vila Helena, Itaim Paulista, Vila Curuçá, Lageado, Guaianases, Cidade Tiradentes, Iguatemi, São Rafael, Brasilândia, Itaquera, São Miguel Paulista, Cidade Ademar e Sapopemba.

Comparando o mapa da exclusão com dados demográficos da capital paulista nota-se que há relação entre os menores índices (= maior marginalidade social) e as maiores populações. Tabulando estes últimos dados, obtemos os 30 maiores distritos em população total, densidade demográfica e taxa de crescimento entre 1991 e 2000, dos quais 15 estão entre os 20 bairros mais excluídos socialmente segundo o *Mapa*.

DISTRITOS	POPULAÇÃO (2000)	TAXA DE CRESCIMENTO (1991-2000)	ÁREA (HA)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA 2000 (POP/HA)
Grajaú	333.436	6,22	9.200	36,24
Sapopemba	282.239	1,02	1.350	209,07
Brasilândia	247.328	2,30	2.100	117,78
Jardim Ângela	245.805	3,63	3.740	65,72
Cidade Ademar	243.372	0,59	1.200	202,81
Capão Redondo	240.793	2,46	1.360	177,05
Jardim São Luiz	239.161	1,77	2.470	96,83
S.Miguel Paulista	228.283	0,87	750	160,76
Jabaquara	214.095	-0,01	1.410	151,84
Itaim Paulista	212.733	2,98	1.200	177,28
Itaquera	201.512	1,56	1.460	138,02
Campo Limpo	191.527	2,06	1.280	149,63
Cidade Dutra	191.389	1,40	2.930	65,32
Cidade Tiradentes	190.657	7,89	1.500	127,10
Tremembé	163.803	3,04	5.630	29,09
Pirituba	161.796	0,67	1.710	94,62
Lajeado	157.773	3,80	920	171,49
São Lucas	154.850	0,30	990	119,12
Cachoeirinha	147.649	1,79	1.330	111,01
Vila Curuçá	146.482	1,84	970	151,01
Jaraguá	145.900	5,11	2.760	52,86
Freguesia do Ó	144.923	-0,58	1.050	138,02
Vila Jacuí	141.959	3,83	770	184,36
Vila Medeiros	140.564	-1,16	770	182,55
São Domingos	139.333	-0,96	1.000	140,74
Jardim Helena	139.106	1,81	910	152,86
Cangaíba	137.442	1,99	1.600	85,90
Pedreira	127.425	4,47	1.870	68,14
São Rafael	125.088	3,74	1.320	94,76
Santa Cecília	124.654	-1,10	390	98,93

Fonte: Secretaria de Planejamento da prefeitura Municipal de São Paulo – original coletado do site www9.prefeitura.sp.gov.br/sempla/md e posteriormente tabulado.

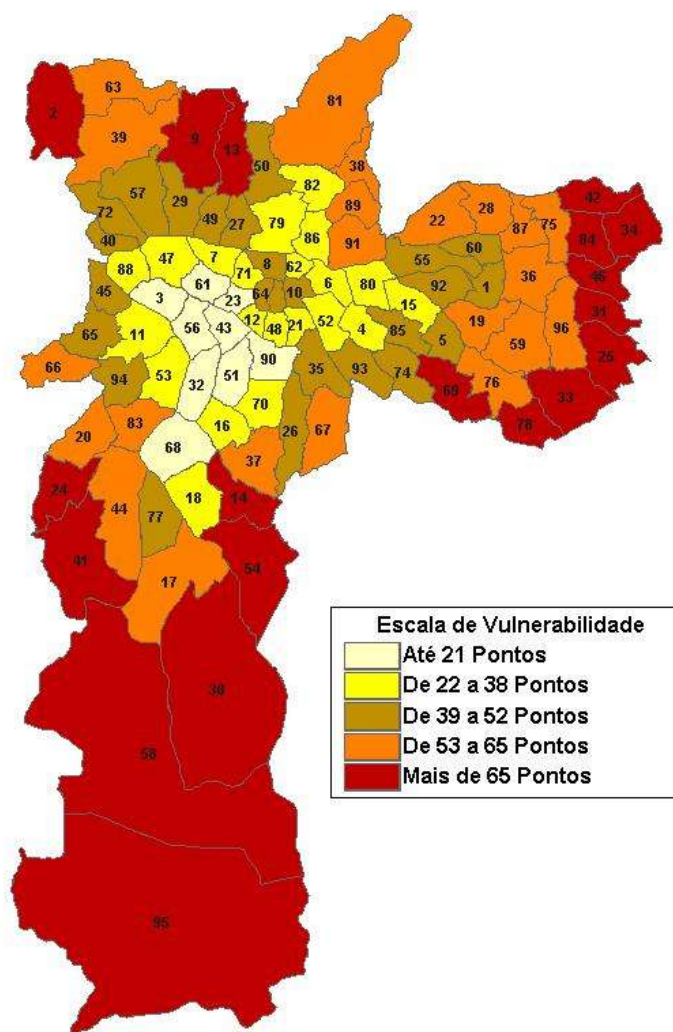
Somando os dados demográficos dos dez distritos mais populosos da capital paulista em 2000 tem-se um total de 2.478.245 milhões de habitantes (23,84% da população total do município, subdividido em 96 distritos). Os dados permitem considerar que, ainda que não existam estatísticas que mostrem a população efetiva de

criminosos em circulação na Grande São Paulo, a maioria dos indivíduos excluídos socialmente, apesar da situação de vulnerabilidade que enfrentam, não se deixam seduzir pelas supostas vantagens da violência criminosa. Imaginemos se ao menos metade dos habitantes destes 10 distritos, ou 1.239.122 pessoas, fossem criminosos, decerto as estatísticas da criminalidade estariam em índices bem mais elevados do que os elencados no Anexo 1.

Se considerarmos também os dados fornecidos pelo Índice de Vulnerabilidade Juvenil – IVJ, resultado de um estudo da Fundação Seade a pedido da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, abarca-se especificamente a população pobre juvenil no tocante à correlação com a criminalidade violenta. O índice classifica as áreas da cidade de São Paulo em que os jovens estão mais expostos aos riscos da violência e da associação com o crime.

As variáveis selecionadas para compor o índice são: taxa anual de crescimento populacional entre 1991 e 2000, percentual de jovens de 15 a 19 anos no total da população dos distritos, taxa de mortalidade por homicídio da população masculina de 15 a 19 anos, percentual de mães adolescentes de 14 a 17 anos no total de nascidos vivos, valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com renda responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, e percentual de jovens de 15 a 17 anos que não freqüentam a escola. Ou seja, a metodologia considera como exposição à violência e à criminalidade não somente o fator renda. A escala do IVJ vai até 65, de forma que quanto maior o índice maior a vulnerabilidade juvenil.

Grupos de Vulnerabilidade Juvenil - Distritos do Município de São Paulo – 2000



Pelos dados coletados foi possível estimar em mais de 330 mil o número de adolescentes de 15 a 19 anos cotidianamente expostos “a situações que facilitam o contágio pela violência”, conforme afirma Márcio Pochmann (2003, p 30). O mais grave, segundo o autor, foi constatar também que os distritos mais vulneráveis são aqueles onde vivem cerca de 65% dos jovens entre 15 e 19 anos. Cromaticamente localizados em vermelho, os 20 distritos cujos adolescentes estão mais expostos à violência são Marsilac, Iguatemi, Cidade Tiradentes, Jardim Ângela, Grajaú, Parelheiros, Pedreira, Brasilândia, Itaim Paulista, Cidade Ademar, Jardim Helena, Lajeado, Anhangüera, São Rafael, Capão Redondo, Guaianases, Sapopemba, Cachoeirinha, Vila Curuçá e Jardim São Luís. Os menores IVJ estão nos distritos da

Lapa, Santo Amaro, Vila Mariana, Perdizes, Consolação, Alto de Pinheiros, Itaim Bibi, Pinheiros, Moema e Jardim Paulista.

Com estes argumentos não queremos desconsiderar ou relativizar a grande quantidade de criminosos presos ou a serem pegos pelas polícias, bem como os índices da violência e a quantidade de jovens expostos e/ou ativamente na vida criminosa, mas tão-somente chamar a atenção para o fato de que parece haver uma quantidade bem maior de indivíduos pobres e miseráveis que, mesmo às voltas com problemas econômicos, sociais e educacionais, levam uma vida digna, não afeita às possíveis vantagens que a prática da violência criminosa possa trazer. A abordagem que preconiza a relação inerente entre a violência criminosa e a pobreza nos parece frágil, se feitas simples relações entre dados. Na esteira do que afirmou Abramovay acima, E. Campos (1988) afirma que

“apenas uma ínfima porção dos pobres ou desempregados escolhe a alternativa criminosa, e não necessariamente por ser pobre ou estar desempregada, nem há indicações seguras de que esta fração está crescendo no mesmo ritmo em que cresce a criminalidade. A hipótese mais provável é a de que um componente importante das altas taxas de crimes está representado por um número relativamente reduzido de criminosos mais ativos, que, por permanecerem impunes, intensificam suas atividades.” (p.157)

No mesmo sentido, afirma E. Passetti (2004) que

“há pobres que não são criminosos, jovens de periferias que são ordeiros, e também, burgueses criminosos, burocratas corruptos, e, desta maneira, em nome dos ideais superiores, amontoados de preconceitos engrossam volumes imensos de livros, ampliam a algaravia nas rádios e ruas, amplificam palavras e imagens nos jornais e revistas, televisões e fluxos de internet, em nome da sociedade segura, ordeira, confiável e tolerante formada pelos bons cidadãos.” (p. 18)

Já Alba Zaluar (1999) considera que ao asseverar que a pobreza explica o uso da criminalidade como forma de obtenção de renda afirma-se também que este rendimento pode colaborar para a melhoria da vida desta população, tirando-a da marginalidade, o que não ocorre ao menos na cidade do Rio de Janeiro, onde

“não se tem conhecimento de que os salários ou a renda das famílias pobres [...] tenha aumentado em consequência do número extraordinário de seqüestros, de roubos e assaltos. [...] Muito pelo contrário, a taxa de famílias abaixo da linha da pobreza no estado do Rio de Janeiro aumentou consideravelmente no final do década de 80, subindo de 22% em 1980 para cerca de 50% em 1991.” (p. 96/97)

Mas o que dizem os meios de comunicação a respeito desta correlação entre exclusão social e violência? Em estudos sobre mídia e criminalidade, C.Coimbra (2001) exemplifica esta associação com a publicação, em junho-julho de 1996, de matérias sobre a participação de jovens de classe média da cidade do Rio de Janeiro em agressões a pessoas, e cenas diversas de vandalismo como depredação de lojas e edifícios. Na ocasião, os responsáveis teriam sido tratados pela imprensa diária como “jovens, adolescentes, garotos ricos, rapazes, garotos moradores de luxuosos edifícios, vandalismo classe A, vândalos de Canlagalo, filhos da elite, etc”, ao passo que as crianças dos segmentos pobres da sociedade são tratadas como “menor, pivete, delinqüente-mirim”.

No mesmo sentido, G. Diógenes (1999) observa que, no discurso da mídia, qualquer agrupamento juvenil de crianças ou adolescentes pobres é classificado como “ganguê”: “A mídia não apenas alardeia a presença de gangues na cidade, como também cria estereótipos, reforçando o estigma da população aos jovens pobres da periferia” (p. 168). Na mídia semanal, a capa abaixo figurativiza este entendimento. Em linhas gerais, *Veja* apresenta ameaças do “país pobre” à classe média, figurativizadas por um garoto de rua que pede esmola e é afastado pelo motorista do carro.



Ed. 1367_23_nov_1994

1.6. Planejamento urbano e violência

Ainda que marcada na história, conforme visto acima, a violência urbana amedronta e afugenta o homem contemporâneo. Z. Bauman (2003) afirma que P. Cohen, no livro *Proteger ou sumir*, aponta que ela figura entre as três causas principais de ansiedade e infelicidade do povo francês, ao lado das preocupações com velhice desamparada e desemprego.

“No que diz respeito à percepção pública, a crença em que a vida urbana está eivada de perigos e em que livrar a rua dos ostensivos e ameaçadores estranhos é a mais urgente das medidas destinadas a restaurar a segurança que falta aparece como verdade evidente por si mesma, que não precisa de provas nem admite discussões.” (p. 131)

Sentindo-se indefesa e insegura, a sociedade – ou pelo menos a parte dotada dos recursos econômicos necessários – altera seu comportamento social e refugia-se, isola-se em bairros e prédios, em comunidades, conforme anota Z. Bauman:

“O espectro que gela o sangue e esfrangalha os nervos, das ‘ruas inseguras’, mantém as pessoas longe dos espaços públicos. (...) As pessoas que acreditam que não há nada a fazer para suavizar o tom, e menos ainda para exorcizar o espectro da insegurança, se ocupam em comprar alarmes contra ladrões e arame farpado. O que eles procuram é o equivalente do abrigo nuclear pessoal, o abrigo que procuram chamam de ‘comunidade’ (...), um ambiente seguro, sem ladrões e à prova de intrusos.” (idem, p. 103-104)

Assim como a violência urbana, também as sociedades em busca de um “abrigo nuclear pessoal” – contemporaneamente conhecidos como condomínios fechados e edifícios dotados de mecanismos avançados de monitoramento da segurança – estão inscritas na história, segundo Regis de Moraes (1998): “No passado da humanidade, muralhas eram construídas em volta das cidades para proteger a vida dos cidadãos das ameaças que lhes vinham de fora; sendo que, hoje, cada indivíduo está sempre fatigado por ter de se resguardar dos perigos que estão dentro das cidades” (p. 24). E, especialmente no contexto da modernidade, as preocupações das sociedades se tornam cada dia mais prementes. A cada dia há que se preocupar com a segurança, com a

entrada de estranhos na “comunidade”, com a delimitação dos locais tidos como seguros e protegidos dos riscos e perigos modernos.

Nas grandes metrópoles, o planejamento urbano parece ser a forma mais eficiente de delimitação dos locais considerados seguros ou perigosos, num delineamento dicotômico do espaço urbano em que ficam determinados os locais em que se pode viver, trabalhar, divertir-se – e se proteger – ou estar exposto à violência e à criminalidade. Segundo Milton Santos (1996), o final do século XIX e início do século XX marcam o principal período do processo de urbanização brasileiro, iniciado no século XVIII. Por conta da industrialização com forte urbanização que se firma a partir da década de 1950, tem seu auge nos anos 1950 e 1960 e vai até os anos 1980, um grande contingente de pessoas migrou das áreas rurais e passou a habitar as grandes cidades em busca de trabalho mais bem remunerado, ainda que em condições de vida subumanas. Para M. Pochmann (2003), a migração de populações para as grandes cidades deveu-se ao fato de que o crescimento da produção e da produtividade na agricultura do início do século XX não foi acompanhado pela democratização da posse territorial no campo, de forma a perpetuar a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários. Este contexto,

“somado às barreiras impostas à criação de sindicatos de trabalhadores rurais, à super-exploração da mão-de-obra e à ausência de políticas sociais levaram a baixos padrões de vida da população rural. Como resultado, observou-se um êxodo sem paralelo na história, capaz de, em poucas décadas, inverter a participação do meio urbano na população brasileira.” (p. 17).

A estimativa apontada por Pochmann mostra que em apenas quatro décadas, de 1930 a 1970, as populações urbanas superaram as rurais devido a esta migração em massa. Porém, ao passo que algumas atividades econômicas mostraram franca expansão neste período, parte da população sofreu um processo de empobrecimento de suas condições materiais de existência, pois o crescimento industrial se mostrou incapaz de absorver o novo contingente de trabalhadores no mercado formal. Assim, anota Pochmann, a antiga população rural se acumulou nas cidades e passou a viver na informalidade, e, com sua prestação de serviços de baixo valor agregado, absorvia uma “parcela pequena da renda gerada pelo setor moderno em expansão. Em síntese: [desenvolveu-se] uma horda social de despossuídos” nas cidades urbanas (idem, p.17).

Na esteira, R.G. Oliven (1980) afirma que apesar de o processo de desenvolvimento do capitalismo e da industrialização no Brasil ter sido bastante dinâmico,

“Não foi capaz de incorporar ao sistema produtivo toda a população em idade de trabalho. Esta massa de desempregados e subempregados vem formar a maior parte do, assim chamado, setor informal da economia urbana, e existem evidências sugerindo que ele não é composto somente por recém-chegados à cidade, mas também por indivíduos há muito tempo marginalizados em relação ao processo produtivo e sua subsequente geração.” (.374)

Territorialmente, na medida em que o mercado imobiliário passou a valorizar economicamente certas áreas e desvalorizar outras, criaram-se nichos periféricos cada vez mais descentralizados, para onde se dirigiram parte dos imigrantes recém-marginalizados. Assim,

“A cidade (...) como relação social e como materialidade, torna-se criadora da pobreza, tanto pelo modelo sócio-econômico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo sócio-econômico vigente, mas, também, do modelo espacial.” (M. Santos, 1994, p.10)

Estes espaços – os territórios da pobreza – eram e ainda são locais sem qualquer valorização pelo mercado imobiliário e nos quais muitas vezes não existem condições essenciais de sobrevivência, como saneamento básico, moradias e transporte público: são os morros do Rio de Janeiro, as favelas e conjuntos habitacionais da Grande São Paulo, os cortiços da periferia paulistana da década de 1950 – e também os de hoje. Neste espaço territorial dicotomicamente delimitado surgem duas cidades, as zonas nobres e as zonas periféricas/ empobrecidas, que apesar de coexistirem são configuradas e valorizadas de forma antagônica.

Segundo M.Waldman (apud G. Diógenes, 1999), esta configuração territorial evoca a arquitetura das antigas cidades-estado, nas quais os bárbaros “habitavam os espaços que se estendiam no exterior dos limites da urbe (...) e ao ser um elemento externo à área de influência da urbe eram, fundamentalmente, habitantes de outro espaço” (p. 166). Nas metrópoles contemporâneas, há o que o autor chama de “bárbaros

modernos”, moradores das periferias que, segregados, ao circularem pelas zonas nobres são vistos como elementos de fora, como se estivessem adentrando e invadindo o espaço de um Outro. Para G. Diógenes,

“a ordenação espacial, nas sociedades complexas, configura um modo de compartimentação, não apenas das atividades sociais, econômicas e culturais, mas, fundamentalmente, e estrategicamente, pretende estabelecer o lugar de rebeldia e do servilismo, da barbárie e da modernidade.” (idem, p.166)

Legitimada a segregação entre os dois pólos do espaço urbano – um bárbaro e outro civilizado e moderno –, configura-se a relação estabelecida entre pobreza/miséria/periferia e violência/ criminalidade e, conseqüentemente, o reforço da caracterização do pobre como um criminoso, relação que se constituiu historicamente não somente pelos aspectos econômicos naturalizados, mas também espaciais.

A. Zaluar (1983), em pesquisa sobre os modos pelos quais os moradores do conjunto habitacional Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, percebem e definem a criminalidade, o banditismo e a violência, afirma que ao se adentrar as ruas de qualquer conjunto habitacional periférico a associação entre criminalidade e pobreza é manifesta, mas não com a dimensão dos “números das séries estatísticas” (p. 253). Ou seja, ainda que uma parte da criminalidade concentre-se nestas regiões, aí também se concentram grandes contingentes populacionais e as inúmeras variáveis determinantes da exposição à criminalidade, motivo pelo qual generalizar a afirmação de que os moradores da periferia são (todos ou a maior parte) bandidos, seqüestradores etc, leva-nos novamente às argumentações sobre a relação entre miséria e violência.

Na mídia semanal, a edição nº 1684 de *Veja* figurativiza este delineamento dicotômico porém naturalizado do espaço urbano.



Ed. 1684_24_jan_2001

Nesta capa, *Veja* dispõe no centro, em cores, um bairro arborizado com prédios e casas circundado por “um cinturão de pobreza e criminalidade” cromaticamente apresentado pela imagem em preto e branco de uma favela. Aqui, o cromatismo e a topologia utilizados constróem efeito de sentido de que os bairros da classe média estão ameaçados pela presença circundante dos bairros periféricos e pobres, que estas localidades são ambientes de risco.

Não queremos, como foi dito, desdenhar de forma alguma dos números que mostram o crescimento de furtos e roubos nas grandes cidades, mas considerar que, da forma pela qual se constrói a violência urbana na revista *Veja*, o sentimento de medo e insegurança, longe de esvaecer, consolida-se, além de fortalecer as significações naturalizadas de que todo morador de bairro periférico é um potencial assaltante, homicida, seqüestrador ou estuprador.

1.7. Mídia e violência

A cobertura da imprensa sobre a temática da violência urbana data, segundo Maria Victoria Benevides (1983), do final da década de 1970 e início dos anos 1980, já com *status* de problema nacional, conforme discutido anteriormente. Em agosto de 1979, o então ministro da Justiça, Petrônio Portella, assinou uma portaria que constituía um grupo de trabalho misto para produzir um estudo sobre crime e violência no Brasil, “acompanhado de sugestões que sirvam de base para as providências executivas do governo nesta matéria” (p. 20). O documento ressaltava o dever do governo federal “na

salvaguarda e proteção dos cidadãos atingidos pela crescente onda de criminalidade e violência que lavra nos centros populosos do país, vitimando pessoas de todas as classes sociais e destruindo patrimônios”.

Meses após a assinatura da portaria ministerial Petrônio Portella morreu subitamente, mas a temática da violência permaneceu na pauta de discussões governamentais. O novo ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, deu entrevistas alardeando os níveis “paroxísticos” da criminalidade e a imprensa passou a conferir, cotidianamente, ampla cobertura ao assunto. Afirma M.V. Benevides que “a imprensa tornou-se o *veículo natural* para a divulgação cotidiana de noticiário de violência e criminalidade, assim como o espaço para discussão de suas causas e de propostas para seu combate e repressão” (idem, p. 21, grifos nossos).

Analisando a mídia impressa, M.V. Benevides mostra que o *Jornal do Brasil* exemplifica explicitamente a mudança de atitude da imprensa relativamente à cobertura da violência, pois a partir de janeiro de 1981 “passou a publicar uma rubrica especial, intitulada *Violência*, no alto da folha, com o mesmo destaque das tradicionais rubricas Política, Governo, Internacional, Esportes, etc” (idem, ibidem). Além disso, o *JB* inaugurou uma seção na primeira página com a cronologia de acontecimentos violentos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, intitulado *A violência de ontem*.

Outros jornais seguiram na esteira do *JB*, embora mais discretamente. O *Estado de S. Paulo* publicou cadernos especiais sobre a violência, suas causas e o papel da repressão policial; o *Jornal da Tarde* editou em 1980 uma série de reportagens sobre os cuidados que se deveria ter em São Paulo, passou a publicar cartas dos leitores com discussões sobre o tema e se especializou no acompanhamento de “casos especiais”, como caçadas a estupradores. Nas revistas semanais, a edição nº 33 de *Veja*, de 23 de abril de 1969 (abaixo), já alardeava a escalada da violência da qual o ministro Portella falava quase uma década depois.



Ed. 33_23_abril_1969

M.V. Benevides acredita que o interesse da “grande imprensa” pela violência urbana deveu-se ao fato de a criminalidade contra a propriedade e a pessoa ter passado a atingir de forma mais acentuada os bairros de classe média, já que os crimes que não empregam força física – os chamados crimes do colarinho branco ou os contra a economia popular – apesar de por vezes atingirem o patrimônio dessa parcela da população, não costumam empregar violência física, nem tampouco serem classificados como violentos pelo senso comum.

É importante observar que, de fato, as discussões do âmbito coletivo cotidiano afirmam ter havido aumento progressivo da violência a partir da década de 1980, o que coincide com a visibilidade dada pela mídia. Ao passar a atingir a classe média e ganhar visibilidade na mídia, a violência urbana passaria então a ser mais discutida pelos leitores, de forma a fomentar reflexivamente a cobertura, e também as discussões.

Uma possível explicação sobre a relação entre visibilidade e discussão pública sobre a violência urbana pode ser aventada pela teoria da *agenda setting* (Mauro Wolf, 2003) como a tendência que os indivíduos têm de incluir ou excluir de suas agendas subjetivas o que a mídia exclui ou inclui da cobertura dada aos fatos cotidianos. Ou seja, em virtude da ação de jornais, revistas, televisão e outros meios de comunicação, as pessoas tenderiam a ignorar, atentar para e/ou enfatizar determinados temas dos “cenários públicos” (p. 143), discutindo-os como assunto corrente.

Incluída no âmbito das pesquisas que estudam os efeitos de longo prazo dos meios de comunicação, a teoria da *agenda setting* não sustenta que a mídia tem um impacto direto – ainda que não imediato – nos espectadores e leitores, mas que é capaz

de, temporalmente, orientar e hierarquizar os temas e questões discutidas pelos indivíduos, de forma que esta hierarquização coincida com a da mídia. Trata-se de orientar os leitores *sobre o quê* falar. Em resumo: quais temas discutir.

M.Wolf afirma haver diversas questões metodológicas envolvidas nas pesquisas de verificação empírica da hipótese, mas expõe resultados positivos – porém limitados – sobre os efeitos da *agenda setting*, especialmente dos meios impressos, em assuntos variados.

“Em alguns temas, mas não todos, os níveis de exposição aos meios de comunicação de massa mostram influência direta exercida pela *agenda-setting*. De todo modo, normalmente o efeito direto correlaciona-se com o consumo de jornais locais, e não com noticiários televisivos. [...] Os vários meios de comunicação de massa possuem uma capacidade diferenciada de estabelecer a ordem do dia dos argumentos publicamente relevantes. A televisão parece ser menos influente do que a informação impressa.”
(idem, p. 147/150)

É importante ressaltar que, contrariamente às teorias da comunicação que pregam a falta de interação entre o destinatário e o destinador da informação (como a teoria hipodérmica), a *agenda setting* considera que as opiniões pessoais dos leitores são somadas às informações da imprensa, “no sentido de integrar a agenda subjetiva com a proposta pela mídia” (idem, p. 155). Ou seja, não seriam os leitores meros receptáculos de informações e argumentos, nem a mídia manipuladora implacável das significações construídas pelos receptores. Não seriam as revistas semanais orientadoras da pauta subjetiva dos leitores, mas integrantes como mecanismos de agenda dos temas discutidos.

No editorial publicitário¹⁶ disposto no site de *Veja*, por exemplo, afirma-se que 59% dos assinantes declaram que a revista contribui para a formação de opinião e 87% têm no semanário um elemento de integração social, pois discutem as matérias com outras pessoas. Pode-se afirmar, portanto, que ao repercutir eventos relacionados à violência urbana a mídia semanal funciona como um mecanismo de fomento às discussões mantidas pelos leitores. Ao cobrir acontecimentos e transformá-los em notícias, a mídia participa de e constitui um lugar social significativo, por onde circulam

¹⁶ Resultado da *Pesquisa de Relacionamento com Revistas*, elaborada pela Research International para a Editora Abril, coletado no site www.veja.com.br em junho de 2006.

os efeitos de sentido produzidos por estas notícias, não se tratando de simples transmissão de informações entre emissor e receptor. Para concluir, damos voz à antropóloga A. Zaluar (1999), que ratifica este entendimento ao afirmar que

“Certamente hoje, pelo menos nos assuntos da violência e da miséria, esse espaço público articulado pela mídia passou a ser um elemento constitutivo de nossas falas e escritos, apesar de ser eivado por profundas dissensões, todas elas representadas nas folhas e telas que temos à disposição e que escolhemos segundo nosso gosto e sensibilidade.” (p. 93)

Parte 2

A violência urbana na revista *Veja*

2.1. Apresentação do *corpus*

Para compor o *corpus* de análise selecionamos capas de *Veja* que abordem crimes que tiveram grande visibilidade midiática – seqüestros e assassinatos –, e outras que relacionam a violência urbana a temas sócio-econômicos como a pobreza, a vida nas grandes cidades urbanas e o papel do Estado na manutenção da segurança pública, no período de setembro de 1968 (início da circulação de *Veja*) a dezembro de 2005. As capas e reportagens foram reunidas em grupos temáticos, e assim serão analisadas. De cada grupo, serão analisadas detalhadamente as capas canônicas, que resumem o posicionamento da revista frente à temática da violência urbana, ou seja, são paradigmáticas em relação às invariantes do discurso de *Veja*. As demais serão analisadas com menor grau de detalhamento.

2.1.1. Grupo 1 – *Ameaça às metrópoles*

Agrupamos as capas que apresentam grandes aglomerados urbanos – a Grande Rio e a Grande São Paulo, por exemplo – como produtores de insegurança e violência, bem como as que apontam a escalada da violência e da criminalidade nestas regiões.

Edição	Data
Veja nº 33	23/abr/1969
Veja nº 227	10/jan/1973
Veja nº 340	12/mar/1975
Veja nº 1652	7/jun/2000
Veja nº 1654	21/jun/2000
Veja nº 1736	30/jan/2002
Veja nº 1925	5/out/2005
Veja nº 1928	26/out/2005



Edição nº 33_23_abr_1969



Edição nº 227_10_jan_1973



Edição nº 340_12_mar_1975



Edição nº 1652_07_jun_2000



Edição nº 1736_30_jan_2002



Edição nº 1654_21_jun_2000



Edição nº 1925_05_out_2005



Edição nº 1928_26_out_2005

2.1.2. Grupo 2 – A violência ameaça a classe média

Abarca as capas que apresentam a classe média ameaçada por tipos diversos de violência, como seqüestros e assaltos, e mostram seus comportamentos de autodefesa.

Edição	Data
Veja nº 238	28/mar/1973
Veja nº 363	20/ago/1975
Veja nº 822	06/jun/1984
Veja nº 1393	24/mai/1995
Veja nº 1463	25/set/1996
Veja nº 1603	23/jun/1999



Edição nº 238_28_mar_1973



Edição nº 363_20_ago_1975



Edição nº 822_06_jun_1984



Edição nº 1393_24_maio_1995



Edição nº 1463_25_set_1996



Edição nº1603_23_jun_1999

2.1.3. Grupo 3 – Classe média: vítima da violência

Este grupo contém as reportagens de capa que colocam a classe média como vítima da violência, ou seja, apresentam narrativas diversas sobre crimes violentos cometidos contra esta parcela da população.

Edição	Data
Veja nº 792	09/nov/1983
Veja nº 1093	23/ago/1989
Veja nº 1136	27/jun/1990
Veja nº 1192	24/jul/1991
Veja nº 1458	21/ago/1996
Veja nº 1590	24/mar/1999



Edição nº 792_09_nov_1983



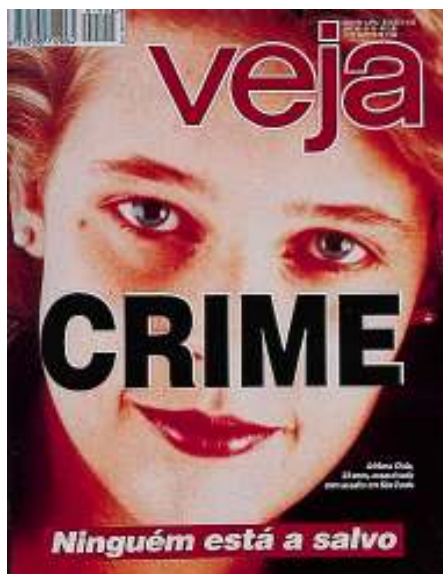
Edição nº 1093_23_ago_1989



Edição nº 1136_27_jun_1990



Edição nº 1192_24_jul_1991



Edição nº 1458_21_ago_1996



Edição nº 1590_24_mar_1999

2.1.4. Grupo 4 – *Pobreza e criminalidade lado a lado*

Abarca as matérias de capa em que a pobreza aparece como produtora do crime e da violência, e o pobre como potencial ou efetivo criminoso.

Edição	Data
Veja nº 1184	29/maio/1991
Veja nº 1367	23/nov/1994
Veja nº 1684	24/jan/2001



Edição nº 1184_29_mai_1991



Edição nº 1367_23_nov_1994



Edição nº 1684_24_jan_2001

2.1.5. Grupo 5 – Os crimes da classe média

Agrupar as capas que mostram a classe média como agente da violência e do crime.

Edição	Data
Veja nº 1619	13/out/1999
Veja nº 1623	10/nov/1999
Veja nº 1777	13/nov/2002



Edição nº 1619_13_out_1999



Edição nº 1623_10_nov_1999



Edição nº 1777_13_nov_2002



2.2.O plano da expressão das capas de *Veja*

A revista *Veja* é impressa em tamanho 53cm por 40cm, o que, ao ser dobrada e grampeada duas vezes, deixa a revista fechada com as dimensões de 26,5cm de altura por 20cm de largura. Por ser impressa em papel liso e de baixa gramatura, a revista é de fácil manuseio, bem como seu transporte, facilitado por conta do tamanho. O efeito de sentido construído pela dimensão matériaca é que *Veja* pode acompanhar o leitor onde quer que ele se encontre. Além disso, o papel branco e brilhante, ao contrário do papel jornal, por exemplo, não solta tinta nas mãos do leitor, o que faz de *Veja* (bem como das revistas em geral) um acompanhante mais durável que o jornal diário. Por sua materialidade específica, a revista pode acompanhar o leitor durante toda a semana, aonde quer que ele vá, até que seja substituída pela nova edição semanal.

O padrão visual de organização das informações da capa, nos quase 40 anos da revista, apresenta-se de forma bastante constante, apesar das diversas reformas gráficas nas páginas internas. Na capa, são invariáveis: o logotipo no alto à direita, juntamente com informações sobre a edição; tipo gráfico e tamanho do logotipo; desenho, foto ou ilustração sobre o tema principal. As partes variáveis são: tarja lateral esquerda, com um segundo tema de destaque; título seguido de linha fina ou explicativa; legendas de fotos, raramente mencionadas; cromatismo e tamanho do título, alterado conforme a visualidade das imagens, fotos ou ilustrações; tipos gráficos do título; e cromatismo do logotipo, colorido conforme a composição visual da capa.

Relativamente às cores do logotipo, Luciano Guimarães (2000), em seu estudo sobre o cromatismo, afirma que *Veja* tem dado preferência ao vermelho, cor que “fortalece a identidade da revista e funciona como a moldura vermelha de revistas como a norte-americana *Times* e a alemã *Der Spiegel*” (p. 124). Porém, quando não usa o vermelho, as cores escolhidas são preferencialmente branco ou amarelo, seguidas do azul ou preto. Segundo Guimarães, a prevalência do vermelho no logotipo de *Veja* é recente.

“Na década de 70, por exemplo, prevaleciam o branco e o amarelo, e na década de 80, tanto o vermelho, o branco ou o amarelo eram igualmente as cores mais presentes nesse espaço institucional.” (idem, p. 124)



Tomando como exemplo a edição nº 1928 de *Veja* – a mais recente do *corpus* analisado, de 26 de outubro de 2005 –, tem-se, no alto da capa, à direita, o logotipo da revista, grafado em azul, num exemplo de mudança da cor vermelha padrão. Utilizando o verbo *ver* no modo imperativo, o enunciador proclama uma ordem, um alerta para que o leitor-enunciatário não somente olhe, mas veja o que a ele se mostra. Não se trata de uma olhada descomprometida, mas de uma visão que pressupõe atenção. O logotipo da Editora Abril – de 1 x 1,5cm – aparece no canto superior esquerdo. À esquerda fica também a tarja que anuncia o segundo assunto a merecer espaço na capa da revista. Na edição analisada, enunciam-se os reais perigos da gripe aviária. Na chamada principal, discutem-se propostas para acabar com a criminalidade.

Acima da letra “a” do logotipo de *Veja* tem-se a recorrência da indicação da editora, agora por extenso, ao lado do nº da edição e do ano. Na lateral da letra “a” do logotipo indica-se o endereço do site da publicação. A revista, ao ordenar ao enunciatário que *Veja*, anuncia que tem autoridade para narrar e analisar os acontecimentos da semana, que há 38 anos tem um relacionamento de “total confiança” (como disposto no material editorial no site) com os leitores. Que, há 1928 semanas, acumula saber suficiente para se dar o direito de relativizar a importância do referendo que decidiu sobre a circulação de armas de fogo no País (na frase-título “Depois do referendo, vamos ao que interessa”) e enunciar as “7 soluções testadas e aprovadas contra o crime”.

Cromaticamente, constrói-se a capa desta edição em azul, vermelho, terra, amarelo, branco e verde. Aqui, como nas demais edições, cada cor faz surgir um efeito de sentido, bem como o jogo de cores e contrastes. Ao retirar o vermelho do logotipo padrão da revista e colocá-lo em azul, transferindo o rubro para o fundo da chamada da capa com contraste do título em branco, o enunciador ressalta a importância de se atentar para as soluções “testadas e aprovadas” contra a criminalidade. Não se trata de sugestões ou propostas quaisquer, mas de projetos aprovados, que efetivamente contiveram a violência criminosa em outras localidades e servem de exemplo para o Brasil. O amarelo e verde, cores da bandeira brasileira, são utilizados para conferir a dimensão nacional das consequências que trariam o voto ao *sim* e ao *não* à pergunta do referendo (O comércio de armas de fogo e munição devem ser proibidos no Brasil?). Também as figuras de armas de fogo utilizadas agregam-se ao textual, para construção dos efeitos de sentido.

Além destes componentes, o tipo gráfico utilizado nas capas associa-se aos demais elementos para composição dos níveis de tensão e relaxamento expressos pelas chamadas de capa, ou seja, concorre para a criação dos efeitos passionais do texto sincrético. Convencionalmente, letras mais densas e grossas relacionam-se a assuntos também mais densos e sérios, como política, economia, desenvolvimento sócio-econômico e violência. Tal como numa intensidade de fala, tipos mais finos e leves, menos espessos, criam efeitos de sentido de leveza, ou seja, são utilizados quando o assunto é mais leve, mais descontraído. Juntamente com os tipos gráficos, o tamanho das letras em relação à proporção da capa agregam-se para a definição dos estados de tensão e relaxamento inscritos no texto.

Como regra, o tipo gráfico utilizado por *Veja* nas capas em que aborda temas mais densos e sérios é o Frankfurt Ghotic Heavy. Já a fonte Times New Roman, menos espessa e densa, que constrói efeito de sentido de uma leitura mais leve e amena, é utilizada na abordagem de assuntos como qualidade de vida, comportamento, religião e turismo. É importante destacar que a revista também aplica a Frankfurt Ghotic Heavy para conferir seriedade à abordagem de assuntos como saúde e religião, por exemplo, o que não acontece no uso da Times New Roman, restrito às tematizações de maior leveza. Para exemplificar as diferenças das significações construídas pelos tipos gráficos, seguem abaixo algumas capas.



Nas três primeiras utilizou-se o Frankfurt Ghotic Heavy para temas como violência contra a mulher e política. Nas cinco seguintes, o Times New Roman confere leveza a temas de comportamento, turismo, religião e qualidade de vida. Já nas quatro últimas capas o Frankfurt Ghotic Heavy e suas variações conferem seriedade na

abordagem de saúde, nutrição, religião e superpovoamento urbano. Com esta fonte gráfica, os temas revestem-se de mais densidade. O enunciador constrói efeito de sentido de tensão, de que, apesar de parecerem amenos, tais assuntos são preocupantes, relevantes, merecem discussão pormenorizada, segundo os critérios de visibilidade da semanal.

Abaixo simulamos, com a edição nº 1928, a troca da fonte Frankfurt Ghotic Heavy, geralmente utilizada nos títulos quando *Veja* trata de assuntos mais sérios, pela Times New Roman, menos espessa, usada nos assuntos de qualidade de vida e comportamento, como visto acima. Propositadamente, a cor branca da fonte permaneceu e somente foram alterados os tipos das frases superior e inferior ao número 7, ficando este em Frankfurt Ghotic Heavy.



Note-se que, ao visualizar a capa, o número 7, espesso e fortemente contrastado ao vermelho, chama mais atenção do que as chamadas, que mesmo coloridas em branco, por serem de baixa densidade não formam um conjunto tão contrastante com o vermelho de fundo como o número 7. Dessa forma, o impacto da enunciação diminui

consideravelmente. Uma manchete que poderia causar certa tensão no leitor, por tratar da criminalidade e estar acompanhada de armas de fogo ao seu redor, produz efeito de sentido menos tenso, mais tranqüilo, menos preocupante.

Marília Scalzo (2004) faz um resumo da importância de uma boa disposição imagética para a construção da identidade visual da capa de uma revista, com atenção especial aos aspectos visíveis e emocionais (ou, em linguagem semiótica, inteligíveis, sensíveis e passionais) que suscita no leitor:

“Uma boa revista precisa de uma capa que a ajude a conquistar leitores e os convença a levá-la para casa. (...) Por isso, precisa ser o resumo irresistível de cada edição, uma espécie de vitrine para o deleite e a sedução do leitor. (...) Em qualquer situação, uma boa imagem será sempre importante – e é ela o primeiro elemento que prenderá a atenção do leitor. O logotipo da revista também é fundamental, principalmente quando ela é conhecida, e já detém uma imagem de credibilidade junto ao público. Afinal, quando você vê na banca duas revistas com a mesma notícia na capa, você compra aquela na qual confia mais. Para completar, as chamadas devem ser claras e diretas, [e] a chamada principal e a imagem da capa devem se complementar, passando uma mensagem coesa e coerente.” (p. 62/63)

2.3. Análises das capas e reportagens

2.3.1. Grupo 1 – Ameaça às metrópoles



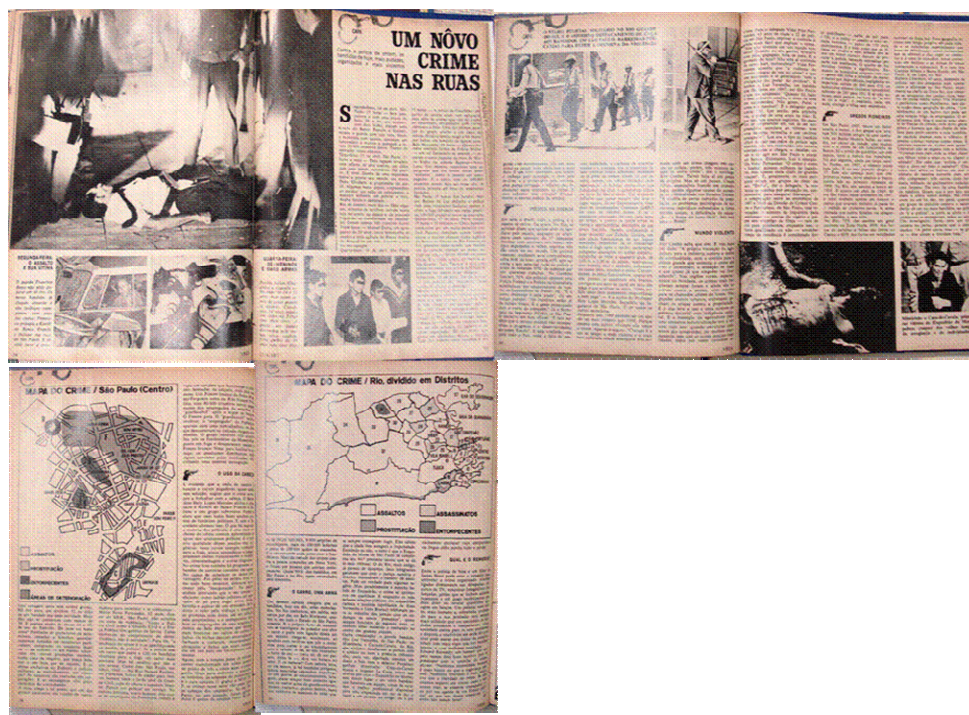
O grupo 1 congrega as capas de *Veja* que apresentam as grandes metrópoles brasileiras, especialmente o Rio de Janeiro e São Paulo, como produtoras de insegurança e violência, as que apontam a escalada da violência e da criminalidade nestes aglomerados, e as que discorrem sobre o tema de um modo geral. Este grupo será o primeiro analisado pois contém as primeiras capas de *Veja* a tratarem da violência urbana, o que permite a visualização da historicidade da cobertura da revista sobre a temática. Estão neste grupo as edições nº 33, de 23 de abril de 1969; nº 227, de 10 de janeiro de 1973; nº 340, de 12 de março de 1975; nº 1652, de 7 de junho de 2000; nº

1654, de 21 de junho de 2000; nº 1736, de 30 de janeiro de 2002; nº 1925, de 5 de outubro de 2005; e nº 1928, de 26 de outubro de 2005.



Na primeira capa de *Veja* a discorrer sobre violência urbana, da edição nº 33, de 23 de abril de 1969, uma mão masculina figurativiza um suposto assaltante (negro) empunhando um revólver sob a frase “Isto é um assalto” e o olho “A escalada do crime”, que apresentam o tema. Topologicamente, a capa é construída com a mão do assaltante vinda do exterior das dimensões da capa, do canto inferior direito, de forma que com sua arma a figura do suposto criminoso ocupa 2/5 da capa, em disposição perpendicular. O assaltante aparece com o dedo no gatilho, pronto para atacar, sob o grito “Isto é um assalto (!!!)”. Cromaticamente, a capa tem fundo vermelho, sobre o qual aparecem o título e o olho em branco com letras proporcionalmente menores ao tamanho da imagem da mão do bandido, e o logotipo de *Veja*, em amarelo. A imagem do assaltante figurativizado pelo homem negro mostra o simulacro, construído pela revista, da relação entre a cor da pele e a criminalidade urbana. Na tentativa de assalto mostrada por *Veja*, um sujeito da narrativa é explícito: o negro criminoso. Outro sujeito será apresentado na reportagem.

A estratégia de manipulação utilizada na capa é a intimidação, de forma que o enunciatário¹⁷, incluído pelo destinador no rol de vítimas potenciais dos assaltos – já que é para este que se dirige o cano do revólver – é levado a querer mais informações sobre a escalada do crime: onde estão os assaltos? Como evitá-los?



Na matéria, o enunciatador¹⁸ de *Veja* apresenta ao leitor um “Novo crime nas ruas”, título da reportagem de capa. No olho, o destinador inscreve suas primeiras avaliações sobre os fatos que envolvem a nova modalidade criminosa que adentrava os centros urbanos do País: “Contra a polícia de ontem, os bandidos de hoje, mais audazes, organizados e mais violentos”. Ao sancionar negativamente a polícia como “de ontem”, *Veja* inicia a construção do simulacro da polícia brasileira: atrasada, fora do patamar técnico que deveria estar para que pudesse conter a violência dos bandidos, estes apresentados como “organizados”, ousados e mais eficazes que os policiais e, portanto, sujeitos mais competentes da narrativa.

¹⁷ D.L. Pessoa de Barros (2003), afirma que o enunciatário é “uma das posições do sujeito da enunciação”, implicitamente presente no texto, “que cumpre os papéis de destinatário do discurso”.

¹⁸ Segundo D.L. Pessoa de Barros (2003), o enunciatador é um “desdobramento do sujeito da enunciação” que classifica o sujeito, sempre implícito no texto, que cumpre o papel de destinador do discurso. Destinador é o “actante narrativo que determina os valores em jogo”, ou seja, os valores que circulam no texto.

O texto verbal começa com a narração sumária de oito assaltos ocorridos em São Paulo e no Rio de Janeiro nas semanas anteriores à edição da revista. As narrações ocupam todo o conjunto das duas primeiras páginas da matéria, acompanhadas das fotos de criminosos e de uma vítima. Todo o material interno é apresentado em preto e branco, pois em 1969 somente as capas de *Veja* eram impressas em cores. A foto que ocupa 2/3 do primeiro conjunto de páginas mostra um guarda de banco morto durante um assalto; outra menor apresenta revólveres como os que comumente estavam sendo apreendidos com os bandidos; e ainda uma com as imagens de alguns dos sujeitos responsáveis por uma parte dos crimes narrados. Os rapazes, menores de idade, são apresentados com uma tarja nos olhos, mas a foto permite observar que se trata de três jovens brancos e um negro, todos bem apessoados e vestidos, o que contraria a imagem da capa, a qual mostra a mão de um negro figurativizando o assaltante. Todas as narrativas seguem o modelo da primeira:

“Segunda-feira, 14 de abril. São Paulo, 17 horas. Sem uma palavra e com uma chuva de balas 38 e 44, seis homens, com dois Volks, atacam uma Kombi do Banco Francês e Italiano, matam o guarda com oito tiros, ferem o motorista com quatro, dominam um funcionário a murros e pontapés e levam 20.000 cruzeiros novos. Tempo da operação: cinco minutos.”

A seguir, o enunciador alerta que desde 1968 esse quadro de violência já é rotina nas capitais paulista e fluminense, com o agravante de que “começa a valer também para Minas, Rio Grande do Sul, Estado do Rio, Paraná e Goiás”. O aumento do número de assaltos se deve, segundo o enunciador, ao fato de o crime ter ganhado “eficiência, técnica e brutalidade”, transformando-se num tipo “mais ambicioso e mais duro”, que angaria adeptos não mais entre os especialistas no uso de pés-de-cabra e facas, mas entre criminosos mais audazes, de uma espécie que “trocou a cachaça pela maconha, a faca pelo revólver, e o pé-de-cabra pela sutileza: abre portas retirando o cilindro das fechaduras; antes arrancava as portas”. Para defender as vítimas? “Praticamente, a mesma polícia de sempre”, “que corre atrás de bandidos pela escada, enquanto os criminosos usam elevador”, ou seja, totalmente despreparada tecnicamente e sem treinamento adequado, conforme alertado pelo enunciador no olho da matéria. As narrativas apresentadas permitem-nos, portanto, depreender o segundo sujeito inscrito no texto, em contraposição ao sujeito criminoso da capa. Trata-se do Estado, mais

precisamente da figura da polícia, cujos problemas técnicos são descritos pelo enunciador. Segundo ele, faltam: equipamentos com tecnologia de ponta, bem como aparatos simples como telefones, rádios e carros; treinamento eficiente para os policiais, com técnicas novas e mais eficazes de captura dos bandidos; e incremento nos salários. Temos então o sujeito criminoso, audaz, veloz e eficiente versus o sujeito Estado/Polícia, despreparado, desmotivado, lento, ineficiente.

A seguir, *Veja* relativiza a importância do despreparo dos policiais ao afirmar que “mesmo uma polícia eficiente não vence o crime. Apenas o segura”. E dá voz a um perito que cita o exemplo de uma cidade norte-americana em que o bom policiamento não conteve a criminalidade: “‘Chicago é a um só tempo a mais violenta e a mais bem policiada cidade americana: três minutos após um crime chegam três carros de polícia; porém três minutos depois há outro crime’, diz o sociólogo Rui Coelho. Talvez haja aí um pouco de exagero. Mas só um pouco.” Em seguida, o enunciador passa a palavra a outro perito, um francês especialista em criminalidade, o qual aventa as causas do aumento da criminalidade nos Estados Unidos: “A miséria de certas camadas da população, os problemas psicológicos de numerosos indivíduos submetidos a fortes tensões sociais, a deficiência da educação e a busca do lucro fácil”.

E no Brasil? Quais seriam as causas do aumento da violência criminosa? *Veja* pergunta e a voz delegada do especialista responde: “Isto [a explicação da violência nos EUA] vale para o Brasil? Rui Coelho acha que sim”. Na exposição do processo de aumento da criminalidade, o perito argumenta favoravelmente sobre a relação entre pobreza material e a entrada na vida criminosa.

“A própria transição da agricultura para a indústria acelera o índice de criminalidade, com a corrida para a cidade grande que estimula o crime até com o anonimato, a sensação de fazer o que quiser já que ninguém vai ficar sabendo.’ Nas regiões rurais, especialmente no Nordeste, os crimes mais freqüentes sempre foram e ainda são os crimes contra a pessoa, com maioria para os chamados crimes de honra. Nos grandes centros urbanos, entretanto, ganham os crimes contra a propriedade. E o que leva a isso é uma mistura de pobreza material com indigência cultural. E a transição da agricultura para uma crescente industrialização tem a ver com tudo isso: quando estruturas existentes são construídas, ou mudam rapidamente, sem que as novas estejam bem fixadas, sopra um vento favorável ao crime.”

O que o enunciador não esclarece é o que seria exatamente essa mistura de “pobreza material com indigência cultural” ou que “estruturas” sofreram mudança rápida. Além de cair num raciocínio reducionista, de causa e efeito, o argumento de *Veja* é pouco claro e consistente, nada elucidativo das verdadeiras causas de um fenômeno complexo como a violência urbana. Conforme discutido na primeira parte deste trabalho, as argumentações de que crises econômicas, desemprego e pobreza associam-se linear e causalmente com os índices de violência, apesar de naturalizadas e reproduzidas nos discursos sociais de diversos âmbitos, não se sustentam se realizadas análises aprofundadas.

O próximo tema discutido pelo enunciador de *Veja* são as estatísticas que atestam aumento da violência criminoso e a substituição de crimes não violentos – como o estelionato – por furtos qualificados, homicídios, latrocínios e assaltos a mão armada. E conclui: “E só não subiram mais [as estatísticas] porque, na hora do ‘a bolsa ou a vida’, o assaltado, cada vez mais, entrega a bolsa sem resistência.”

Veja traça ainda mapas da violência nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, os quais mostram os bairros em que mais ocorrem crimes, bem como quais são as modalidades preferidas dos criminosos nestas localidades. Segundo o texto,

“essa geografia do crime tem feição própria em cada cidade e se caracteriza especialmente nas áreas de deterioração: zonas residenciais que se afastam e dão lugar a comércio e à casa de cômodos; zonas comerciais em declínio e as divisas de zonas comerciais e industriais. É o caso dos Campos Elíseos e Barra Funda, em São Paulo. E da Lapa, no Rio.”

Mas, apesar de afirmar que a criminalidade está restrita às áreas mais pobres das cidades, *Veja* utiliza novamente o recurso de relativizar seu próprio argumento. Dá voz a um delegado atuante na zona sul da capital paulista, que afirma que

“Um telefonema de um bairro rico pode ser uma simples briga de empregadas. O telefonema dirá. Mas é preciso estar atento às franjas da cidade, onde mora gente pobre e honesta que não dispõe de telefone para pedir socorro e cuja humildade esconde dramas com o silêncio. É preciso colocar viaturas nessas áreas.”

Em seguida, após a caracterização do tipo de arma que os bandidos da atualidade utilizam (revólveres e pistolas automáticas, em substituição a facas e pés-de-cabra de antigamente) e como as conseguem, o enunciador procede a uma isotopia discursiva¹⁹. Dá voz a um delegado do Departamento de Investigações Criminais que ratifica o argumento de que o sujeito-criminoso de fato é mais bem preparado e eficaz do que a polícia e naturaliza o entendimento de que sempre será assim. Os ladrões sempre estarão à frente do Estado: “a tendência do crime é ir-se aperfeiçoando na medida da polícia. (...) Se a polícia tem um carro que corre a 120, os bandidos escolhem para a fuga um carro mais possante.”

O enunciador dá voz também ao então secretário de Segurança de São Paulo, Hely Lopes Meirelles, para quem parte dos crimes é cometida por grupos subversivos de “fanáticos políticos”, afirmação relativizada em seguida por *Veja*: “o que há, segundo os policiais, é uma maré enchente do crime comum aproveitando as águas dos criminosos políticos.” O que o enunciado não deixa claro é se o pobre vindo das áreas rurais, o morador de periferia ou os ex-criminosos políticos é que são os criminosos. *Veja* utiliza uma série de argumentos, mas não conclui suas explanações sobre as causas da violência e os reais agentes do crime. Cita uma série de mudanças nos procedimentos e equipamentos utilizados pelos criminosos, a relação destes com o aumento do tráfico de drogas, o grande número de menores de idade na vida criminosa, e até mesmo as eficientes estratégias de contenção da criminalidade pelos esquadrões da morte existentes em São Paulo e no Rio. Como, então, o sujeito-Estado/Polícia pode adquirir a competência e o saber necessários para enfrentar a criminalidade se pelo enunciado não se conhece o perfil exato do oponente? *Veja* traça um simulacro coerente da polícia, mas o do criminoso permanece pouco claro, deslizante. Contrariamente ao enunciado, na enunciação verbo-visual²⁰, porém, fica patente a caracterização do bandido como o pobre da periferia, cuja marginalização o motiva a adentrar na vida criminosa, em busca de ganho fácil.

¹⁹ Conforme disposto na Introdução, no item Quadro Teórico de Referência, o conceito de isotopia é definido por J. L. Fiorin como o mecanismo que garante coerência ao texto e orienta a leitura pelo enunciatário. Trata-se da “reiteração, a redundância, a repetição, a recorrência de traços semânticos ao longo do discurso. (...) Para o leitor, a isotopia oferece um plano de leitura, determina um modo de ler o texto” (ob.cit., p. 81).

²⁰ Diana L. P. Barros (2003) assim define enunciação e enunciado: “Enunciação é a instância de mediação entre as estruturas narrativas e discursivas que, pressuposta no discurso, pode ser reconstruída a partir das pistas que nele espalha; é também mediadora entre o discurso e o contexto sócio-histórico e, nesse caso, deixa-se apreender graças às relações intertextuais”. “Enunciado é o objeto-textual resultante de uma enunciação” (p. 86).

Em relação às soluções para acabar com a violência criminosa, *Veja* sugere uma mistura de aparelhamento e treinamento da polícia – “ao estilo James Bond” [personagem do cinema que em seus filmes utiliza tecnologias cada vez mais modernas para capturar criminosos] – e participação ativa do cidadão na preservação de sua segurança pessoal. E termina o texto alertando para a importância da liberdade individual.

“Alarmas ligados diretamente nas delegacias, circuitos de TV, máquinas fotográficas disfarçadas, portas que se fecham automaticamente e até gases imobilizantes podem deter ou revelar quadrilhas que agem em bancos. Um policial mais culto, mais humano, e sobretudo preparado (...). Uma sociedade atenta para os seus problemas e disposta a resolvê-los até onde for possível. (...) Se não estamos seguros em nossas casas e nas nossas ruas, se estamos ameaçados, (...), então não somos livres.”



Outra capa de *Veja* a abordar o tema da violência urbana é a da edição nº 227, de 10 de janeiro de 1973, na qual novamente discutem-se os assaltos ocorridos nas grandes cidades. O plano da expressão mostra a imagem de uma mão armada apontando o revólver para a figura de uma geométrica cidade de São Paulo, que pode ser reconhecida pela vasta quantidade de prédios, dentre os quais o conhecido edifício “banespinha”, localizado no centro da capital paulista. A figura da cidade é construída em amarelo e bege, dentro de um retângulo, no centro da capa. Atrás dos prédios, um

céu bastante cinzento remete aos minutos que antecedem uma grande tempestade. Está a cidade de São Paulo à espera de alguma triste eventualidade? De uma tempestade de assaltos a mão armada? A mão a empunhar o revólver que figurativiza o bandido vem de fora, do ambiente profundamente avermelhado que invade o retângulo protetor da metrópole ao grito de “Assalto Assalto Assalto Assalto”, título da capa. Segundo Luciano Guimarães (2000), desde o início da circulação da revista (1968), a cor vermelha predomina nas capas quando *Veja* destaca acontecimentos relacionados a violência, paixão, guerra e amor divino (de Deus), dentre outros elencados pelo autor em seu estudo sobre o cromatismo. Portanto, os efeitos de sentido produzidos pelo texto tendem a ser, também, decorrentes da forte carga emocional atribuída aos formantes cromáticos.

O tipo e o corpo das letras de “Assalto” sofrem graduação em tons do cinza ao branco, de forma que, quanto mais perto da cidade, menores são as letras e mais clara a cor, de forma a figurativizar alguém que, quanto mais perto da vítima, diminui o tom de voz, para surpreendê-la. Sem o silêncio, não há elemento surpresa. Topologicamente, o “Assalto” vem não apenas do lado vermelho que circunda toda a cidade, mas de suas camadas mais baixas, do lado sombrio da metrópole. Há outros pontos vermelhos, acima e ao lado dos edifícios protegidos, mas o bandido vem do lado de baixo, invade a cidade e toma a cor branca, mesma utilizada nas bordas protetoras do retângulo. Só assim pode surpreender. A mesma cor branca é usada para colorir o logotipo de *Veja*, remetendo o leitor-enunciário para que não apenas olhe, mas atente para a invasão dos assaltos na cidade, pois está no rol de vítimas potenciais dos bandidos. De dentro tem-se um dos sujeitos da narrativa: o sujeito coletivo cidade, em alerta para a possibilidade de ser assaltada a qualquer momento; de fora, o outro sujeito: o criminoso invasor, o Outro imerso em violência e sangue, que ataca e invade a barreira protetora da metrópole.



Na reportagem, que repete o título da capa “Assalto! Assalto! Assalto!”, o enunciador começa o texto verbal com a narração das atividades da sala de identificação de criminosos da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo. Tal como num ensaio teatral, mas com personagens reais, a condutora dos trabalhos orienta os assaltantes a não se esquecerem de sorrir e de mostrarem detalhadamente como atacaram as vítimas. O texto verbal é acompanhado do visual (em preto e branco na matéria toda), que mostra os assaltantes sendo orientados e, inusitadamente, deixando à mostra “gengivas esbranquiçadas e dentes cariados” num forçado e desmotivado sorriso. A condutora do “ensaio” (como *Veja* nomeia a apresentação dos suspeitos na sala de reconhecimento) não fica satisfeita com a encenação e afirma: “Ih, meu filho... Desse jeito você não assalta ninguém!”. O episódio da sala de reconhecimento é utilizado pelo enunciador para que, colocando-se no texto por meio do mecanismo da embreagem²¹, teça suas avaliações sobre os supostos criminosos: “A verdade é que ‘os filhos’ de Dona Alba, funcionária da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (...), estão interpretando seu papel na vida real com espantosa naturalidade e extrema eficiência.” Outra foto que compõe o texto visual mostra a mesma funcionária tentando descobrir, com uma vítima

²¹ Segundo D. Bertrand (2003), embreagem é uma operação enunciativa por meio da qual “o sujeito da fala retorna à enunciação”, ou seja, se coloca no discurso enunciado, instalando no texto uma categoria de primeira ou segunda pessoa.

de assalto, o rosto de seu agressor nos álbuns da Delegacia de Roubos, local por onde passariam cerca de cem pessoas diariamente, com o mesmo objetivo. Adiante, no mesmo texto, esse método será sancionado negativamente pelo enunciador, pois haveria tantos criminosos para serem fichados que o sistema não daria conta de identificar todos e catalogá-los para uso na sala de reconhecimento.

Em seguida o enunciador cita estatísticas sobre o aumento do número de assaltos na capital paulista. Os dados são controversos porque fazem parte de dois grupos: um deles diz respeito aos “dados oficiais”, o outro às informações não contabilizadas pelas estatísticas oficiais, como chamados da radiopatrulha, as quais também mostram evolução da criminalidade, com intermitências não explicadas pelas autoridades. O texto menciona ainda um grupo de trabalho com especialistas de diversas áreas que, há três meses, estaria estudando “sociologicamente o problema dos assaltos”.

Porém, avalia o enunciador que apesar de o grupo ainda não haver divulgado “nenhuma de suas conclusões”, “somente sua existência atesta a gravidade do problema dos assaltos que faz com que a polícia de São Paulo, pela primeira vez em sua história, se ocupe com números e sociologia”. Estas marcas discursivas concorrem para a construção da significação de que, como afirmava o enunciador já na edição nº 33 (analisada anteriormente), a polícia não está preparada para enfrentar a nova modalidade criminosa que ataca as grandes cidades.

Mais: a inépcia policial inspira narrativas de fatos no mínimo inusitados em que o enunciador deixa evidentes a audácia e o desrespeito dos criminosos pelas autoridades. Num dos trechos citados, um criminoso pede que alterem sua ficha criminal e incluam: “Profissão: estelionatário. Local de trabalho: os bancos dessa praça.” Outras isotopias temáticas são elencadas: histórias de comerciantes assaltados cinco, seis, ou até sete vezes, e casos de bairros em que nenhum único estabelecimento deixou de ser assaltado.

O texto verbal deixa clara ainda certa nostalgia relativa a uma anterioridade temporal em que a criminalidade e mesmo os criminosos eram conhecidos e previsíveis. A criminalidade existia, os assaltos também, mas o perfil era conhecido. Assim afirma o enunciador:

“os velhos, e porque não dizer, respeitáveis delinqüentes das décadas de 30 ou 40. Os bons tempos em que os ladrões tinham a sua especialidade. A ‘escalada’ que fez célebre um senhor italiano Amleto Gino Meneghetti, ou os ‘ventanistas’, que invariavelmente

forçavam a 13ª ripa das venezianas, um pouco por superstição, um pouco porque o trinco ficava normalmente na 13ª ripa. Ou ainda os ‘mioleiros’, profissionais que empregavam sua habilidade desmontando os cilindros das chaves tipo Yale, que muitos pensavam ser inexpugnáveis.”

Ora, o enunciador sugere que o que se teme é a criminalidade violenta e não o fato de ela ter se tornado uma atividade especializada, de os bandidos não serem mais os mesmos de outrora. Nos “bons tempos” era então possível conviver com o crime, não temê-lo? Desde que não se toque nas pessoas, pode-se roubar, furtar, enganar? Ao que parece, teme-se na verdade a violência física direcionada aos indivíduos e não a criminalidade em si. Teme-se ainda a imprevisibilidade dos novos criminosos, com os quais as autoridades não sabem lidar. Como prender ladrões que não mais arrombam janelas ou desmontam fechaduras, mas param de carro na frente das lojas e levam todo o dinheiro em menos de cinco minutos? Como o sujeito-polícia-Estado vai adquirir o saber e a competência necessária para bem defender o cidadão? *Veja* apenas expõe o problema, reiteradamente, por meio das isotopias, ou seja, das marcas textuais que reafirmam a incompetência do Estado/Polícia. Neste texto, o enunciador não discute soluções possíveis para a melhoria do trabalho da polícia.

Contrariamente, *Veja* atesta a inevitabilidade de se conviver com a violência urbana e se atém a discutir o papel do cidadão, vítima potencial dos criminosos, na proteção de sua própria integridade – e quando possível de seu patrimônio:

“Nas duas maiores cidades brasileiras, vítimas obrigadas a uma convivência constante com os ladrões estão de certa forma tentando tornar mais ameno esse relacionamento desagradável por sua natureza. Os próprios responsáveis pela segurança pública, como que admitindo sua impotência, recomendam à população que não resista aos assaltantes, que procure, por assim dizer, facilitar as coisas para a outra parte a fim de evitar um mal maior. (...) Todo cidadão deve ser um pouco policial. (...) [Ao dirigir seu carro] Deve ir com tudo fechado, deixando apenas uma fresta para entrar ar.”

Anthony Giddens (1991) classifica este tipo de atitude dos indivíduos às situações de perigo e ameaça de “reações de adaptação ao risco da modernidade”. No caso das orientações dadas por *Veja*, poderíamos defini-las como de “aceitação pragmática”, mecanismo pelo qual as pessoas se concentram em sobreviver ao perigo,

em conviver com ele, a despeito de se afastarem dos riscos a ponto de deslindar das atividades cotidianas. A aceitação pragmática tem como base

“a crença de que muito do que se passa no mundo moderno está fora do controle de qualquer um, de modo que tudo o que pode ser planejado ou esperado constitui ganho temporário.” (p. 136)

Mas esta aceitação pacífica não está livre de custos psicológicos. Segundo Giddens, ela “implica um entorpecimento que com freqüência reflete uma profunda ansiedade subjacente, que em alguns indivíduos emerge conscientemente repetidas vezes” (p. 137). Ou seja, a aceitação pragmática pode conviver com um sentimento de pessimismo e inquietação perene, um estado constante de alerta, já que a qualquer momento seu carro pode ser roubado ou sua casa invadida, violentamente.

“Entre aqueles cuja atitude é de aceitação pragmática (...), a relação com a sobrevivência existe, provavelmente, como um pavor existencial. Pois a confiança básica na continuidade do mundo deve ser fundamentada na simples convicção de que ele vai continuar, e isto é algo de que não podemos estar inteiramente seguros.” (p. 146)

Outro tema a merecer espaço na matéria é o crescimento do mercado de segurança particular, “uma atividade praticamente desconhecida no Brasil cinco anos atrás”, motivada pela ineficiência da polícia na defesa de empresas e cidadãos. A aparente solução, porém, também carece de eficácia, segundo o enunciador de *Veja*.

“Por incrível que pareça, na Guanabara, os bancos e os carros supostamente fortes continuam a ser vítimas dos ladrões a despeito dos guardas armados, das cabinas à prova de balas, dos alarmas.”

“Homens armados simplesmente parecem insuficientes para evitar assaltos. A polícia se queixa amargamente da vulnerabilidade dos guardas particulares que, além de intimidarem pouco os ladrões, transformam cada assalto bem sucedido numa fonte preciosa para renovar estoques de arma e munições.”

A seguir, *Veja* traça o perfil e a história de diversos criminosos. Dá nome, expõe o rosto e conta trechos da vida de bandidos de toda espécie: assaltantes, matadores. Nesta edição, o enunciador dá atenção às histórias de Zé Branquinho, João Conde, Zulu, Quinzinho, Vicentão: questiona como se tornaram criminosos, conta sua vida, sua

infância. O enunciador dá voz também aos criminosos, de forma a poderem tecer suas considerações sobre os motivos que levaram à “explosão estatística dos assaltos”.

“Nem mesmo os velhos militantes, como Quinzinho e Vicentão, conseguem explicar o que está acontecendo com os jovens que se iniciam na carreira do crime na mesma escola cursada por eles anos atrás. Eles acreditam que a violência desmedida e a explosão estatística dos assaltos sejam provocadas basicamente pelos tóxicos que substituíram a maconha, consumida discreta e regularmente no submundo antes de ser transformada em ameaça à civilização ocidental quando suas emanções atingiram os ambientes mais finos.”

Neste trecho, caracteriza-se inusitadamente a maconha como um dos responsáveis pelo crescimento dos assaltos violentos, já que antes esta droga estava confinada ao “submundo” e agora atinge os ambientes mais requintados. Aqui, podemos perguntar se este “submundo” refere-se ao ambiente em que vivem os criminosos ou a outro não definido pelo enunciador. Além disso: se as “emanções” da maconha atingiram as parcelas mais abastadas da população, como então esta mesma classe de indivíduos – moradora dos altos edifícios que figurativizam a capital, na capa – é a que sofre as ameaças de assalto? As ameaças não vêm do Outro? Vêm do Mesmo? O enunciador deixa perguntas sem resposta.

Com este trecho em que apresenta o perfil e dispõe de fotos dos criminosos, o enunciador de *Veja* encerra a construção do simulacro dos três sujeitos da narrativa e suas modalizações. As vítimas: cidadãos comuns e empresários, acuados frente ao crescimento dos assaltos, para quem resta tão-somente aprender a conviver com a criminalidade e colaborar com os criminosos no caso de uma abordagem, com o objetivo último de proteger suas vidas. São sujeitos modalizados por um *querer proteger-se*, mas não dotados do *poder* e do *saber* necessários para obter seu objeto de valor, a segurança. Os criminosos: indivíduos com rosto e história, eficazes e audazes, modalizados por um *querer e saber fazer*. São os únicos sujeitos da narrativa a completarem sua performance e obterem seu objeto de valor, a propriedade alheia. O Estado/Polícia: ineficaz, despreparado e incompetente. Sujeito dotado do *querer fazer*, mas não do *saber* necessário à obtenção de seu objeto de valor, a defesa do cidadão.

Na última página da reportagem, o enunciador de *Veja* se detém a discutir sobre as causas da violência criminosa, especificamente sobre “a predisposição para a violência da nova geração de marginais”. No primeiro enunciado a respeito, um perito –

voz delegada do enunciador – relaciona a vida criminosa à marginalidade social dos indivíduos. Ao comentar sobre a morte de oito bandidos durante assaltos na zona sul da capital paulista nos seis meses anteriores à matéria, o delegado policial José Humberto Moraes Novaes, responsável pelo policiamento da área, afirma que

“Nessa área da cidade, (...) a frequência dos crimes tem *seguramente alguma coisa* a ver com a vizinhança dos aprazíveis bairros residenciais e seus palacetes de amplos jardins com as chamadas vilas de operários que se sucedem logo adiante.” (grifos nossos)

Afirma-se então, que por estarem os bairros de classe média e alta sendo atingidos constantemente por assaltos, certamente alguma relação (“alguma coisa”) deve haver com a existência de moradias de migrantes trabalhadores nas redondezas. Segundo esta argumentação, haveria uma relação inerente entre a pobreza dos migrantes e a vida criminosa, de forma que ainda que seja trabalhador e tenha uma fonte de renda lícita, os pobres seriam bandidos potenciais. Mais uma vez, a linearidade do argumento de *Veja* constrói significações socialmente equivocadas.

Adiante, uma isotopia discursiva reforça este entendimento e garante cada vez mais consistência ao posicionamento de *Veja* sobre as causas da criminalidade violenta. Ao comentar sobre a “deslocação geográfica do crime”, um policial “estudioso e experiente” afirma que os crimes violentos antes estavam restritos aos bairros pobres da zona leste da capital, mas “espalharam-se pela cidade toda”, causando medo e apreensão.

“O medo do assalto, uma espécie de neurose coletiva que começa a afetar o comportamento das populações, se deve menos a um aumento real no número de crimes e mais ao fato de o bandido e o cidadão ordeiro agora se encontrarem por assim dizer face a face. Aconteceria em suma com o crime, o que aconteceu com a maconha. Passou a ser problema quando subiu na escala social atingindo as classes altas.”

Neste trecho evidencia-se a argumentação da inexorabilidade entre a pobreza e a violência, da incapacidade de um indivíduo ser ao mesmo tempo pobre e “cidadão ordeiro”, e reproduz-se a naturalização da despreocupação das autoridades com a criminalidade que afeta os socialmente marginalizados. No final do texto, *Veja* alerta para a incompetência do Estado no cumprimento do dever, enumera problemas dos órgãos públicos responsáveis pela segurança e faz o fechamento discursivo do tema,

remetendo a certo ceticismo de que possa haver solução efetiva para a criminalidade violenta urbana no Brasil.

“A discussão, de qualquer forma é estéril. As grandes cidades brasileiras parecem estar definitivamente condenadas a conviver com o crime e com o medo, como já acontece nas grandes cidades americanas, em que pese todo o equipamento de sua polícia e a fama de ser uma das mais enérgicas do mundo.”

O enunciador parece sugerir que os brasileiros devem aprender com a experiência norte-americana e se acostumarem à criminalidade. Se os Estados Unidos até o momento não conseguiram conter a violência urbana, pode o Brasil obter êxito? Não para o enunciador de *Veja*, que prevê um futuro sombrio para a população das grandes cidades, ao menos para as classes socialmente favorecidas. Ao preconizar o caos e o medo no texto verbal, *Veja* reforça as significações do cinzento céu que paira sobre a cidade de São Paulo, na capa da edição. O enunciatário-leitor, potencial vítima dos assaltos, sabe agora que a tempestade da criminalidade e do medo não foi ou será aplacada num futuro próximo. A tormenta é inevitável, e deve ser temida.



A capa da edição nº 340, de 12 de março de 1975, é construída como numa tira de história em quadrinhos sob o título “Cada vez mais crimes”, cuja imagem apresenta uma jovem que bate no vidro de seu carro e grita pedindo socorro. Seu olhar arregalado

é de pânico. Do conjunto visual das sobrancelhas arqueadas com o enrugamento da testa, cria-se o efeito de sentido de que a situação da jovem é de total horror. Seu semblante mostra desespero e medo. Mas que perigo ameaça a jovem? Abaixo da imagem, a tira explicativa do quadrinho elucida o porquê de tanto pânico: “A moça gritou. Era um dos assaltos violentos que ocorrem a cada 40 minutos nas grandes cidades brasileiras.”

Cromaticamente, a capa é construída em fundo azul, que harmoniza com os olhos da moça, do mesmo tom. O rosto da jovem é branco, mas pontilhado de vermelho. A cor vermelha, que em *Veja* cromatiza a violência, conforme estudo de Luciano Guimarães (2000), invade o rosto e as mãos da jovem, mas aos poucos, ponto a ponto. O pavor que faz seu coração acelerar transforma sua face alva em gradualmente rubra. O título é grafado em branco, em caixas altas, mas não tão grandes, conferindo a maior parte do espaço da capa à imagem da moça em pânico. Há o branco também no fundo da tarja lateral esquerda que enuncia o segundo assunto a merecer destaque na capa (“O que muda nos salários”) e no fundo da tarja explicativa do quadrinho.

Nesta capa, a estratégia de manipulação do enunciador é a intimidação. O enunciatário-leitor, colocado na posição de vítima-potencial pelo contrato comunicativo estabelecido implicitamente entre enunciador e enunciatário, pode intimidar-se pela ameaça que ronda carros, casas e famílias. Os assaltos violentos, que segundo o enunciador acontecem a cada 40 minutos nas metrópoles brasileiras, podem surpreender o leitor-enunciatário a qualquer momento. Como se proteger? Na capa, *Veja* apenas propaga a sensação generalizada de medo e desespero frente à ameaça de assalto.



Na matéria, intitulada “Grandes cidades inseguras”, *Veja* traz uma novidade em relação à cobertura da violência, especialmente dos assaltos, nas duas capas analisadas anteriormente: um “Guia prático de sobrevivência nas grandes cidades brasileiras”, elaborado pelas autoridades e cujos exemplares “já se encontram à disposição dos interessados nas delegacias policiais de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre” em diversas edições regionais.

Segundo o enunciador, o manual começa com conselhos úteis – embora um tanto quanto evasivos – como “Coopere com os órgãos policiais, previna-se contra furtos e roubos”, passa por “advertências aterradorizantes” como “Você jamais deve esquecer de que há sempre alguém atrás de sua carteira” e pelo “código de ética dos assaltados” (“diante dos ladrões, procure primeiro considerar o valor de sua vida, então reaja”), até chegar nos “deveres de auto-preservação do cidadão”. É interessante notar que esta é a primeira edição analisada em que *Veja* se ocupa de discutir formas de o cidadão se proteger, sobretudo por conta da ineficiência do Estado na defesa dos indivíduos, tema abordado nas duas edições anteriores. Seguem algumas orientações do manual, que naturaliza a linguagem policial, em detrimento de utilizar o linguajar cotidiano:

- “Os que andam de automóvel são avisados de que não devem jamais propiciar carona aos desconhecidos” e
- Também de que “precisam evitar as janelas abertas”, pois podem ser abordados em semáforos.
- “Quando for sair do carro, para abrir portões ou portas de garagem, observe nas imediações. Pode haver elementos suspeitos. E, ao descer, procure agir com rapidez.”

O enunciador deixa claro seu posicionamento favorável à confecção e distribuição de guias deste teor. Apesar de diversas orientações preconizarem e naturalizarem o medo excessivo e uma ansiedade perene, como em “Você jamais deve esquecer de que há sempre alguém atrás de sua carteira”, em nenhum momento há sanção negativa da atitude das autoridades responsáveis pela edição do material. Ao contrário, *Veja* inclui na matéria mapas dos bairros e horários de maior vulnerabilidade, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

O enunciador afirma que “é possível dizer que eles [os guias] não resvalam, em nenhum momento, para exageros condenáveis e tentativas de espalhar pânico infundado entre a população”. Será que a sensação de saber que “sempre” há alguém de olho em nossa bolsa ou carteira não causa mesmo pânico generalizado entre as pessoas? Como conviver com o fato de que, o tempo todo, qualquer pessoa que anda ao nosso lado nas ruas pode ser um assaltante? Como não ficar ansioso nas ruas da “capital do medo”? *Veja* dá a resposta que ensina a conviver com o medo, mas não a aplacá-lo: siga o manual, esteja sempre à espera dos bandidos! Pois

“É até possível que se entre os seus leitores houvesse um número maior de pessoas capazes de condicionar a tal ponto um estado de permanente susto e inquietação, tivessem diminuído os registros de 8500 casos de agressão, tentativas de morte e lesões corporais ocorridos em Porto Alegre no ano passado.”

Neste trecho, o enunciador faz o alerta de que cabe ao cidadão defender-se, proteger a si e a sua família. Mesmo em estado de ansiedade e pânico permanente, se seguir as orientações das autoridades o cidadão pode proteger-se e, na sequência, diminuir os índices da criminalidade violenta. *Veja* aqui é doadora de um saber específico, o saber evitar situações de risco e perigo. Alerta para o papel do cidadão na sua própria defesa, no seu bem-estar, na sua segurança. Dada a inevitabilidade de viver

num ambiente de risco e perigo, cabe seguir as orientações dos especialistas. Como doadora do saber, *Veja* propõe a transformação do leitor-enunciário num sujeito realizado, confere a competência que o fará capaz de obter um estado de maior segurança.

Nas páginas seguintes, o enunciador faz narrativas de pessoas que foram assaltadas diversas vezes, que se acostumaram à inevitabilidade da criminalidade e até falam do assunto com bom humor, com naturalidade. Os sujeitos-vítimas já não se espantam com a violência, aprenderam a conviver com ela, seguiram a cartilha de *Veja*, a fim de não “amanhecer com a boca cheia de formiga”, como afirmou uma delas.

O Outro-assaltante, algoz implacável, é sujeito competente, dotado do *saber fazer* para obter seu objeto de valor. Ele não falha. Somente o Estado falha. A “multidão imensa e anônima de criminosos” instaura a infalibilidade da violência urbana. E o tempo em que os assaltantes eram previsíveis e “a segurança doméstica era entregue à guarda de trincos, grades e correntes” se foi. Um “futuro sombrio” toma conta das grandes metrópoles.



Na capa da edição nº 1652, de 7 de junho de 2000, o enunciador resume o estado de insegurança que uma família de classe média enfrenta pedindo “Socorro!”, alertando: “as capitais brasileiras são campeãs mundiais de assassinato”; há mais seguranças particulares do que policiais em atividade; “um em cada cinco jovens brasileiros já viu o

corpo de alguém que morreu assassinado”; somente 2% dos crimes são desvendados; em consórcios a mil reais por mês a classe média está blindando seus carros; “uma pessoa é morta a cada 13 minutos” no Brasil.

No plano figurativo, pai, mãe e filhos preparam-se para a guerra urbana preconizada por *Veja*. Tentam se proteger usando armaduras de aço próprias dos guerreiros medievais, estes preparados para conflitos duradouros e sangrentos. A revista figurativiza o presente, portanto, como uma era medieval em que predomina a violência e na qual todos têm de se defender e atacar. Também na guerra contra o crime das grandes cidades brasileiras, os soldados se mostram em estado de constante alerta. O pai está, ao mesmo tempo, preparado para a luta e para o trabalho cotidiano, significação construída pela presença da mala executiva. A mãe, saída do shopping, pois cheia de sacolas, pode partir para o ataque (ou a defesa) a qualquer momento. As crianças, que na era medieval eram somente vítimas, tornam-se, na contemporaneidade construída por *Veja*, fiéis guerreiros, sem contudo deslindarem de seus brinquedos, da diversão que caracteriza a infância normal.

Ao fundo da família, que aparece em primeiro plano, uma metrópole figurativizada por modernos edifícios parece arder em chamas amareladas e alaranjadas, próprias de uma explosão. Trata-se da explosão da violência urbana, dos crimes, dos seqüestros, do triunfo dos criminosos dos quais a família tenta se proteger. Os dois sujeitos desta narrativa, a classe média e os criminosos, estão aqui em duelo pressuposto. De um lado, os até agora vencedores. Do outro, os que se preparam para a guerra, blindam os próprios carros. Por eles, o enunciador grita por ajuda. Mas a quem pedir auxílio? Ao Estado? Ao deparar com este bloco significante, o leitor-enunciatário, potencial vítima do crime apregoadado, mas ainda despreparado para enfrentar o duelo, deve recorrer a quem? A figurativização da capa responde: a si mesmo. Nesta guerra urbana, cada um deve se armar. Não pode o cidadão contar com o Estado? De fato, este tem sua incompetência explicitada na estatística (sem fonte) de que há mais seguranças do que policiais na defesa dos indivíduos. A quem, então, recorrer? Como viver numa metrópole perigosa, circundada por chamas, e não permitir que seu filho seja um dos que verão o corpo de alguém assassinado? Ou mesmo de ser ele a vítima?



Na matéria de capa, também se pede “Socorro!”, como no título. Abaixo deste a motivação do pedido: acontece nas grandes cidades “um assassinato a cada 13 minutos”. No olho, o enunciador prossegue em seu alerta e, como na capa, sanciona negativamente a conduta das autoridades responsáveis pela contenção da violência: “A criminalidade no Brasil bate recorde, apavora a sociedade e os governantes não conseguem vencer os bandidos”. Logo de início, estão dispostos os sujeitos da narrativa construídos por *Veja*, bem como suas modalizações: cidadãos amedrontados, em busca do *saber proteger-se*, de seu objeto de valor, a segurança; criminosos vencedores, dotados do *saber fazer*, único sujeito da narrativa realizado em termos modais; o Estado incompetente, não dotado do *saber* e do *poder* necessários à defesa da segurança da população.

Figurativamente, repete-se nas páginas da matéria o mesmo cromatismo da capa. O título “Socorro!” é grafado em grandes letras de tom laranja, no mesmo tipo gráfico da capa, as quais ocupam um terço das duas primeiras páginas, horizontalmente. A página da direita e a terça parte da esquerda fazem o fundo do título. Também em tons alaranjados, queima em chamas a mão de uma vítima, que tenta impedir a entrada de um criminoso armado, pela porta de sua casa. O homem está com o dedo no gatilho, pronto para atirar. A vítima se protege com uma leve corrente ajustada a um trinco - proteção insuficiente. Sobre esta imagem, o “ranking do seqüestro”, que mostra o Brasil

“bem colocado”, ao lado de países como Colômbia e México, e uma tabela com a “Realidade Sinistra” do alto número de homicídios por 100 mil habitantes, no qual cidades como Rio de Janeiro e São Paulo figuram ao lado de Cali, na Colômbia.

É importante ressaltar que, em diversas reportagens, dados estatísticos como os citados nestas tabelas são incorporados ao texto sem inclusão da fonte da informação. *Veja* se coloca, nestes momentos, como uma instância com autoridade suficiente para utilizar os dados da forma como melhor lhe aprouver, sem ter de comprová-los com o uso da fonte. A voz de *Veja* é de sabedora da verdade. Sua fala se mostra como autônoma, forte, que não precisa recorrer a vozes externas para comprovação, pois basta por si.

O mesmo cromatismo do vermelho, em jogo de cores com o laranja, é utilizado nas quatro últimas páginas, as quais apresentam “a galeria do horror” (os 12 bandidos mais procurados do país), uma tabela e um box que atestam a incompetência do Estado na manutenção da segurança, e um box que alerta para a existência de “Pânico no paraíso” dos milionários brasileiros, a cidade paulista de Indaiatuba. Outros boxes mostram, ao longo da matéria, pesquisa do Vox Populi sobre “Qual é o maior problema da sua cidade?” (a falta de segurança é apontada em primeiro lugar em 10 capitais); razões para os bandidos estarem vencendo a guerra urbana; e uma tabela com os gastos da classe média com segurança privada.

No início do texto verbal, o enunciador de *Veja* apresenta seu posicionamento frente ao recorde da criminalidade (citado sem fonte estatística): “Há uma sensação generalizada na sociedade de que o Brasil pode estar perdendo a chance de vencer a guerra contra o crime”. Aqui, o enunciador utiliza-se do procedimento de embreagem, pelo qual se inclui no enunciado, partilha sua opinião com o leitor-enunciatário (“a sociedade”), e também ordena: “observem-se os seguintes números”, que são “de assustar”. Em seguida, cita uma série de estatísticas (algumas sem fonte), para corroborar a descrita “sensação generalizada” de que o crime está sem controle:

- “50% dos moradores das capitais evitam sair à noite com medo dos assaltantes”;
- “Por medo de se meter em confusão, uma multidão de brasileiros, estimada em 15% da população, evita conversar com estranhos e até mesmo com vizinhos”;

- “Para se proteger dos bandidos, indústrias, lojas e condomínios mantêm um exército de 1,3 milhão de pessoas trabalhando como segurança em todo o país. (...) Equivale ao dobro do efetivo de toda a força policial dos 27 Estados brasileiros.”

Ainda que o aumento da violência esteja estatisticamente comprovado, sancionar a atitude de se refugiar do contato com o Outro é, em vez de colaborar para que o medo da violência seja aplacado, incitá-lo. Por que deveriam as pessoas ter medo dos próprios vizinhos, conforme mencionado na estatística acima (de que “15% da população evita conversar com estranhos e até mesmo com vizinhos”)? Falando-se da classe média, lugar social do enunciatário-leitor, não estão os vizinhos do lado do Mesmo? Não seria exagero temer o indivíduo da casa ao lado?

O simulacro do cenário de guerra urbana presente nas grandes metrópoles brasileiras continua a ser construído por *Veja*, com repetidas isotopias, como nos trechos:

- “Quem sai de casa numa metrópole brasileira, convive com a possibilidade concreta de ser alvo de um ataque físico”;
- “O Brasil está passando todos os limites do tolerável nessa área”;
- “O crime se transformou por aqui numa epidemia que se alastra de maneira aparentemente descontrolada”;
- “Não importa o crime escolhido, o Brasil está sempre numa posição crítica”;
- “O quadro de violência deteriorou-se de maneira assustadora”.
- “Todos sem exceção têm algum parente ou amigo ou colega de trabalho que já esteve sob a ameaça de um revólver na cabeça.”

Note-se que nesta última afirmação não há qualquer dado empírico para comprovar que “todos sem exceção” conhecem alguém que já esteve sob a mira de uma arma. Novamente, *Veja* se coloca como voz onisciente, que tudo sabe e tudo vê, que conhece a vida de cada um dos leitores inscritos no texto, que *sabe* que seus colegas de trabalho, amigos ou parentes já foram alvo de bandidos e, ademais, tem autoridade para enunciar este saber sem a necessidade de comprovação empírica.

Na seqüência textual, o enunciador discorre sobre a incompetência das autoridades na promoção da segurança pública e sanciona que “nada, absolutamente

nada disso [as iniciativas do Estado nos últimos anos] conteve a criminalidade”. Que alternativas de proteção restam neste “ambiente de alto risco”? A autoproteção, tema discutido a seguir, em que o enunciador lista uma série de exemplos de comportamentos de autodefesa: uma advogada que gasta 15% do salário com segurança particular; os lançamentos da indústria para proteção do cidadão, como coletes à prova de bala vendidos como mercadorias de supermercado; as instalações de equipamentos de vídeo e similares em condomínios. Além disso, o enunciador afirma que

“Num cenário agudo de banditismo como o que se vive no Brasil, as pessoas desenvolvem um sistema de proteção, uma carapaça que as faz parecer menos sensíveis”.

Conforme visto na primeira parte deste trabalho, esta carapaça desenvolvida pelos indivíduos é teorizada por A.Giddens (2002) como um *casulo protetor* sem o qual as pessoas não teriam como prosseguir com seus assuntos cotidianos. Sem esta barreira protetora, os indivíduos não manteriam seus projetos, não tocariam sua vida sem estarem o tempo todo ansiosos existencialmente. Porém, da forma como é enunciada por *Veja*, esta carapaça pouco funciona, já que pânico, medo e ansiedade coexistem, perenemente, nos indivíduos-vítima cujo simulacro é construído pelo enunciador. O percurso passional do sujeito-classe média vai das paixões da segurança e da tranquilidade para os estados de alma da insegurança, inquietude, apreensão e medo, com a chegada da violência à sua vida. Estes indivíduos gastam parte de sua renda para se proteger da violência urbana, dada a falência do Estado, têm sua segurança aumentada, mas não seu medo apaziguado. Apesar de estarem protegidas por grande aparato técnico (cercas elétricas, muros altos, segurança particular, câmeras em circuito-interno de tv), o medo de ser assaltado, seqüestrado ou ter a casa invadida parece continuar rondando seu cotidiano. Além disso, estas pessoas são periodicamente alertadas sobre outras modalidades criminosas – muitas vezes inéditas, como as falsas ameaças de seqüestro, tema que ocupou a capa de *Veja* na edição de 21 de fevereiro de 2007.

Aqui, se considerarmos o contrato de comunicação implicitamente estabelecido entre *Veja* e os leitores, podemos aventar a hipótese de que esta construção discursiva e passional pode fazer com que o leitor-enunciatário, mesmo sem ter sido vitimizado pela violência urbana, sinta-se apreensivo e amedrontado. Isso porque o contrato de

comunicação abriga as expectativas e valores que circulam textualmente e são mutuamente partilhados entre as partes –, conferindo à revista o poder de enunciar seu saber, fazer circular suas opiniões e a de suas vozes delegadas e, neste caso, fomentar medo e apreensão.

O último tema discutido por *Veja* na reportagem são as causas da violência (acompanhado de uma listagem de mitos e verdades). O enunciador cita duas teorias principais: uma “defende que o banditismo se combate com polícia na rua e repressão pesada”. A outra, defendida “por analistas com maior sensibilidade social, acredita que o crime é consequência direta e exclusiva da disparidade de renda entre a camada rica e pobre da população”. Com o uso de vozes delegadas de “especialistas”, *Veja* repete a argumentação já explicitada na análise das edições nº 33 e nº 227, de que os indivíduos pobres são potencialmente criminosos. De que basta ser socialmente marginalizado para fazer-se afeito ao crime e à violência. Ora,

“Em lugares miseráveis, os jovens não vêem esperança alguma no horizonte. Se nada parece confiável, se nenhuma alternativa se apresenta, então por que não pegar uma arma e fazer um assalto? O cenário social desolador forja criminosos também.”

Entre as argumentações das edições nº 33 e nº 227 e as desta matéria há, porém, uma única diferença. O Outro-marginal, algoz na guerra urbana que a classe média enfrenta é apresentado, contrariamente às duas edições referidas acima, sem face ou história. Os criminosos simplesmente são o Outro sem rosto do qual a classe média deve se proteger. Não se conhecem sua origem, sua história, suas motivações. Nas edições anteriores, havia o interesse em conhecer o rival da classe média na guerra contra a violência criminosa. Agora não mais. Cabe apenas defender-se.

Por fim, na listagem de mitos e verdades sobre a criminalidade, o enunciador cita uma série de medidas tomadas em outros países para conter a violência. Afirmar não ser necessário “buscar a fórmula única”, pois “há várias soluções eficientes”. O destinador de *Veja*, conhecedor dos valores e problemas da classe média, e ainda da solução para combatê-los, orienta o *saber fazer* desta parcela da população e modaliza o Estado, enunciando um dever-fazer. *Veja* euforiza os Estados Unidos como exemplo a ser seguido, cobra “determinação” semelhante do governo brasileiro e mostra sua autoridade: “É preciso tentar alguma solução. Já.”



Na edição nº 1554, de 21 de junho de 2000, *Veja* traz na capa o astro de Hollywood Tom Cruise. O cromatismo predominante da capa é o azul, utilizado no fundo, na jaqueta jeans e no logotipo de *Veja*, cuja tonalidade verde-azulada harmoniza com os olhos do ator. No título, grafadas em branco, as qualificações do astro: “Belo e poderoso – Tom Cruise, astro de *Missão Impossível*, é quem dá as cartas em Hollywood”. O bloco significativo branco-azul, que cria efeito de sentido de tranquilidade – assim como o olhar plácido e forte de Cruise –, contrasta com o segundo tema a merecer espaço na capa, disposto numa tarja amarela e vermelha no canto superior esquerdo, a violência urbana. O título da tarja: “Rio de Janeiro – Terror no ônibus – Será que a refém Geisa morreu em vão?”. A apresentação do tema remete ao fato violento que havia chamado a atenção da população e da mídia na semana anterior (12/6/2000): o “sequestro” do ônibus 174 no Rio de Janeiro, cujo desfecho acabou com a morte de uma refém grávida e do bandido.

Ora, tendo sido um fato jornalístico que na ocasião causou comoção e comentários entre a população (as negociações entre o bandido e a polícia foram, inclusive, transmitidas pelas redes de televisão em tempo real), por que *Veja* não deu destaque maior na capa, relegando o tema à tarja lateral? Por que preferiu a missão impossível de Tom Cruise, e não a também difícil missão das autoridades brasileiras na contenção da violência urbana? José Luiz Aidar Prado (2002), que analisou a edição nº 1554, afirma que, na Carta ao Leitor, *Veja* se justifica: “um dossiê sobre ‘o medo nas grandes cidades’ havia sido apresentado ao leitor duas semanas antes.” De fato, a edição

nº 1552, analisada acima, trata sobre a questão da violência urbana. Como as duas concorrentes de *Veja*, *Época* e *IstoÉ*, haviam dedicado a capa da semana ao seqüestro do ônibus 174, Prado questiona se *Veja* teria anunciado o fato antes de este ter ocorrido e comenta a abordagem que será dada pela revista ao episódio:

“*Veja* opta então por tratar da questão da violência no país, não construindo a reportagem a partir dos detalhes do caso ocorrido naquela semana no Rio de Janeiro, mas a partir de uma proposta sobre o que o país deve fazer daqui por diante: ‘o caso funcionou como uma gota d’água numa situação que ninguém suporta mais’. É como se as concorrentes, ou seja, *Época* e *IstoÉ*, tivessem se detido no fato em si, estampando na capa a figura ‘do caso’, enquanto *Veja*, que está atenta ao cenário mais amplo da violência no país, pôde figurativizar na capa o poder e a riqueza de Hollywood, EUA, mesmo sem assumir que a violência passou para o segundo lugar naquela semana.” (Prado, 2002)

O fato é que, apesar da seleção de Tom Cruise para a capa, *Veja* se dedica ao tema da violência em todo o editorial, além de oito páginas de matéria, contradizendo sua própria escolha do astro hollywoodiano.



A reportagem intitula-se “A gota d’água”, com linha fina explicativa: “O dramático encontro de um bandido tresloucado, um policial imprudente e uma jovem inocente produz a mais chocante cena de violência já vista no país e faz o governo acelerar plano nacional de segurança”. Segundo Prado, na primeira parte do texto *Veja* apresenta um amplo contexto da violência urbana no Brasil, assim como dos “valores envolvidos na escolha do olhar e do modo de intervenção contra a violência”, de forma que o seqüestro do ônibus será tratado somente na quinta página da reportagem. Apesar disso, as fotos do terrível desfecho com a morte da professora Geisa são mostradas ao leitor já no primeiro conjunto das duas primeiras páginas da matéria, sob o título “Agonia... Ação desastrada...E um desfecho trágico”. Conforme analisa Prado, *Veja* opta não pela narração dos fatos do “dramático encontro”, mas pela construção de uma “grade de leitura para o leitor examinar, a partir das premissas do enunciador, a violência que invade o país”, especialmente os grandes centros urbanos.

“*Veja* defende valores específicos para sustentar seu contrato com o leitor. Este já tinha visto as cenas do caso do ônibus durante a semana na televisão. Isto quebra a novidade do caso na mídia impressa, reconfigurando-se a função da revista mais no rumo de um balanço analítico e menos no sentido de um jornalismo informativo e constataivo. (...) *Veja* não se propõe como uma revista informativa nessa reportagem, mas atua em outro nível, o de uma luta, na aparência, mais ‘conceitual’. Ao desenvolver essa ‘luta’ é que o enunciador constrói o simulacro do discurso especialista”. (idem)

Segundo Prado, a “agonia” da “ação desastrada” que levou a um “desfecho trágico” é figurativizada pelas fotos, organizadas por estes significantes, os quais resumem o episódio e trazem as avaliações do enunciador: “o que fazer com essa tragédia?”. Como questionou *Veja* na capa: “A refém Geisa morreu em vão?”. O que se pode aprender com o desastrosos episódio? Como em outras matérias deste grupo de análise, *Veja* implica o leitor como vítima potencial da violência e coloca a temática no âmbito do incontrolável, apontando para a incompetência do Estado na defesa do cidadão contra a criminalidade. Neste sentido afirma Prado:

“Geisa, a vítima inocente, figurativiza a posição do leitor desamparado, inquieto e talvez revoltado, aguardando um sujeito competente que resolva a situação da violência no país de um ponto de vista estrutural. (...) Para não cairmos no lugar de vítimas dessa bandidagem, é preciso que o país remodele sua estrutura de combate ao crime,

aumentando a repressão. A economia narrativa leva seus sujeitos a um encontro do outro, fazendo com que o leitor se ponha no lugar do desamparado e apóie o aumento da repressão, investindo numa polícia mais competente, a partir de uma atuação firme do governo, contra os únicos sujeitos realmente competentes de toda a narrativa: os bandidos tresloucados e sem história, pura encarnação do mal.”

Na segunda parte da reportagem, *Veja* se deterá no fato em si: o bandido, Sandro, entra no ônibus da linha 174 e faz dez reféns. Cerca de uma hora depois chega o Batalhão de Operações Especiais (BOPE), que dá início às negociações. Em seguida, a imprensa em massa passa a cobrir o evento. Mais de três horas depois o bandido simula a morte de uma moça para pressionar a polícia a realizar seu pedido: armas, dinheiro e um carro para fuga. Às cerca de 18h50, ele desce do ônibus e puxa Geisa pelos cabelos, apontando o revólver para a cabeça da professora. Agachado perto do ônibus, um dos soldados do Bope se aproxima por trás, atira para tentar matar Sandro e erra o tiro. Sandro dá quatro tiros e mata Geisa. O relato do crime é feito num tom de jornalismo objetivo. Aqui, a vítima Geisa – e na esteira o leitor, vítima potencial – estão à mercê dos bandidos, únicos sujeitos competentes da narrativa apresentada por *Veja*, como em outros textos analisados neste trabalho. Ao leitor, resta a espera de que o Estado se torne competente, adquira o saber necessário à proteção do cidadão, saber este que o enunciador valoriza e alerta como única saída para aplacar a criminalidade desmedida que assola o Brasil.

Sobre a reportagem, nos deteremos em dois pontos mais. O primeiro diz respeito à apresentação do sujeito-bandido, Sandro. Na narrativa de *Veja*, o criminoso é um sujeito sem história, sem nome, sem futuro, contrariamente aos dois textos da década de 1970 analisados (edições nº 33 e nº 270), em que se apresentava o histórico do bandido e se tentava até mesmo entender por que havia entrado na vida do crime. Se naqueles dois textos *Veja* atentava ao perfil do criminoso, neste simplesmente o caracteriza como encarnação do mal e da desordem, como perturbador da paz e da segurança do “Brasil”, como ameaçador da vida de milhões de pessoas que, como Geisa, convivem cotidianamente com a barbárie urbana. Conforme analisa Prado:

“Sandro é sempre dito ‘bandido’. (...) Não tem história, pois ‘no único documento pessoal que produziu em sua vida, uma ficha na delegacia de um subúrbio carioca, atribui a outra mulher a sua maternidade’. O sujeito não tem mãe, sua mãe é uma outra.

Essa predicação o desqualifica: ele não é belo, não é poderoso e sua inscrição simbólica é falha desde o começo. De fora, de longe, junto com a invasão bárbara que acomete a nós, os inocentes, surpresos como FHC, sem defesa, vem esse bárbaro sem história, que nada tem a ver conosco e com nosso cotidiano, e ameaça nossas vidas de pessoas inocentes como Geisa. Nossa identificação é aqui dirigida para a figura de Geisa e nossa ira catequizada contra Sandro, filho de *outra* mãe.”

O último ponto discutido por Prado, que gostaríamos de abordar, diz respeito à dimensão patêmica do texto, às paixões inscritas no enunciado. Afirma o autor que o leitor-enunciatário, vítima potencial da violência, é colocado na posição de angústia, pois pode a qualquer momento ser atacado pela criminalidade, de forma que

“A posição do enunciador onisciente equilibra performativamente essa angústia, pois ele ocupa a posição de um sujeito sabedor, solucionador e julgador dos acontecimentos. O percurso passional proposto ao enunciatário é aflição - insatisfação - alívio. A posição de alívio corresponderia, como vimos, ao aumento da estrutura de combate ao crime, trazido pela cobrança, não de leitores informados por *Veja*, mas do próprio enunciador que representa seus leitores e assume suas angústias.”



A capa da edição nº 1736, de 30 de janeiro de 2002, apresenta “O Brasil ensangüentado”. No que pretende ser uma “reportagem especial”, *Veja* faz um dossiê

sobre o tema, motivado pelo assassinato do prefeito da cidade paulista de Santo André, Celso Daniel. Topologicamente, o título está disposto na parte superior da capa, após o logotipo da revista. Abaixo deste, uma arma de longo alcance percorre, horizontalmente, toda a extensão do título, figurativizando que a violência criminosa está em todos os cantos do Brasil ensangüentado de *Veja*. Na parte inferior, abaixo da arma, o enunciador faz cinco alertas ao leitor-enunciatário: “O mistério e as suspeitas em torno do assassinato do prefeito de Santo André”, “É possível desmontar o sistema que alimenta a impunidade no Brasil”, “Os bandidos estão seqüestrando até em ponto de ônibus”, “Os erros que transformaram Campinas na capital do seqüestro”, “A lição dos países que venceram o crime”. Nesta edição, como na de nº 1552 (Socorro!), *Veja* se propõe a construir um panorama sobre violência no País, alertar o leitor sobre os perigos que corre, sobre o caos urbano que diariamente deve enfrentar para proteger sua segurança. Cromaticamente, a capa é totalmente construída em vermelho, cor que figurativiza o sangue derramado, espalhado, a violência, o medo, a morte que espreita, se aproxima e faz vítimas a todo momento, até mesmo em pontos de ônibus.

A reportagem, ao contrário das outras analisadas neste grupo, contém 21 páginas, um recorde. Na primeira matéria, de cinco páginas, o enunciador faz um levantamento do que considera a situação da violência urbana nas grandes cidades brasileiras e cria a grade de leitura que, a partir de seus valores, orientará o leitor sobre como conviver com a barbárie urbana. Para justificar a recorrência da abordagem do tema em diversas edições, logo de início o enunciador afirma que a “criminalidade é um desses problemas brasileiros que atravessam décadas sem uma reação eficiente para domá-los”. O enunciador de *Veja* trata a violência como “caos”, como um problema que o “Brasil não agüenta mais”, que faz o “brasileiro das grandes cidades ter medo de sair à noite”. Onisciente, o enunciador parece conhecer profundamente o mal que acomete “os brasileiros” das metrópoles.

Neste primeiro texto, o enunciador cita apontamentos de especialistas e estatísticas sem mencionar a fonte da informação. *Veja* tem autoridade para falar, não precisa de fontes. Conhece a violência a fundo, suficientemente bem para apresentar um dossiê. Além de saber tudo que se passa na temerosa vida dos leitores, seus medos e angústias, o enunciador é dotado também do saber que pode solucionar o problema e trazer a segurança de volta à vida dos indivíduos. Na luta contra o crime, informa que somente uma “revolução”, que realmente “pode ser feita” (ênfase na possibilidade

concreta), poderá conter a criminalidade. Do contrário, imperará o caos, a desordem urbana.

Ao longo de toda a reportagem, *Veja* apresenta artigos assinados de “especialistas” em segurança pública, exemplos de países (essencialmente Estados Unidos) que conseguiram conter a violência, a situação da cidade de Campinas, campeã no número de seqüestros, dois textos com o funcionamento da “engrenagem dos criminosos”, e outro sobre os seqüestros que atacam a classe média.

Neste último, intitulado “Eu seqüestro por 8000 reais”, o enunciador compara os antigos seqüestros de grandes empresários, em que se pediam milhões de dólares de resgate, com os que vitimam a classe média, “praticados a torto e a direito em toda a Grande São Paulo”. Segundo *Veja*, esta nova modalidade “explodiu como uma epidemia” nas grandes cidades, em que para ser vítima “basta ter um bom carro”. Na dimensão narrativa, apresentam-se dois sujeitos: as vítimas potenciais, “cidadãos anônimos”, e os seqüestradores. Destes, os criminosos são os únicos sujeitos que até agora obtiveram seu objeto de valor, o bem alheio. As vítimas, dotadas apenas de um querer proteger-se, continuam acuadas e desprotegidas, sem seu objeto de valor segurança. “Por isso, a classe média tem medo”. Ela não pode “blindar o carro nem contratar seguranças para se defender”, depende da ação do Estado, que sequer aparece como sujeito nesta reportagem.

Do ponto de vista passional, mais uma vez o enunciador fomenta o medo e a insegurança da classe média. Afirma que “tortura e mutilação de vítimas são freqüentes”, que “basta ter um bom carro”, ou “nem isso” para ser seqüestrado, que se pode ser atacado “andando a pé na rua”. O que fazer? Deve o leitor-enunciatário sair de sua casa ou trancafiar-se? Deve sair de carro? Ou arriscar-se a ir a pé? Deve vender o carro “bom” e comprar um não tão bom assim? Como se proteger? O onisciente enunciador elenca todos os problemas, mas o leitor permanece acuado, sem saber o que fazer. O percurso passional do enunciatário-leitor passa da segurança para a insegurança, medo, aflição e angústia, visto que está desprotegido pela inércia do Estado. Segundo Diana L. P. Barros (1989), a insegurança é motivada por uma “crise de confiança”, na qual “o sujeito crédulo, confiante, passa a sujeito cético, descrente, tanto do sujeito do fazer quanto dele próprio, sujeito de estado que não soube bem empregar sua confiança” (p. 65). Descrente, o sujeito migra para os estados de decepção, como ressentimento e desilusão.



A edição de *Veja* de 5 de outubro de 2005, nº 1925, tem como tema o referendo das armas de fogo que o governo federal realizou naquele ano. Na ocasião, os brasileiros foram chamados às urnas para votar contra ou favoravelmente ao desarmamento civil. Na capa da edição, *Veja* posiciona-se francamente. O título é: “7 razões para votar não”. Ao votar não, o eleitor se colocaria contra a proibição do comércio de armas de fogo. O título é construído em letras maiúsculas, cromaticamente em amarelo e branco, com fundo preto. O numeral 7 e o NÃO estão em amarelo, cor que cria o efeito de alerta para que o leitor-enunciário atente ao assunto, às razões de *Veja* posicionar-se contra o desarmamento. O tipo gráfico do número 7 e do NÃO é grande e denso (sendo o numeral o dobro do tamanho), construindo efeito de sentido de que o assunto tratado é sério, relevante. Conhecedora dos valores, medos e aflições da classe média e por vezes defensora do auto-armamento (como se verá nas análises do grupo 2), *Veja* orienta como bem votar no referendo, ensina o *saber fazer* e explica as sete razões pelas quais deve ser preservado o direito do leitor à autodefesa via armas de fogo.

No plano visual, a capa é construída com a imagem de um jovem louro, esguio e em traje despojado, com olhar amedrontado e semblante assustado, o qual figurativiza a posição do leitor-enunciário. Uma enorme quantidade de armas vem de fora da capa e o encurrala, figurativizando a criminalidade violenta que sai do território do Outro e ameaça a classe média. Ao rapaz, desarmado e amedrontado, não há outra forma de defesa a não ser mostrar com as mãos o símbolo da paz. As armas que invadem o

espaço do jovem formam a figura de um coração, dentro do qual ele se encontra, se refugia. E com o vermelho, que cobre todo o fundo da imagem, ao ser circundado pelas armas, constrói-se um coração avermelhado nas laterais, mas com tonalidades esbranquiçadas no centro. O branco, que remete à paz, é colocado nas costas do rapaz (o centro do coração), figurativizando que o lugar do Mesmo, onde habita a classe média, é ambiente pacífico, sem violência. Todo o conjunto visual da capa homologa o conteúdo verbal da chamada abaixo do título: “A proibição vai desarmar a população e fortalecer o arsenal dos bandidos”. Dois sujeitos são apresentados na dimensão narrativa do texto. O pacífico rapaz desarmado, desprotegido, cuja posição de vítima figurativiza a do leitor-enunciatário. E os bandidos sem rosto, armados com metralhadoras, escopetas, armas de longo alcance capazes de, em segundos, invadir o território sereno e harmônico da classe média com sua violência desmedida.



O título da reportagem, como a capa, evidencia o posicionamento de *Veja* no tocante à consulta popular do governo: “Referendo da fumaça”. No olho, o enunciatador dispõe um raciocínio linear, de causa e efeito: “7 razões para votar ‘não’ na consulta que pretende desarmar a população e fortalecer o contrabando de armas e o arsenal dos bandidos”. Da forma como se argumenta, criam-se dois efeitos de sentido: primeiro, que os cidadãos armados estão de fato protegidos da criminalidade e, segundo, que as consequências únicas de uma possível vitória do *sim* seriam o fortalecimento do armamento dos bandidos e a criação de uma população desarmada, como se a quantidade de pessoas armadas fosse tão numerosa na comparação com o total de habitantes. O referendo certamente não pode ser reduzido a questões tão simplistas como estas.

No plano visual, as duas primeiras páginas da matéria mostram a imagem de metade do corpo de um homem, cujo dedo indicador figurativiza o cano de um revólver

apontando para sua própria cabeça. Seu semblante mostra desconfiança e medo. A figura cria o efeito de sentido de que, votando pelo *sim*, o indivíduo estaria cometendo suicídio, pois que destruiria o direito de andar armado, solução aventada por *Veja* como coerente e acertada para defender-se da violência urbana.

O texto verbal da reportagem é construído num tom de tensão e nervosismo; constrói uma grade de leitura que evidencia os valores compartilhados entre *Veja* e seu leitor de classe média – os quais sustentam o contrato de leitura –, e também o simulacro de um governo federal que atua como uma espécie de vilão aproveitador da boa vontade dos indivíduos. Logo no início do texto, o enunciador afirma que “a pergunta que será feita no referendo das armas é um disparate. Ela ilude o leitor. É uma trapaça”, pois mesmo que vença o *sim* o comércio de armas de fogo permaneceria sendo exercido entre os criminosos. *Veja* afirma que substituiria a pergunta oficial por outra, mais honesta e “realista”, dotada da “correção e seriedade” que faltaram ao governo quando da formulação da questão: “O Estado brasileiro pode tirar das pessoas o direito de comprar uma arma de fogo?”. Segundo este entendimento, o governo estaria convocando os brasileiros a optarem sobre um assunto cuja discussão é inócua, e ainda os enganando com uma pergunta capciosa, objetivando a obtenção de um resultado favorável. Outros trechos marcam o posicionamento de *Veja* relativo ao governo:

- ✓ “O povo não pode ser exposto ao ridículo”;
- ✓ “O referendo é um despiste, uma tentativa de mudar de assunto, de desviar a atenção das pessoas”;
- ✓ “A maneira como a pergunta do referendo foi formulada é, em si, desonesta”;
- ✓ “O desastre é que o referendo do dia 23 não será um passo na direção dessa utopia [de um mundo sem armas]”;
- ✓ “O referendo carece dessa racionalidade”;
- ✓ “O próprio nome da campanha – pelo desarmamento – é enganoso”;
- ✓ “O poder público brasileiro tem uma larga tradição em abster-se de enfrentar os problemas de forma realista e racional para buscar soluções no mundo do faz-de-conta”.

O enunciador utiliza, em quase toda a reportagem, o procedimento de embreagem, pelo qual se coloca no texto e expressa suas opiniões. Nos dois trechos abaixo, avalia o referendo como inútil, inválido:

“Pedir às pessoas que respondam sim ou não a essa pergunta, além de ser inócuo, como se viu, reduz um problema social grave ao que parece ser apenas uma disputa entre pessoas de índole pacífica (os antiarmas) e pessoas belicosas (os pró-armas). Obviamente, não é nada disso.”

“Como uma possível vitória do SIM não terá efeito positivo algum – ao contrário, vai ajudar a aumentar ainda mais o poder de fogo dos bandidos –, as pessoas vão se sentir culpadas pelos crimes que continuarão acontecendo.”

Neste último trecho o enunciador não elucida, porém, que motivo levaria as pessoas a se sentirem culpadas pelo fato de que seu eventual *sim* ao referendo não tenha qualquer efeito prático. Por que o leitor se culparia por crimes que não cometeu ou dos quais não tenha qualquer responsabilidade? Até porque, se votar pelo *não*, inexistente qualquer garantia de que a criminalidade cessará. Ao que parece, trata-se de uma argumentação reducionista, desprovida de consistência, que objetiva somente a concordância do leitor-enunciatário com o NÃO proposto. Ao prever o futuro do País, *Veja* afirma categoricamente que a vitória do SIM não tem chance alguma de produzir efeitos positivos contra a violência. Acreditamos, porém, que para afirmar este argumento com tal categoria caberia ao enunciador discutir mais profundamente seu posicionamento.

Na dimensão narrativa, tem-se, então, três sujeitos: o cidadão, que pode a qualquer momento ter anulado seu direito de andar armado; o criminoso, que tem a chance de ter seu arsenal incrementado com a vitória do sim; o Estado, sujeito incompetente não somente pela inoperância na defesa do cidadão, como também na impossibilidade de propor um referendo sério e honesto. Para *Veja*,

“Na falta de qualquer outra estratégia real, que enfrente o crime e a corrupção policial com persistência, surgiu a solução da democracia direta que fará barulho por nada. É mais uma oportunidade perdida.”



A última edição deste grupo, nº 1928, publicada em 26 de outubro de 2005, trata também sobre o referendo do desarmamento. Na ocasião, o resultado da consulta popular já havia sido divulgado, com vitória do “não”. *Veja*, cujo discurso relativizou a iniciativa do governo e o próprio efeito do referendo, apresenta capa com o título: “Depois do referendo, vamos ao que interessa: 7 soluções testadas e aprovadas contra o crime”. As “soluções” são grafadas em letras grandes e grossas (que criam efeito de seriedade), com ênfase para o numeral (idêntico ao das “razões” para votar *não*, na edição nº 1925).

Cromaticamente, a capa é construída em azul, vermelho, terra, amarelo, branco e verde. O enunciador retira o vermelho do logotipo padrão da revista e apresenta-o em azul, transferindo o rubro para o fundo da chamada da capa com contraste do título em branco. Com esta construção visual (que se alia aos tipos gráficos utilizados), o enunciador ressalta a importância de se atentar para as soluções “testadas e aprovadas” contra a criminalidade. Não são portanto propostas quaisquer, mas projetos aprovados, que efetivamente contiveram a criminalidade em outras localidades e são exemplares para o Brasil. O verde e amarelo, cores da bandeira brasileira, são utilizados para conferir a dimensão nacional das consequências que trariam a escolha do *sim* e do *não* no referendo. Também as figuras de arma de fogo disparando bandeiras de SIM e NÃO agregam-se ao textual, para construção dos efeitos de sentido. É interessante observar

que, como na capa da edição nº 1925 (analisada anteriormente), o amarelo é utilizado na grafia do NÃO, para alertar o leitor sobre a seriedade e pertinência do assunto tratado.

Na reportagem, intitulada “Depois de brincar de referendo... é hora de falar sério”, o enunciador retoma o discurso da edição nº 1925. Reafirma a incompetência do governo brasileiro na defesa do cidadão e ratifica seu saber, sua posição de conhecedora dos mais íntimos medos da classe média, bem como das alternativas para aplacá-lo. Afirma o enunciador que “dissipada a cortina de fumaça em que o referendo envolveu a questão da segurança, é hora de falar em soluções realistas de combate ao crime.” *Veja* conhece as “soluções realistas” para se enfretar a criminalidade violenta, para trazer a paz de volta às famílias de classe média, mergulhadas que estão num mar de criminalidade. Nesta reportagem, *Veja* pretende descortinar aos olhos do leitor as “soluções viáveis”, “ao alcance do poder de gastos, custeio e investimentos de um país em desenvolvimento como o Brasil”. Na sequência, o enunciador apresenta suas sete propostas, com base na experiência bem-sucedida de países e municípios brasileiros no combate à violência criminoso:

- ✓ “Dar opções de lazer e profissão aos jovens pobres”
- ✓ “Prender o criminoso e deixá-lo preso”
- ✓ “Fechar os bares mais cedo e formar polícias comunitárias”
- ✓ “Acabar com a corrupção policial para evitar que as armas apreendidas cheguem aos bandidos”
- ✓ “Aparelhar e treinar a polícia”
- ✓ “Aumentar a eficiência da justiça”
- ✓ “Combater o consumo de drogas”.

2.3.2. Grupo 2 – A violência ameaça a classe média



O grupo 2 abarca as capas de *Veja* que apresentam a classe média ameaçada por modalidades de criminalidade violenta como seqüestros e assaltos, e mostram os comportamentos de autodefesa desta parcela da população. Estão neste grupo as edições nº 238, de 28 de março de 1973; nº 363, de 20 de agosto de 1975; nº 822, de 6 de junho de 1984; nº 1393, de 24 de maio de 1995; nº 1463, de 25 de setembro de 1996; e nº 1603, de 23 de junho de 1999.



Na capa da edição nº 238, de 28 de março de 1973, o enunciador faz um alerta: “Cuidado, motoristas armados”. Figurativamente, o aviso é construído com a imagem de um carro de cuja frente salta o cano de um revólver. Dentro dele, um motorista controla os disparos com seu volante, que pelo conjunto da imagem seria o gatilho. O cano da arma – cujo tamanho proporcional ao do restante do veículo caracteriza sua força – está direcionado para a parte externa à capa, para o plano do leitor-enunciatário, implicado no texto. Há que se ter cuidado com os motoristas armados, pois a vítima pode ser você, leitor! Na figura, o automóvel está sob o asfalto, criando efeito de sentido de que o perigo ronda a cidade, que o enorme cano pode atingir o leitor a qualquer momento, enquanto caminha pelas ruas. Cromaticamente, são utilizados o amarelo para o alerta e o preto no veículo e no título, além do vermelho relativo à violência no logotipo da revista, de forma a construir o bloco significante: Veja! Esteja atento! Um motorista armado pode matar você a qualquer instante!

Na reportagem, intitulada “Assassinos ao volante”, o enunciador traça o perfil do que denomina uma “neurose no trânsito”, em que “um número perigosamente elevado de motoristas está transformando seus carros em fortalezas armadas capazes de assegurar que, em caso de acidente, a vítima venha a ser o outro”. No texto verbal, são narradas diversas histórias de homens que mataram e morreram por discussões ou brigas no trânsito, motivadas por razões fúteis, inclusive com a morte de vítimas externas ao fato, como crianças. Como nas matérias da década de 1970 analisadas no grupo 1 (ed. nº 33 e 227), o enunciador mostra o rosto (com fotos) e conta a história dos

assassinos. O Outro, naquele período temporal, tinha nome, história, vida. Não era ainda o Outro sem face ou passado que aparece nos textos posteriores à década de 1980.



A capa da edição nº 363, de 20 de agosto de 1975, trata da ameaça do seqüestro. Cromaticamente, a capa é construída em branco, amarelo, vermelho e gradações de preto. O vermelho aparece no logotipo de *Veja*, chamando a atenção para que o enunciário-leitor não somente olhe, mas atente para o tema tratado pela revista. O branco é utilizado no título “Onda de seqüestros”, disposto numa tarja do canto superior esquerdo. A imagem da capa apresenta um garoto louro, de camisa branca, no momento em que é abordado pelo seqüestrador, figura cuja única parte visível são as mãos, cobertas pelo negro das luvas. De seu corpo, vê-se somente uma mancha negra localizada do meio para o canto superior direito da capa. O olhar do garoto, no instante em que este Outro sem face tapa sua boca com uma mão e o puxa com a outra, é triste e resignado. Na capa, o enunciador apresenta dois sujeitos da narrativa: a vítima inocente e insegura, resignada pelo fato de não ter condições de se proteger da “onda de seqüestros”, e o criminoso, em momento de sucesso, por conseguir seqüestrar o garoto que pode levá-lo a obter seu objeto de valor, o dinheiro alheio. O garoto seqüestrado figurativiza a própria posição do leitor, de vítima potencial da “onda de seqüestros”.

A reportagem, intitulada “Na cidade, a última ameaça”, é a primeira em que *Veja* aborda a questão dos seqüestros, com ênfase para a vitimização de indivíduos da classe média. Embora o enunciador ainda não utilize a terminologia *classe média* para designar este segmento da população, ao traçar o perfil social das vítimas e os valores dos resgates fica claro não se tratar nem de pobres, nem de ricos, mas da parcela populacional intermediária. O enunciador inicia o texto verbal com trecho da fala de um assessor da Secretaria da Segurança Pública do Rio de Janeiro, o qual atesta que os seqüestradores são mais competentes que a polícia, motivo pelo qual, segundo *Veja*, um “ambiente de insegurança (...) tomou conta do Rio de Janeiro nos últimos tempos”. Logo de início, portanto, o enunciador sanciona negativamente o Estado, utilizando ao longo do texto diversas isotopias temáticas (como histórias de crianças e adolescentes seqüestrados no Rio de Janeiro) que constroem o simulacro de uma polícia incompetente, inábil, lenta, desinformada e pouco aparelhada, que luta contra seqüestradores competentes, inteligentes, ágeis, bem informados e com aparato de ponta.

Além das constantes textuais recorrentes que marcam o sancionamento negativo do Estado (na figura da polícia), por meio do procedimento de embreagem o enunciador por diversas vezes se coloca no texto, posicionando-se a respeito do papel da polícia. Ao enfatizar a incompetência desta na solução dos casos, afirma dever-se a “uma antologia de erros”. E, embora a revista alerte que “nem sempre, é claro, esses crimes ficaram impunes” (com citação de um caso em que os seqüestradores foram pegos), avisa também se tratar de “exceção – ou uma questão de sorte”. Ou seja, mesmo quando os criminosos são pegos, não é por competência da polícia, mas pelo acaso, já que o Estado está despreparado para conter a “onda de seqüestros”. Está o destino do leitor relegado ao acaso, à fortuna?

“A esta altura, está claro que a reação depende da iniciativa a ser tomada nos gabinetes governamentais através de decisões rápidas e eficientes para promover um radical reequipamento de todo o aparelho policial.”

Outro tema levantado por *Veja* na reportagem é a autodefesa, comportamento que, na história da revista, começa a ser euforizado pelo enunciador, embora ainda timidamente. Para ele, a contratação de seguranças particulares e a instalação ostensiva de alarmes e proteções “compreensivelmente, generalizam-se” na parcela da população

dotada dos recursos necessários à sua utilização. A avaliação sobre este novo comportamento, porém, merece apenas um comentário do enunciador, que novamente se coloca no texto e afirma que “como nem todos são suficientemente ricos e a sorte não se repete com frequência, os criminosos continuam agindo com violência cada vez maior”. Ao lado dos comportamentos de autodefesa juntam-se, segundo o enunciador, os de ignorar a vítima atacada ao lado, dada a incapacidade dos indivíduos de se ajudarem no momento de assalto ou seqüestro. Ainda que possa criar efeito passional de desinteresse pelo semelhante, em nenhum momento esta atitude é sancionada negativamente, conforme o trecho abaixo:

“Esse comportamento parece tornar-se cada vez mais uma característica do clima de insegurança que domina as cidades. Pois, com a violência dia a dia mais descontrolada, raros são os que concordam em se expor aos perigos de uma situação que não lhes diz respeito diretamente.”

Na dimensão passional, o percurso do sujeito classe média vai da segurança de uma vida protegida a insegurança, temor e medo de ser seqüestrado. Aos vitimizados, cujo componente da *espera* de que o Estado os protegesse continua presente, restam as paixões da frustração, ressentimento e decepção para com as autoridades incompetentes. Desiludido e ressentido, resta-lhe a autoproteção, reconhecidamente pouco capaz de evitar novas vítimas mas largamente utilizada pelos que se sentem desprotegidos, amedrontados, inseguros.



Na capa da edição nº 822, de 6 de junho de 1984, *Veja* afirma que “O brasileiro se arma” e discorre sobre “Assaltos, medo e autodefesa”. A capa apresenta a figura de um casal bem trajado – ele de terno, ela também socialmente vestida –, os quais escondem os rostos e parte do corpo numa penumbra enegrecida, na qual se visualiza somente o braço direito de ambos, que empunham cada qual um revólver, figurativizando o tema da autodefesa. Em volta dos corpos, há uma aura branca com contornos lilases e, ao fundo, o preto cobre o restante da capa. O negro que esconde os rostos das vítimas dos assaltos, que se auto-protegem, contrasta com o branco do título e do logotipo de *Veja*, formando o bloco significativo: “Veja: o brasileiro se arma contra a violência. Tenta aplacar o medo defendendo-se como pode”.

O enunciador dispõe com naturalidade de um casal comum (pai e mãe de família) com armas em punho, prontos para a defesa (ou o ataque?). Com a apresentação desta imagem, aventamos a hipótese de que o enunciador queira afirmar implicitamente que os brasileiros como um todo estão se armando, o que certamente não é verdade. Que há indivíduos comprando armas para defender-se da violência urbana é um fato, mas a generalização deste comportamento não se aplica. Sendo o Estado incapaz de proteger o cidadão, uma das soluções é armar-se, proteger a si próprio e à família via revólveres e afins. Mas esta não é a solução única nem mesmo a adotada pela maior parte da população.

Do ponto de vista narrativo, nesta capa *Veja* apresenta somente um sujeito: a classe média – universalizada na expressão “o brasileiro” –, amedrontada e insegura, modalizada por um *querer proteger-se*. Não podendo contar com o Estado, responsável legítimo pela sua segurança mas não dotado do *saber fazer* necessário ao cumprimento do *dever fazer*, vai o “brasileiro” em busca da competência necessária para obtenção de seu objeto de valor segurança: a autodefesa, motivada pelo medo.



Na matéria, chamada “Com o dedo no gatilho”, o enunciador discute o tema do auto-armamento. Inicia o texto verbal com a narração de assaltos a prédios e pedestres das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, nos quais quadrilhas levaram inúmeros bens e, num deles, mataram um homem que reagiu à abordagem dos criminosos. Os assaltos deveram-se, segundo o enunciador, ao fato de as vítimas terem se esquecido “de certas regras do manual de sobrevivência ditado pela escalada da violência urbana”, como não andar à noite pelas ruas e investir em segurança pesada nos edifícios. Desta constatação segue-se o entendimento de que o medo de ser assaltado levaria inerentemente à busca individual pela segurança que o Estado é incapaz de prover: “a violência que assola boa parte do país (...) certamente convenceu mais um punhado de brasileiros de que é preciso cuidar da própria sobrevivência”.

O enunciador continua sua argumentação afirmando que a criminalidade violenta crescente instala no país um “perturbador subproduto: a tendência à autodefesa, com os cidadãos comprando cada vez mais armas, multiplicando a instalação de equipamentos de segurança e financiando o que já se tornou um verdadeiro exército de guardas particulares”. Aqui, o uso da construção “perturbador subproduto” evidencia que a autodefesa não é defendida explicitamente por *Veja*, mas apresentada como uma consequência da criminalidade, da violência descontrolada, dos assaltos. Não é esta “tendência à autodefesa” um produto, mas um subproduto, surgido juntamente com a violência, ou seja, convertido a saída razoável e acertada para “o brasileiro”, dada a incompetência do Estado. Além disso, afirma *Veja* que este subproduto é “perturbador”, construindo efeito de sentido de que, apesar de ser desconfortável e causar intranquilidade, a “tendência à autodefesa” pode ser a solução mais viável para se proteger da violência urbana.

Já o auto-armamento é apresentado mais do que como uma “tendência”, mas como uma saída lógica e legitimada de proteção da segurança. Modalizado pelo *querer proteger-se*, “o brasileiro” ameaçado pela violência urbana procura a auto-proteção no manejo de um revólver, objeto que pode trazer novamente a paz e a segurança aos lares da parcela da população ameaçada. A seguir, a revista admite também que as armas de fogo – “complemento perfeito para o braço” – são também o objeto com o qual os próprios assaltantes defendem seus interesses e suas vidas. Sujeito competente, conhecedor do *saber fazer* para obtenção de seu objeto de valor, o bem alheio, o criminoso é bem sucedido no uso das armas. Dada a real utilidade de um revólver, armar-se pode fazer parte do arsenal para viver (ou sobreviver?) nas grandes metrópoles, pois

“Tanto assaltantes quando assaltados conhecem a cidade que habitam – hoje, no Rio de Janeiro e em outras metrópoles brasileiras, a sobrevivência freqüentemente depende de calibre grosso.”

Aqui, o trecho que afirma que “a sobrevivência depende de calibre grosso” sugere que a violência urbana que assola as metrópoles brasileiras exige resposta à altura, passando sobre a autoridade policial e sobre a Justiça, visto que os órgãos públicos responsáveis pela defesa do cidadão não cumprem eficazmente seu papel.

Do ponto de vista narrativo, ao lado dos criminosos, sujeito competente, e do “brasileiro” – a classe média – também competente por encontrar formas de autodefesa, *Veja* apresenta a polícia, sancionada negativamente por não ser dotada do saber necessário à defesa da população ameaçada pela violência urbana.

“A população das grandes cidades parece desconfiada de que a existência da polícia não basta para preservar-lhe o patrimônio e a própria pele – e trata de criar mecanismos complementares de segurança”.

A seguir, o enunciador reafirma que, num “clima de medo” como o que ameaça a vida nas grandes cidades, em vez de cursos de aperfeiçoamento profissional há quem colecionem “cursos de segurança pessoal”. Na sequência, narra histórias de pessoas que estão tendo aulas de tiro, inclusive crianças, como mostram as fotos do texto visual que compõe a reportagem, já que “muitos brasileiros entendem que não há idade para começar a atirar”. Aqui, *Veja* proclama a conveniência de que crianças, apesar de proibidas por lei de portar armas de fogo, tenham aulas de tiro. Ora, é a violência motivo para tal tipo de comportamento por parte dos pais? Uma família sente-se realmente mais segura ensinando seus filhos a atirar? É importante ressaltar, neste trecho, a falta de bom senso de um veículo de imprensa do porte de *Veja*, pois em vez de criticar o fato de crianças terem contato cotidiano com armas de fogo, noticia o treinamento de tiro infantil com naturalidade.

A dimensão patêmica do texto é evidenciada nas falas de indivíduos que, por se sentirem ameaçados pela criminalidade violenta, optaram pelo auto-armamento. Seguem algumas delas, elencadas no texto.

- ✓ “Se errar no olho direito, acerto o esquerdo”
- ✓ “Não largo meu revólver durante o dia inteiro”
- ✓ “Devemos estar preparados para tudo”
- ✓ “Antes tirar a vida de um marginal desses do que ele tirar a nossa”
- ✓ “Vivemos numa guerrilha sem ideologia, e o cidadão, para ter segurança, tem que ser um guerrilheiro”
- ✓ “Sou o meu próprio exército”
- ✓ “É imprudente andar desarmado hoje no Rio”
- ✓ “Toda criança pode ser ensinada a atirar”.

Das falas deste clima de guerra urbana parecem emergir, ao lado do medo e da insegurança, as paixões da raiva e vingança contra o Outro criminoso, bem como da frustração e revolta para com as autoridades responsáveis pela segurança pública. Ser o próprio exército e acreditar que se vive numa guerrilha urbana é mais do que temer um assalto, é viver num ambiente de apreensão constante, em que o aparelhamento de autodefesa parece ser o remédio, mas se mostra placebo, pois que o clima de guerra é perene, não arrefece com os investimentos na segurança pessoal. Aqui, questionamos: deve o leitor-enunciatário seguir o manual de sobrevivência e comprar um revólver? Sentir-se-á mais seguro? *Veja* naturaliza o uso das armas de fogo no cotidiano dos indivíduos com a apresentação, no box “Na mira do consumidor”, de diversos tipos de revólver com preço, peso e calibre. Afirma serem armas “modernas, seguras e fáceis de transportar”. Como, então, não se sentir seduzido por um objeto moderno, fácil de carregar (cabe na bolsa), seguro (pode ser utilizado por crianças) e que pode trazer segurança ao lar doméstico? Como não sonhar com este “complemento perfeito para o braço”?

No final do texto verbal, ao discorrer sobre indivíduos que ainda não compraram revólveres por falta de coragem ou aversão a armas de fogo, o enunciador finaliza seu discurso com uma isotopia temática: “milhares de cidadãos pensaram como Ieda Vargas até o momento em que, amedrontados e descrentes da ação da polícia, tocaram com os dedos no gatilho. Descobriram, então, que estavam prontos para puxá-lo”. Está o leitor-enunciatário também pronto para atuar na guerra urbana?

Nesta reportagem, *Veja* parece se posicionar de forma compreensiva, porém não explícita (de sancionamento positivo) diante do auto-armamento. Em alguns trechos evidencia que as armas são seguras e ágeis, que podem ser usadas até mesmo por crianças. Em outros, coloca esta opção de autodefesa como decorrente – “um perturbador subproduto” – dos altos níveis que a criminalidade atingiu nos grandes centros urbanos. Em nenhum momento, porém, discute alternativas que não estejam classificadas na rubrica *autodefesa* (auto-armamento, contratação de seguranças particulares, transformação das residências em fortalezas), como a mobilização da classe média em busca de uma participação eficaz e competente do Estado na defesa do cidadão.



A capa da edição de *Veja* nº 1393, editada em 24 de maio de 1995, apresenta dois homens que figurativizam o título “De cara com o assassino”, com ênfase para o “ASSASSINO”, grafado em caixas altas e densas (que criam efeito de tensão), maiores que “De cara com”. O criminoso, de pé, dispara um revólver na direção da vítima (pode-se notar o jogo de amarelo-vermelho que figurativiza o disparo, no cano da arma), a qual tenta instintivamente se defender com as mãos e também virando o rosto para o lado direito. O assassino tem a face avermelhada parcialmente encoberta pelo negro que preenche boa parte da capa. Aqui, a face do Outro é demoníaca, pois que o avermelhado remete às trevas, ao lugar do alheio, de onde nunca deveria ter saído para amedrontar e vitimizar a classe média, universalizada na expressão “brasileiros” da chamada inferior ao título. No ambiente do Outro, fora de seu território seguro e protegido, não há como se defender. A vítima até tenta a defesa instintiva, mas esta é inútil. Está à mercê da violência do assassino, cujo efeito de sentido é construído pelo vermelho de sua face e do logotipo de *Veja*, que está da cor do tiro fatal contra a classe média. O enunciador faz duas chamadas abaixo do título: “Como os brasileiros reagem aos assaltos” e “O que se pode tentar fazer para salvar a vida”. Conhecedor dos medos e aflições dos “brasileiros”, o enunciador comunica ao leitor-enunciatário ser portador do saber necessário à sua proteção. Basta para isto folhear as páginas seguintes. Assim, poderá “salvar a vida”, sua e de sua família. Mais uma vez, na dimensão patêmica, *Veja* constrói o efeito passional do medo. Inscreve o leitor-enunciatário como vítima potencial, desarmada e desprotegida, na mira do revólver do violento assassino que o

transporta para o território do Outro e o deixa sem saída. Intimidado, nas trevas, não resta ao leitor senão abrir a revista e descobrir “o que se pode tentar fazer” para defender-se da criminalidade violenta que o cerca.



Na matéria, intitulada “De cara com a morte”, o enunciador se propõe a apresentar “o pesadelo e as lições de pessoas que estiveram face a face com o banditismo, perderam parentes e hoje curam suas feridas”. Como num ritual de exorcismo, os exemplos das vítimas servirão para esconjurar a violência, devolvê-la ao território do Outro, às trevas, e ensinar como não cair nas garras dos criminosos.

O enunciador começa o texto verbal criando o efeito passional do medo: “Está ficando cada vez mais fácil ser assassinado no Brasil.” E recorre a estatísticas sem fonte dos Estados Unidos e do Brasil para comprovar sua tese. Nos Estados Unidos, com 106 milhões a mais de habitantes, aconteceriam 15 mil homicídios a menos do que no Brasil. Mas de que ano se tratam os dados? Não se esclarece. Seguem-se outras estatísticas: os crimes violentos cresceram 300% no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, em quinze anos. Quinze anos contados a partir de que data? Por quem? Quais crimes incluem-se na rubrica de crimes violentos? Como em outros textos já analisados, o enunciador sabedor de *Veja* não precisa de fontes para confirmar estatisticamente o que diz. Basta sua palavra. Nada mais é necessário, pois que ele tudo sabe.

A seguir, o enunciador discorre sobre os motivos que levam um assaltante a matar sua vítima: um cofre vazio, uma reação inadequada, o pavor, o choro, um pedido de clemência, comentários que deixem o bandido inseguro. Na sequência, narra histórias de indivíduos que enfrentaram, eles mesmos ou parentes próximos, ataques, assaltos e assassinatos. O plano visual da reportagem reafirma o conteúdo verbal, com imagens dos parentes e vítimas. Depois dos casos, os “conselhos da polícia para evitar um assalto”, o *dever fazer* de *Veja*: “Não andar em ruas escuras e mal iluminadas”, “Não pedir informações a estranhos”, “Se alguém colidir com o carro durante a noite, não pare para ver o que aconteceu. Pode ser um assalto”, “Antes de estacionar o carro à porta de casa, procurar observar com atenção o movimento das proximidades. Passe em frente de casa. Em dúvida, não pare”, “Nunca entre em casa com o ladrão”.

Aqui, *Veja* delega voz à polícia para orientar o *dever fazer* mas, na sequência dos aconselhamentos, o enunciador atesta a falibilidade do manual:

“O problema é que, se nem os cuidados preventivos têm certificado de garantia, é impossível imaginar uma receita para o mais difícil, que é atravessar um assalto com início, meio e fim. Até porque é preciso – imagine-se fazendo isso com um 38 na ponta do nariz – pensar na psicologia do bandido.”

Ou seja, os efeitos passionais de medo e insegurança inscritos no texto continuam a existir, dada a falibilidade dos conselhos policiais e a competência dos criminosos. O sujeito classe média, embora orientado em seu *dever fazer* por *Veja*, continua não dotado do saber efetivamente necessário à sua defesa, mas tão-somente do *querer fazer*. Permanece em busca de seu objeto de valor, a segurança, e à mercê dos bandidos. Já o sujeito criminoso está modalizado pelo *querer* e *saber fazer*, embora não pelo *poder* e *dever fazer*, o que o caracteriza como fora da lei. Impedidos pela legislação, mas não por suas possibilidades, os bandidos são os únicos sujeitos da narrativa que obtêm seu objeto de valor, o bem alheio. O percurso passional do sujeito classe média é de tensão=>relaxamento=>tensão. Inicialmente tenso pela significação construída pelo conjunto verbo-visual da capa, o enunciatário lê a reportagem em busca do *saber defender-se*. Os aparentemente eficazes conselhos da polícia inicialmente trazem relaxamento. Mas com o sancionamento negativo de *Veja*, permanece a tensão e a angústia.

Na última página da reportagem, no box “Jovens, vigorosos e cruéis – Quem são os bandidos mais perigosos”, o enunciador de *Veja* constrói o simulacro do Outro assassino. Afirma se tratar de jovens do sexo masculino, entre 15 e 25 anos, responsáveis por cerca de 60% dos crimes violentos (mais uma vez, cita estatísticas sem informar a fonte). Segundo o enunciador, na “puberdade o organismo dos meninos começa a produzir testosterona, um hormônio masculino, responsável pela agressividade, irritabilidade e impulsividade”. Dadas estas qualificações fisiológicas, qualquer jovem desta faixa etária seria um assassino em potencial. A diferença crucial vem a seguir, quando o enunciador discorre sobre como os rapazes pobres e os mais bem aquinhoados canalizam a testosterona.

“O jovem de classe média extravasa sua energia com atividades de todo tipo. Tanto pode estragar festas comprando brigas com todo mundo como queimar as energias praticando esporte. Em outro mundo, os hormônios do menor infrator fazem caminho diferente. Juntando as forças da natureza com as da sociedade, cria-se um tipo perigoso, que cresce na violência e se acostuma a ela.”

O simulacro do jovem infrator, portanto, diferencia-se do jovem de classe média pelo fato de aquele ser pobre, morar num ambiente *naturalmente* violento, do qual os esportes não fazem parte. Ao jovem potencialmente criminoso, morador do “outro mundo” (os subúrbios e periferias) não restaria alternativa senão o crime, já que “cresce na violência”, acostumou-se a ela e não há como dela escapar. Já o jovem de classe média, praticante de esportes, jamais cometeria crime maior que estragar uma festa! (nas análises do grupo 5, discorreremos sobre crimes cometidos pela classe média) O enunciador, aqui, constrói o efeito de sentido de que o diferencial entre o jovem criminoso e o não-criminoso é a marginalidade social, a pobreza. Ocorre que, conforme estudado na primeira parte deste trabalho, a determinante social não serve como fator motivacional único para a entrada do jovem – ou do adulto – na vida criminosa. Pode fazer parte, mas não determinar o futuro da juventude das periferias e subúrbios brasileiros, onde certamente nem todos crescem em ambiente violento, nem mesmo se acostumam à violência.



A edição nº 1463 de *Veja*, de 25 de setembro de 1996, apresenta na capa um enorme revólver, que ocupa quase a totalidade do espaço visual. A arma avança do lado direito da capa, em direção ao leitor-enunciatário, embora nenhum sujeito aperte o gatilho, como em outras edições analisadas. A imponente do objeto é construída não somente pelo tamanho da figura, mas ainda pela sua aparência brilhante, viçosa, bem polida. Tal aspecto constrói o simulacro de um dono cuidadoso, que sabe dar o devido valor aos objetos que possui. Cromaticamente, o revólver é relacionado tanto à violência, com o uso do vermelho em volta dele (recorrente quando *Veja* figurativiza este tema), quanto a imponente, vigor e força, com a utilização do amarelo que o circunda. Assim, o enunciador constrói o simulacro de um objeto cuja posse deve ser avaliada criteriosamente, conforme sugere o título: “Vale a pena andar armado?”. Grafado em branco e tipo gráfico grande e espesso, que confere seriedade e gravidade ao tema tratado, o título harmoniza-se e constrói um bloco significativo tenso com o logotipo da revista: Veja! Observe! Analise seriamente! Vale a pena andar armado? Abaixo do título, o enunciador informa que discorrerá sobre “A utilidade e os riscos de ter um revólver”.

Na reportagem, intitulada “A vida em ponto de bala”, o enunciador expõe a dúvida que o “cidadão comum” enfrenta em meio à “onda de banditismo”: “Devo ter uma arma ou não?” Doadora do saber, das regras de como sobreviver nas grandes metrópoles, *Veja* se propõe novamente a tratar do auto-armamento. Ouviu diversos

peritos no assunto e extraiu argumentos contra e favoráveis, expondo-os numa discussão aparentemente neutra. Seguem as argumentações-título:

▪ A favor

- ✓ “Querer que o cidadão honesto se desarme é deixá-lo à mercê dos bandidos que continuarão armados” – Narra-se caso de comerciante armado, cuja loja foi atacada por bandidos. Ele matou um dos ladrões e recuperou o dinheiro roubado porque “teve mais sorte” que os criminosos.
- ✓ “Os bandidos são covardes. Entre uma vítima potencial que esteja armada e outra desarmada, ele opta pela última” – Segundo a reportagem, “todos” os instrutores de tiro ouvidos “afirmaram que uma arma é um bom instrumento de dissuasão de um assalto”.
- ✓ “Um revólver pode ser a última chance, a diferença entre viver e morrer” – Citação de pesquisa do Departamento de Justiça norte-americano que mostra “a eficácia do uso privado de armas no combate ao crime”. Menciona caso de médico que “atirou com mão firme” contra bandidos que tentavam invadir sua casa, matando um deles e evitando o assalto.
- ✓ “A arma dá um conforto psicológico ao cidadão. Transforma-o numa pessoa mais confiante e menos amedrontada”.
- ✓ “Ter uma arma é um direito do cidadão”.

▪ Contra

- ✓ “A posse da arma estimula a violência e torna as pessoas mais agressivas”.
- ✓ “Num confronto, o bandido – que está disposto a tudo e acostumado a atirar – tem muito mais chance de levar a melhor” – Narra história de homem que, embora destreinado, reagiu a um assalto e morreu, pois o bandido foi mais ágil. Implicitamente, o enunciador afirma que, para se defender eficazmente, o portador da arma deve treinar tiro ao alvo, como o fazem os bandidos – embora com alvos reais.
- ✓ “Pessoas acostumadas a lidar com armas estão muito mais sujeitas a acidentes, às vezes fatais” – Narra os casos de um investigador de polícia e dois adolescentes que morreram devido a acidentes com revólveres. Neste trecho, é importante observar que, dos três exemplos, dois são de

pessoas desacostumadas a lidar com armas (os adolescentes), mas que tiveram acesso a elas. O terceiro exemplo é de um investigador, que apesar de ter se matado com a própria arma, estava “brincando” com ela. Ou seja, não se matou por imperícia, mas por descuido.

- ✓ “Em caso de assalto, a arma vai parar na mão dos bandidos. Com elas, realimenta-se o círculo da violência” – O enunciador, neste argumento, afirma que “ao se armar, a população de fato acaba armando o ladrão” e cita casos em que isso ocorreu.
- ✓ “Um tiro pode causar muita dor de cabeça e confusões com a Justiça” – Neste argumento, o enunciador narra o caso de um homem que atirou, do 12º andar de um prédio, numa adolescente que tentava roubar o toca-fitas do carro de sua amiga. Considerada uma reação desproporcional à ameaça, não ficou caracterizada legítima defesa e o homem responde pelo homicídio na justiça.

Apesar da coerência dos argumentos, na reportagem os insucessos no uso pessoal de revólver são comumente relacionados a inabilidade e falta de treino. No mesmo sentido, ao citar o caso de indivíduos que morreram por reagirem a assaltos, o enunciador os coloca como heróis, como se, restando-lhes somente a autodefesa via armas de fogo, deveriam ser vangloriados por sua coragem e determinação. E, como na edição nº 822, o enunciador naturaliza o uso pessoal de revólveres, apresentando-os num box como objetos de consumo tais quais sapatos ou carros, nomeados, precificados e com detalhadas explicações sobre a potência e poder de fogo das “seis mais procuradas” armas de fogo do mercado brasileiro. Afirma serem os revólveres seguros, usados para autodefesa “em todo o mundo”, ou seja, objetos que merecem ser valorizados pela capacidade de proporcionar segurança ao portador. O enunciador globalizado e onisciente de *Veja*, que conhece não somente as aflições da classe média, mas também como aplacá-las, apresenta inclusive dois revólveres que seriam o “sonho de consumo dos executivos” e o “preferido pelos jovens”.

De fato, o informado enunciador de *Veja* naturaliza, de variadas formas, a presença das armas de fogo na vida dos indivíduos, ainda que apresente no texto verbal – ao lado das histórias bem sucedidas – insucessos e tragédias familiares ocasionadas pelo porte das mesmas armas. Mas afinal: deve o leitor-enunciatário comprar ou não um revólver? Vale a pena andar armado? Os argumentos contrários e favoráveis parecem

deixar ao leitor a decisão. No entanto, o conjunto das significações construídas evidencia o seguinte posicionamento: armar-se é um direito do cidadão, é uma das soluções para se enfrentar a violência urbana, mas desde que usada eficazmente (com cuidados e treino). Ou seja, o enunciador naturaliza a presença das armas de fogo no cotidiano dos indivíduos, mas deixa claro, utilizando-se de exemplos, que a falibilidade existe.



Na edição de 23 de junho de 1999, nº 1603, *Veja* questiona ao leitor-enunciário: “Armas – ter ou não ter?”. O tema da capa é construído não com figuras, como em outras relativas ao mesmo assunto, mas com a presença de um casal de indivíduos que andam armados, cotidianamente. A imagem é semelhante à do casal na capa da edição nº 822 (analisada neste grupo), mas agora os rostos aparecem. Na foto que ilustra a reportagem, a mulher aparece de arma em punho, olhar desafiador e queixo na linha do horizonte, feição de quem se sente preparada para agir. O homem, de braços cruzados, olhar sério e arma junto ao corpo, também mostra confiança e capacidade de ação. O logotipo de *Veja* está disposto em vermelho com bordas brancas. Também da cor vermelha são os tipos gráficos do título, altos e densos – os quais criam efeito de tensão, pois que fomentam preocupação e chamam para a ação, – que ocupam ¼ do tamanho da capa, com ênfase para as ARMAS. Esta topologia e cromatismo constroem o bloco signifiante: Atentemos para a questão: ter ou não ter armas? Este bloco

funciona como uma forma de manipular o leitor-enunciatário, identificado com o casal, a assumir uma posição favorável ao auto-armamento, embora a frase-título deixe a pergunta em aberto. O que o verbal questiona, o visual responde. Ter ou não ter armas? Sim, tê-las. Esta é a resposta do enunciador de *Veja*, que se propõe a discutir os seguintes temas na reportagem (conforme disposto em branco abaixo do título): “O impacto da lei que quer desarmar o país”, “As pessoas que usam armas e se sentem seguras”, “A tragédia de quem reagiu à bala e se deu mal”.



A reportagem completa traz três matérias. Na primeira, intitulada “Governo mira na arma”, o enunciador sanciona já no olho a proposta de desarmamento: “Pouca gente acredita que o desarmamento vá reduzir as taxas de criminalidade”. Quem constitui essa “pouca gente”? Pessoas entrevistadas por *Veja*? Especialistas? Como na utilização das estatísticas sem fonte de informação, o enunciador mostrado como sabedor e bem informado de *Veja* não parece precisar de fontes ou pesquisas para suas afirmações. Sabe que “pouca gente” apóia o projeto do governo de retirar as armas pessoais de circulação. E ponto. Não precisa dizer mais nada. Tem autoridade suficiente para afirmar sem explicar, pois se coloca como conhecedor dos valores da parcela da população cujos interesses defende.

No plano visual, as duas primeiras páginas da matéria têm como fundo centenas de armas apreendidas no Rio de Janeiro, guardadas num depósito. Sobre elas está o primeiro bloco de texto verbal em que *Veja* discute a proposta do governo de desarmar a população. Com o procedimento de embreagem, o enunciador se dirige diretamente ao leitor-enunciatário, implica-o no texto e dá uma ordem (atenção para o verbo no

imperativo): “Imagine que entrasse em vigor hoje a lei que proíbe o porte de armas no país.” (...) “O país acordaria muito diferente amanhã?” se fossem desarmadas as “pessoas de bem, cidadãos honestos e pagadores de impostos”? Em seguida, repete o argumento e homologa o discurso da capa dizendo que “um marginal não irá deixar de roubar porque Brasília proibiu as armas. Homicídio e roubo são proibidos, e não adianta nada”. Os argumentos iniciais de *Veja* já levam o leitor a desacreditar da eficácia do desarmamento.

O texto segue discorrendo sobre as altas taxas de homicídios, devidas especialmente à ação dos criminosos, policiais e seguranças particulares – os quais continuarão armados mesmo com o projeto aprovado –, de forma que o desarmamento do cidadão comum não teria impacto nos índices da criminalidade, segundo o enunciador. Para *Veja*, o desarmamento evitaria somente os chamados “crimes interpessoais”, como brigas de bar, de casais e de trânsito. Como em outros textos, o sujeito criminoso é modalizado pelo *querer* e *saber fazer*, ainda que não dotado do *poder* e *dever*, o que o caracteriza como infrator da legislação penal. O enunciador culpa, em função das elevadas taxas de homicídio, a ineficiência da justiça brasileira na punição de assassinos e a inoperância da polícia. A seguir outra isotopia temática reitera o evidente posicionamento de *Veja* sobre o tema:

“No Brasil real, em que as pessoas se armam porque têm medo de ser assassinadas na próxima esquina, onde a polícia, quando não está ao lado dos bandidos, tenta combatê-los com equipamento e treinamento inadequado, a idéia do desarmamento é um tiro no escuro. Para quem possui uma arma, chega a ser inacreditável que o mesmo governo que não garante a segurança da população tenha a audácia de exigir a entrega das armas”.

O posicionamento fica mais evidente quando se homologam o plano verbal e visual, no qual são mostradas, nas terceira e quarta páginas da matéria, imagens de uma aula com o título: “Treinamento de tiro: a maior parte das pessoas não sabe usar as armas que tem”. Implicitamente constrói-se a significação de que, sabendo utilizá-las, o sucesso contra a bandidagem está garantido.



Na segunda reportagem, “Com o dedo no gatilho”, também de quatro páginas, o enunciador começa o texto verbal euforizando o auto-armamento e construindo o simulacro do ambiente de guerrilha urbana em que vivem os indivíduos, na atualidade: “Só deve ter um revólver ou pistola quem está preparado para viver em permanente estado de guerra”. Em seguida, *Veja* ensina um *saber fazer*. Na dimensão narrativa do texto, dois sujeitos entram em cena: de um lado o criminoso, dotado do *saber fazer*, da competência necessária para obtenção de seu objeto de valor, a propriedade alheia; de outro a vítima potencial, a classe média, não mais dotada somente do *querer fazer* (como em outras reportagens analisadas), mas também do *saber* e do *poder fazer* (*poder* este que o projeto do governo pode retirar, transformando os “cidadãos de bem” em contraventores, como os criminosos). O armamento pessoal, nesta narrativa, torna-se a forma pela qual a classe média pode obter seu objeto de valor, a segurança. E o leitor-enunciário, implicado no texto, é manipulado pelo enunciador a também adquirir o *poder fazer*, já que *Veja* doa-lhe o *saber*. Onisciente das aflições, medos e inseguranças do leitor, a revista orienta-o sobre como agir para defender sua segurança, como proteger sua vida e a de sua família, tarefa repassada a ele à revelia, dada a inoperância do Estado na defesa do cidadão: basta armar-se e praticar treinamento de tiro. Vejamos no trecho, largamente significativo:

“De acordo com instrutores de tiro, policiais e especialistas no assunto, não adianta ter uma arma no carro se ela fica guardada no porta-luvas ou fechada com zíper dentro da bolsa. (...) O motorista também não deve distrair-se ouvindo rádio, falando ao celular ou batendo papo com quem vai no banco do lado. Toda a atenção deve estar voltada para o que acontece do lado de fora do veículo, em busca de qualquer suspeito em potencial. Será que aquele moço com flores na esquina é mesmo um vendedor? E aquele garoto,

segurando a caixa de chicletes, não estaria escondendo um estilete ou revólver? Se um ‘suspeito’ se aproxima na rua, e esse conceito é muito subjetivo, os profissionais avisam: saque a arma e renda o possível agressor, mesmo que ele não seja um ladrão de verdade. (...) Há um cuidado extra na vida de quem tem arma. Pelo menos uma vez por semana, a pessoa deve treinar com afinco.”

Ora, deve então o leitor estar em estado constante de alerta, preparado para sacar sua arma e ameaçar qualquer pessoa que lhe pareça um possível agressor? Vale a pena correr o risco de ameaçar um indivíduo inocente? É a violência urbana motivo para que as pessoas vivam em estado de apreensão e medo perenes? A nosso ver, as orientações de *Veja*, a despeito de intentarem preparar os indivíduos para viver num mundo violento, aplacando suas inseguranças, faz com que eles se sintam ainda mais inseguros, num processo de realimentação contínuo em que no lugar de mitigada, a insegurança e a apreensão aumentam. Pois como se sentir seguro e confortável sendo orientado a não descuidar um só instante do lado de fora do veículo, a não ouvir música ou sequer dar atenção ao passageiro do lado?

Na seqüência, o enunciador dá orientações de como utilizar a arma no ambiente doméstico e dirige-se ao leitor-enunciatário, questionando: “É isso que manda o manual. Você está preparado para viver assim?”. Reafirmamos: ao ensinar este *saber defender-se*, o enunciador de *Veja* constrói um efeito passional de medo e apreensão constantes, um estado em que o medo da violência e da criminalidade, em vez de dissipado, aumenta. Ora, o indivíduo é orientado a procurar a todo momento um suspeito, praticar tiro ao alvo todas as semanas, não esquecer um só instante de que sua segurança depende do uso eficiente do revólver. Como se sentir menos preocupado com sua segurança? Ousamos repetir a pergunta de *Veja*: “Você está preparado para viver assim?”. Estão os leitores? Pois o próprio enunciador admite: “Nem todo mundo agüenta o tranco [de estar preparado para apertar o gatilho algum dia]”.

Mas os sujeitos das narrativas apresentadas por *Veja*, sim, agüentam o tranco. Nas quatro páginas da reportagem, são narradas histórias de indivíduos que fizeram “tudo como manda o figurino” (comprar o revólver, fazer curso de tiro, treinar, treinar, treinar... e manter-se em estado de prontidão permanente) e obtiveram sucesso contra os bandidos. No plano visual, as narrativas são reiteradas por imagens que mostram uma família que já se protegeu de dez assaltos com o uso de armas; de pessoas que semanalmente praticam tiro ao alvo (repetição do casal da capa); de outras que andam

armadas até mesmo dentro de casa; e até de crianças que praticam aulas de tiro. Também visualmente, o enunciador apresenta ao leitor-enunciatário opções de armas que pode adquirir, com base nas “mais usadas” (por quem? Ladrões? Polícia?). São dados o peso, o preço, a capacidade e as características de oito tipos de revólver, com o objetivo de naturalizar a presença das armas nas residências e na vida cotidiana dos indivíduos. Da mesma forma, o enunciador naturaliza a convivência com as armas de fogo, afirmando que “para os que vivem com elas, o revólver é mais um acessório, assim como a carteira, a chave e o celular”. Aqui, *Veja* ousa comparar uma arma de fogo a um celular. Ora, as crianças já têm celular. Então, poderiam ter também um revólver.

A seguir, o enunciador cita estatísticas que mostram que, em 94% dos casos de reação, as pessoas armadas morrem. Mas em seguida alerta que este problema deve-se à falta de treinamento adequado. Dá voz a um perito, que afirma: “pessoas treinadas podem ter até dezesseis vezes mais chance de sair ilesas num confronto com o ladrão”. Ou seja, reitera seu posicionamento de que, para bem defender-se, basta armar-se e estar preparado para atirar a qualquer momento.



Na última matéria, “Eles viraram alvos”, duas páginas são utilizadas por *Veja* para narrar “histórias trágicas” de indivíduos que se tornaram vítimas ao empunhar uma arma de fogo. Neste caso, é interessante observar que o insucesso é relacionado, pelo enunciador, a “descuido e despreparo”. Ou seja: *Veja*, doadora do *saber*, orienta como

se proteger, descreve o manual que permitirá ao seguidor preservar a segurança de si próprio e da família: armar-se, treinar, estar preparado para atirar. As vítimas armadas das histórias narradas são sancionadas negativamente porque não seguiram a cartilha de *Veja*. Compraram o revólver, mas não aprenderam a utilizá-lo devidamente. Não absorveram o *saber* doado pela revista, solucionadora de problemas, e, portanto, não obtiveram a competência necessária à manutenção de sua própria segurança. E finaliza o texto, reafirmando seu posicionamento favorável ao auto-armamento, mas, ao mesmo tempo, relativizando o tema:

“Pelo fato de a grande maioria não possuir arma, pode parecer que os riscos estão circunscritos aos que optaram por comprar um revólver. Não é assim tão simples. Ser desarmado numa sociedade armada é mais ou menos como não ser fumante numa sociedade em que muita gente fuma. Nasceu assim a figura do fumante passivo, que corre riscos apenas por estar ao lado do fumante”.

Fica então, ao enunciatório, a questão: por que deixar de comprar uma arma se, mesmo sem elas, estamos passíveis aos sucessos e infortúnios da violência urbana? Armas: ter ou não ter?

2.3.3. Grupo 3 – Classe média: vítima da violência



O grupo 3 congrega as capas de *Veja* que apresentam a classe média como vítima da violência urbana, mostram narrativas diversas sobre crimes violentos cometidos contra esta parcela da população. Estão neste grupo as edições nº 792, de 9 de novembro de 1983; nº 1093, de 23 de agosto de 1989; nº 1136, de 27 de junho de 1990; nº 1192, de 24 de julho de 1991; nº 1458, de 21 de agosto de 1996; e nº 1590, de 24 de março de 1999.



A edição nº 792, de 9 de novembro de 1983, apresenta na capa, sob o título “Ninguém se ocupa das vítimas”, fotos de duas pessoas vitimizadas pela violência urbana. Sob as imagens, seu epitáfio: “Laura Tomé Tomarevski, 23 anos, e sua filha Talita, 8 meses, assassinadas em São Caetano (SP) durante um assalto a banco”. Topologicamente, as fotos localizam-se no centro da capa, ocupando cerca de um terço do espaço visual. Acima delas, o logotipo de *Veja* e, abaixo, o título. As imagens são apresentadas como pedaços de papel rasgados e colados sobre um fundo negro (que figurativiza o luto), da mesma forma que a chamada “Crime”, grafada em preto com fundo vermelho. Ao lado desta chamada, há outro pedaço de papel rasgado, agora branco, colocado sob o título. Para contrastar com o fundo preto, há o branco do logotipo de *Veja*, da foto de Laura (em preto e branco), da roupinha de Talita e do papel rasgado sob o título. Este cromatismo alia-se ao vermelho do fundo da chamada “Crime” e do título. Com essa construção visual o enunciador cria o efeito de sentido de que as vítimas foram arrancadas de seu ambiente, de suas vidas, e lançadas no interior da violência urbana, de onde saíram mortas, levando luto às famílias. Externas ao mundo do crime, viviam em paz no seu mundo plácido, branco e florido, de que foram arrastadas violentamente para o negrume da morte.

A matéria intitula-se “O inferno das vítimas”, com a linha explicativa: “Tragédia em São Caetano choca e desperta o país”. O enunciador começa o texto verbal narrando o assalto a banco que culminou na morte de mãe e filha. Ao final da narrativa, afirma que a “tragédia de Talita e Laura chocou todo o país. Ela é o ponto culminante na

escalada da violência nos grandes centros urbanos brasileiros”, em que localidades como São Paulo e Rio de Janeiro “ocupam há alguns anos algumas das melhores colocações entre as cidades mais violentas e inseguras do mundo”.

Nas páginas seguintes, *Veja* mostra a comoção da família de Laura e Talita com o crime e apresenta a história de Franklin Pedro da Silva, único assaltante do banco a ser preso (outros cinco morreram), irmão gêmeo do criminoso cujo disparo matou Talita e Laura. Afirma o bandido: “Todos na minha família sempre foram ordeiros e trabalhadores”, ao que *Veja* completa: “Todos, exceto ele e o irmão”. O enunciador narra a história do menino pobre Franklin, que chegou a trabalhar honestamente mas, em 1976, “decidiu que era mais fácil e lucrativo roubar que trabalhar. Decidiu assim sem estar pressionado pelo desemprego, mas pela efetiva vontade de resolver seus problemas através da delinquência”. Também a história do irmão morto no assalto, Jeferson, é narrada por *Veja*. Ambas incluem passagens por penitenciárias, principalmente por roubos a banco. A história de outros dois assaltantes do banco também foi narrada. Aqui, é interessante notar que, como nas reportagens da década de 1970 analisadas no grupo 1, *Veja* se ocupa em discorrer sobre a história não somente das vítimas, mas também dos criminosos. Nas reportagens do grupo 4, por exemplo, essas descrições inexistirão: os criminosos não terão rosto ou passado. Serão simplesmente um Outro ameaçador, violento e sem piedade. Ao final da discussão sobre o crime que vitimou Talita e Laura, o enunciador afirma que, “com o medo se espalhando pelas ruas”, o governador Franco Montoro falou em rede de rádio e televisão “declarando guerra à criminalidade e à violência”.

O tema seguinte discutido na reportagem é que “não existe no Brasil um só organismo de amparo social ou financeiro às vítimas do crime”. *Veja* parte da iniciativa da mãe de uma garota assassinada durante um assalto, dona Yeda, que estava criando uma associação de amparo às vítimas da violência e suas famílias. Yeda, segundo a revista uma senhora “católica e liberal”, indigna-se pelo fato de a Igreja Católica, por exemplo, não se incomodar com os direitos das vítimas, mas tão-somente com os dos bandidos. Ela reconhece o “direito dos criminosos a passarem por um processo de regeneração, ‘mas só aqueles que não tenham assassinado’”. Para redução da criminalidade, seria “preciso instituir a pena de morte para os assassinos, já que estes não podem ser recuperados”, diz”. Neste trecho, *Veja* não se mostra contra ou a favor dos argumentos de dona Yeda.

Segundo Aida Prado (2004), que analisou a reportagem, o enunciador “conhece todos os argumentos conservadores a favor da pena de morte, mas não se coloca claramente a favor dela. Nem contra. Fica na penumbra, mas no limite, quase concordando com os defensores da medida, com os dedos tocando os gatilhos.” Outras vozes defensoras do direito das vítimas e de suas famílias de obterem apoio e suporte financeiro governamental serão apresentadas por *Veja*, bem como de pessoas favoráveis à pena de morte. Aida Prado analisa que *Veja* se coloca

“ao lado das famílias das vítimas, sempre reiterando que o Estado se preocupa com a regeneração dos criminosos e jamais com as famílias das vítimas: ‘Ainda que o Estado disponha de assistentes sociais para tratar dos presidiários, não existe qualquer preocupação para que eles procurem pessoas como José Veloso e dona Cordélia’. Pois, para *Veja*, os investimentos governamentais são aplicados na recuperação dos criminosos, mas não no amparo das famílias das vítimas.”

Especificamente sobre as vozes defensoras da pena de morte, *Veja* as ouve e afirma que “fora do círculo fechado das vítimas da criminalidade, a defesa da pena de morte conquista adeptos num ritmo crescente”. Menciona ainda um deputado federal do PTB que afirmava defender no Congresso “uma emenda constitucional que prevê a aplicação da pena de morte para os criminosos reincidentes que cometam latrocínios ou roubos seguidos de estupro”. Na sequência, a revista dá voz ao presidente do Tribunal de Alçada Criminal, que não considera que “a pena de morte seja o melhor meio de fazer refluir a violência: ‘Se fosse assim, nos Estados Unidos, onde existe a pena de morte em alguns estados, a criminalidade violenta não existiria’”.

No final da matéria, o marido de Laura Tomarevski é sancionado positivamente pelo enunciador como “aquele que tem a posição mais sensata” na discussão sobre a pena de morte. Na opinião dele, “os sentenciados devem passar por um processo de regeneração”. Ocorre que, segundo Aida Prado, mesmo com esta argumentação final em nenhum momento *Veja* se opõe claramente à instituição da pena de morte. Para o autor, o enunciador circula dentro da “pluralidade de posições” que a discussão do tema incita e não se posiciona abertamente:

“é pego no lado adesivo da fala conservadora, mas decide-se pelo ‘deixa disso’. Com isso, caminha em espiral, explicitando de modo compreensivo as opiniões dos leitores mais conservadores e, por outro lado, não se colocando claramente a favor de

tendências mais rígidas da sociedade. Essa estratégia espiralada, discursivamente balanceada, de modo algum torna o enunciador menos forte e decidido. Ele, apesar dos excessos apontados, não perde um certo verniz de revista ‘democrática, mas prudente’, realizando um fechamento (da espiral) do texto de modo a mostrar-se ‘equilibrado’”. (idem)



Na edição nº 1093, de 23 de agosto de 1989, o enunciador de *Veja* faz no título um aviso sobre “Seqüestros”. Abaixo do título, o olho declara: “O medo chega às famílias”. Ambos são construídos em amarelo, utilizado para chamar a atenção do enunciatário. O título leva caixas altas e o olho, baixas. Além do amarelo, compõem a capa o vermelho, o branco e o preto. Tons de vermelho – que caracteriza a violência do crime alertado – fazem o fundo da capa, que traz em primeiro plano um homem encapuzado e armado, o qual figurativiza o criminoso que leva o medo às famílias. O branco é utilizado no logotipo da revista. O cromatismo vermelho-amarelo da capa – que constrói a significação de um *alerta de violência* –, aliado à caracterização do crime como amedrontador, pode inspirar medo e pânico no leitor-enunciatário, implicado no texto por fazer parte da “família” (que universaliza a posição da classe média) de que trata o enunciador. Manipulado por intimidação, é levado a preocupar-se com a segurança de sua família, vítima potencial de um seqüestro. Na capa *Veja* alerta sobre a chegada do crime “às famílias” mas não avisa se, com a leitura da reportagem, o leitor-enunciatário saberá o que fazer para evitá-lo. O enunciador fomenta o medo, a insegurança e o clima perene de apreensão, mas, ao menos na capa, não aponta uma luz,

um clarão para onde o leitor possa se dirigir, procurar ajuda, reencontrar a segurança e a paz.



Já no título da reportagem há passionalização pelo medo: “Um país com medo”. Na linha explicativa, o temor de ser seqüestrado alia-se à insegurança causada pela incompetência da polícia, sancionada negativamente pelo enunciador: “O número de seqüestros aumenta nas grandes cidades brasileiras, assusta as famílias e deixa a polícia desnorteada”.

O enunciador começa o texto verbal sancionando negativamente todo o conjunto da ação governamental do então presidente José Sarney na área econômica, social e política. Mas alerta que, “hoje em dia, no entanto, existe no Brasil um fenômeno bem mais grave e urgente, que tira a paz das famílias, humilha as autoridades e representa um risco imediato de vida para um número cada vez maior de pessoas – o seqüestro”. Neste trecho, o enunciador segue com a construção do efeito passional do medo, já inscrito no título da reportagem, pois afirma que o seqüestro atinge um número crescente de indivíduos. O leitor-enunciatário, implicado no texto, é alertado de que a paz pode a qualquer momento ser tirada de sua família, de que suas vidas correm riscos reais. Sua liberdade está ameaçada pelos seqüestros, que acabam de chegar às famílias. Na parte superior das duas primeiras páginas da reportagem, um box horizontal de

fundo negro reforça o alerta de *Veja* de que a vida das “famílias” corre perigo. Na imagem, o enunciador apresenta o rosto e a história de cinco vítimas de seqüestros da classe média, das quais somente duas com desfecho positivo.

A seguir, o enunciador menciona estatísticas oficiais (sem citar a fonte, porém) que mostram um crescente número de seqüestros nas grandes capitais do país, mas relativiza a qualidade dos dados, afirmando que “como sempre acontece com números envolvendo alta criminalidade, é bom desconfiar dessas estatísticas”. Segundo o enunciador, o número de seqüestros divulgado pelos organismos oficiais é inferior aos efetivamente ocorridos, pois parte das famílias “acertam suas contas” com os criminosos “às escondidas das autoridades”.

Na seqüência, são narradas com mais detalhes as histórias mostradas no box. Após descrevê-las, o enunciador avalia que “um dos aspectos mais sombrios dos seqüestros” que ocorriam no país, naquele período histórico, era o fato de as vítimas não serem os empresários milionários de outrora, mas “executivos que têm, como bens próprios, o carro do ano e um espaçoso apartamento num bairro valorizado” ou, eventualmente, “nem isso”. Ou seja, *Veja* reitera que a ameaça de seqüestro deixou de rondar somente as famílias mais abastadas da população para atingir as de nível médio. Estas reiterações colaboram para o reforço do efeito passional construído desde o título, de que o medo e a apreensão acometem o “país”.

Em outro trecho da reportagem, *Veja* volta a falar de estatísticas. Desta vez, sua estratégia discursiva a princípio parece mostrar a eficiência do Estado na proteção da população, pois elenca a quantidade de quadrilhas presas pela polícia nos dezoito meses anteriores, o índice de desfechos positivos dos seqüestros, em torno de 90%, e o fato de que o “Brasil está longe de disputar os primeiros lugares na lista dos países campeões mundiais de seqüestro, como a Itália ou a Colômbia”, localidades em que haveria maior frequência deste tipo de crime. Porém, na seqüência textual *Veja* volta a relativizar os dados e sancionar negativamente a polícia, afirmando:

“É certo, também, que os seqüestros que hoje integram a agenda das preocupações de uma quantidade cada vez maior de pessoas são mais do que uma onda passageira. O temor que existe hoje, na verdade, é que os brasileiros sejam obrigados a conviver com quadrilhas tão aplicadas quanto as italianas – e contar, para sua proteção, com uma polícia tão eficiente quanto a colombiana.”

A seguir, o enunciador reforça a construção do simulacro de uma polícia ineficiente, desastrada, mal equipada e tecnicamente incompetente. Menciona um caso goiano com sucessivas confusões e outro em São Paulo, em que a atuação da polícia foi prejudicada por falta de combustível e uso de armas “rudimentares”.

O tema seguinte discutido na reportagem é a autoproteção (também tematizado nas capas do grupo 2) de empresas e indivíduos comuns que,

“Habitados à rotina de cidadãos que cotidianamente são lembrados de que podem ser entregues à própria sorte, em vários pontos do país há brasileiros que começam a tomar providências destinadas a se proteger.”

O enunciador narra as medidas de segurança tomadas por colégios de classe média alta em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, bem como de empresários de grandes companhias. *Veja* ressalta que a principal mudança no comportamento dos empresários diz respeito à proteção da própria imagem. Alguns, “temerosos com a possibilidade de serem seqüestrados”, não dão entrevistas nem se permitem serem fotografados. Suas mulheres, colunáveis que “no passado sorriam em todas as festas”, passaram a levar uma “rotina bem mais discreta”. Um dos empresários chega a afirmar que não se acha “paranóico”, mas deixou de levar uma vida “normal” por temer os seqüestros. Para ele “todo mundo deve se prevenir”. A dimensão patêmica da narrativa mostra a passionalização pelo medo. Pois que amedrontados, temerosos de irem a festas, sorrirem em público e levarem uma vida normal, os indivíduos entrevistados por *Veja* alteraram seus comportamentos. Seu percurso passional vai da alegria-segurança-relaxamento para medo-insegurança-tensão-angústia, pois podem a qualquer momento ser abordados por criminosos que lhes tirarão a liberdade ou, até mesmo, a vida.

Como formas de autodefesa, o enunciador propõe algumas sugestões, baseadas nos “grandes biotipos das vítimas”, um perfil construído pela revista como forma de qualificar as necessidades de segurança dos indivíduos. Nesta categorização, o principal item é o patrimônio da potencial vítima. Assim, os “milionários”, classificados no padrão de “alto risco”, podem comprar, “em empresas especializadas da área, um pacote anti-sequestro que inclui dois automóveis com quatro seguranças armados durante 24 horas ao dia”. Os de “médio risco”, “no qual se encontram executivos de sucesso” e “pessoas que têm uma conta bancária respeitável”, podem adquirir um “pacote mais econômico”, com direito a dois guarda-costas armados. O terceiro biotipo descrito por

Veja seria um “azarado”, “aquele indivíduo que se equilibra para pagar as contas no fim do mês, só se lembra que acontecem seqüestros quando assiste ao noticiário da TV, imagina que nunca irá passar por essa experiência” e não pode custear um segurança particular porque “mal consegue honrar os salários da cozinheira”. A este perfil de vítima, porém, o enunciador não dá qualquer sugestão de como se proteger.

Veja, neste trecho, universaliza características de uma parte dos indivíduos de classe média para toda uma população, pois certamente nem todos os leitores-enunciatários têm cozinheira, só se lembram de seqüestros ao assistir às notícias, são milionários ou executivos de sucesso. Há certamente comerciantes, profissionais liberais, pessoas que têm faxineiras, mas não cozinheiras. Portanto, nem todos se encaixam no perfil classificado por *Veja* como o do “azarado”. Além disso, constrói-se o efeito de sentido de que, sem o dinheiro dos milionários e altos executivos, não há como se defender. Nada parece restar ao leitor de classe média que mantém suas contas em dia, mas para quem não sobram reservas. Sem investimentos financeiros, não há segurança. No final do texto, o enunciador mesmo admite que

“As pessoas com maiores recursos, e que são os alvos preferenciais dos criminosos, dispõem de meios para se proteger. O chamado cidadão comum, no entanto, enfrenta uma situação oposta – não pode contratar ninguém para defendê-lo e tampouco dispõe de auxílio policial para garantir sua proteção.”



A edição de 27 de junho de 1990, de nº 1136, também tem como tema os seqüestros. O título é “A praga dos seqüestros” e, no centro da capa, há uma foto legendada de Roberto Medina, empresário seqüestrado que, na imagem, aparece dentro de um carro no dia de sua libertação. A capa é construída em vermelho e branco, com fundo preto. O vermelho está no logotipo de *Veja*, circunda o retângulo que molda a foto (também tonalizada em branco, preto e vermelho), e faz a divisão entre o título e a linha fina que afirma: “Bandidos, policiais, políticos e advogados se misturam para terminar o maior seqüestro do Rio de Janeiro – a cidade em que o crime, cada vez mais, dá as cartas”. Há ainda o amarelo no alto à esquerda, na tarja intitulada “Exclusivo – Pesquisa – O pessimismo das elites”.

A composição cromática principal – preto, vermelho, branco – constrói o efeito de sentido de que a situação está complicada, preta, difícil, de que a violência e a criminalidade são o lado negro e sombrio, a “praga” que, como uma erva daninha, ataca tudo que há à sua frente e acaba de fazer mais uma vítima. Note-se que o preto que percorre todas as laterais da capa de *Veja* colore também o lado externo do carro em que Medina se encontra. No entanto, a moldura retangular, aliada ao colorido do interior do automóvel e à boa aparência do seqüestrado, sugere que Medina já está salvo, conseguiu escapar da morte – como reafirma a legenda da foto. Outra significação construída pelo preto é relativa à afirmação da linha explicativa de que o Rio de Janeiro é a cidade em que o “crime, cada vez mais, dá as cartas”. Assim, o enunciador sugere que o município reveste-se de violência, tem um lado criminoso, negro e sombrio que precisa ser combatido.

A reportagem, chamada “Operação pântano”, conta em detalhes o desfecho do seqüestro. No olho, o enunciador sanciona negativamente a classe política e a polícia, ao afirmar que o pagamento do resgate encerrou o seqüestro de Medina, “um emblema da promiscuidade entre bandidos, políticos e policiais no Rio de Janeiro”.

O enunciador construirá, ao longo do texto, o simulacro de polícia incompetente, mal treinada para lidar com este tipo de crime e despreparada tecnicamente, incapaz de dar proteção e segurança à população. Já os seqüestradores são os sujeitos competentes da narrativa, dotados de todas as competências necessárias à obtenção de seu objeto de valor, o bem alheio. O seqüestrador Maurinho, responsável pela libertação de Medina, é descrito por *Veja* como um “sádico psicopata” e sanguinário, mas também como um

indivíduo “tranquilo”, “calmo”, “sempre sorrindo” e com “bom humor”, alegre por ter arrecadado uma “dinheirama” da família da vítima.

Sobre a atuação da polícia fluminense, afirma *Veja* que “medeia o pântano do crime no Rio de Janeiro”, uma “poça infecta” onde é difícil “distinguir bandidos de policiais, figurões da política de chefes de quadrilha, defensores de transgressores da lei”. Menciona uma série de “fatos sinistros” que ocorreram no interior da organização policial durante as negociações para a soltura de Medina, dentre os quais: atitudes ilegais do governador Moreira Franco, tortura por parte dos policiais, “encontros” de políticos com bandidos, prisões sem acusação formal ou mandado. Após os tropeços, a polícia fluminense ainda teria dado uma “salada de versões” para o caso.

Nesta reportagem, as críticas de *Veja* à atuação policial e à grande quantidade de seqüestros que atingem a população do Rio de Janeiro são consistentes e coerentes. De fato, ainda hoje persistem os casos de participação de políticos e policiais na engrenagem criminosa, bem como as diversas versões das autoridades sobre um mesmo caso. Diferentemente de outras reportagens, porém, *Veja* não discute quaisquer medidas ou soluções para diminuir os índices da criminalidade ou melhorar a atuação do Estado na defesa do cidadão. E, no final do texto verbal, sentencia: “os encarregados de combater o crime equipararam-se aos criminosos”. “Fica difícil determinar onde termina a lei e começa a bandidagem.”



Na edição nº 1192, de 24 de julho de 1991, *Veja* discorre novamente sobre “Seqüestros” e mais uma vez alerta: “Os bandidos agora atacam a classe média”. O enunciador apresenta, na capa, uma mulher da classe média atingida pelo crime: Rosângela Simões, cuja foto em preto e branco ocupa todo o espaço visual da capa. Na imagem, a moça olha fixamente para o leitor-enunciatário, implicado no texto por fazer parte da parcela da população que pode a qualquer instante ser seqüestrada. Sobre a imagem da vítima estão o logotipo de *Veja*, grafado em vermelho, a tarja lateral esquerda, em amarelo (intitulada “Corrupção – A fortuna dos assessores”), o título em branco com fundo vermelho e o olho, também em amarelo. No plano visual, a composição cromática preto-amarelo-vermelho constrói o alerta para a violência criminosa que ameaça a classe média e acaba de fazer mais uma vítima. Antes restrito aos milionários, o seqüestro agora ataca indivíduos com menos dinheiro. É interessante observar que a composição cromática, assim como o enunciado que alerta para a ameaça do crime, é semelhante à edição nº 1093, intitulada “Seqüestros – o medo chega às famílias” e editada exatos dois anos antes. Dessa forma, o enunciador confere coerência a seu discurso, diacronicamente.

Na reportagem há, desde o título, passionalização pelo medo, assim como visto na análise da edição nº 1093. Intitulada “De cara com o medo”, na linha explicativa afirma-se que “O seqüestro de Rosângela Simões coloca o Rio de Janeiro em pânico e deixa o Brasil assustado com o avanço da bandidagem contra a classe média”. O enunciador começa o texto verbal mostrando seu amplo conhecimento das circunstâncias do seqüestro e também da vida pessoal da vítima. Narra todos os passos de Rosângela desde a saída da empresa do pai, onde trabalha, a passagem pela academia de ginástica, até a abordagem pelos seqüestradores. A seguir, passa a narrar aspectos da vida pessoal da moça. *Veja* sabe tudo a respeito de Rosângela: onde mora, quem são seus vizinhos, quem foram seus namorados, quem pratica atividade física com ela.

“Jovem e bonita, legítima representante daquela geração que o colunista Ibrahim Sued definiu como ‘pão e cocada’, Rosângela é vegetariana, não fuma e não bebe. Era colega de academia dos atores Miguel Falabella e Suzy Rego, da rede Globo, e acumulou uma lista de namorados milionários. (...) Formada em Administração de Empresas e Jornalismo, fluente no inglês, no francês e no italiano, Rosângela reside num apartamento de milionários, mas sua família tem uma origem mais simples. O pai, Roberto Simões, começou como empregado da Cristais Prado e depois abriu o primeiro

estabelecimento de sua propriedade no Rio de Janeiro, uma rede com oito lojas [de vendas de cristais e similares] e filiais em São Paulo e Curitiba”.

Aqui, questionamos a relevância de tais informações. Pois não fosse Rosângela bonita, jovem, preocupada com a saúde, fluente em três idiomas ou tivesse namorado somente homens desconhecidos das colunas sociais, o seqüestro ainda assim não se justificaria. Talvez por estas qualificações – Rosângela não é rica, mas convive cotidianamente com milionários e artistas de televisão –, *Veja* denominou o seqüestro da jovem como um “drama cinematográfico”, “emblema do pavoroso crescimento dos seqüestros” nas grandes cidades do país. Aqui, a caracterização do seqüestro como “cinematográfico” sugere a dimensão de grandiosidade que o enunciador quer conferir ao crime, pois Rosângela, apesar de ser uma espécie de “rico-recente” (seu pai não nasceu rico, mas enriqueceu por meio do trabalho), vive rodeada de artistas e milionários, mora num apartamento igual ao dos muito ricos. No entanto, ainda que a moça tenha sido vítima de um crime hediondo, seu seqüestro é similar a outros tantos ocorridos no País, alguns dos quais analisados neste trabalho. Ou seja, a dimensão “cinematográfica” que o enunciador confere ao crime não parece se sustentar.

Adiante, o efeito passional do medo continua a ser construído pelo enunciador quando traça o perfil do seqüestro de Rosângela e de outros ocorridos nas semanas anteriores, também com indivíduos desta parcela da população. Afirmar ele que comportamentos cotidianos como “levar as crianças para o clube ou a escola virou quase uma operação bélica para muitas famílias de classe média”; que o “crime que mais cresce no país” “semeia o pânico” e muda os hábitos de “largas fatias da população”; que os moradores das grandes cidades do país assistem a um “aumento da paranóia social”, pois “qualquer pessoa que tenha um automóvel e um apartamento acha que pode ser seqüestrada. E o pior é que pode mesmo”. Ao construir este simulacro de cidades em que os cidadãos sentem-se perenemente inseguros, amedrontados e desprotegidos, que usam estratégias especiais até mesmo para irem ao supermercado, o enunciador leva o leitor-enunciatário a também amedrontar-se. Pois, identificado com o “drama cinematográfico” da “bela Rosângela”, pode temer também ser seqüestrado. Ora, se ter um carro e uma casa é o suficiente para ser atacado, por que não temer? Como sentir-se seguro ao saber que um patrimônio pessoal mínimo compromete sua segurança, sua tranquilidade? O contrato de leitura implicitamente estabelecido entre *Veja* e seus leitores, ao promover e garantir o universo de valores de referência que

circulam textualmente, confere à revista o poder de enunciar seu saber, fazer circular suas opiniões e a de suas vozes delegadas e, ao final, fomentar este medo e esta apreensão, nesta e em outras reportagens analisadas. Noutro sentido, a questão da violência urbana poderia ser discutida por *Veja* menos como uma questão de medos ou inseguranças e mais como um problema social que merece a tomada de providências pelas autoridades. Em nenhum momento da reportagem o enunciador suscita, por exemplo, a possibilidade de a classe média se mobilizar para que atitudes governamentais efetivas sejam tomadas.

Após apresentar o primeiro sujeito da narrativa, a classe média atingida e amedrontada pela ameaça de novos seqüestros, *Veja* segue com a apresentação de outro sujeito, a “polícia assustada”. Afirmo o enunciador que “a própria polícia fluminense anda temerosa diante do poder de fogo dos seqüestradores”. A despeito da “obrigação legal de proteger”, a polícia repassou esta tarefa ao próprio indivíduo, oferecendo tão-somente cursos gratuitos de autodefesa. Assim, constrói o simulacro de um Estado inepto e ineficaz na proteção dos cidadãos de classe média, “deixados ao deus-dará da criminalidade”.

Na seqüência, *Veja* mostra as estratégias de autoproteção de empresários que se sentem ameaçados por este tipo de crime: das mais tradicionais como não mostrar o rosto em fotografias de jornais, alternar horários de chegada e saída do trabalho e andar de carro popular, às mais inusitadas como contratar seguranças do exército israelense e incrementar uma Mercedes para que pareça um Monza. Esta última alternativa, batizada de transformação de carros comuns em “anti-sequestro”, seria feita, segundo o enunciador, por diversas lojas especializadas espalhadas pela cidade de São Paulo. Outro ramo de atividade “em alta”, segundo o enunciador, são os serviços de segurança pessoal, que costumam “dar resultados porque é óbvio que é mais difícil seqüestrar uma pessoa que passa o dia inteiro cercada por policiais armados do que o sujeito que sai à rua sem lenço nem documento” (note-se que esta última expressão, “sem lenço nem documento”, vem de uma música de Caetano Veloso).

O enunciador de *Veja* sanciona positivamente todas estas atitudes. Em nenhum momento sugere que estas “largas fatias da população”, por exemplo, se mobilizem em favor de uma atuação mais eficaz dos órgãos oficiais. Esta opção de *Veja* evidencia os efeitos passionais construídos. Ora, desiludida com a atuação do Estado, a classe média busca o que fazer em defesa própria, toma para si esta tarefa. Ressentida, desapontada

e resignada, parte à procura de alternativas que lhe permitam viver com mais segurança. Não mais acredita que o Estado possa cumprir o papel que lhe cabe.

Adiante, o Estado é novamente sancionado negativamente pelo enunciador. Segundo ele, a dramaticidade de um seqüestro, aliada ao despreparo da polícia, são motivos aceitáveis pelos quais muitas famílias não procuram a ajuda dos policiais. A incompetência do Estado, segundo *Veja*, favorece somente um dos sujeitos, o criminoso. “Os seqüestradores contam com a vantagem de ter, diante de si, uma polícia historicamente doente e particularmente inepta para enfrentar sua atividade.” Apesar de os seqüestradores que atacam a classe média serem apresentados como “pés-de-chinelo”, em contraposição aos “especialistas” de outrora (como os que seqüestraram o empresário Abílio Diniz), são mostrados como os únicos sujeitos competentes da narrativa. Modalizados por um *querer* e um *saber fazer*, conseguem obter seu objeto de valor, o bem alheio. Dessa forma, mesmo “pés-de-chinelo” obtêm sucesso com o seqüestro, “um crime fácil porque não se tem sabido como combatê-lo”. O enunciador termina o texto verbal afirmando que, apesar das facilidades, o seqüestro “pode se tornar um crime difícil – desde que os bandidos sejam derrotados e desapareça a sensação de que qualquer pessoa, mesmo a bela Rosângela Simões, um dia pode ser apanhada na saída da aula de ginástica e ter sua vida negociada por 2 milhões de dólares”. Resta saber se, sendo de classe média, a família de Rosângela teria os dois milhões de dólares para custear sua liberdade ou teria de recorrer a um dos namorados milionários da moça.



Na capa da edição nº 1458, de 21 de agosto de 1996, *Veja* apresenta sob o título “Crime” uma imagem da estudante de odontologia Adriana Ciola, morta durante o assalto ao Bar Bodega, localizado na capital paulista, e afirma no subtítulo que “Ninguém está a salvo”. No plano da expressão, *Veja* constrói a capa topologicamente com a disposição da imagem de Adriana (*close* do rosto) em cerca de 90% do espaço da capa, e cromaticamente nas cores vermelho e preto. Utiliza o preto como fundo e no título, e o vermelho no logotipo, no fundo do alerta de que *Ninguém está a salvo* e ainda nos contornos laterais e internos da imagem. Ao contornar em vermelho todo o rosto de Adriana, *Veja* constrói uma figura humana puxada para o vermelho, em que até mesmo cabelos (originalmente louros), sobrancelha e áreas próximas ao globo ocular são avermelhadas, de forma a figurativizar alguém que se envolve em (e também exala) sangue, tristeza e dor. Sob o rosto da estudante, entre olhos rubros e a boca avermelhada enuncia-se, em tipo gráfico preto, grande e espesso, ter havido um *Crime* do qual *ninguém* pode escapar (este último termo grafado em tipos menores). O corpo de letra grande e espesso (Frankfurt Ghotic Heavy) cria efeito de sentido de seriedade e o uso do preto em contraste com o vermelho acentua a dramaticidade da afirmação.

O tipo gráfico utilizado no título, Frankfurt Gothic, cria o efeito de sentido de um grito *Crime!* numa intensidade de fala que intencionalmente quer despertar a atenção do enunciário-leitor para o assunto tratado, para o problema da violência, da qual *Ninguém está a salvo*. Já na capa o leitor é levado a se preocupar com os motivos pelos quais sua segurança estaria ameaçada, e a se revoltar contra o crime que atingiu

um de seus pares e ronda também sua casa. A estratégia de manipulação utilizada pelo destinador de *Veja* para fazer-crer ao enunciatório-leitor que está em perigo é a intimidação. Ao se sentir intimidado, é impelido a acreditar no aviso do destinador. Porém, é importante ressaltar que não queremos, com esta afirmação, deslindar da existência social de assaltos, seqüestros e violência urbana generalizada, mas tão-somente evidenciar a construção discursiva de *Veja*.

Na afirmação de que “ninguém está a salvo”, temos um destinador dotado do *saber* que o autoriza a proclamar que todos correm perigo, *ninguém* está a salvo da violência que assola a cidade e acaba de fazer outra vítima na classe média. O leitor-enunciatório, intimidado e atento ao alerta da falta de segurança na cidade, que ronda também sua porta, identifica-se com a posição de vítima que a imagem de Adriana instaura. Todos estão em perigo.

Na capa, *Veja* apresenta o primeiro sujeito da narrativa: a classe média atingida pela violência. Ao lado deste sujeito atingido e morto, seu epitáfio: “Adriana Ciola, 23 anos, assassinada num assalto em São Paulo”. Mas e o outro sujeito desta narrativa? Quem é o sujeito responsável pelo assassinato, o Outro a atacar a classe média? O texto verbal da reportagem construirá este Outro.



O título da matéria é “A morte às nossas portas”. No olho, *Veja* compara a violência a uma epidemia que se espalha por todo o país, porém não estende o sintoma principal desta epidemia – o pânico – à população como um todo, mas o restringe a uma parcela específica ao afirmar que “[a epidemia] leva o pânico à classe média”, como se os demais indivíduos não temessem a criminalidade.

Cromaticamente, *Veja* utiliza na matéria, como na capa, a cor vermelha. Ela aparece como fundo no título de letras brancas, como cor de fundo do mapa “A geografia da violência”, e ainda nos títulos dos três boxes que compõem a reportagem. O título é construído numa composição branco-vermelho, na forma de um pedaço de papel rasgado que se diferencia de e se sobrepõe ao preto que compõe o restante do bloco visual, o qual inclui duas imagens com as famílias dos jovens mortos. Dessa composição, constrói-se o efeito de sentido de que a violência que “bate às nossas portas” vem de fora, foi trazida de outro local e instalada no seio da classe média, tal como um pedaço de papel que se arranca de um caderno ou bloco e se cola em outro. A mesma construção é utilizada nos boxes e no mapa da “Geografia da Violência”, que mostra o crescimento dos homicídios nos Estados.

No corpo da matéria faz-se um relato dos assassinatos ocorridos no Bar Bodega, em que o enunciador de *Veja* utiliza diversas vezes o procedimento de embreagem, de forma a se colocar em relação de total intimidade com o leitor-enunciatário logo a partir do título: “A morte bate às nossas portas”. No texto verbal, o enunciador apresenta os assaltantes, também sujeitos da narrativa, e afirma, num tom de envolvimento emocional e identificação com o leitor: “Fazia frio, muito frio em São Paulo na madrugada do domingo 11 de agosto. A noite, decididamente, não convidava para um chope. Mas, quando se tem pouco mais de 20 anos, quem liga para um detalhe desses?”. Segundo o relato, pouco depois que o grupo de Adriana Ciola entrou no bar, um lugar “freqüentado pela juventude bonita da classe média de São Paulo”, cinco assaltantes o invadiram e começaram o roubo, num cenário de “Pulp Fiction, sem a graça do filme” (este bem abastecido de cenas violentas). Um garoto que se atrapalhou ao retirar o relógio do pulso e entregar para o assaltante foi baleado no ombro. O dentista José Renato Tahan, que chegava ao local durante o assalto, tomou dois tiros logo na entrada e ali mesmo “tombou morto, enquanto os bandidos fugiam levando 4.400 reais.” Na saída, um dos assaltantes, “como quem acena antes de ir embora”, apontou sua arma para dentro do bar e disparou tiros que atravessaram a vidraça e trespassaram as costas de Adriana, que morreu antes de chegar ao hospital.

Veja apresenta os dois jovens mortos utilizando novamente o procedimento de embreagem, pelo qual o enunciador cria efeito de sentido de aproximação, de compartilhamento das mesmas opiniões com o enunciatário-leitor. O enunciador afirma que Adriana e José Renato eram “jovens em quem tantos pais podem ver a imagem de seus próprios filhos”. Ao apresentar Adriana ao leitor-enunciatário, *Veja* complementa o epitáfio da capa: era uma jovem “educada, inteligente e bonita”, “uma daquelas moças que os pais citam como exemplo para as filhas que vão mal no colégio”. Já Tahan teria sido um rapaz “forte e bonitão” que atendia a 235 crianças numa creche da periferia. Ora, o fato de a moça ser estudiosa e inteligente e o rapaz forte e solidário relacionam-se com o fato de terem sido vítimas de um crime? *Veja* constrói neste trecho o simulacro de pessoas perfeitas, imagens hiperbólicas de indivíduos sem defeitos que foram mortos por assassinos cruéis, imperfeitos.

Em seguida ao relato, *Veja* constrói o outro sujeito da narrativa, responsável pela chegada da violência à classe média. Sentencia: “Essas mortes estúpidas, absurdas pela futilidade, desencadearam uma daquelas ondas de comoção que revoltam as grandes cidades quando o banditismo sai dos bolsões dos bairros pobres da periferia e vem bater às portas da classe média”. O Outro, que vem de fora bater às portas desta parcela da população, é o pobre, morador da periferia. Ainda que o enunciador em nenhum momento cite nominalmente os bandidos, afirma se tratarem de indivíduos pobres. O perigo, a insegurança, a violência, é causada pelo pobre da periferia, sujeito sentenciado sumariamente como violento e bandido. Como perigoso e ameaçador. É fato que esta “onda de comoção” não acontece em relação às centenas de moradores da periferia que sofrem o mesmo tipo de agressão. Aqui, o enunciador sanciona positivamente o comportamento dos indivíduos que se preocupam não com o problema da violência no país como um todo, mas com o fato de que ela teria saído dos “bolsões dos bairros pobres da periferia” e começado a atingir pessoas e locais antes supostamente protegidos e seguros.

Adiante, *Veja* continua a construir uma relação inexorável entre pobreza e criminalidade violenta, utilizando-se de isotopias temáticas. Afirma que “a miséria é um poderoso combustível da marginalidade”, embora relativize a afirmação logo em seguida, ao salientar que a pobreza, isoladamente, não explica porque os índices de criminalidade são tão altos no Brasil. Logo a seguir, porém, aparece outra isotopia. Com base no discurso de peritos no assunto, o enunciador de *Veja* conclui seu argumento sobre as causas da violência criminosa no Brasil, as quais estariam calcadas na migração

em massa rumo às grandes cidades e nas rápidas transformações no campo social do país. Segue o trecho:

“As raízes da criminalidade são múltiplas e se enroscam na História de um país com dimensões continentais, padrões escandalosos de injustiça social e rápidas transformações. No plano sociológico, o banditismo nas grandes cidades é considerado subproduto de um processo acelerado de urbanização. No mesmo movimento que levou milhões de pessoas do campo em direção às cidades, transformando em poucas décadas o panorama econômico e social do país, esvaneceram-se referências que mantinham a antiga ordem. ‘Ao perder suas raízes, as pessoas acabam perdendo também seus valores básicos, o que facilita a perda do que chamaria de freio social’, diz Lourdes Bandeira, pesquisadora da Universidade de Brasília.”

Enuncia-se que o êxodo rural teria acabado com as “referências que mantinham a antiga ordem” e, conseqüentemente, com valores sociais básicos. Mas o enunciador não define de que “ordem” anterior se trata, quais valores foram perdidos, ou ainda o que exatamente este “freio social” brecava. Conforme discutido na primeira parte deste trabalho, a historicidade da violência no Brasil é um fato e, embora tenha mudado o perfil da criminalidade ao longo do processo de industrialização, ela sempre existiu. O argumento do enunciador de *Veja* cria o efeito de sentido nostálgico relativo a um momento passado imaginário em que havia segurança e tranqüilidade perene, o qual, como foi mostrado, nunca existiu.

Outro tema levantado por *Veja* como contribuinte do aumento da criminalidade violenta é “a ampla circulação de armas”, que será posteriormente convertido em uma das estratégias de como enfrentar o problema. O enunciador se mostra preocupado com as facilidades para aquisição de uma arma de fogo e o peso dos ferimentos a bala nas estatísticas de mortes, de 66%: “No Brasil, portar arma sem licença não é crime, mas contravenção, menos grave do que urinar na rua”. Aqui, o enunciador se posiciona de forma crítica à utilização indiscriminada das armas de fogo. Mas, adiante, *Veja* coloca o auto-armamento como uma estratégia para se defender num ambiente em que impera a “paranóia da criminalidade”, a qual acaba num círculo vicioso em que “as pessoas sentem-se indefesas diante da violência e se equipam com as armas que irão aumentá-la”. Na seqüência, mostra a utilidade das armas de fogo para a classe média utilizando o exemplo de João Cruz, 36 anos, gerente de uma pizzeria, que “anda com um 38 na

cintura e deixa uma pistola 380 em casa, com sua mulher, grávida de oito meses”. Além disso, o filho do cidadão gaúcho, com apenas cinco anos, está aprendendo a atirar.

A seguir, a revista novamente parece contraria sua argumentação inicial aparentemente favorável ao desarmamento ao dar voz a um perito: “Qualquer iniciativa séria para reduzir a violência tem de partir de uma lei que torne crime o porte ilegal de arma”. Ou seja, o que diz o enunciado, a enunciação parece negar. Afinal, *Veja* é contra ou a favor do uso pessoal de armas de fogo? A enunciação sugere ser o destinador favorável ao auto-armamento, pois não se espantou com o fato de uma criança estar tendo aulas de tiro aos cinco anos de idade ou o de que uma grávida tenha uma arma a sua disposição em casa. Além disso, parece sugerir que somente o porte ilegal está fadado a uma utilização que redunde em morte violenta ou crime.

A resposta para esta (aparente) preocupação com o desarmamento vem a seguir, quando se enuncia que “desarmar a população não serviria apenas para desarmar os bandidos. Ajudaria também a apaziguar os ânimos do maior responsável pela violência – o cidadão comum”. Os tais cidadãos comuns seriam indivíduos trabalhadores sem passagem pela polícia, com idade entre 15 e 30 anos, os quais responderiam por 61% dos homicídios ocorridos, primordialmente devido a “desentendimentos cotidianos” como “bate-bocas de marido e mulher, brigas de bar, discussões no trânsito e cobranças de dívidas”. Aqui, *Veja* parece sugerir que este cidadão comum, o pobre, é o sujeito-responsável pela criminalidade violenta e autor das mortes no Bar Bodega, pois a classe média armada não está incluída nesta denominação. No entanto, como veremos na análise da edição nº 1777, sobre a filha que matou os pais enquanto eles dormiam, também a classe média comete crimes similares aos atribuídos ao “cidadão comum” pelo enunciador de *Veja*.

No final da reportagem, *Veja* afirma que a classe média “reage com medo e espanto” aos assassinatos de Adriana e Tahan e, para se proteger da violência, trancafia-se em suas casas ultra-protegidas, “frágeis ilhas cercadas de grades”, distantes dos locais periféricos. Aqui, pode-se comparar os condomínios fechados e os edifícios super-protegidos da classe média à definição de “comunidade realmente existente” de Z. Bauman (2003), local de comunhão entre iguais, fisicamente demarcado, que “se parece com uma fortaleza sitiada, continuamente bombardeada por inimigos (muitas vezes invisíveis) de fora” (p. 19), onde os indivíduos sentem-se protegidos. Tais comunidades, afirma Bauman, apesar de prometerem proteção e tranquilidade contra o Outro invasor, funcionam contrariamente: aumentam “seus temores e insegurança em vez de diluí-los

ou deixá-los de lado”. Na própria definição de *Veja*, são “ilhas frágeis”, ao alcance do Outro. Do contrário, a violência criminosa não teria batido “às nossas portas”, estaria lá fora, isolada.

O sujeito *classe média* construído no texto de *Veja* está em disjunção com seu objeto de valor-*segurança*. Trata-se de um sujeito dotado de um *querer* e de um *dever* defender-se das ameaças da violência e também do *saber* (portar arma de fogo). Porém, afirma-se no enunciado que este sujeito trancafia-se em sua casa, protege-se ao isolar-se do marginal-criminoso-pobre. O percurso passional do sujeito-classe média vai das paixões da segurança e da tranquilidade para os estados de alma da insegurança, inquietude, apreensão e medo, com a chegada da violência às suas portas. Neste sentido, ainda que o leitor-enunciatário não tenha sido vitimizado pela violência, é levado – pelas cláusulas do contrato de leitura – a se sentir apreensivo e amedrontado pela construção discursiva e passional da violência em *Veja*.



Na edição de 24 de março de 1999, nº 1590, *Veja* aborda o seqüestro de Wellington Camargo, irmão dos cantores Zezé Di Camargo e Luciano. A capa é construída em fundo preto, que remete ao luto, e nas cores amarela, branca e vermelha (somente na tarja lateral esquerda). O amarelo faz composição visual com o branco para construção do bloco significativo que junta o logotipo de *Veja* ao título, formando o alerta: “Veja a que ponto chegamos!”. O enunciador coloca-se no texto por meio do

procedimento de embreagem ao pedir para que o enunciatário atente ao ponto em que “chegamos”, conjugação verbal que remete à presença de um *nós* (um *eu* + um *vocês*, *leitores*). Assim, o enunciador aproxima-se do enunciatário e com ele compartilha suas preocupações relativamente a esta modalidade criminosa. Juntamente com o conteúdo verbal, o tamanho, a grossura e a densidade dos tipos gráficos do título agregam-se para a construção de um estado de tensão e preocupação no texto. Como visto no item que examinou o plano da expressão das capas de *Veja*, convencionalmente a revista faz uso deste tipo de letra quando quer imprimir seriedade e relevância aos temas tratados nas capas. Na linha fina, abaixo do título, o enunciador explicita os motivos para termos chegado a este “ponto”, que merece atenção cuidadosa do enunciatário: “Zezé Di Camargo e Luciano pagam o resgate”, “A história da orelha amputada choca o país”, “Ratinho faz sensacionalismo na TV com o drama familiar”.

Sobre o fundo negro da capa emergem as imagens de Wellington e do apresentador Ratinho, acima do título, e dos irmãos Camargo, do lado inferior direito. O semblante de Wellington mostra sua posição de vítima indefesa. A face de seus irmãos também é de pessoas indefesas, porém resignadas. Pois que se rendendo às ameaças dos seqüestradores, que cruelmente lhes enviaram um pedaço da orelha do irmão como prova de vida, pagaram o resgate. Cederam às exigências dos cruéis criminosos para terem Wellington de volta, para acabarem com o “drama familiar”. Já o semblante do apresentador Ratinho, juntamente com sua postura corporal, mostra certa altivez. Note-se que a imagem dele é avermelhada, diferentemente das outras três, de coloração mais pálida, mostrando que não está indefeso ou resignado, mas desperto, tomado de certa excitação. Segundo informado na capa, ele fez “sensacionalismo” com o “drama familiar” dos irmãos Camargo e aproveitou-se do seqüestro para aumentar a audiência de seu programa.

Três matérias compõem a reportagem de capa. Na primeira, intitulada “Fizemos nossa parte”, o enunciador narra “um dos seqüestros mais dramáticos e brutais dos últimos tempos”, primeiro caso de que se tem notícia, no Brasil, de um refém ter sofrido “uma mutilação física no cativeiro”. O enunciador, bem informado sobre todo o processo, narra em detalhes o drama da família de Wellington e a história de Zezé e Luciano, garotos pobres que com o dinheiro da fama “arrumaram a vida não só dos pais, mas de todos os irmãos”.

Na matéria seguinte, “O vale-tudo do Ibope”, duas páginas são dedicadas a narrar a participação “sensacionalista” do apresentador Ratinho, que segundo o

enunciador teria prejudicado as negociações entre a família de Wellington e os seqüestradores com seu “delírio inconseqüente” de afirmar que poderia colaborar para o desfecho do crime.

“Ninguém pode imaginar que o apresentador quisesse em sã consciência prejudicar o seqüestrado e sua família. Ele provavelmente agiu motivado pelo instinto básico dos que trabalham em televisão: a fome insaciável de índices no Ibope. Mas Ratinho foi além – muito além – do razoável.”

Neste trecho, é interessante notar que *Veja* se coloca crítica e contrariamente à utilização do medo e do sensacionalismo como estratégia de obtenção de maiores índices de audiência. No entanto, embora haja diversas características que diferenciem a cobertura noticiosa da televisão e da mídia semanal, acreditamos que em capas como a das edições nº 1652 (“Socorro!”), nº 1393 (“De cara com assassino”) e nº 1367 (“O medo”), por exemplo, *Veja* adota uma estratégia bastante similar à utilizada pelo apresentador Ratinho, o qual abusa de recursos verbais e visuais para criar um ambiente de medo e tensão em seu programa. Ainda que Ratinho possa ter ido, no caso do seqüestro de Wellington, “muito além do razoável”, como afirma *Veja*, também a revista recorre a efeitos de passionalização – especialmente pelo medo – para construir seu discurso relativamente à violência urbana.

No terceiro texto, “Crime emergente”, o enunciador discorre sobre uma mudança no perfil dos seqüestros, que passaram a durar menos tempo, ter pedidos de resgate mais baixos na comparação com os da década de 1980, e atingir vítimas antes aparentemente imunes: os “ricos recentes”.

“A maior novidade da atividade criminal no Brasil é o seqüestro dos representantes desta parcela da população. No passado, os seqüestradores só se interessavam por milionários. Quando eles começaram a andar em carros blindados, com guarda-costas ao lado, os seqüestradores passaram a atacar a classe média ou média alta e a fazer exigências mais modestas em matéria de pagamento de resgate. (...) De uns tempos para cá, entraram na mira os artistas emergentes. Donos de fortunas recentes, não tinham ainda percebido que eram alvos perfeitos para os marginais.”

No plano narrativo, três sujeitos são apresentados: o bandido, modalizado por um *querer e saber fazer*; as vítimas, indivíduos indefesos, modalizados pelo *querer e*

dever proteger-se, mas ainda não dotados do *saber* necessário. Recém descobertos em sua vulnerabilidade, os novos ricos não sabem ainda que medidas tomar para sua segurança. O terceiro sujeito é a polícia brasileira, comparada com as de países desenvolvidos e sancionada negativamente pelo enunciador. Modalizada pelo *dever fazer*, não dota-se do *saber* e *poder* vencer os bandidos. Neste texto, o enunciador não propõe um manual de defesa para as vítimas potenciais, nem discorre sobre medidas governamentais destinadas a conter este tipo de crime. Reafirma, tão-somente, o *dever fazer* governamental frente ao *saber* analisador da mídia. Reitera a responsabilidade do Estado na proteção da segurança dos cidadãos, na contenção de um crime que colocou o Brasil no topo da lista dos “mais perigosos no quesito seqüestro, ao lado de Colômbia, México, Filipinas, Paquistão e Guatemala, todos emergentes”. Para o enunciador, o “único caminho” para retirar o país desta lista seria “a atuação forte da polícia”, tornando a “balança de custos e ganhos” dos seqüestradores pender para o lado dos custos, de forma a desmotivar o crime. Itália e Estados Unidos “conseguiram vencer a indústria do seqüestro” utilizando esta “regra de ouro”. Cabe ao Brasil seguir o exemplo dos países ricos.

2.3.4. Grupo 4 – Pobreza e criminalidade lado a lado



O grupo 4 congrega as capas de *Veja* em que a pobreza é mostrada como produtora/motivadora da criminalidade e da violência, e o pobre como potencial ou efetivo criminoso. Fazem parte deste grupo as edições nº 1184, de 29 de maio de 1991, nº 1367, de 23 de novembro de 1994, e nº 1684, de 24 de janeiro de 2001.



Na edição nº 1184, de 29 de maio de 1991, *Veja* apresenta no título, em letras Frankfurt Gothic vermelhas, de tamanho grande: “Meninos de rua”. Abaixo, seu

estigma, em branco: “Os filhos da miséria e do crime”. Em amarelo, na tarja superior esquerda, uma contradição ao tema do título. Não se mostram ali a pobreza ou a criminalidade, mas a imagem do personagem do ator Antonio Fagundes, intitulado “O dono do mundo – o sucesso da sedução” (na ocasião, ele era o personagem principal de uma novela da Rede Globo). O logotipo de *Veja* aparece em branco, compondo o bloco significativo: Veja os filhos da miséria e do crime!

Para figurativizar o crime e a pobreza, são mostradas imagens de dois meninos moradores das ruas da capital paulista. Ambos negros e com a parte de cima do corpo despida, têm os olhos tampados com uma tarja. Apesar de a legenda da foto afirmar que os jovens vivem na Praça da Sé, no centro de São Paulo, o fundo da imagem não é nítido. O lugar em que habitam é nomeado, mas não apresentado. O *habitat* do Outro não tem formas ou cores definidas. É uma névoa vaga e imprecisa, onde habitam a criminalidade e a miséria, que não merecem sequer serem visualizadas pelo leitor-enunciário. A este interessa conhecer somente os “filhos” desta miséria, os jovens cuja condição social os estigmatiza como criminosos ameaçadores do alheio.

O título da reportagem é “Infância de raiva, dor e sangue”. O enunciador começa o texto verbal traçando o perfil de um menino que saiu às ruas aos três anos, cheirou cocaína aos cinco, fez o primeiro assalto a mão armada aos sete e, antes de completar dezoito anos, tinha 155 passagens pela Funabem. O garoto apelidado de Diberg é, segundo *Veja*, “o menor abandonado, o menino de rua, o pivete, o trombadinha de olhar ameaçador que, em número cada vez maior, perambula pelas metrópoles”.

O enunciador segue discorrendo sobre a estatística do governo federal (sem identificação do órgão) de que cerca de 800 mil jovens tentam obter algum tipo de ganho financeiro nas ruas, legalmente. “A maioria faz um trabalho tão honesto quanto o de um senador da República.” Ora, apesar de ter no trecho anterior estereotipado e estigmatizado os meninos de rua como trombadinhas de “olhar ameaçador”, *Veja* afirma que estes “pivetes” são, na verdade, “crianças maltrapilhas” que, “como tantas outras, poderiam estar na escola, nadando no clube ou jogando videogame me casa”. Afinal, *Veja* está no ataque ou na defesa dos meninos de rua? O que afirma no enunciado, a enunciação nega, construindo efeito de sentido de que, apesar de reconhecer os infortúnios dos meninos de rua, sua opinião sobre eles é clara: trata-se de “crianças-bandidas” que, saídas da periferia, amedrontam os moradores dos bairros mais abastados com seu “olhar ameaçador” ou com sua simples presença. Segundo o próprio enunciador, estes jovens “estão na rua, contribuindo para a asiaticização da paisagem das

grandes cidades brasileiras”. O problema, então, são os prejuízos à paisagem urbana com a pobreza, a sujeira e a feiúra, e não a discussão da questão da marginalidade social.

Continuando sua discussão sobre a “asiatização” das metrópoles brasileiras provocada pela presença dos jovens moradores de rua, o enunciador mostra nostalgia de um passado não muito longínquo,

“apenas duas décadas atrás, em que não havia meninos de rua nas áreas finas das grandes cidades. Não existiam condomínios fechados, edifícios fortalezas e garagens com portões automáticos. Nas cidades marcadas pelo medo, temem-se hoje os assaltos, o roubo do carro, os estupros. Temem-se os meninos de rua, as milhares de crianças que roubam, matam e morrem todos os dias.”

Com o uso desta isotopia temática (trecho acima), o enunciador evidencia sua posição de que o problema maior não é o social – a existência de crianças de rua – mas estilístico-paisagístico, ou seja, o fato de elas mancharem a paisagem “fina” das metrópoles, de ameaçarem a segurança das parcelas mais bem aquinhoadas da população. Pois se permanecessem confinados no seu próprio mundo, no ambiente do Outro do qual a classe média e alta quer distância, o medo não adentraria as metrópoles, que continuariam belas, limpas e livres da presença indigesta do Outro.

Zigmunt Bauman (2005), ao discorrer sobre a questão das identidades, afirma que a estas pessoas, pertencentes a uma “subclasse” indivíduos, não é dado o direito sequer de ter uma identidade, qualquer que seja. Para o autor, o significado da identidade desta subclasse é a “ausência de identidade”.

“As pessoas recentemente denominadas de ‘subclasse’ [estão] exiladas nas profundezas além dos limites da sociedade – fora daquele conjunto no interior do qual as identidades (e assim também o direito a um lugar legítimo na totalidade) podem ser reivindicadas e, uma vez reivindicadas, supostamente respeitadas. Se você foi destinado à subclasse (porque abandonou a escola, é mãe solteira vivendo da previdência social, viciado ou ex-viciado em drogas, sem-teto, mendigo ou membro de outras categorias arbitrariamente excluídas da lista oficial dos que são considerados adequados e admissíveis), qualquer outra identidade que você possa ambicionar ou lutar para obter lhe é negada *a priori*.” (p. 46)

No trecho seguinte, chamado de “Lares violentos”, há uma contradição nos argumentos apresentados pelo enunciador, pois ao mesmo tempo em que apregoa um rótulo aos meninos de rua, critica os estigmas impostos pela “sociedade”: “Filhos da miséria e do crime, os meninos de rua são diferentes dos rótulos que a sociedade lhes pespegou. Muitos deles freqüentam escolas, sabem ler e até escrever, ainda que tenham a caligrafia garranchuda.” Ora, classificar os meninos de rua como “filhos da miséria e do crime” é rotular estas crianças, como faz “a sociedade” da qual *Veja* se exclui. Se eles são “diferentes dos rótulos” impostos pela sociedade, por que classificá-los de “filhos da miséria e do crime”, de “trombadinhas”? É importante lembrar que este é, afinal, o principal entendimento do senso comum sobre estes meninos, e mesmo sobre os pobres em geral.

A seguir, ao discorrer sobre os motivadores da “proliferação das crianças-bandidas nas ruas”, o enunciador afirma serem elas espécies de vítimas da desestruturação familiar, pois “a maioria não saiu de casa para fugir da pobreza, mas para escapar de um cotidiano de brutalidade, típico de famílias em colapso”. E continua seu argumento, afirmando que “a miséria, o desenraizamento de migrantes que são atirados nas periferias e, em consequência, a desestruturação das famílias, todos esses fatores servem para explicar” o aumento na quantidade de crianças adeptas à criminalidade violenta. A desestruturação familiar seria, então, “consequência” direta do fato de uma família vinda do Nordeste para a Grande São Paulo não ter condições financeiras de viver num bairro de classe média, mas na periferia? A quantidade de famílias que deixam suas casas especialmente no Norte e Nordeste e partem em busca de uma vida melhor no Sudeste é tão grande que, se aplicarmos o argumento de *Veja*, certamente poderíamos afirmar que a quantidade de “crianças-bandidas” nas ruas das metrópoles seria bem maior. Pois se ao menos metade das famílias pobres dos bairros periféricos produzissem filhos-bandidos, o contingente de meninos de rua ultrapassaria as marcas atuais. O argumento de *Veja* para explicar a “proliferação das crianças-bandidas nas ruas” é simplista e desconsidera a complexidade que envolve as questões relativas à marginalidade social num país com as dimensões e as condições sócio-econômicas do Brasil.

Na seqüência, o enunciador aponta uma ambigüidade nas atitudes da “sociedade” relativamente ao convívio com os menores de rua.

“Como um todo, a sociedade encara os garotos meliantes com ambigüidade. Eles são apenas crianças, poderiam ser filhos, irmãos do passante, e causam pena. Mas também provocam medo, quando apontam o 38 na janela do carro. E ódio, quando levam o relógio ou derrubam o velho no meio da praça.”

O tema seguinte é o papel do Estado “para que os meninos tenham uma vida decente”. Segundo o enunciador, “pouquíssimo foi feito” pelos órgãos públicos, já que a “ação mais efetiva é obra daquelas pessoas que são o sal da terra: os voluntários, as entidades religiosas, alguns educadores e juízes de menores”. O enunciador sanciona negativamente as entidades governamentais responsáveis pela correção dos meninos de rua: “As Funabens, tal como estão organizadas, apenas servem para que os meninos percam cada vez mais a perspectiva de abandonar a criminalidade”. Este argumento, diga-se, é bastante coerente, pois de fato as instituições públicas que abrigam menores de rua servem por vezes como escola para a formação de bandidos adultos. Apesar da crítica, *Veja* menciona duas ações do então presidente Fernando Collor de Melo, uma classificada como “medida concreta” – o programa Minha Gente [nunca efetivado], destinado a construir cinco mil centros de apoio à criança –, e outra nomeada como inócua, a criação do Ministério da Criança, o qual segundo o próprio assessor do ministro, “Não existe. É apenas uma idéia e um nome”. O enunciador finaliza o texto afirmando que “os meninos continuam na rua. E lá continuarão. Roubando, matando, amando e morrendo”.

Na seqüência desta reportagem há outra, intitulada “Como é a família”, na qual o enunciador discorre mais detalhadamente sobre o ambiente familiar dos meninos de rua. No olho da matéria, afirma-se que “a maioria das crianças vem de lares em estado de colapso, com pais destruídos pela falta de emprego fixo e pelo alcoolismo”. Ao longo do texto serão narradas em detalhes duas histórias: a de Chocolate, de 16 anos, que apesar de morador de rua é honesto e não adepto da criminalidade, presta diversos tipos de serviços aos turistas de Copacabana (RJ) e, com os ganhos, ajuda a mãe a criar outros quatro irmãos; e a de Quimquim, de 15 anos, com treze irmãos de diversos casamentos da mãe (na ocasião grávida de um outro “marido”), morador da Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro, especialista em assaltos instantâneos, com vinte passagens pela Funabem, tendo fugido de casa pela primeira vez aos três anos e só reaparecendo a cada três ou quatro meses. Entre uma história e outra, o enunciador afirma que “nas casas dos meninos de rua, ninguém cresce ouvindo contos de fada e raras são as crianças que têm

a lembrança de um abraço”. Após a narração das duas histórias, porém, não tece qualquer comentário, sequer sobre a atuação do Estado. Afirma tão-somente que estas crianças “desaparecem para sempre nas ruas”.



A capa da edição nº 1367, de 23 de novembro de 1994, é construída em vermelho, branco e tons de cinza. A imagem que ocupa todo o espaço visual é de um homem vestido socialmente, sendo abordado dentro de seu carro por uma criança que debruça sobre o vidro lateral do veículo e parece tentar um contato verbal com o motorista. Este, por sua vez, não olha para a criança e, com um aceno de mão, indica um “não” ao garoto, tal como um “basta”, um “não incomode”. Com exceção da roupa vermelha do menino, todo o restante da imagem está em tons de cinza, figurativizando duas realidades sociais: a do executivo de classe média e a do garoto pobre, que pede ajuda no trânsito. O título da matéria, grafado em letras brancas e grandes no inferior da página, explica a reação negativa do homem à abordagem do garoto: “O medo”. Na linha fina, explica-se a motivação do medo: “A paranóia da segurança faz com que a classe média se tranque e deixe o país pobre lá fora”. Eis o motivo para tanto medo do homem diante do menino: a falta de segurança. Ou seja, a classe média, figurativizada pelo executivo, teme o garoto por considerá-lo um criminoso potencial, por acreditar que, se abrir o vidro, poderá ser atacado. Então se trancafiava no carro, ao abrigo da

violência figurativizada pelo vermelho que cobre as roupas do rapaz. O automóvel aparece como objeto que permite o isolamento em relação ao Outro, morador do “lá fora”, onde deve permanecer para que a “paranóia da segurança” possa se dissipar.



No plano visual, a reportagem “A centrífuga do medo na cidade” traz composição cromática semelhante à da capa: tons de cinza, preto e vermelho, o qual figurativiza a ameaça da violência que perpassa diversos âmbitos da vida cotidiana da classe média. Há vermelho e preto no fundo da imagem que mostra a abordagem de meninos em carros, durante congestionamento de trânsito, nos boxes que contam histórias de pessoas assaltadas, na composição de uma residência-fortaleza, na muralha que divide o bairro de Alphaville dos vizinhos de menor poder aquisitivo, na imagem de indivíduos pobres em situações cotidianas. No plano verbal, a matéria é construída numa linguagem erudita, com uso de diversos vocábulos externos ao cotidiano lingüístico da maioria das pessoas (persecutório, parangolés, burgo, disritmia neurastênica, sanitizar, marginalia, factóide etc), construindo efeito de sentido de que o enunciatário para o qual o discurso se dirige é intelectualizado.

Após o título “A centrífuga do medo na cidade”, o olho afirma que “Como um véu que impede a percepção dos verdadeiros problemas, a paranóia social do rico confunde medo com pobre”. Aqui, o enunciadador menciona somente ricos e pobres, esquecendo a classe média. De início, o enunciadador parece afirmar que o texto será uma espécie de crítica ao comportamento dos ricos relativamente aos pobres, de forma a discorrer sobre os “verdadeiros problemas”. Porém, começa o texto verbal descrevendo o comportamento no trânsito de um motorista de classe média. E, neste trecho, inicia a

construção de um efeito passional de medo e pânico que será reforçado em todo o texto com diversas isotopias figurativas e temáticas, bem como do simulacro do Outro que ameaça a segurança desta parcela da população.

“*Ploc*. O ruído é seco, abrupto, definitivo. Algo como uma guilhotina abafada. Sem precisar tatear muito, os dedos do motorista deslizam até o dispositivo que bloqueia simultaneamente todas as portas do carro. Está tudo vedado e fechado. É dia claro, lá fora, mas os sensores físicos do homem ao volante apontam para outra paisagem: o cruzamento logo ali à sua frente. Está formigante de vultos cor de sujeira. O sinal fechou e ele terá de frear. Será desagradável, como sempre. Dia desses, naquela mesma esquina, sua mulher entrara em pânico ao perceber que esquecera de travar o pino. Procurou baixá-lo, disfarçadamente, com o cotovelo – um movimento com a mão chamaria atenção demais. Temeu que o eco do *ploc* escapasse para a rua. E se um daqueles vultos envoltos em pangolés, que sabem farejar vítimas, agredir o seu vidro? Linchar o carro? De um momento para outro, todos os cenários parecem possíveis. É a centrifuga do medo em ação.”

No tocante à construção do simulacro do Outro ameaçador da segurança da classe média, o enunciador afirma ser ele o marginalizado social, o pobre, figurativizado no trecho acima por “vultos cor de sujeira” “envoltos em pangolés”, dotados de habilidades animais como o farejamento de vítimas e um alerta auditivo capaz de captar ruídos minúsculos como o fechamento do pino de uma porta de carro, indivíduo violento a ponto de linchar veículos alheios, em plena luz do dia. Estes “vultos” criam uma situação cotidianamente “desagradável” para a classe média, que por considerá-los potencialmente ameaçadores sente-se amedrontada, ou mais do que isso, em estado de pânico constante. Pois somente o pânico justifica que a presença de um menino de rua num cruzamento possa gerar tamanho estado de apreensão. Neste trecho o enunciador começa, portanto, a construção da passionalização pelo medo. No seguinte, segue justificando a utilização de mecanismos de isolamento do Outro, como o carro e a casa-fortaleza, de forma a naturalizar esse comportamento. Afirma que

“De dentro dos 4,7 metros quadrados de área média de seu automóvel, o brasileiro inicia a busca da serenidade perdida. É uma empreitada sem fim. Não basta o carro ser seguro. É vital que a casa também seja intransponível, a rua idealmente vigiada, o bairro devidamente sanitizado, a cidade corretamente impermeabilizada, o país eventualmente

fechado para balanço. Tudo em nome do combate a um inimigo que, por eufemismo social, se convencionou chamar de violência urbana.”

Perguntamos: seria o pobre uma espécie de praga potencialmente violenta, contra a qual as cidades devem ser impermeabilizadas e os bairros sanitizados, conforme *Veja* afirma textualmente, no trecho acima? Segundo este argumento, o marginalizado social seria um inimigo poderoso, a própria encarnação da violência urbana, pois do contrário não haveria necessidade de sanitizar bairros ou impermeabilizar ruas. Ora, são os miseráveis motivo para que a classe média sinta medo e pânico constantes, para que se sinta impotente frente a eles? Não nos parece.

A.Giddens (2002), ao discorrer sobre esta impotência sentida pelos indivíduos supostamente acuados frente à ameaça de um Outro, afirma se tratar de um processo patológico de “engolfamento”, e não de simples medo.

“Quando um indivíduo sente-se ultrapassado por uma sensação de impotência nos principais campos de seu mundo fenomênico podemos falar de um processo de engolfamento. O indivíduo sente-se dominado por forças externas invasoras a que é incapaz de resistir ou transcender. Sente-se assolado por forças implacáveis que lhe roubam toda autonomia de ação, ou então preso numa voragem de eventos em que rodopia de maneira descontrolada.” (p. 179)

Patológico ou não, o fato é que este estado de apreensão e/ou medo que coloca a classe média numa “centrífuga” alimenta e reforça a naturalização de que, como afirma o enunciador, “compelido no seu dia-a-dia a fazer o retrato falado desse inimigo, o brasileiro vai, furtivamente, rabiscando a figura genérica do pobre.” E continua, explicando matematicamente que “a equação é de primeiro grau: se o binômio crime/violência=favela, e favela=pobre, então pobre=crime/violência”. Como em outros textos analisados neste trabalho, *Veja* elenca argumentos simplistas, que reduzem questões sociais complexas a simples raciocínios lineares, de causa e efeito, embora neste caso é importante notar que o enunciador se exclui e responsabiliza o “brasileiro” pela construção da relação significativa pobre=crime/violência.

Relevante, ainda, são as idas e vindas discursivas do enunciador de *Veja*, que ora parece se colocar como crítico da forma como a “equação” pobre=crime/violência é montada, mas que no conjunto das significações construídas no texto parece se

posicionar favoravelmente a este argumento. Para se ter uma idéia, logo após a descrição da “equação de primeiro grau”, o enunciador menciona estatística da Fipe/USP que mostra que 20% da população da capital paulista vive em favelas, e que quase metade desses moradores ganham quatro salários mínimos ou mais, ao que conclui: “Conviria, portanto, começar a considerar barraco de favela e seus ocupantes como algo além de viveiro da marginália”.

Na seqüência, o enunciador se propõe a descobrir os “enguiços na construção da sociedade brasileira” responsáveis pelo entendimento de que pobre=crime/violência, concluindo que o problema é o fato de o Brasil ainda não ter abandonado a escravatura. A discussão é interrompida no mesmo parágrafo em que se inicia porque, segundo o enunciador, não há tempo para discuti-la. Há outras atitudes a tomar no tocante à violência urbana.

“A delirante escalada de pesquisas, estatísticas e factóides que alimentam cotidianamente a confusão social não permite reflexões maiores. É preciso agir logo, reagir sempre, transgredir se necessário, para não ser pego na linha de fogo.”

No próximo trecho, o enunciador argumenta que uma “disritmia neurastênica” existente no noticiário nacional sobre violência urbana produz “seqüelas inevitáveis” na população. Menciona cerca de 20 manchetes – inclusive algumas com estatísticas contraditórias – e conclui: “Não há serenidade cívica que resista a essa embrulhada de dados”. Aqui, a revista entende que seu posicionamento é diverso das outras fontes noticiosas, ou seja, que suas informações não produzem “seqüelas” na população. À frente, *Veja* dá voz a uma psicanalista que se propõe a distinguir “o medo sadio da violência e a patologia”. É interessante observar que a própria definição de medo da perita, baseada em seu próprio comportamento, parece beirar a patologia.

“Considero sensato e saudável meu atual medo de não permanecer mais que um segundo à porta de casa quando acompanho uma visita ou me despeço de alguém que me deu carona, à noite: pois na rua onde moro, que está longe de ser periferia, já fui vítima de três roubos de automóveis, sendo que em dois deles os assaltantes me ameaçaram com revólveres. Hoje, quando nessas circunstâncias vejo alguém se aproximando, todos meus alarmes internos são acionados e meu organismo entra em prontidão, sendo necessária uma posterior desmobilização.”

Mesmo considerando este comportamento-modelo “sadio”, o enunciador afirma que “o medo tem a ver com a realidade captável e observável” e a “paranóia nomeia algo que pertence ao imaginário”. Voltando ao primeiro parágrafo analisado da reportagem, o medo da mulher de que, ao baixar o pino do carro fosse ouvida pelo garoto de rua, seria sadio ou patológico? Parece-nos do âmbito do imaginário acreditar que a audição de alguém em meio aos ruídos do tráfego seja tão acurada a ponto de se ouvir o *ploc* do fechamento do pino da porta do carro, desencadeando uma reação violenta. Afinal, o medo de que fala *Veja* neste trecho é saudável ou patológico?

A seguir, ao discorrer sobre as diferenças ente as preferências de brasileiros e estrangeiros no tocante à utilização de mecanismos de segurança, o enunciador dá voz a um empresário do segmento de segurança que afirma que, “enquanto os empresários do resto do mundo dão preferência a equipamentos que permitam a um seqüestrado manter sua capacidade de comunicação com o mundo”, o que “mais tranquiliza o brasileiro é poder atirar”. No mesmo sentido, “um dos maiores revendedores” da marca de carros BMW menciona um produto inédito que entraria no mercado brasileiro: uma blindagem de vidros automotivos que permite matar a tiros quem está do lado de fora, mas não ser morto de fora para dentro.

Adiante, afirma-se que, conforme os “círculos de perigo” vão se ampliando, cresce também a “potencialidade do medo”. Aqui, o enunciador dá voz a um cientista social que compara o medo potencial sentido por ele quando atravessa o túnel Rebouças (RJ), local em que uma batida entre carros deflagra “o delírio do assalto fantasmático de hordas inteiras”, do observado quando presenciou um ataque terrorista do exército irlandês IRA, em Londres. Afirma o cientista social que, em Londres, não houve pânico, “pois havia uma autoridade que emitia instruções lógicas” e, no Brasil, “é o oposto: não há mais autoridade alguma, a polícia deixou de ser parte da solução, ela só transmite mais insegurança”. Neste trecho, e em todo o restante da reportagem, não há outros comentários do enunciador sobre o papel do Estado na defesa do cidadão.

O próximo tema discutido na reportagem é a vida em condomínios fechados, utilizando como exemplo o de Alphaville, na Grande São Paulo. Segundo o enunciador, o condomínio, fundado no “binômio qualidade de vida-segurança”, tem metade de seu território na cidade de Barueri e outra metade em Santana de Parnaíba, mas o fato de este último ser um dos municípios mais pobres do Estado de São Paulo é irrelevante, pois “como os muros são altos, ninguém vê” a pobreza externa. Esta “urbe modelar” é

dividida em doze “burgos”, cada qual com sua própria portaria e seu sistema de vigilância interna por circuitos de TV que permitem visualizar a movimentação dentro do condomínio 24 horas por dia, de forma que “quem está dentro não quer sair. E quem está fora – o intruso – não deve entrar. Nem poderia, com vida”. Na sequência da descrição deste bairro-fortaleza, o enunciador traça o perfil das “três raças” (caracterização já bastante preconceituosa) que circulam pelas portarias de Alphaville, ao que reforçará novamente seu posicionamento de que a violência caminha ao lado da pobreza:

“Há três raças de vias de acesso, em cada portaria: Moradores, Visitantes e Serviço. O morador tem uma senha no vidro dianteiro do carro indicando permissão para prosseguir sem identificação. Não poderia, porém, entrar em qualquer outro módulo que não o dele. O visitante passa por normas já consagradas em empresas e outros condomínios: interfone, entrega de identificação etc. O terceiro é o nó da questão. É o trabalhador – manicure, faxineira, peão, empregada, jardineiro e congêneres.”

Eis mais uma vez, ao lado da ameaça da criminalidade, o pobre, o “nó da questão”, o “intruso”, segundo *Veja*. Dentro de condomínios como Alphaville, em que a segurança é prezada como valor máximo, ele é “o cidadão a ser vigiado, a possibilidade de crime, o elo com um mundo cada vez mais distante”, com o mundo do Outro, local de violência e criminalidade de onde jamais deveria sair para ameaçar a classe média, que busca “paz e serenidade” perdidas. O enunciador de *Veja* apresenta um discurso que evidencia de que lugar de fala ele é construído e delinea os critérios de diferença e semelhança que aproximam e/ou afastam o grupo discursivo de referência – para o qual o enunciador se dirige – de seu Outro. É importante ressaltar que, como afirmamos na primeira parte deste trabalho, as dessemelhanças que diferenciam e separam o grupo discursivo de referência de seu Outro não são “naturais”, mas socialmente construídas e naturalizadas. E, temporalmente, são reproduzidas de forma a parecerem fazer parte da natureza das relações sociais, com o faz *Veja*. Segundo Landowski (2002),

“Mesmo que o mundo que nos rodeia nos pareça espontaneamente um universo articulado e diferenciado, nem por isso há, entre ‘Nós’ e o ‘Outro’, *fronteiras naturais* –

há apenas as demarcações que construímos, que ‘bricolamos’ a partir das articulações perceptíveis do mundo natural.” (p. 14)

No mesmo trecho da reportagem citado acima, o enunciador de *Veja* dá voz a duas mulheres pobres, uma funcionária de uma residência de Alphaville e outra ocupante “do primeiro barraco extramuros” do condomínio, na cidade de Santana de Parnaíba. A primeira, nordestina, descrita como tendo “cabeça redonda” – outra caracterização carregada de preconceitos, já que o enunciador faz esse tipo de estigmatização somente em relação aos indivíduos pobres –, afirma não se importar com a segurança reforçada e narra a ocasião em que foi barrada na portaria por conta de estar saindo com sobras de carne moída dadas pela patroa. A outra mulher, cuja casa fica ao lado da “Muralha da China” que divide o condomínio da favela, é perguntada pela reportagem de *Veja* sobre o que lhe dá medo: “A gente aqui tem medo de gente estranha”. E o enunciador conclui, com um argumento de causa e efeito: “Ou seja, de alguém ainda mais pobre do que ela e, portanto, mais suspeito”. Mais uma vez, *Veja* evidencia seu posicionamento favorável à relação pobre=crime/violência, cuja construção é atribuída aos “brasileiros”, conforme visto acima, mas reiterada pelo enunciador.

No trecho seguinte, o enunciador narra as estratégias de defesa utilizadas pelas administrações das cidades gaúchas de Novo Hamburgo e São Leopoldo, nas quais “o alvo da vigilância tem nome: é o pobre”. Em São Leopoldo, os “migrantes indesejáveis” são “repatriados” a suas cidades de origem, “levados para fora da cidade em caminhões da prefeitura de forma a não inchar ainda mais” o contingente de marginalizados sociais do município. É preciso observar que esta atitude de segregação explícita – e preconceituosa – do pobre é classificada pela prefeitura de “política habitacional”. Em Novo Hamburgo, “a barragem social é mais radical”, segundo o enunciador. Há na entrada da cidade um “coquetel de blitz, barreiras e revistas” para impedir a entrada de “migrantes” e, nas laterais do trecho da BR 238 conhecido como Faixinha, os barracos foram “empurrados para detrás dos morros, estrategicamente escondidos”. O então prefeito demonstra orgulho: “Agora parece uma estrada de Primeiro Mundo”. Além disso, há patrulhas móveis que percorrem diariamente, das 7 da manhã à meia noite, cerca de 300 quilômetros “à espreita de estranhos”. A respeito desse esforço pela preservação de uma identidade local, afirma Landowski (2002):

“É no apoio de preconceitos dessa natureza, que têm por efeito valorizar certos atributos sociais, herdados ou adquiridos, que se baseia mais comumente a consciência e, mais ainda, o orgulho identitário dos grupos que, no âmbito de uma determinada sociedade, consideram-se como os que constituem o ‘Nós’ de referência. [Dessa forma], o grupo de referência [que] se considera a si próprio como uma totalidade já constituída cujo único fim é preservar tal qual no seu ser (...) se esforçará, nesse caso, em neutralizar, por uma série de *transformações estacionárias*, as pressões externas ou mesmo internas, que poderiam ter por efeito alterar o que ele pensa ser por essência.” (p. 27/32)

Na sequência, após afirmar a necessidade de “primeiro conviver, para depois segregar”, o enunciador elenca uma atitude similar à dos prefeitos gaúchos, ocorrida num bairro de classe média de Salvador, Bahia. Lá, sob a justificativa de que o edifício não teria “espaço e/ou verba suficientes” para separar os moradores dos empregados, “instalou-se uma divisória interna na cabine única” do elevador, com o agravante de que “a cabeça da patroa tem vistas para a cabeça da empregada, visto que a divisória não vai até o teto”. A atitude do edifício, apesar de caracterizada pelo enunciador como beirando “as raias da alegoria”, não é sancionada negativamente. Não são feitas as críticas que um comportamento carregado de preconceitos mereceria.

No último trecho da reportagem, o enunciador dá voz a um historiador que afirma que “o pobre só aparece na História do Brasil, como categoria social, por via da morte”, pois passou a integrar os documentos históricos a partir da primeira epidemia de cólera, ocorrida em 1856, ao que o enunciador finaliza seu texto verbal: “Mais de 100 anos depois, a classe média o está devolvendo à categoria de portador da morte. Através de outra epidemia: a do medo”.



A edição nº 1684 de *Veja*, editada em 24 de janeiro de 2001, apresenta “O cerco da periferia”, título grafado em letras amarelas, grandes e espessas. Abaixo, a linha fina explica: “Os bairros de classe média estão sendo espremidos por um cinturão de pobreza e criminalidade que cresce seis vezes mais que a região central das metrópoles brasileiras”. As significações, nesta capa, são construídas especialmente pela combinação entre o cromatismo e a topologia das figuras. No centro do espaço visual estão, em cores, “os bairros de classe média”, figurativizados pelos edifícios e residências em locais arborizados. Em cinza chapado, percorrendo todas as laterais destes bairros, está a periferia. Quando mais distante da área central, mais o cinzento cromatismo da periferia escurece, de forma que nas laterais inferiores da capa quase se chega ao preto. Aqui, as oposições claro/escuro, colorido/ monocromático, riqueza/pobreza, segurança/criminalidade, horizontal/vertical são de extrema relevância para o entendimento das significações construídas.

Note-se que até mesmo as formas dos imóveis da periferia são quase idênticas, não sendo permitido localizar com exatidão onde termina uma casa e começa a outra, ou onde ficam as ruas. Ainda que o tamanho da imagem seja superior à dos bairros centrais, a horizontalidade e uniformidade das construções criam uma imagem sem forma definida, que se assemelha a uma grande mancha cinzenta – habitat da criminalidade e da marginalidade social. Já na área colorida, mesmo “espremida” pelo “cinturão”, definem-se claramente as árvores, os prédios, as casas, o gramado. Com estas oposições, o enunciador constrói o efeito de sentido de que a pobreza e a

criminalidade estão no ambiente monocromático e horizontal da periferia, e a riqueza e a segurança no mundo colorido, vertical, arborizado e multiforme dos bairros mais abastados.

A construção da capa indica que o enunciatório-leitor está na área central, cuja periferia circundante o ameaça com a criminalidade e a miséria. Aqui, a oposição fundamental é dentro/fora, pois que o Outro marginalizado e criminoso, morador do ambiente cinza e horizontal da periferia está – e deveria permanecer! – fora do local seguro, protegido, arborizado e colorido da classe média, círculo do Mesmo. Estes indivíduos pobres deveriam ficar nos seus ambientes originários, do lado de fora da área central, de onde nunca deveriam ter se aproximado. Devem guardar distância da classe média.



No plano visual, o fundo das duas primeiras páginas da reportagem mostra uma imagem fotográfica da periferia de São Paulo que ocupa todo o espaço visual. Sobre a imagem, no alto, está o título: “A explosão da periferia”. Abaixo, à esquerda, há o primeiro bloco de texto verbal, com o olho: “Crime, desemprego e miséria: uma tragédia brasileira em torno das grandes metrópoles”. À direita, a tabela chamada “O Contraste” menciona estatísticas que evidenciam as diferenças entre “o centro das grandes cidades e as regiões mais pobres”. Entre os dados estão: número de homicídios,

taxa de desemprego, largura das ruas (6m contra 2m), total de pessoas conhecidas dos moradores que foram assassinadas (1 para 20), percentual de casas pintadas (100% contra 10%), valor do eletrodoméstico mais caro (computador vs geladeira), brinquedo da moda entre as crianças (patinete vs pipa), refrigerante mais consumido (coca-cola vs tubaínas). Cromaticamente, utiliza-se a coloração rosada/avermelha/acinzentada das casas (de tijolo ou bloco, sem reboco) e das ruas da periferia (de terra) para a composição da tabela. Os boxes e tabelas das demais páginas da matéria são construídos nesta mesma combinação de cores, bem como as bordas das imagens, em vermelho.

Na primeira página da reportagem, o enunciador começa o texto verbal utilizando-se do mecanismo da embreagem, pelo qual se dirige diretamente ao enunciatário, pedindo: “Atenção, se você acha que as metrópoles brasileiras já são lugares quase irrespiráveis, de tanto crime, bagunça no trânsito, horas perdidas e também feiúra arquitetônica, prepare-se para coisa muito pior, se nada for feito para reverter a situação. Observe:” E, na sequência, menciona uma série de dados estatísticos (sem menção da fonte) que mostram empobrecimento material, crescimento populacional e territorial, e aumento do número de homicídios das áreas periféricas das grandes cidades do país. Eis a configuração da “tragédia” que circunda as metrópoles: uma conjunção entre pobreza, violência criminosa e altas taxas de crescimento das periferias, “coisa muito pior” do que o ambiente já feio, bagunçado e irrespirável das grandes cidades brasileiras. Ao resumir a situação, o enunciador constrói a relação inexorável entre pobreza e violência.

“Em outras palavras, o alarme da periferia está soando – em alto e bom som. As periferias estão ficando cada vez mais inchadas, mais violentas e mais pobres”.

Na sequência, o enunciador dá voz a uma “autoridade mundial em cidades” para corroborar seu argumento de que o crescimento do “cerco da periferia” ameaça a segurança da classe média: “As autoridades precisam agir logo. A bomba está estourando”. Adiante, afirma que o “inchaço da periferia e a deterioração das cidades são temas de discussão mundial”, atingindo principalmente grandes aglomerações urbanas como São Paulo, Rio de Janeiro, Cidade do México, Jacarta (Indonésia) e Cidade do Cabo (África do Sul). Porém, outro especialista afirma que no Brasil o fenômeno é mais preocupante, pois “a extensão não tem paralelo em todo o mundo”. Aqui, o “inchaço” atinge não somente uma cidade, mas várias. Neste trecho, é

interessante observar que na construção textual “o inchaço da periferia e a deterioração das cidades” divide-se a zona urbana em duas: a parte que passa pelo processo de degeneração é chamada propriamente de *cidade*; a outra, a periferia, seria uma *não-cidade*, visto estar excluída da zona em processo de deterioração. Sendo a periferia uma *não-cidade*, ou seja, um local já deteriorado, sujo e escuro, como apresentado na capa, resta à “cidade” somente segregá-lo, e com ele seus habitantes miseráveis, potenciais criminosos.

No trecho seguinte, o enunciador naturaliza as áreas periféricas como ambientes violentos afirmando que “a periferia sempre foi um lugar tremendamente ameaçador para seus moradores”. E justifica esta naturalização com o fato de estes bairros possuírem “todos os defeitos que uma cidade pode ter”, como falta de hospitais e postos de saúde, inexistência de saneamento básico, transportes, calçamento nas ruas e policiamento eficaz. Por estes motivos, os moradores destas localidades se mudariam “para bairros mais bem assistidos, se pudessem”, afirma *Veja*. E, além de ser ruim para os próprios moradores locais,

“A periferia incomoda também o habitante dos bairros de classe média alta e da elite. É como se uma espécie de Muro de Berlim tivesse sido derrubado. As regiões mais abastadas das metrópoles estão conhecendo de perto, e com grande intensidade, o impacto da chegada da miséria.”

Ou seja, *Veja* se insurge não contra o fato de existirem milhares de pessoas morando em bairros sem infra-estrutura, saneamento básico, saúde, transporte e habitação de qualidade, mas por conta de este ambiente de miséria e criminalidade estar invadindo as áreas nobres das cidades. Embora seja verdade que uma parte dos moradores da periferia se mudaria para outros locais, se pudesse, o fato é que *Veja* constrói toda a periferia como um local péssimo, como se não houvesse qualquer área deste grande aglomerado territorial e populacional que pudesse abrigar os indivíduos com condições básicas. Certamente não falta saneamento básico, comércio ou postos de saúde na totalidade dos bairros pobres das grandes cidades do país. Existem bairros humildes que possuem supermercados, ruas com mais de dois metros de largura e coleta de lixo frequente. A questão é que, estivesse o Outro confinado em seu reduto de sujeira, violência e pobreza, não haveria motivo para a classe média lembrar de sua existência ou de suas necessidades. Estivessem os pobres do outro lado do “Muro de

Berlim”, do lado que realmente deveriam permanecer, a vida segura e tranqüila desta parcela da população ficaria resguardada, a salvo da violência criminosa, pois

“Até alguns anos atrás, apenas os moradores das áreas populares viviam em pânico, não saíam à noite e corriam o risco de ver um amigo ou parente ser assassinado. Embora a criminalidade seja ainda muito mais acentuada nos bairros pobres, o medo que antes era só deles migrou para as áreas mais ricas das grandes cidades.”

Neste trecho, o enunciador reitera o tema da migração do medo – já enunciado na capa – das áreas periféricas para os bairros nobres. Não fosse a invasão do Outro, o medo que era “só deles” e o pânico de sair à noite ou ver um amigo assassinado inexisteriam nos indivíduos desta parcela da população. É importante observar que, da forma como o enunciado é construído, cria-se o efeito de sentido de que, antes de os bairros de classe média começarem a ser “espremidos por um cinturão de pobreza”, a criminalidade e a violência não existiam nas áreas nobres das cidades, e nem mesmo o medo e o pânico motivados pela ameaça do Outro. Ao discorrer sobre a ansiedade e a insegurança da vida na modernidade, A.Giddens (2002) afirma:

“Não penso que seja verdade que, como sugerem alguns, a era moderna seja uma era marcada por alta ansiedade em contraste com épocas anteriores. Ansiedades e inseguranças afetaram outras épocas além da nossa, e é provavelmente pouco justificável supor que a vida em culturas menores e mais tradicionais tenha um teor mais equilibrado que o de hoje. Mas o conteúdo e a forma das ansiedades predominantes certamente mudaram.” (p. 37)

Ou seja, como discutido na primeira parte deste trabalho, o medo da violência não é prerrogativa exclusiva da modernidade. A violência está historicamente incorporada ao cotidiano do homem, em todo o mundo. Em ambientes pré-modernos ela também existia, embora com outras configurações e modalidades.

O próximo tema discutido na reportagem são as causas do surgimento das áreas periféricas. Para o enunciador, este processo deve-se à acelerada urbanização ocorrida nas cidades industrializadas do país a partir dos anos 1970, sem que se produzisse riqueza suficiente para que as oportunidades sócio-econômicas pudessem ser igualmente distribuídas entre a população urbana e a recém-chegada das áreas rurais.

“A migração não produziria grandes problemas se as cidades às quais as periferias estão ligadas pudessem gerar riqueza suficiente para oferecer condições de vida satisfatórias aos que chegam. O Brasil não conseguiu fazer isso.”

Ou seja, foi a falta de “riqueza suficiente” que não permitiu que os pobres migrantes ocupassem seu devido lugar na configuração espacial das áreas urbanas. Se a riqueza satisfatória tivesse sido gerada pelas cidades industrializadas, os miseráveis teriam sido devidamente alocados e não estariam, hoje, ameaçando a segurança da classe média. Estivessem os pobres adequadamente confinados, não haveria “manchas urbanas” sujando e tirando a beleza das áreas centrais e coloridas das metrópoles. O enunciador ilustra seu argumento com o caso da cidade de Londres, que também passou por um rápido processo de industrialização mas cujo “inchaço” não produziu uma periferia, pois os migrantes rurais “foram acomodados em casas decentes longe do centro”. Ou seja, também o Brasil deveria ter encontrado, durante o processo de industrialização, um local “longe do centro” onde pudesse segregar os pobres, para que no futuro eles não incomodassem nem ameaçassem os moradores das áreas nobres. E, a seguir, *Veja* ensina um *dever fazer*.

“Um dos maiores desafios de uma cidade, e ele deve envolver as forças políticas, empresários e líderes comunitários, é erradicar a pobreza. A conclusão da tarefa é uma daquelas utopias, mas não dedicar tempo e energia a isso é uma insanidade. (...) Não se pode discutir o assunto como se periferia fosse um problema local. Virou um assunto municipal, estadual, federal. É, na verdade, o chamado ‘problema de todos nós’.”

Aqui, é interessante observar que o enunciador inclui a classe média e a elite, sujeitos ameaçados pelo Outro-pobre da periferia, como responsáveis pela solução da “tragédia”. Porém, não incita um debate maior ou qualquer mobilização para a resolução de um problema que seria “de todos nós”.

Na seqüência verbal e em boxes ao longo da reportagem, menciona diversas iniciativas bem-sucedidas de artistas, da Igreja Católica e das igrejas evangélicas nos bairros pobres. Porém, *Veja* admite que estas iniciativas “são bem-vindas e devem ser estimuladas, mas nenhuma delas tem o poder de combater a miséria com eficácia”. Esta tarefa cabe ao Estado, que “precisa agir com energia e responsabilidade”. O enunciador

globalizado e bem informado de *Veja*, conhecedor das experiências bem-sucedidas de contenção do crescimento das periferias ao redor do mundo, orienta: “a primeira medida a ser adotada é tentar frear o processo de periferização”, tal como fez Londres. A seguir, o Estado deveria “melhorar a qualidade de vida nos bairros populares”, urbanizando a periferia. Dessa forma, manter-se-ia o Outro segregado, longe das áreas centrais, confinado no local de onde nunca deveria ter saído. E a classe média, com a ajuda do Estado, resgataria sua segurança e se resguardaria da presença indigesta do Outro.

2.3.5. Grupo 5 – Os crimes da classe média



O grupo 5 abarca as capas de *Veja* que apresentam indivíduos da classe média como agentes do crime e da violência, ou seja, a violência aqui não está do lado do Outro, mas do Mesmo. A análise de crimes cometidos por esta parcela da população servirá para marcar as diferenças entre as grades de leitura construídas por *Veja* quando se trata da violência dirigida contra a classe média e a praticada por ela. Fazem parte deste grupo as edições nº 1619, de 13 de outubro de 1999, nº 1623, de 10 de novembro de 1999, e nº 1777, de 13 de novembro de 2002.

Esta última capa do grupo, que discorre sobre o crime de Suzane Von Richthofen, jovem de classe média que planejou o assassinato dos próprios pais, não se classifica estritamente como violência urbana, mas está incluída no *corpus* por ter-se constituído um caso de violência chocante para os habitantes do grupo do Mesmo. Suzane é uma quase adolescente que matou os pais, chorou copiosamente no velório, confessou o crime e acabou se tornando uma celebridade às avessas, merecedora de amplo espaço na mídia impressa, on-line e televisiva. Por isso a relevância da capa.



Na edição nº 1619, de 13 de outubro de 1999, *Veja* traz na capa o jogador de futebol Edmundo, que acabara de ser condenado pela justiça pelo envolvimento num grave acidente de trânsito quatro anos antes. A imagem do rosto do jogador, com semblante bravo e ameaçador, tem fundo avermelhado e está acompanhada do título “Animais no volante”, em alusão ao fato de o esportista haver sido apelidado de animal nos campos de futebol, onde comumente agredia fisicamente os adversários. Abaixo do título, em amarelo, a linha fina explica: “Casos como o do jogador Edmundo mostram o que a Justiça pode fazer para conter a barbárie no trânsito”.

No plano visual, a reportagem intitulada “O efeito animal” mostra imagens de Edmundo saindo do tribunal logo após a condenação, do acidente causado pelo jogador em 1995, de duas das três vítimas que morreram na ocasião, do ex-goleiro Edinho, também condenado por participar de um racha no qual um motoqueiro foi morto, e de vítimas de desastres similares. Três boxes ilustram a reportagem: um compara as estatísticas de mortes no trânsito no Brasil e em seis países desenvolvidos (o Brasil encabeça o ranking), o segundo mostra os efeitos do álcool no cérebro dos motoristas, e o terceiro confronta a legislação brasileira com a de outros quatro países. O preto é utilizado para compor todos os blocos de imagens e boxes da matéria, figurativizando o luto provocado pelo comportamento de motoristas negligentes como Edmundo e Edinho.

O tema principal discutido na reportagem é a impunidade na resolução de casos de violência no trânsito, tematizada a partir do olho: “Condenações de Edmundo e

Edinho mostram que não há mais certeza de impunidade no trânsito”. Segundo o enunciador, as sentenças que condenaram a penas máximas “duas celebridades cercadas de bons e caros advogados indicam que alguma coisa está mudando na Justiça brasileira”, embora os condenados não tenham sido presos.

“Edmundo e Edinho vão continuar respondendo os processos em liberdade, mas já ficou claro que não vão livrar-se sem algum tipo de punição. A impunidade, campeã absoluta em várias modalidades de disputas judiciais do país, perdeu de goleada na semana passada”.

Na seqüência, o enunciador narra em detalhes as circunstâncias do acidente causado por Edmundo, em que três pessoas morreram e quatro se feriram, bem como os antecedentes do jogador, apelidado de “animal”. Segundo o enunciador, Edmundo “estava sempre metido em alguma confusão” e chegou a ser autuado pelo Ibama por dar cerveja em público a um chimpanzé. Além disso, amigos dele teriam afirmado à reportagem de *Veja* que o esportista não cogitava a condenação. Tinha certeza da impunidade. Sobre o caso do ex-goleiro Edinho, o enunciador narra o racha que culminou na morte de um motoqueiro, arrastado pelo chão por cinquenta metros por conta da forte colisão dos carros do jogador e de seu amigo com a moto do rapaz. Orientado pelos advogados, Edinho “tentou livrar-se do processo sob a alegação de que deu azar de estar no lugar errado na hora errada. A Justiça não aceitou”. Adiante, o enunciador avalia que “para os brasileiros a condenação de Edmundo e Edinho sugere que ser célebre e rico” não é um fator atenuante pela participação em casos de violência no trânsito. Ao contrário: “Como moldadores da opinião pública, os famosos têm uma responsabilidade social maior e, portanto, seu comportamento social costuma ser vigiado mais de perto”.

Nesta reportagem, contrariamente a outras analisadas, em que o enunciador se colocava como cético sobre o papel do Estado na resolução das questões relativas à violência urbana, este se posiciona diferentemente. O enunciador toma como ponto de partida as condenações dos dois esportistas para fazer previsões positivas sobre a atuação da Justiça brasileira em casos de violência no trânsito, apesar de reconhecer que “com base em dados que se conhecem, o Brasil destaca-se como um caso patológico”, na comparação com países desenvolvidos. “Hoje existe a possibilidade de uma punição mais severa. Só que até a semana passada isso era raro.” É importante observar que, no

caso da resolução de crimes cometidos pelo Mesmo, a justiça brasileira é sancionada positivamente por *Veja*. Ao contrário, outras matérias analisadas mostraram a sanção negativa do enunciador quando se tratava de crimes metidos pelos Outros, os pobres-violentos. O interessante, nestes casos, é não somente o sancionamento positivo ou negativo, mas também por que a violência do Mesmo não era um tema discutido em *Veja* como socialmente relevante. Parece-nos evidente que nas décadas anteriores outros membros da classe média cometeram crimes similares sem que aparecessem como matéria de capa na semanal. Fica a questão sobre o que motivaria *Veja* a tematizar na capa os crimes cometidos pela classe média somente a partir do final da década de 1990.

Adiante, o enunciador compara casos brasileiros de punição da violência no trânsito com os do exterior, evidenciando a impunidade que, segundo ele, até então imperava no País. São mostradas ainda experiências brasileiras em locais em que “existe uma consciência mais viva entre as autoridades de que o trânsito é coisa séria”. Nestas localidades, a forte presença do Estado na prevenção e resolução dos crimes do trânsito teria “resultados visíveis”. Ou seja, mais uma vez o enunciador reafirma caber ao Estado a responsabilidade pela segurança do cidadão. No final da reportagem, *Veja* dá uma pista sobre o que teria motivado as tematizações de crimes cometidos pela classe média: “Uma conclusão a tirar das punições da semana passada envolvendo Edmundo e Edinho é que a consciência para o problema foi despertada no Brasil”.



A edição nº 1623, de 10 de novembro de 1999, traz na capa a foto do estudante de medicina Mateus da Costa Meira e uma indagação que intitula a edição: “Por quê?”. O rapaz, de 24 anos, matou três pessoas e feriu outras cinco no cinema do MorumbiShopping, em São Paulo, a tiros de submetralhadora. A imagem mostra Mateus calmo e resignado, durante o procedimento de prisão. O título “Por quê?” está grafado em vermelho, mesma cor do logotipo de *Veja*, em fonte Frankfurt Gothic Heavy, que cria efeito de sentido de seriedade, tensão, preocupação. Além disso, o enunciador parece estar de fato indignado, pois não se conhecem os motivos que levaram o jovem a cometer o crime, especialmente dentro de um shopping, local em que as pessoas sentem-se protegidas da violência. Da forma como é colocada, a pergunta procura estabelecer uma identificação com o leitor e cria o efeito de sentido: “Que coisa sem sentido! Por que algum dos Mesmos cometeria um crime tão horrível como este?”

É interessante observar que nas análises dos demais grupos, em que o incriminado é o Outro, em nenhum texto aparece um “por que” indignado como este. Há somente “porquês” explicativos, que relacionam a vida criminosa ao fato de o indivíduo ser pobre, ou “por quês” enraivecidos, motivadores da necessidade de uma atuação efetiva do Estado contra a violência que vem de fora, do ambiente do Outro. Aqui, a violência vem de dentro, mora ao lado, é cometida pelo Mesmo. Daí a indignação.



No plano visual, as duas primeiras páginas da matéria, intitulada “O horror fora da tela”, são construídas em branco e preto, cor que faz o fundo do título e do bilhete encontrado na casa de Mateus, e emoldura o box da entrevista feita pela reportagem de *Veja* com o jovem. Nas demais páginas, há imagens das vítimas mortas, dos velórios, do traficante que vendeu a submetralhadora ao estudante e do filme Clube da Luta, que era transmitido na sala em que Mateus cometeu os assassinatos. Há ainda três boxes: o primeiro intitula-se “Em menos de um minuto, o inferno”. Nele, o enunciador refaz detalhadamente os passos do assassino a partir do momento em que compra o ingresso do cinema. O segundo, “Por quê? Por quê? Por quê?”, narra crimes semelhantes ocorridos nos Estados Unidos, e o terceiro, chamado “Paciência, determinação e raiva para matar”, está acompanhado de uma foto de Mateus e traz informações de psiquiatras sobre o transtorno psíquico que teria acometido o jovem estudante. Ainda no plano verbal, a reportagem mostra em fundo vermelho, como papéis rasgados que foram colados nas páginas da matéria, frases de dois espectadores que presenciaram os assassinatos e do responsável pelo shopping, afirmando que a única forma de evitar o acesso de pessoas armadas seria revistando todos os frequentadores.

No plano verbal, logo de início o enunciador reforça a indignação expressa na capa: “Era só o que faltava. Na semana passada, o Brasil se horrorizou com a chegada por aqui de um tipo de crime até então inédito no país e que já se tornou uma das grandes preocupações da polícia dos Estados Unidos: o assassinato em massa”. O enunciador afirma que, contrariamente às chacinas, em que se mata por vingança ou acerto de contas, ou mesmo aos assassinatos em série, nos quais o criminoso age secretamente durante meses ou até anos, o “homicida por atacado” atua em público, motivado “pela própria paranóia”, tentando fazer o maior número possível de vítimas.

Nas seis páginas seguintes, o enunciador passa a narrar os passos de Mateus a partir dos dois meses anteriores ao assassinato e a discorrer sobre o comportamento social do rapaz, como a buscar uma resposta ao “Por quê?” da capa. O simulacro construído por *Veja* é de um jovem “marcado por uma personalidade esquizóide”, “muito introvertido”, apontado pelos vizinhos como tendo um “comportamento estranho”, um “maníaco” que “ouvia vozes ameaçando-o e sentia-se perseguido em seu apartamento”. Usuário de drogas pesadas, sempre foi um rapaz “desajustado”, tendo inclusive passado por tratamento psiquiátrico na infância.

Indivíduo alheio a relacionamentos, inclusive os familiares, “não cultivou uma amizade sequer” durante os seis anos em que cursou a faculdade de medicina, “nunca

foi a um churrasco da turma ou a uma festinha”. Jamais foi visto com namoradas e andava pelos corredores da universidade sempre com “o olhar baixo”. Em relação ao padrão sócio-econômico de Mateus, *Veja* afirma se tratar de um jovem de classe média alta da cidade de Salvador que estudou em bons colégios particulares e “sempre teve de tudo”. Ora, fosse um jovem pobre e sem educação de qualidade, o crime se justificaria? O enunciador informa ainda que Mateus não gostava de participar de rodas de piada ou que o chamassem de baiano. “Abandonava o lugar imediatamente e emudecia durante dias”. Aqui, questionamos a relevância da informação para a construção do perfil do rapaz, pois qual a relação entre não gostar de piadas ou de sofrer comentários relativos à naturalidade e ser um “homicida por atacado”? Ao que nos parece, nenhuma. A estratégia persuasiva do enunciador caminha na direção de mostrar Mateus como um desajustado, qualificação que não cabe a um psicótico. Ou seja, trata-se de um assassino do grupo do Mesmo, mas desajustado segundo os padrões dos Mesmos.

Mas, afinal, Mateus cometeu o crime “por quê”? O enunciador não chega a uma conclusão, mas sugere que o fato de o jovem ter interrompido o tratamento psiquiátrico e o uso da medicação que fazia há dois meses e feito uso de drogas pesadas concorreram decisivamente para o crime. “Meira interrompeu a medicação e passou a ser dono de seu destino”. No box “Paciência, determinação e raiva para matar”, o enunciador dá voz a peritos que afirmam que o perfil psicológico de Mateus “assemelha-se ao dos atiradores que infernizam o cotidiano das pessoas nos Estados Unidos”. Os especialistas descrevem o perfil dos portadores do “transtorno de personalidade esquizóide”, mal que teria acometido o estudante. E, no final da reportagem, o enunciador afirma que “a grande discussão jurídica” seria de fato “em torno de seu estado de inimputabilidade no momento em que cometia o crime”.

Neste texto, o enunciador não faz qualquer tipo de crítica. Simplesmente mostra-se indignado com a chegada deste tipo de crime ao país e traça um perfil social e psicológico do assassino, como a buscar a motivação para o crime. O enunciador em nenhum momento equipara o crime cometido por Mateus aos homicídios que cotidianamente ocorrem nas grandes cidades. O fato de um integrante da classe média cometer um crime desta magnitude parece ser atenuado pelo enunciador de *Veja*, que constrói uma grade de leitura calcada nos aspectos “esquizóides” da personalidade do estudante. Ora, está pressuposto na reportagem o seguinte: para um indivíduo desta parcela da população assassinar deste jeito, algum motivo psicológico ou psiquiátrico deve haver – do contrário, ele não agiria assim.

Em reportagens analisadas anteriormente, em que assassinatos, assaltos e seqüestros são atribuídos aos Outros-pobres, não há qualquer elucubração a respeito das características psicológicas que teriam motivado o crime. *Veja* não mostra pobres esquizóides ou de comportamento diferente dos seus pares – desajustados, como Mateus. Eles são apresentados como violentos porque são pobres, tão-somente. Não queremos com isso afirmar que Mateus não sofre de transtornos psíquicos ou psicológicos, ou que o efeito das drogas em seu cérebro foi inócuo, mas apenas observar que investigações desta natureza ficaram fora das questões discutidas por *Veja* quando os criminosos eram indivíduos pobres.



Na edição nº 1777, de 13 de novembro de 2002, *Veja* apresenta na capa a “Auto-ajuda que funciona”. Lista sete autores, entre brasileiros e estrangeiros, e afirma na linha explicativa: “O que dizem os mais respeitados autores que ensinam você a ter sucesso e viver melhor”. O fundo da capa é um céu azulado na parte superior e em tons ocre na parte inferior. O logotipo de *Veja* aparece numa tonalidade puxada para o lilás. E, ao lado do nome dos autores, grafados em vermelho acima do título, há uma borboleta com detalhe no mesmo tom do logotipo. Esta composição eidética e cromática, aliada ao tipo gráfico utilizado no título, constrói efeito de sentido de leveza, de delicadeza, de relaxamento. Indica ao leitor-enunciário que o assunto merecedor da manchete da semana é leve, ameno, pouco preocupante. Não se intenta criar tensão, mas um efeito de

relaxamento, necessário para que se possa “viver melhor”, bem aproveitar os conselhos dos “mais respeitados” especialistas em auto-ajuda.

A despeito deste clima tranquilo e plácido, a tarja superior esquerda, apresentada em amarelo, traz o segundo assunto a figurar na capa, grafado em letras densas e em fundo amarelo: “Crime – a filha que matou os pais”. Ao contrário da manchete principal, mais amena, o crime da jovem que planejou o assassinato dos próprios pais gera efeito de tensão, pela própria natureza do tema. O homicídio há muito deixou de ser uma novidade nas páginas de *Veja*, mas um crime em que os pais morrem pelas mãos do próprio filho é algo incomum. Ainda assim, o assassinato não mereceu a manchete principal, mas a “Auto-ajuda que funciona”. O que pretende o enunciador com esta escolha?



Apesar de o crime ter ocupado a capa das duas concorrentes de *Veja*, *Época* e *IstoÉ*, naquela semana (como mostrado acima), foi relegado a assunto secundário na semanal mais lida do Brasil, cuja maioria das vendas se dá exatamente na classe social em que o crime ocorreu, a classe média. O jovem Mateus da Costa Meira, o assassino do shopping, matou três desconhecidos e mereceu capa e 10 páginas de reportagem. O crime de Suzane Von Richthofen, que planejou o assassinato dos pais durante dois meses, mereceu a tarja e uma matéria de apenas duas páginas, a menor do *corpus*.



Na reportagem, intitulada “Ela matou os próprios pais”, o enunciador opta por uma abordagem jornalístico-objetiva. Começa o texto verbal discorrendo sobre as vítimas, além de quando, onde e como ocorreu o crime, aduzindo que, duas semanas após o assassinato, a polícia paulista apresentou os autores: a filha do casal, Suzane Louise Von Richthofen, seu namorado, Daniel Cravinhos, e o irmão dele, Cristian. O fato de a própria filha ter planejado a morte dos pais com tamanha riqueza de detalhes causou, segundo o enunciador, “horror e incredulidade”. O efeito de sentido é semelhante ao “Por quê” da capa que mostra Mateus, pois o enunciador questiona: “Que desvio de comportamento pode explicar a atitude da jovem que participou do massacre dos próprios pais?”. Neste trecho, cumpre atentar, mais uma vez, para o fato de que os crimes ocorridos pela classe média estão, segundo a grade de leitura construída pelo enunciador de *Veja*, calcados em desajustes de personalidade, desvios de comportamento, problemas psicológicos. Contrariamente, nos crimes cometidos pelos Outros-pobres não se aventa qualquer explicação neste sentido. Se o Outro-pobre comete um crime hediondo, a justificativa está no fato de ser pobre. E ponto. Não se questiona a existência de desajustes, problemas familiares ou psicológicos na parcela empobrecida da população.

Com este questionamento, o enunciador parecia, de início, se propor a descobrir uma patologia que explicasse o comportamento incomum da moça. No entanto, em vez de dar voz a especialistas em psicologia e psiquiatria, como na edição que analisou o

perfil psicológico de Mateus Meira, o assassino do shopping, *Veja* parte para outra abordagem. Passa a narrar detalhada e objetivamente as circunstâncias em que o crime ocorreu e como a polícia chegou aos responsáveis. Segundo *Veja*, Suzane disse à polícia ter matado “por amor”, pois os pais se opunham ao namoro com Daniel.

A seguir, afirma o enunciador que o motivo para uma “banal desavença familiar” transformar-se num “crime odioso” foi o envolvimento de Suzane “com o mundo de delitos e drogas dos irmãos Daniel e Cristian”. Neste trecho, o enunciador ameniza o fato de que a jovem planejou o assassinato juntamente com os dois rapazes – não foi coagida por eles – e parece sugerir que Suzane não tinha qualquer “desvio de comportamento”, mas estava sendo influenciada negativamente pela vida criminosa do namorado e do cunhado. Andava em má companhia, enfim. Para marcar a diferença entre o “mundo” dos rapazes e o de Suzane, o enunciador passa a discorrer sobre aspectos pessoais e familiares da moça. No plano visual, mostra imagem da espaçosa casa onde Suzane residia com os pais, equipada com jardim e piscina. No plano verbal, afirma:

“Suzane estudou numa escola de elite e cursava o 1º ano de direito na Pontifícia Universidade Católica. Tinha um carro novo, que ganhou de presente do pai, uma mesada generosa e passava férias com a família na Europa.”

Três anos antes do crime teria começado a namorar Daniel. Meses depois, os pais consideraram que Suzane estava gastando dinheiro demais com o rapaz e proibiram o namoro, de modo que os jovens passaram a se encontrar secretamente. Suzane faltava às aulas e quando saía do colégio ia diretamente para a casa do namorado. Ao ser descoberta, teve uma dura briga com o pai e deixou de falar com ele.

Adiante, *Veja* constrói o simulacro dos rapazes, no sentido de apontar para uma proximidade com o mundo do Outro. O ambiente em que os irmãos vivem é similar ao construído nas reportagens do grupo 4. Segue:

“O mundo de Cristian e Daniel era bem diferente do de Suzane. Eles são de uma família de classe média baixa. O pai é funcionário público aposentado e a mãe ajudava no orçamento familiar dando aulas de pintura. Moram num pequeno sobrado. (...) Os vizinhos contam que desde a adolescência os irmãos consomem drogas e estão envolvidos com tráfico. Apesar de não trabalharem, Cristian e Daniel têm carros novos

e usavam roupas de grife. (...) Daniel teve problemas de aprendizado na infância, largou cedo os estudos e não é capaz de pronunciar certos sons.”

É interessante observar que o enunciador não questiona o fato de os irmãos terem se disposto a participar do homicídio dos pais de Suzane, mas tão-somente da participação dela. Ou seja, o “mundo” de tráfico e drogas em que viviam Daniel e Cristian justifica o envolvimento deles. Mas não o mundo de viagens internacionais e bons colégios de Suzane. Ora, “desde a adolescência” os rapazes consomem drogas e lidam com traficantes, não trabalham e mesmo assim se vestem bem e possuem carros novos. Daniel não é inteligente e estudado como Suzane, teve problemas de aprendizado quando criança, não é sequer capaz de pronunciar adequadamente os sons, ao passo que a moça estudou em colégio de elite, é bem educada, viajada, fala diversos idiomas.

O enunciador, no último trecho da reportagem, reforça seu posicionamento anterior, de que a transformação de Suzane de “menina maravilhosa” (comentário da mãe da moça para uma amiga) em criminosa fria e calculista, capaz de planejar a morte dos pais, se deu por conta de seu envolvimento com os irmãos Cravinhos (com o Outro), e não por qualquer patologia. Talvez por isso, *Veja* prescinda de dar voz a especialistas em psicologia e psiquiatria. Matar não seria uma opção na vida de Suzane se ela não tivesse se relacionado com Daniel e Cristian. Dessa forma, o enunciador ameniza a responsabilidade da jovem. No olho da matéria, por exemplo, afirma que ela apenas colaborou para o crime, a despeito do título que a acusa: “Adolescente ajuda namorado a roubar e assassinar o pai e a mãe no quarto em que dormiam”. E, mesmo ao afirmar, no último parágrafo, que dois meses antes do crime Suzane fingiu ter terminado o namoro e voltou a se relacionar amorosamente com os pais, como que para camuflar seus planos, o enunciador relaciona o fato ao envolvimento com Daniel e Cristian: “A uma amiga, Marísia [a mãe] contou que a filha havia voltado a ser a menina maravilhosa que era antes de conhecer Daniel”.

3. Conclusão

As análises dos textos de *Veja* realizadas neste trabalho evidenciaram que a relação entre enunciador e enunciatário – ou produtor e consumidor de notícias – não é, como apregoam as regras de objetividade, isenção, imparcialidade e busca pela verdade dos manuais de jornalismo, de simples transmissão de informações. Mais do que informar, *Veja* mantém com seus leitores uma relação contratual implícita cujas cláusulas promovem e garantem o universo de valores de referência, bem como desvelam expectativas compartilhadas por ambas as partes, as quais influenciam decisivamente, em processo de retroalimentação, as estratégias de produção e consumo dos textos produzidos pela revista. Neste sentido, *Veja* – mas também a mídia como um todo – participa de e constitui um lugar social significante e também significativo, pelo qual se apreendem e circulam os efeitos de sentido produzidos por estas notícias, não se tratando de mera transmissão de informações de emissor a receptor.

O discurso de *Veja* é construído a partir do lugar de fala da classe média, grupo de referência discursivo classificado neste trabalho como o Mesmo²², em contraposição ao Outro do qual este Mesmo tenta se diferenciar e mesmo se afastar, simbólica e fisicamente, como visto nas análises. Ao estudar nos textos a forma pela qual circulam os valores sociais e identitários do grupo de referência de leitores que o discurso de *Veja* apresenta, pudemos observar a força do contrato de leitura mantido entre o enunciador da semanal e seus enunciatários. É com base nas regras e valores implicitamente estabelecidos por este contrato comunicacional que *Veja* discursa, busca soluções, propõe estratégias de defesa. O enunciador de *Veja* é forte, tem autoridade, dota-se de um saber tão abrangente que o leva a apregoar a irrelevância do debate de certos temas e até mesmo a avaliar as opiniões dos especialistas consultados.

Os textos mostraram a presença de um enunciador que conhece a violência a fundo, suficientemente bem para apresentar panoramas sobre a situação no Brasil, tecer comparações com outros países (especialmente os da Europa e os Estados Unidos, apresentados como modelos a serem seguidos), fazer previsões (sombrias) sobre o

²² Tal repartição em espaços do Mesmo e do Outro foi empreendida dentro da ótica da pesquisa “A invenção do Outro na mídia semanal”, cujo resultado é uma hipermídia, no âmbito do Grupo de Pesquisas em Mídia Impressa, do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica, em que esse trabalho foi construído. Ver: PRADO, José Luiz Aidar. *The construction of the Other in a Brazilian weekly magazine*. Brazilian Journalism Research, Brasília, SPBJor, v.1, n. 2, p. 41-63, 2005.

impacto da criminalidade na vida dos cidadãos. Trata-se de uma voz com autoridade, pois o enunciador se apresenta como sabedor de tudo que se passa na temerosa vida dos enunciatários-leitores, seus medos e angústias, além de ser dotado também do saber que pode solucionar o problema e trazer a segurança de volta à vida dos indivíduos. Em diversos textos, *Veja* faz críticas – muitas vezes bastante pertinentes – à atuação falha das autoridades brasileiras na defesa e na manutenção da segurança da população, embora por vezes recaia em argumentos simplistas e reducionistas. O tom forte, de quem sabe o que fala, porém, nunca é abandonado.

As análises mostraram ainda que ao enunciar seus pontos de vista e soluções, *Veja* o faz apresentando a violência urbana como um caos, uma desordem de grande magnitude e sem limites, fora do controle das autoridades governamentais. Afirma que na luta contra o crime e a violência, somente uma “revolução” pode resolver o problema. Do contrário, imperará a epidemia descontrolada da violência, dos seqüestros, dos assaltos. Conforme afirmado na introdução deste trabalho, as estatísticas coletadas (Anexo 1) de fato mostram que por diversos períodos históricos a violência e a criminalidade apresentaram trajetórias de crescimento.

No entanto, reafirmamos que, apesar do aumento, os índices não evoluíram para os estratosféricos patamares propagados por *Veja*, a ponto de o enunciador pedir Socorro! em nome de seus enunciatários-leitores, modalizados como sujeitos temerosos e amedrontados por ter de conviver cotidianamente com uma violência sem limites. Acreditamos que a visibilidade dada por *Veja* às discussões sobre criminalidade violenta urbana não corresponde a sua existência factual, superando os dados empíricos, ainda que se considerem as estatísticas e a problemática da mensuração discutidas no Anexo. Além do excesso de visibilidade, a construção passional e estereotipada dos textos concorre para uma espécie de superdimensionamento das significações articuladas pelo enunciador.

Outro ponto a destacar é a questão da agenda da mídia. Como estudado na primeira parte deste trabalho (item *Mídia e violência*), Maria Victoria Benevides (1983) mostrou em pesquisa sobre o agendamento da violência que a cobertura da imprensa escrita sobre a temática data do final da década de 1970 e início dos anos 1980, já com *status* de problema nacional pelo governo federal²³. Na ocasião, a imprensa passou a ser o “veículo natural” de divulgação cotidiana sobre violência e criminalidade. M.V.

²³ Ver item *Historicidade e cotidianidade da violência*, na primeira parte, que discute como a violência foi alçada a problema nacional pelo governo brasileiro.

Benevides acredita que a inclusão da violência urbana na agenda da mídia deveu-se ao fato de a criminalidade contra a propriedade e a pessoa ter passado a atingir mais acentuadamente a classe média, pois outras modalidades criminosas já atingiam o patrimônio dessa parcela da população, mas como não costumam empregar violência física nem serem classificadas como violentas pelo senso comum, eram tematizadas com menor ênfase pela mídia. Passando a atingir a classe média e ganhando visibilidade na mídia, a violência – e suas novas modalidades, como o seqüestro – passaria então a ser mais discutida pelos leitores, de forma a pautar a cobertura jornalística num processo de retroalimentação contínuo.

Como estratégia para construir uma contemporaneidade caótica, violenta e quase fora do controle das autoridades, *Veja* investe fortemente em mecanismos de passionalização. O percurso passional construído vai das paixões da alegria-segurança-relaxamento para medo-ansiedade-insegurança-tensão-angústia, pois os indivíduos são alertados de que podem a qualquer momento ser abordados por criminosos que lhes tirarão a liberdade, os bens e até mesmo a vida, sem que para defendê-los exista o suporte de um Estado eficiente e tecnicamente preparado. Na edição nº 1736 (grupo 1), por exemplo, o enunciador afirma que “tortura e mutilação de vítimas são freqüentes” nos ataques dos criminosos, que “basta ter um bom carro” ou “nem isso” para ser seqüestrado, que os indivíduos podem ser atacados “andando a pé na rua”. As significações construídas por textos como este possivelmente colaboram menos para esvaecer o clima de tensão causado pela existência histórica – e mesmo contemporânea – da violência e seus contornos na sociedade do risco, e mais para consolidá-lo, reafirmá-lo, ou seja, imprimir mais medo do que a presença cotidiana da violência já inspira.

No mesmo sentido, nas reportagens do grupo 2, ao tratar das ameaças de violência à classe média e tendo em vista a ineficácia das ações governamentais na proteção do cidadão, o enunciador defende a necessidade premente de comportamentos de autodefesa e naturaliza o auto-armamento e a presença das armas de fogo no cotidiano dos indivíduos, inclusive com a utilização de revólveres por crianças. No plano visual da edição nº 822, mostra-se imagem (abaixo) de duas crianças em aulas de tiro com os pais. O título da foto é “O médico José Carlos Fauri e família: todos atiram, inclusive as filhas”.



Neste ponto, *Veja* prescinde de criticar e discutir mais detidamente o fato de haver famílias colocando suas crianças em contato com armas de fogo para noticiar o treinamento de tiro infantil acriticamente e com naturalidade. Ainda que os adultos sintam-se amedrontados e acreditem que um revólver possa protegê-los, certamente este comportamento não se deveria aplicar aos infantes.

Embora em alguns textos *Veja* relativize seu posicionamento em relação ao auto-armamento, apresentando um discurso compreensivo, mas não de sancionamento positivo, no conjunto das significações construídas esta opção da classe média é mostrada como bastante acertada e razoável. Também nestes textos *Veja* prescinde de utilizar a força de seu contrato comunicacional com os leitores para discutir alternativas que não estejam classificadas na rubrica *autodefesa* – auto-armamento, contratação de seguranças particulares, transformação das residências em fortalezas.

A violência urbana poderia ter sido debatida por *Veja* menos como uma questão de medos ou inseguranças e mais como um problema social merecedor de providências eficazes pelas autoridades governamentais. *Veja* poderia incitar a mobilização da classe média em busca de uma participação direta, eficaz e competente do Estado na defesa do cidadão. Pois embora por vezes o enunciador cobre enfaticamente das autoridades a responsabilidade que lhes cabe, parece não provocar o merecido debate fora de suas páginas.

Ademais, há que se enfatizar a necessidade de acompanhamento permanente das ações governamentais, pois tanto as autoridades brasileiras como a própria classe média parecem atentar para a violência urbana – como para outros problemas sociais – especialmente quando certos crimes tomam conta do noticiário da imprensa. Tal ocorreu em 1996, quando dois integrantes da classe média foram assassinados no assalto ao Bar Bodega, em São Paulo (ed. nº 1458, do grupo 3), em 2000, quando uma professora foi

morta durante um seqüestro de ônibus na capital fluminense (ed. nº 1654, do grupo 1), e em meados de fevereiro de 2007, quando o menino João Hélio foi arrastado pelas ruas do Rio de Janeiro até a morte (ed. nº 1995, de 14 de fevereiro de 2007, não incluída no *corpus*), para mencionar casos exemplares.

Após estes crimes, houve mobilizações de organismos não-governamentais, das famílias das vítimas e do Estado. Porém, muitas das ações discutidas não foram efetivadas e o efusivo debate foi momentâneo, arrefeceu na velocidade com que a mídia substitui os assuntos merecedores de maior ou menor visibilidade em suas capas e primeiras páginas. O então presidente Fernando Henrique Cardoso chegou a propor, após o desfecho do seqüestro do ônibus no Rio de Janeiro, em 2000, um plano nacional de segurança, cujas ações surtiram pouco resultado na contenção da criminalidade. Dessa forma, a classe média, que como visto na introdução deste trabalho é reconhecidamente portadora de autoridade e status social, poderia – e mesmo deveria – ser incitada pela mídia a patrocinar mobilizações em busca de seus interesses, a debater detidamente temas que a afetam direta e cotidianamente.

Também ficaram marcadas, a partir das análises, as construções discursivas de *Veja* relativamente à identidade da classe média e as dessemelhanças que separam e diferenciam este Mesmo de seu Outro, o pobre da periferia. Desde a primeira reportagem sobre violência urbana (ed. nº 33, Grupo 1), o enunciador já argumentava favoravelmente sobre a relação entre pobreza e violência, caracterizando o bandido como o pobre da periferia, cuja marginalização social o motiva a adentrar na vida criminosa em busca de ganho fácil. Outras reportagens assumiram este posicionamento, que, no entanto, é mais fortemente marcado nas reportagens do grupo 4.

Nestes textos, desde a construção visual das capas, *Veja* traça o simulacro de duas realidades sociais distintas: um “mundo” monocromático de pobres, moradores dos bairros periféricos das cidades, apresentados como “vultos cor de sujeira”, “nó da questão”, “intruso”, própria encarnação da violência; e outro colorido, dos bairros de classe média, locais arborizados, seguros e tranquilos, onde moram “cidadãos ordeiros”. E, com uso de seu discurso de autoridade, *Veja* justifica e naturaliza a utilização de mecanismos de isolamento do Outro, como o carro, as casas transformadas em fortalezas ou as dos condomínios fechados, na “busca da serenidade perdida” pela classe média devido à aproximação do Outro. Evidentemente que estas duas realidades sociais existem e devem ser tematizadas pela mídia. No entanto, construir somente uma delas como natural e potencialmente violenta é incorrer em raciocínio simplista, pois

como mostraram as análises do grupo 5, também existem casos de violência criminosa cometidos pela classe média, embora estes tenham ganhado visibilidade nas páginas de *Veja* somente a partir dos anos 2000.

As análises evidenciaram também que, recorrentemente, o enunciador emprega a mesma estratégia de relativização utilizada para discutir o auto-armamento. Nestas idas e vindas discursivas, *Veja* ora parece se colocar criticamente ao entendimento naturalizado de que pobre=crime/violência, mas no conjunto das significações construídas nos textos se posiciona favoravelmente a este argumento.

Na reportagem da edição nº 1184, por exemplo, estereotipa e estigmatiza os meninos de rua como trombadinhas de “olhar ameaçador” num trecho para, nos seguintes, afirmar serem, na verdade, “crianças maltrapilhas” que, “como tantas outras, poderiam estar na escola, nadando no clube ou jogando videogame em casa”. Seriam vítimas da desestruturação familiar, pois “a maioria não saiu de casa para fugir da pobreza, mas para escapar de um cotidiano de brutalidade, típico de famílias em colapso”.

Com esta estratégia discursiva, o que se afirma no enunciado, o conjunto das significações nega, construindo efeito de sentido de que, ainda que *Veja* conheça os infortúnios dos garotos que moram nas ruas das grandes cidades, sua opinião sobre eles é evidente: são “crianças-bandidas” que, saídas da periferia, amedrontam os moradores das “áreas finas das grandes cidades” com seu “olhar ameaçador”, com o simples fato de estariam ali, presentes o tempo todo em faróis, praças, ruas, parques. É importante ressaltar que, no sentido factual, *Veja* narra o que realmente ocorre. De fato essas crianças poderiam – e mesmo deveriam – estar na escola, e não estão. Parte delas passa os dias nas ruas roubando e agredindo as pessoas. Ocorre que *Veja* não se propõe a investigar, na reportagem, o que poderia ser feito para que estes meninos saíssem da marginalidade social. No texto verbal, chega a afirmar que “pouquíssimo foi feito” pelos órgãos públicos. No entanto, *Veja* não recorre, como em textos dos outros grupos, a especialistas e peritos que possam discutir alternativas para estas crianças. As críticas ao governo não incitam – nas páginas ou fora delas – o debate necessário.

Relevante também é o fato de *Veja* justificar a relação entre pobreza e criminalidade com a existência de “enguiços na construção da sociedade brasileira”, com a ocorrência de acelerada urbanização nas cidades industrializadas do país a partir dos anos 1970, a qual não teria produzido riqueza suficiente que pudesse ser igualmente distribuída entre a população urbana e os recém-chegados das áreas rurais (ed. nº 1458 e

nº 1684). Ou seja, para o enunciador de *Veja* importa a não produção da riqueza necessária para que os miseráveis pudessem ser devidamente alocados em bairros afastados das áreas nobres, e não o fato de haver, no Brasil, um problema habitacional crônico.

Nas reportagens analisadas, *Veja* prescinde de debater questões socialmente relevantes e relacionadas ao tema – como a habitação –, partindo para a construção de uma grade de leitura calcada em medos e problemas causados pela presença dos pobres nos bairros abastados das grandes cidades. Conforme discutido na primeira parte deste trabalho, as argumentações de que crises econômicas, pobreza e desemprego relacionam-se linear e causalmente com os indicadores da violência, apesar de naturalizadas e reproduzidas nos discursos políticos, acadêmico, cotidiano e da mídia, não encontram abrigo em análises aprofundadas. Ou seja, além de não aprofundar – e por vezes sequer pautar – seu debate dos temas socialmente relevantes, *Veja* volta as reportagens para os aspectos simplistas da temática da violência e da criminalidade urbanas.

Além disso, em nenhum momento *Veja* discute a relação entre a criação e a perpetuação da marginalidade social e o modelo econômico neoliberal atualmente utilizado como paradigma da economia mundial, notadamente produtor e mantenedor de desigualdades e deterioração de economias nacionais em desenvolvimento. Na edição nº 1995, de 14 de fevereiro de 2007, em que discute o caso do menino de seis anos que foi arrastado do lado de fora de um carro pelas ruas da capital fluminense até sua morte, *Veja* afirma enfaticamente a não existência de relação entre o neoliberalismo e a criminalidade violenta urbana: “Chega de romancear o criminoso, de culpar abstrações como a ‘violência’, o ‘neoliberalismo’, o ‘descaso da classe média’...”. Aqui, o enunciador chega a classificar o modelo neoliberal de “abstração”, desconsiderando a relação entre a violência e outras questões sociais.

Veja mostra, nas reportagens analisadas, uma forma estilizada e simplista de criminalização *a priori* do pobre, uma relação inexorável entre a vida na periferia e a criminalidade. Apresenta estigmas, raciocínios lineares de causa e efeito, estereótipos pautados por um discurso naturalizado e conservador sobre as causas da violência urbana. Ora, a sociedade precisa não do reforço de imagens e discursos estereotipados, espetaculares e estigmatizados da pobreza e da violência, mas de participar do debate sobre alternativas para estes e outros problemas sociais. E esta participação não é

colocada, nas reportagens analisadas, como necessária ou passível de resultados efetivos.

Por fim, as marcas discursivas dos textos do grupo 5, sobre os crimes cometidos pela classe média, no qual a violência não está no ambiente do Outro, mas do Mesmo, evidenciaram fortemente as diferenças que marcam as grades de leitura construídas por *Veja* quando se trata da violência direcionada à classe média e a praticada por ela.

De acordo com a grade de leitura construída, os crimes cometidos pelos Mesmos estão calcados em aspectos psicológicos, desajustes de personalidades, desvios de comportamento ou má influência do Outro. Ao contrário, nos crimes cometidos pelos Outros não se ventila qualquer elucidação neste sentido. Crimes hediondos como o de Suzane Von Richtofen, que matou os próprios pais, se cometidos pelo Outro se justificam pelo fato de o indivíduo ser pobre. O enunciador não questiona a existência de desajustes, problemas familiares ou psicológicos na parcela menos abastada da população.

Ao discursar sobre o assassinato cometido pela jovem de classe média, *Veja* não aventa a existência de qualquer problema comportamental, mas ressalta a influência negativa da vida criminosa levada pelo namorado e o cunhado, que viviam numa realidade social cujas características assemelham-se às construídas nas reportagens em que o criminoso é o Outro-pobre. Ou seja, Suzane tornou-se uma criminosa fria e calculista porque andava na má companhia do Outro, que contaminou o mundo do Mesmo com a violência e a criminalidade. Não tivesse convivido com Daniel e Cristian Cravinhos, sua vida de moça bem educada, estudada e viajada estaria intacta.

Já no crime cometido por Mateus Meira, o assassino do cinema no shopping, a estratégia persuasiva do enunciador caminha no sentido de mostrar o estudante como perturbado mentalmente. Apesar de ser um assassino saído do ambiente do Mesmo, ele é desajustado, não corresponde aos padrões de normalidade estabelecidos pelo grupo dos Mesmos. Neste caso, a grade de leitura construída por *Veja* foi calcada nos aspectos estranhos da personalidade de Mateus, fora dos padrões normais, de forma a construir implicitamente a significação de que, para um indivíduo de classe média matar brutalmente como ele o fez, deve existir algum desajuste psicológico ou psiquiátrico. Pois os Mesmos não costumam agir violentamente, são “cidadãos ordeiros”, bem educados, ajustados, não contaminados pela violência que sai da periferia e invade o ambiente da classe média.

Contrariamente, os Outros pobres da periferia, que contaminam o ambiente do Mesmo com sua presença e sua propensão “natural” à violência, não merecem nas páginas de *Veja* discussões sobre suas características psicológicas ou sobre possíveis desajustes. Não se apresentam pobres esquizóides ou de comportamento diferente dos seus pares²⁴. Todos formam uma massa homogênea de potenciais criminosos, de indivíduos violentos que tiram o sossego da classe média.

²⁴ Exceção ao caso do motoboy conhecido como o assassino do Parque do Estado, cuja avaliação médica e psicológica detectou psicopatia. Em 1998, o motoboy Francisco de Assis Pereira confessou ter estuprado e matado nove mulheres no parque do Estado, em São Paulo.

4. Bibliografia

ABRAMOVAY, Miriam. *Juventud, violencia y vulnerabilidad social en América Latina: desafíos para políticas públicas*. Brasília: Unesco, Bid, 2002.

A REVISTA NO BRASIL. São Paulo: Ed. Abril, 2000.

ADORNO, Sérgio & CARDIA, Nancy. Dilemas do controle democrático da violência: execuções sumárias e grupos de extermínio. São Paulo, 1980-1989. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). *Violências no tempo da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victorio de Oliveira. A revista Veja: interação e ensaio. In: PRETI, Dino. *Interação na fala e na escrita*. São Pauo: Humanitas, 2002.

ARBEX, José. *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ARENDT, Hanna. *Da violência*. Brasília: Editora da UnB, 1985.

BAITZ, Rafael. *Um continente em foco: a imagem fotográfica da América Latina nas revistas semanais*. São Paulo: Humanitas, 2003.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 1990.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Paixões e apaixonados: exame semiótico de alguns percursos, *Revista Cruzeiro Semiótico*, Lisboa: Associação Portuguesa de Semiótica, p. 11-12, 1989.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria do Discurso – Fundamentos semióticos*. São Paulo: Humanitas, 2002.

BAUMAN, Zigmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade – a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BEATO, Cláudio. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Anpocs, Vol. 13, nº 37, p. 74-88, 1998.

BEATO, Cláudio; PEIXOTO, Betânia Totino & ANDRADE, Mônica Viegas. Crime, oportunidade e vitimização. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Anpocs, Vol. 19, nº 55, p. 73-90, 2004.

BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo*. Barcelona: Paidós Básica, 1998.

BENEVIDES, Maria Victoria. *Violência, povo e polícia: violência urbana no noticiário da imprensa*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BERTRAND, Denis. *Caminhos da Semiótica literária*. Bauru, SP: Edusc, 2003.

BORGES, Wilson. *Construções discursivas sobre a criminalidade na cidade do Rio de Janeiro: A mídia impressa como veículo de (in)formação de massa*. In: Trabalho inscrito no NP 02 – Jornalismo, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2002.

BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

CAMARGO, Candido. et al. *São Paulo – crescimento e pobreza*. São Paulo: Loyola, 1995.

CAMPOS, Edmundo. A criminalidade urbana violenta. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, vol. 31, nº 2, p. 145-183, 1988.

CAMPOS, Edmundo. Sobre sociólogos, pobreza e crime. In *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Campos, vol. 23, nº 3, p. 377-383, 1980.

CARNEVALLI, Maria Alice. *Indispensável é o leitor: o novo papel das revistas semanais de informação no Brasil*. Tese de doutoramento. ECA-USP, 2003.

CARTA, Mino. *Castelo de Âmbar*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2000.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

CERQUEIRA, Daniel & LOBÃO, Waldir. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Vol. 47, nº 2, p. 233 a 270, 2004.

CHAUÍ, Marilena. Sobre o medo. In: CARDOSO, Sérgio. *Os sentidos da Paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

CHESNAIS, Jean Claude. *Histoire de la violence en Occident*. Paris: Laffont, 1981.

COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

CONTI, Mario Sérgio. *Notícias do planalto*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

DIÓGENES, Glória. Grupos identitários e fragmentação social: a violência como “marca”. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). *Violências no tempo da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

DORNELES, Vanderlei. *A revista imperialista - análise do discurso de Veja na cobertura dos preparativos para a guerra EUA X Saddam*. Trabalho apresentado no Núcleo de Semiótica da Comunicação, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação da Intercom, 2003.

DORNELES, Vanderlei. *Do Verbal para o Visual: Status da Imagem nas Revistas Semanais de Informação*. Trabalho apresentado ao NP 02– Jornalismo, do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2002.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.

FARO, José Salvador. *Revista Realidade 1996-1968*. Canoas: Ed. da Ulbra/AGE, 1999.

FAUSTO NETO, Antonio. *Mortes em derrapagens: os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1995.

FAUSTO NETO, Antonio. *O Corpo Falado (a doença e morte de Tancredo Neves nas revistas semanais brasileiras)*. Belo Horizonte: Fumarc, PUC-MG, 1989.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano, a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERRAZ, Hermes. *A violência urbana*. São Paulo: João Scortecci, 1994.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1999.

FIORIN, José Luiz. Algumas considerações sobre o medo e a vergonha. In: *Revista Cruzeiro Semiótico*. Porto, Portugal: Associação Portuguesa de Semiótica, nº 16, p. 55-63, janeiro de 1992.

FREIRE FILHO, João. *Pós-modernismo e consumismo nas páginas da revista Capricho*. Trabalho apresentado ao grupo de Trabalho Comunicação e Sociabilidade, do XV Encontro da Compós, Unesp, Bauru, 2006.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo, Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIRARD, René. *A Violência e o Sagrado*. São Paulo: Paz e Terra/UNESP, 1990.

GOMES, Mayra Rodrigues. *Jornalismo e ciências da linguagem*. São Paulo: Hacker, 2000.

GUIMARÃES, Luciano. *A cor como informação – a construção da biofísica, lingüística e cultural da simbologia das cores*. São Paulo: Annablume, 2000.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

- HARVEY, David. *A condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2005.
- HENN, Ronaldo. *A Dimensão Semiótica da Violência*. Trabalho apresentado ao NP 15 – Semiótica da Comunicação, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2004.
- HERNANDES, Nilton. *A revista Veja e o discurso do emprego na globalização: uma análise semiótica*. Salvador: Edufba; Maceió: Edufal, 2004.
- HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica – ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.
- KUNZLER, Fernando & CONTE, Bárbara (Orgs.). *Pensando a violência*. São Paulo: Escuta, 2005.
- LANDOWSKI, Eric. *A sociedade refletida*. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.
- LANDOWSKI, Eric. *Presenças do Outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- LISBOA, Ingrid Valéria. *Plano Collor em Veja: uma abordagem da classe média*. Monografia de especialização. Curso de Comunicação Jornalística / Jornalismo Econômico, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.
- MACHADO DA SILVA, Juremir. *A miséria do jornalismo brasileiro*. Porto Alegre: Vozes, 2001.
- MESQUITA NETO, Paulo. et al. *A violência do cotidiano*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.
- MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.
- MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas*. São Paulo: Olho D'água/Fapesp, 2003.
- MORAIS, Regis de. *O que é violência urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. *Jornalismo em revistas no Brasil: um estudo das construções discursivas em Veja e Manchete*. São Paulo: Annablume, 2002.
- NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada no Brasil 4 – Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, cap. 9.
- OLIVEIRA, Ana Cláudia de. (Org.) *Semiótica plástica*. Hacker Editores: 2004.

OLIVEN, Ruben George. A violência como mecanismo de dominação e como estratégia de sobrevivência. In *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Campos, vol. 23, nº 3, p. 371-376, 1980.

PAIXÃO, Antonio Luiz. Crimes e criminosos em Belo Horizonte – 1932-1978. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p.13-44.

PASSETTI, Edson (Org.). *Curso livre de abolicionismo penal*. Rio de Janeiro: Renan, 2004.

PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PERES, Liege Socorro Albuquerque. *O período Collor – análise da cobertura das revistas Veja e Isto É*. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 1998.

POCHMANN, Márcio (Org.). *Outra cidade é possível - alternativas da inclusão social em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 2003.

POCHMANN, Márcio. et al. *Classe média - desenvolvimento e crise. Atlas da nova estratificação social no Brasil – Vol 1*. São Paulo: Cortez, 2006.

PRADO, José Luiz Aidar. A Construção da violência em *Veja*. In: *Revista de Signis*, vol. 1, nº 2, Barcelona, Gedisa, p. 259-272, 2002.

PRADO, José Luiz Aidar. *A construção do Outro nas revistas semanais*.

Trabalho apresentado no International Association for Media and Communication Research, Grupo de Trabalho Ethics of Society Ethics of communication, 2004.

PRADO, José Luiz Aidar. *Brecha na comunicação: Habermas, o Outro, Lacan*. São Paulo: Hacker/ Cespuc, 1996.

PRADO, José Luiz Aidar. *The construction of the Other in a Brazilian weekly magazine*. Brazilian Journalism Research, Brasília, SPBJor, v.1, n. 2, p. 41-63, 2005.

PRADO, José Luiz Aidar. *O perfil dos vencedores em Veja*. CD do 11º Encontro da Compós. Rio de Janeiro, 2002A.

SANTAELLA, Lúcia. *Comunicação e pesquisa*. São Paulo: Hacker, 2001.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Pela mão de Alice – o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2005, p.135-160.

SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). *Violências no tempo da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SAPORI, Luiz Flávio & WANDERLEY, Cláudio Burian. A relação entre desemprego e violência na sociedade brasileira: entre o mito e a realidade. In: MESQUITA NETO, Paulo. et al. *A violência do cotidiano*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.
- SAUL, Renato P. Comentários sobre violência, cultural, economia e política na sociedade contemporânea. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). *Violências no tempo da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SCALZO, Marília. *Jornalismo de Revista*. São Paulo: Contexto, 2004.
- SCHWARTZMAN, Simon. Da violência de nossos dias. In *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Campos, vol. 23, nº 3, 1980, p. 365-369.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOREL, Georges. *Reflexões sobre a violência*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- VELHO, Gilberto. Violência e Cidadania. In *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Campos, vol. 23, nº 3, 1980, p. 361-364.
- WASELFISZ, Julio Jacobo & ATHIAS, Gabriela. *Mapa da violência de São Paulo*. Brasília: Unesco, 2005.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência IV – Juventude, Violência e Cidadania*. Brasília: Unesco, Instituto Airton Senna, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ZALUAR, Alba & LEAL, Maria Cristina. Violência extra e intramuros. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Anpocs, Vol. 16, nº 45, 2001, p. 145-164.
- ZALUAR, Alba. A globalização do crime e os limites da explicação local. In SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). *Violências no tempo da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- ZALUAR, Alba. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.
- ZALUAR, Alba. Condomínio do Diabo: as classes populares urbanas e a lógica do “ferro” e do fumo. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 251-277.
- ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANEXO 1 – Estatísticas sobre violência urbana

1. Problemática conceitual e metodológica

A aplicação de estatísticas oficiais em pesquisas que tratam da temática da violência encontra críticas diversas, tanto de natureza qualitativa quanto quantitativa dos dados. A primeira delas refere-se à falha de séries históricas. As informações coletadas denotam a carência de dados sobre o assunto, tornando difícil e por vezes equivocada a comparação entre períodos históricos. Outro problema diz respeito à questão da localização espacial dos dados das pesquisas, pois geralmente realizam-se levantamentos somente para grandes cidades ou capitais de Estados, preferencialmente para São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, motivo pelo qual as comparações tornam-se prejudicadas. A isso se aduz o fato de que nem sempre as estatísticas de criminalidade vêm acompanhadas do crescimento demográfico das cidades em questão no mesmo período. Outro entrave refere-se às rubricas, que mudam conforme varia o órgão público responsável pela coleta e análise, o que influencia também em relação a sua disponibilidade (alguns órgãos têm setores de pesquisa que disponibilizam os dados mais facilmente do que outros). Ainda sobre as rubricas, no Brasil faltam dados sobre *vitimização* (quantidade/índice de pessoas vitimizadas da população total), que poderiam contribuir, segundo E.Campos, para melhor aferição da criminalidade, pois para ele a percepção das sociedades urbanas de que a criminalidade tem avançado para patamares altos não reflete necessariamente as séries estatísticas. Para esse autor:

“a se crer nos resultados de pesquisas cuidadosamente conduzidas, o número de pessoas realmente *vitimizadas* em qualquer ano constitui parcela muito reduzida da população.”
(Campos, 1988, p. 146, grifos nossos)

Além destes, há dois aspectos levantados por A.L. Paixão (1983) que merecem ser discutidos. O primeiro relaciona-se à metodologia de amostragem dos dados. Segundo o autor, as estatísticas oficiais subestimam o volume efetivo do fenômeno tanto por conta da não comunicação de todos os atos de violência sofridos por parte da população aos órgãos responsáveis quanto em relação aos vieses de classe social das pesquisas, o que conduz a erros em relação à população criminosa total. O autor cita estudo de vitimização realizado nos Estados Unidos na década de 1960, em que 99% de

uma amostra de cidadãos de classe média havia cometido crimes – não detectados pela polícia – de gravidade equivalente a penas superiores a um ano de detenção. Ou seja, as estatísticas oficiais podem, por um lado, subestimar o volume real da atividade criminosa e, por outro, distorcer a distribuição social destas atividades, de forma a sub-representar uma classe social e super-representar outra. Por conta disto, o autor acredita que as

“estatísticas oficiais de criminalidade devem ser vistas não como indicadores do comportamento criminoso e de sua distribuição social, mas como produtos organizacionais, refletindo condições operacionais, ideológicas e políticas da organização policial. Assim, por um lado, descontinuidade e mudanças nas rotinas organizacionais de coleta e organização, sensibilidades variáveis das autoridades policiais em relação a certos crimes ou respostas policiais a ‘cruzadas morais’ e a pressões policiais geram distorções na contabilidade criminal que de forma alguma são negligenciáveis.” (1983, p.19-20)

O autor cita ainda a importância de se considerar que policiais, investigadores, delegados e demais membros das organizações policiais, no cumprimento de suas atividades, orientam-se por “teorias de senso comum, estereótipos e ideologias organizacionalmente formulados” (p 20), de forma a agilizar e facilitar os trabalhos rotineiros²⁵. Ou seja, estatísticas que contabilizem na totalização das prisões de um determinado mês, por exemplo, as realizadas durante uma partida de futebol em que tenha havido brigas e agressões, podem erroneamente ser aumentadas se forem registradas também a detenção de pessoas não envolvidas diretamente com o delito. Isso porque, em casos de brigas de torcidas organizadas, é procedimento comum da polícia prender preventivamente uma grande quantidade de pessoas, para averiguação. Nestes casos, os indivíduos são detidos para análise do caso, e posteriormente são liberados. Mas estas prisões preventivas podem constar das estatísticas mesmo que os indivíduos

²⁵ Em trabalho apresentado no V Encontro Anpocs, em 1981, intitulado “A distribuição da segurança pública e a organização policial”, Antonio Luiz Paixão descreve a “lógica-em-uso” dos policiais. Afirmo o autor que os agentes policiais trabalham imbuídos de tipificações (estereótipos, preconceitos etc) sobre indivíduos e atos e de informações geradas por informantes presentes no mundo da criminalidade (como bicheiros, mendigos, cafetinas), os quais reduzem a complexidade do universo criminoso. O produto final deste processo seria a categorização de criminosos segundo critérios específicos, de forma a produzir uma “clientela marginal”. Dessa forma, as rondas e prisões passam a contar, num processo contínuo, com este arcabouço de significações sobre a violência criminosa e seus agentes.

não sejam “fichados”. Ou seja, a contabilização das pessoas não envolvidas diretamente com o delito poderia enviesar as análises estatísticas.

Por todas estas razões, apresentaremos em seguida estatísticas diversas sobre criminalidade, sem no entanto a preocupação metodológica de mostrar séries temporais ou aferir comparações exatas entre as rubricas ou as localidades pesquisadas. Objetivava-se tão somente oferecer um breve panorama sobre índices de criminalidade que possa ser útil para as discussões posteriores sobre a fundamentação da percepção generalizada de aumento desmedido da criminalidade e do sentimento de insegurança, bem como sobre a visibilidade dada pela mídia semanal ao fenômeno, a despeito dos problemas metodológicos discutidos. Uma ressalva: do material coletado, os dados do final do século XIX e início/meados do século XX mostram menos a evolução da criminalidade violenta e mais os tipos de condutas considerados como crimes e o perfil dos criminosos da época. Já os dados de décadas recentes são mais conclusivos em relação à evolução e involução dos índices da violência. Porém, dada a relevância histórica, optamos por dispor os dois conjuntos de dados.

2. Dados estatísticos

Em pesquisa sobre a criminalidade na cidade de São Paulo no período de 1890 a 1924, Boris Fausto (1983) utiliza como fonte relatórios dos secretários de Justiça do Estado de São Paulo e dos chefes de Polícia da capital cujos dados são: volume de prisões efetuadas e inquéritos abertos pelas autoridades policiais. Os dados mostram que no período de 1892 a 1916, das mais de 178 mil pessoas presas na cidade, 83,8% foram detidas devido à prática de contravenções (embriaguez, vadiagem e desordem) ou para averiguações, e 16,2% sob acusação de crime (roubo, latrocínios, furtos e homicídios, crimes que interessam a esta pesquisa). Do total de crimes, B. Fausto ressalta que se trata de pequenos furtos que em sua maioria não chegaram a dar origem a inquéritos policiais. É importante notar que sob a rubrica de contravenções incluía-se a mendicância, considerada pelas autoridades policiais e jurídicas da época como uma modalidade da vadiagem (na qual se incluem “vagabundos, mendigos, jogadores de profissão, cafiens e ratoneiros” – p. 202), num primeiro indício de uma possível criminalização *a priori* do indivíduo marginalizado socialmente. Outra modalidade da vadiagem, a desordem, definida no Código Penal de 1890 de maneira similar àquela, também é tida por B. Fausto como “claro exemplo de criminalização de um

comportamento com o propósito de reprimir uma camada social específica, discriminada pela cor” (p. 199). Como exemplo o autor cita a perseguição da polícia carioca aos capoeiras no período imediatamente posterior à abolição da escravidão, ainda que não acusados de qualquer crime. Os capoeiristas profissionais – negros recém-libertos – eram tidos como “capangas políticos”, desordeiros e ladrões. Já os amadores – brancos – eram vistos como esportistas. Em relação à hipótese de crescimento da criminalidade violenta neste período, os dados são pouco conclusivos. Apontam para um aumento das prisões por vadiagem entre 1902 e 1905, mas declínio entre 1906 e 1909; e um incremento de indivíduos presos por crimes de 5324 casos no período de 1892 a 1896 para 7453 entre 1912 e 1916. Não há dados tabulados para os demais anos nem comparações com crescimento populacional.

Edmundo Campos (1980), num levantamento feito em inquéritos policiais registrados nas diversas Varas Criminais do Rio de Janeiro no período de 1942-1967²⁶, mostra dados que atestam tanto a volatilidade nos índices de crescimento quanto o perfil dos criminosos nas modalidades de furto/roubo e estelionato. Segundo as informações obtidas, a participação dos indiciados em furto e roubo no total de inquéritos em Crimes Contra o Patrimônio atingia 67% em 1945, crescendo para 86% em 1955, e depois caindo para 68% em 1959 e 37% em 1967. Em relação aos crimes de estelionato, em 1945 somavam 8% no total de inquéritos, aumentando para 13% em 1955, depois para 36% em 1964, até atingir a marca de 51% dos indiciados em crimes contra o patrimônio em 1967. Em relação ao perfil dos criminosos os dados mostram que, em 1945, 46% dos indiciados por furto e roubo eram da cor branca e 1% possuíam educação secundária ou superior. Em 1967, os dados apontam para os mesmos 46% na cor branca, mas nível de escolaridade superior à educação secundária em 7%. Dos indiciados por estelionato, 79% eram da cor branca e tinham grau de ensino superior à educação secundária em 1945, atingindo a marca de 40% de escolaridade em 1967. Somente 10% dos indiciados por estelionato eram das cores parda ou negra. O autor conclui que furtos e roubos eram cometidos neste período por pessoas de baixa escolaridade e baixo nível educacional, ao passo que estelionatos eram crimes específicos da classe branca escolarizada. Uma observação interessante de E.Campos diz respeito à baixa proporção de condenação nos crimes de estelionato na comparação com furto e roubo, mostrando que nestas últimas a probabilidade de o criminoso

²⁶ Fonte: Ministério da Justiça, por meio do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política.

cumprir detenção era maior. Em resumo, os tribunais parecem ter sido, historicamente, mais severos em relação às camadas mais baixas da população no tocante à apreciação dos processos criminais destas categorias.

Antonio Luiz Paixão (1983), com base no Anuário Estatístico Policial e Criminal da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais e do Anuário Estatístico de Minas Gerais, intentou construir uma série histórica da média de crimes cometidos em Belo Horizonte em quatro períodos entre 1932 e 1978. Na comparação do período compreendido entre 1932-1940 com o de 1951-1953, os crimes contra o patrimônio (furtos e roubos) cresceram 238% e os crimes violentos (homicídios e latrocínios) 48%. No intervalo de 1951-1953 comparado ao de 1960-1968, o aumento de furtos e roubos foi menor, de 26%, contra 39% dos crimes violentos. No último período analisado, de 1960-1968 relativamente a 1970-1978, o incremento dos crimes contra o patrimônio foi ainda menor, de 36%, da mesma forma que os violentos, que cresceram menos, 37%. A trajetória de aumento em números absolutos, porém, existiu em todo o período analisado, apesar dos decréscimos percentuais. No entanto, ao comparar os dados do aumento da criminalidade em números absolutos com os do crescimento populacional no mesmo período, A. L. Paixão chega a números diferentes. Os dados comparados mostram que a média anual de crimes violentos (por 100 mil habitantes) atinge a marca de 175,23 no período de 1932-1940, 104,74 entre 1951-1953, 70,27 entre 1960-1968 e 56,67 de 1970 a 1978, indicando uma trajetória declinante. No mesmo sentido, os dados de crimes contra o patrimônio mostram, nos períodos respectivos, médias de 92,49 (por 100 mil habitantes), 81,75; 39,51 e um aumento para 44,69 na última década analisada. Segundo o autor, as informações mostram, apesar de toda a problemática envolvida na mensuração de dados estatísticos (conforme discutido no início deste anexo), que

“ao contrário da percepção generalizada de crescimento vertiginoso da criminalidade nas grandes cidades, as taxas médias de crimes nos períodos analisados decrescem para o crime total e para cada categoria estudada.” (1983, p. 31)

Em relação ao perfil dos criminosos, a pesquisa de A.L. Paixão mostra constância na participação de maiores de idade em crimes contra o patrimônio e alta proporção de reincidentes em todas as faixas etárias, o que aponta para a estabilidade da população criminosa. A qualidade dos dados educacionais não permite conclusões.

Como evolução da criminalidade entre as décadas de 1978 e 1988, foram encontrados dados das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo em E. Campos (1988). Os dados apresentados pelo autor mostram que, na área metropolitana do Rio de Janeiro o índice de criminalidade violenta (homicídio, tentativa de homicídio, lesão corporal dolosa, roubo, estupro e latrocínio — por 100 mil habitantes) esteve em trajetória crescente em toda a região, mas se mostrou maior na cidade da Rio de Janeiro, em detrimento da Baixada Fluminense, considerada pelo senso comum mais perigosa que a capital do Estado. Na região metropolitana, as taxas de homicídio subiram de 18 ocorrências por 100 mil habitantes em 1977 para 50 em 1986. Na capital, saltaram de 15 ocorrências (por 100 mil/h) em 1977 para 37 em 1986. Em relação à Grande São Paulo, as informações apontam para um aumento da criminalidade violenta mais acentuado na capital do que na região metropolitana de 1981 a 1985. E, na comparação com os dados do mesmo período para a região metropolitana fluminense, as estatísticas ressaltam que o crescimento em São Paulo foi maior entre 1981-1985. As taxas de roubo, furto, estupro e latrocínio são consistentemente mais elevadas em São Paulo, ao passo que as taxas de homicídio são maiores no Rio.

No perfil dos criminosos, E. Campos cita pesquisa²⁷ realizada nas prisões paulistas de São Paulo em 1986, a qual revelava que 54,9% dos detentos haviam cursado até a primeira série do ensino médio e 36% haviam estudado até a oitava, com média de analfabetos abaixo dos 3%, instrução acima da média do País, naquele período. Do total dos condenados pesquisados, 55% estavam empregados na data da prisão, 45% eram desempregados e 37% haviam perdido o emprego há seis meses ou menos, contrariando segundo o autor a “imagem de que os criminosos são indivíduos analfabetos ou de pouca instrução, além de habituados ao desemprego crônico” (1988, p 153).

Outros números²⁸ confirmam a trajetória de crescimento dos índices da violência nas décadas de 1980-1990 até 2002, na cidade de São Paulo e nos 38 municípios da região metropolitana, conforme as tabelas abaixo.

²⁷ Brant, Vinícius Caldeira (coord.). *O trabalhador preso no Estado de São Paulo*. São Paulo/Cebrap, 1986, p. 50.

²⁸ Anuário Estatístico do Estado de São Paulo – 2002. Nesta tabulação está excluído o crime de seqüestro.

Crimes contra pessoa e patrimônio, por tipos mais violentos
Município de São Paulo - 1981 a 2002

Ano	Homicídio Doloso	Homicídio Culposo por Acidente de Trânsito	Lesões Corporais Dolosas	Lesões Corporais Culposas por Acidente de Trânsito	Furto Qualificado	Roubo	Latrocínio
1981	1.251	1.251	29.254	40.228	36.086	26.821	276
1982	1.275	1.304	29.762	40.952	36.127	24.680	221
1983	2.009	1.141	31.624	40.475	40.286	40.952	225
1984	2.369	959	30.276	32.872	36.093	61.220	295
1985	2.436	914	29.111	33.564	29.690	53.304	191
1986	2.576	1.068	30.922	35.658	26.484	46.219	176
1987	2.868	1.133	28.112	31.168	56.092	45.589	171
1988	2.772	979	28.766	30.931	60.129	50.700	186
1989	3.370	1.006	31.760	32.181	64.713	49.822	265
1990	3.345	856	29.041	30.152	64.261	60.402	323
1991	3.342	941	26.877	30.209	56.634	64.588	355
1992	2.838	817	26.519	28.922	62.813	64.559	305
1993	3.324	963	28.408	30.041	66.495	70.619	244
1994	3.959	1.097	27.533	29.561	72.916	75.858	246
1995	4.485	1.180	24.766	26.136	65.672	76.442	244
1996	4.710	1.436	23.176	22.020	70.063	93.095	241
1997	4.536	1.175	26.581	22.045	58.679	106.634	202
1998	4.801	849	29.458	21.855	65.107	134.346	260
1999	5.408	862	29.926	21.659	74.057	163.583	325
2000	5.320	723	29.777	19.976	76.113	168.781	310
2001	5.185	866	28.511	18.948	75.884	164.229	263
2002	4.697	839	30.177	20.188	78.052	164.137	196

Fonte: Secretaria da Segurança Pública - SSP/Delegacia Geral de Polícia - DGP/ Departamento de Administração e Planejamento - DAP/ Núcleo de Análise de Dados/ Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.

Nota: Não inclui as ocorrências policiais registradas pelos Departamentos Especializados da Polícia Civil

Crimes contra pessoa e patrimônio, por tipos mais violentos
Região Metropolitana de São Paulo - 1981 a 2002

Ano	Homicídio Doloso	Homicídio Culposo por Acidente de Trânsito	Lesões Corporais Dolosas	Lesões Corporais Culposas por Acidente de Trânsito	Furto Qualificado	Roubo	Latrocínio
1981	1.875	1.965	41.258	52.034	49.115	34.504	358
1982	1.820	1.916	42.809	52.894	48.262	30.439	304
1983	2.837	1.848	46.639	53.856	56.198	51.987	328
1984	3.559	1.527	46.269	46.589	52.753	79.215	406
1985	3.766	1.570	46.229	48.672	45.573	70.914	257
1986	4.110	1.920	51.897	54.616	39.817	63.571	266
1987	4.462	1.838	46.487	46.079	74.926	62.586	231
1988	4.402	1.743	49.130	46.382	83.818	68.352	273
1989	5.546	1.670	53.775	49.227	90.172	68.651	381
1990	5.639	1.520	49.465	45.394	89.176	82.657	442
1991	5.634	1.638	46.941	46.026	78.915	86.847	474
1992	4.749	1.486	48.315	44.968	86.393	86.947	434
1993	5.494	1.617	51.396	46.128	90.485	95.227	333
1994	6.652	1.801	50.528	46.060	99.691	103.333	336
1995	7.410	1.920	48.011	42.959	87.083	103.982	319
1996	7.842	2.489	45.092	36.733	94.339	128.385	390
1997	7.545	2.167	49.425	38.088	82.805	151.275	307
1998	8.195	1.693	54.803	37.592	95.699	192.789	380
1999	9.096	1.695	56.250	38.597	110.818	241.073	526
2000	8.856	1.523	55.694	36.741	111.606	246.704	479
2001	8.663	1.626	54.105	35.356	111.289	237.882	425
2002	8.050	1.558	56.533	35.676	111.824	232.362	306

Fonte: Secretaria da Segurança Pública - SSP/Delegacia Geral de Polícia - DGP/ Departamento de Administração e Planejamento - DAP/ Núcleo de Análise de Dados/ Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE.

Nota: Não inclui as ocorrências policiais registradas pelos Departamentos Especializados da Polícia Civil

Os dados revelam o crescimento (com intermitências de queda) dos homicídios, dos furtos qualificados, das lesões corporais dolosas e dos roubos na região da Grande São Paulo no período de 1981 a 2002. Já os homicídios culposos e as lesões corporais culposas por acidente de trânsito apresentam trajetórias de aumento e queda ao longo do período, mas sem grandes oscilações. Os casos de latrocínio apresentaram quedas de 1980-1988, salto entre 1989-1992, novo decréscimo entre 1993-1999 e, de 2000 até 2002, começaram a subir novamente. Os dados permitem levantar a hipótese, segundo o Anuário Estatístico do Estado de São Paulo (2002), de que parte dos conflitos, que antes provocavam apenas lesões corporais, passou a resultar em homicídio. Uma explicação é aventada pelo documento:

“Isto se deve, muito provavelmente, à grande quantidade de armas de fogo em circulação, o que, conseqüentemente, estaria acarretando uma maior letalidade nos conflitos, os quais, sem a utilização desse instrumento, poderiam não resultar na supressão da vida.” (p.50)

De fato, dados do SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade - Ministério da Saúde) coletados por A. Zaluar (2001) entre 1980 e 1995 mostram que a taxa de homicídios por armas de fogo no Brasil como um todo subiu de 10 (por 100 mil habitantes) para 38,18 entre os homens de 15 a 19 anos e de 21,66 para os entre 20 e 24 anos.

Para a década de 1990 e início dos anos 2000, o *Mapa da Violência* de J J. Waiselfisz e G. Athias (2005) aponta que o processo de queda nos índices de homicídios no Estado de São Paulo acontece a uma taxa média de 5% ao ano para todo o Estado e 6,3% para a Região Metropolitana (38 municípios mais a capital). No interior, porém, a situação não se reverteu. Os índices sobem levemente em 0,6% ao ano, num processo que Waiselfisz e Athias classificaram como *interiorização da violência homicida*, já que as taxas de homicídios eram maiores na capital, anteriormente.

Para finalizar, dispomos abaixo gráfico da Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo disponibilizado no site do órgão em junho de 2006 (www.ssp.sp.gov.br) ratificando a queda no índice de crimes violentos no Estado de 1996 a 2006. Este índice é composto pela soma de homicídios dolosos, latrocínios, roubos, estupro e entorsões mediante seqüestro, ficando excluídos os furtos.

Crimes violentos por 100 mil - Estado de São Paulo

